



**12º CONGRESSO**

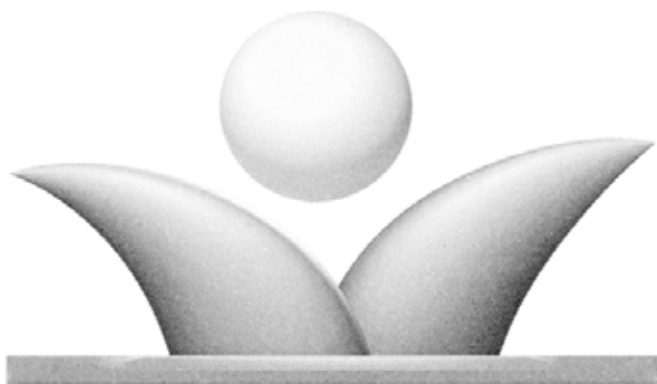
**PCdoB**

**Nação forte. Rumo socialista**

**DOCUMENTOS  
E RESOLUÇÕES**

**SÃO PAULO, 5 A 8 DE NOVEMBRO DE 2009**





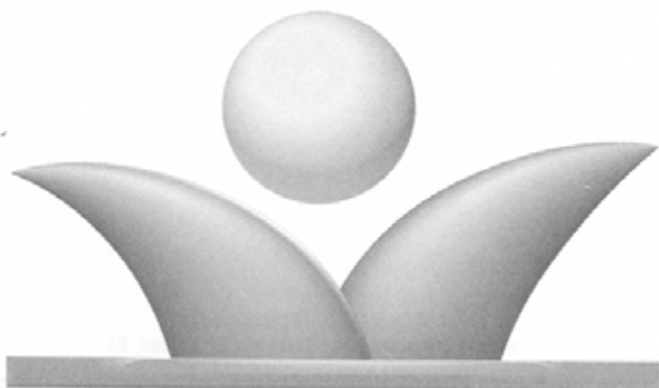
**12º CONGRESSO**  
**PCdoB**

**Nação forte. Rumo socialista**

**DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES**

São Paulo, 5 a 8 de novembro de 2009





# 12º CONGRESSO



**Nação forte. Rumo socialista**

**DOCUMENTOS E RESOLUÇÕES**

São Paulo, 5 a 8 de novembro de 2009



Anita Garibaldi

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

---

**C759d**

Congresso do Partido Comunista do Brasil (12. : 2009 : São Paulo, SP) Nação forte.  
Rumo socialista: documentos e resoluções do 12º Congresso do PCdoB / [organização  
Adalberto Monteiro e Fábio Palácio]. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

Realizado entre os dias 5 e 8 de novembro de 2009, São Paulo, SP  
Anexos

**ISBN 978-85-7277-094-1**

1. Partido Comunista do Brasil – Congressos. 2. Socialismo – Congressos. 3.  
Brasil – Política e governo – Congressos. I. Monteiro, Adalberto. II. Palácio, Fábio.  
III. Título. IV. Título: Documentos e resoluções do 12º Congresso do PCdoB.

10-1000.

CDD: 324.281075  
CDU: 324.15(81)

05.03.1010.03.10

017872

---

# Nação forte. Rumo socialista

Documentos e resoluções do 12º Congresso do PCdoB

**Organização:** Adalberto Monteiro e Fábio Palácio

**Coordenação editorial:** Leocir Costa Rosa

**Preparação e revisão de originais:** Fábio Palácio e Maria Lucília Ruy

**Capa:** Guido Bianchi (criação) e Josévio Anacleto [arte-finalização]

**Diagramação:** Roberta Mange

**Fotos:** Maurício Moraes e Rafael Neddermeyer

## **Editora Anita Garibaldi**

Rua Amaral Gurgel, 447 – 3º andar – conjunto 31

Vila Buarque – São Paulo – SP – Brasil– CEP: 01221-001

Telefone: (11) 3129-3438

[www.anitagaribaldi.com.br](http://www.anitagaribaldi.com.br)





# Sumário

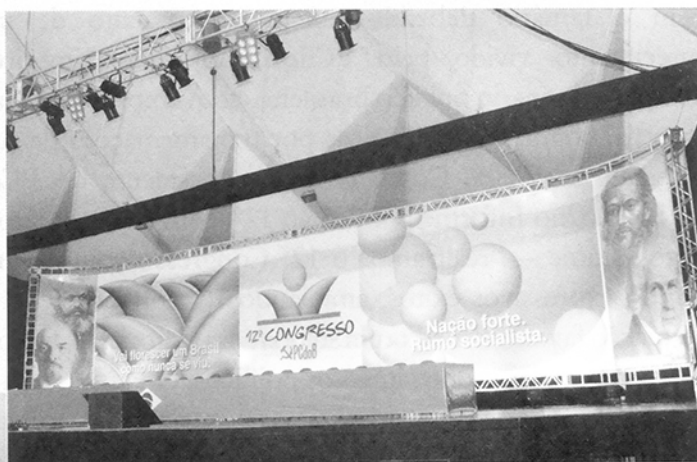
Apresentação .....	11
I – INFORME POLÍTICO .....	21
Informe político ao 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil	
Renato Rabelo .....	23
II – RESOLUÇÕES .....	43
Programa Socialista para o Brasil	
<i>O fortalecimento da Nação é o caminho, o socialismo é o rumo!</i> .....	45
Resolução política sobre a situação conjuntural do Brasil	
<i>Garantir a continuidade do ciclo progressista aberto em 2002 no Brasil, promovendo o aprofundamento das mudanças</i> .....	73
Resolução política sobre a situação internacional.	
<i>União dos povos na luta anti-imperialista</i> .....	93
Resolução política sobre a crise do capitalismo.	
<i>A extensa, profunda e grave crise do sistema capitalista</i> .....	115
Política de quadros comunistas para a contemporaneidade .....	127
Estatuto do Partido Comunista do Brasil .....	139
Moção aprovada pelo plenário do 12º Congresso .....	185
Recomendação ao Comitê Central eleito no 12º Congresso do PCdoB .....	187

III – INTERVENÇÕES ESPECIAIS .....	191
Homenagem ao povo brasileiro	
<i>Aldo Rebelo</i> .....	193
Os comunistas e o projeto nacional na área do esporte	
<i>Orlando Silva Jr.</i> .....	197
O pré-sal brasileiro e o projeto nacional de desenvolvimento	
<i>Haroldo Lima</i> .....	205
A unidade da classe trabalhadora e a luta pelo socialismo	
<i>João Batista Lemos</i> .....	215
O imperialismo não é invencível. Será derrotado	
<i>José Reinaldo Carvalho</i> .....	223
IV – ATO POLÍTICO.....	231
Lula e PCdoB: o duradouro casamento de 20 anos	
<i>Priscila Lobregatte</i> .....	233
“O maior congresso da história do PCdoB”	
<i>Discurso de Renato Rabelo no ato político do 12º Congresso</i> .....	247
V– SAUDAÇÕES INTERNACIONALISTAS .....	259
Partidos e organizações presentes no 12º Congresso do PCdoB .....	261
Intervenções e mensagens dos partidos presentes no 12º Congresso do PCdoB .....	267
Mensagens recebidas .....	309

VI – COMITÊ CENTRAL DO PCdoB .....	345
Comitê Central eleito no 12º Congresso do PCdoB .....	347
VII – ESTATÍSTICAS DO 12º CONGRESSO .....	375
Número de delegados e de militantes mobilizados ao 12º Congresso do PCdoB .....	377
Delegados presentes .....	379
VIII – BALANÇO DO TRABALHO DE DIREÇÃO .....	381
Balanço do trabalho de direção do PCdoB – 2005-2009 .....	383



# Apresentação



Painel do 12º Congresso



## APRESENTAÇÃO

Realizado entre os dias 5 e 8 de novembro de 2009, o 12º Congresso representou um marco na longa história do Partido Comunista do Brasil. Precedido de 1.700 conferências municipais e de 1.900 assembleias de base nas capitais e nos maiores municípios, o 12º Congresso reuniu na base, ao todo, 103 mil militantes comunistas. De sua etapa nacional, realizada na cidade de São Paulo, participaram cerca de 1.100 delegados de todos os estados do país, aos quais se somam 200 convidados nacionais e 90 estrangeiros, representando 50 organizações de 32 países.

Mas o êxito do 12º Congresso não foi apenas numérico. Também o temário debatido reflete o momento de maior amadurecimento vivido pelo PCdoB, hoje uma importante organização no cenário político brasileiro, com ampla presença nas lutas sociais, políticas e ideológicas por transformações de fundo na sociedade brasileira. Como afirma o presidente do PCdoB, Renato Rabelo, no Informe político ao 12º Congresso – texto que abre este volume –, “realizamos o 12º Congresso com o Partido alcançando expressivos êxitos, ampliando sua influência política, numa situação favorável inédita em sua extensa história, situação esta marcada por grandes acontecimentos políticos. O Partido tem sido forjado diante das novas e complexas exigências de nosso tempo, procurando reunir num imenso esforço a inteligência coletiva para tornar contemporâneo o nosso grande empreendimento revolucionário, sacudindo a poeira e a ferrugem do pensamento fossilizado, cultivando a concepção dialética, construindo defesas contra o afrouxamento de nossas convicções revolucionárias”.

As palavras de Renato Rabelo bem retratam o clima que envolveu o debate e a deliberação sobre os documentos aprovados no 12º Congresso. Eles foram elaborados com base no acúmulo teórico e prático forjado nas últimas décadas de atividade partidária. Contaram, ainda, com a contribuição de numerosos intelectuais do campo progressista, que, por meio de diversas mesas de diálogo e de um



grande seminário sobre o Brasil, dentre outras iniciativas, puderam contribuir para o avanço da elaboração partidária, mantendo-a atualizada e conectada às mais recentes e avançadas conquistas do conhecimento científico, cultural e político elaborado em nosso país.

Intitulado *O fortalecimento da nação é o caminho – o socialismo é o rumo!*, o novo programa socialista do PCdoB foi o principal documento debatido no processo do 12º Congresso. Ele apresenta para o Brasil a proposta de um socialismo renovado, rejuvenescido pelo crivo crítico da história, alicerçado na realidade econômica e social do país e nas tradições de luta e cultura do povo brasileiro. Sua elaboração exigiu criteriosa reflexão sobre o fim da União Soviética e dos governos socialistas do Leste Europeu. O PCdoB tirou lições e ensinamentos teóricos e políticos desse exame, fundindo-os à sua profunda vivência dos problemas de nossa nação e de nosso povo. Empreendeu, assim, o indispensável esforço renovador para dotar de perspectiva programática avançada a luta pelo socialismo em nosso tempo.

Em quase 90 anos de existência, o programa aprovado no 12º Congresso é o quinto do Partido Comunista do Brasil. Os outros, datados de 1954, 1962, 1988 e 1995, revelam o esforço progressivo de elaboração da estratégia da revolução brasileira.

Apenas em 1954 o Partido viria a ter seu primeiro texto programático. No período anterior, ele guiava-se pelo programa da Internacional Comunista, que se constituía em uma espécie de “partido único do proletariado internacional”. A par disso, houve em nossa história “ensaios programáticos”, como o livro *Industrialismo e Agrarismo*, de Octávio Brandão (1924-1925), e o *Manifesto de Agosto*, de 1950.

Apesar das insuficiências, foram positivos os textos de 1954 e 1962. Quanto ao programa de 1988, o primeiro deste novo ciclo de legalidade partidária, são perceptíveis o acúmulo teórico do Partido e seu conhecimento sobre o Brasil. Contudo, apesar de sublinhar as transformações capitalistas ocorridas no país, o coletivo partidário ainda sustentava, de forma equívoca, a validade da concepção de duas etapas estratégicas da revolução.



Já a Conferência de 1995 reflete o rico debate com o qual o PCdoB enfrentou a denominada crise do socialismo e a avalanche anti-comunista desencadeada pelo fim da União Soviética em 1991. Naquele período empreendia-se o resgate da essência transformadora do marxismo. Como afirma Renato Rabelo, o PCdoB acertava contas “com a velha concepção dogmática e reducionista que condicionou um largo período de estagnação teórica. Rompemos com três preceitos esquemáticos: inevitabilidade de duas etapas da revolução nos países dependentes ou semicoloniais; existência de um modelo universal (único) de socialismo; trânsito direto à construção socialista após a conquista do poder”.

Deu-se, então, um salto de qualidade no pensamento estratégico do PCdoB. Liberto do círculo de giz do dogmatismo, o programa socialista de 1995 estabeleceu como objetivo central delinear as tarefas da primeira fase de transição do capitalismo para o socialismo. Aqui merece destaque o pensamento de João Amazonas, que resgatou a contribuição de Lênin sobre o problema teórico e prático da transição.

O 12º Congresso apurou ainda mais essa linha de pensamento estratégico. Se o programa de 1995 era essencialmente correto, ele se equivocava, contudo, ao tentar descrever em detalhes a sociedade socialista futura, ao passo que economizava demasiadamente na descrição do caminho que poderia nos conduzir a ela.

O texto programático aprovado no 12º Congresso preserva e aperfeiçoa o que há de melhor no programa de 1995, dando um salto ao delinear o caminho da revolução no Brasil, isto é, o caminho brasileiro para o socialismo. Esse caminho materializa-se na luta por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, destinado a dar início à superação das principais contradições e dos impasses que se acumularam ao longo de nossa história. A proposta emana, portanto, do contexto da realidade mundial e da dinâmica concreta da história social, econômica e política do Brasil. Por isso, apresenta-se factível, realizável. Algo a ser talhado e esculpido na rocha áspera e bruta do presente.





Como se depreende da leitura da nova peça programática, na visão do PCdoB o Brasil pode se tornar, nestas primeiras décadas do século 21, uma das nações mais fortes e influentes. Um Brasil soberano, democrático, socialmente avançado e integrado de modo solidário com seus vizinhos sul e latino-americanos: esse é o caminho brasileiro para o socialismo. É uma mensagem cativante, mobilizadora, que soa como boa-nova e, longe de constituir-se em quimera, representa na verdade uma chance real. Não é digno deixá-la escapar.

Além do novo programa socialista, o 12º Congresso debateu e aprovou resoluções políticas sobre a conjuntura nacional, a situação internacional e a grave crise capitalista que desde 2007 abateu-se sobre o mundo, ganhando maiores proporções a partir de meados de 2008. O debate sobre os temas político-organizativos, por sua vez, concentrou-se na apreciação da política de quadros comunistas para a contemporaneidade e na realização de emendas ao estatuto do PCdoB, aprovado anteriormente, quando do 11º Congresso (2005). Completam esse conjunto de resoluções uma moção aprovada pelo plenário do 12º Congresso e uma recomendação ao Comitê Central, que vão reproduzidas ao final do capítulo destinado às resoluções.

Intitulada *Garantir a continuidade do ciclo progressista aberto em 2002 no Brasil, promovendo o aprofundamento das mudanças*, a resolução sobre a situação conjuntural do Brasil se debruça sobre o quadro político brasileiro que emerge com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002. O documento examina os êxitos e limites de um governo condicionado pela luta entre “a mudança para um projeto nacional de desenvolvimento” e a “contratendência conservadora”, que busca o retorno ao modelo neoliberal. Proclama que “o PCdoB tem como objetivo político imediato a continuidade e o aprofundamento do ciclo progressista aberto com a eleição de Lula para presidente do Brasil em 2002”.

A resolução, fruto do labor teórico coletivo empreendido pelos comunistas, submete a uma rica análise o espectro partidário brasileiro, revelando os interesses econômicos e políticos por trás de cada



agregação. Alerta para os riscos à continuidade do novo projeto nacional de desenvolvimento colocados pela crise econômica mundial, ponderando, dialeticamente, que a mesma crise pode também abrir oportunidades. O documento pontua ainda os desafios das forças progressistas e de esquerda, tendo em vista a continuidade e o aprofundamento do ciclo político aberto em 2002. E aponta, por fim, as tarefas políticas imediatas do PCdoB.

*União dos povos na luta anti-imperialista* é o mote da resolução política sobre a situação internacional aprovada no 12º Congresso. Trata-se de uma análise circunstanciada da ofensiva imperialista sobre os povos e as nações, bem como das contradições e contratendências que essa ofensiva engendra, sendo uma das mais importantes dentre elas a nova situação política aberta na América Latina com as inúmeras vitórias eleitorais de forças progressistas e democráticas em diversos países da região. A leitura do documento revela um mundo cada vez mais instável e perigoso, em consequência da agressividade e das ações bélicas do imperialismo estadunidense. Indica, simultaneamente, que se evidenciam “com mais nitidez do que antes os sinais de declínio gradual, progressivo” desse mesmo imperialismo. Tal declínio permite o surgimento de outros polos de poder. O documento ilustra, por fim, o crescimento das lutas dos trabalhadores, dos povos e das nações contra o imperialismo, lutas estas estreitamente relacionadas às aspirações socialistas.

Pela importância do tema e por seu impacto nas lutas sociais e políticas contemporâneas, o tema da crise mereceu do 12º Congresso um exame à parte, materializado na resolução *A extensa, profunda e grave crise do sistema capitalista*. O documento expõe os fundamentos econômicos da crise em curso, mostrando que suas raízes remetem ao processo de liberalização e desregulamentação iniciado no pós-BretonWoods dos anos 1970. Após apresentar o modo como a crise financeira atingiu rapidamente – através de mecanismos diversos de contágio – o conjunto da vida econômica, a resolução revela o quanto essa mesma crise confirma, de modo dramático, as análises de Marx e Lênin sobre a natureza do sistema capitalista. Ao concluir esse rico



conjunto de análises, o texto denuncia as “trágicas consequências” da crise para os trabalhadores e os povos.

No que respeita ao plano político-organizativo, a principal resolução do 12º Congresso materializa-se na *Política de quadros comunistas para a contemporaneidade*. Documento inovador, ele parte da premissa de que o partido é uma organização viva e, como tal, precisa adequar-se ao seu tempo. Após ponderar que “quanto mais extensas as fileiras militantes tanto mais se necessita de quadros de direção coesos e compromissados para a governança do Partido”, o documento conclui ser necessário formar quadros “para este tempo, para esta missão concreta” – sendo o tempo atual o da “nova luta pelo socialismo”. Com base nisso, e após apontar as prioridades e os principais desafios a serem enfrentados, enumera as medidas destinadas a fortalecer o PCdoB como “partido marxista e revolucionário, que adota o centralismo democrático como princípio diretor da organização política, em sintonia com a contemporaneidade, com a situação do país e a luta do povo brasileiro, com originalidade de formas e modelos organizativos”.

Como afirma Renato Rabelo no Informe político ao 12º Congresso, ao referir-se a este que foi o “segundo documento mais debatido” no processo congressual, “sempre há raízes ideológicas e políticas na base dos modelos e escolhas organizativas vinculados a um tempo determinado. Não há modelo único de construção do partido revolucionário, nem modelo único de quadro revolucionário. A política de quadros propõe, desse modo, novas respostas às questões da formação e do papel de uma variedade de tipos de quadros, assinalando que isso constitui a essência da construção e organização partidária comunista”.

No que diz respeito ao estatuto do PCdoB, ele havia sido aprovado no 11º Congresso. Foi, agora, atualizado, com base nos debates do 12º Congresso. Esse documento reafirma, aprimora e atualiza princípios basilares, como o centralismo democrático. Amplia a institucionalidade partidária e apresenta normas inovadoras de funcionamento relacionadas à ação política e social do Partido. Sistematiza, enfim,



concepções, normas e caminhos para a construção de um partido comunista renovado, coeso e unido, grande e influente – à altura dos desafios da atualidade.

As resoluções discutidas e aprovadas no 12º Congresso têm sua riqueza complementada pelas intervenções especiais proferidas na mesma ocasião. Realizadas por Aldo Rebelo, Orlando Silva Jr., Haroldo Lima, João Batista Lemos e José Reinaldo Carvalho, elas se destinam à análise de assuntos candentes do momento, sejam eles de cunho político ou teórico-ideológico. São temas frequentemente relacionados às importantes responsabilidades assumidas pelo Partido no plano nacional – como é o caso nos setores de energia e esportes –, ou, ainda, a áreas em que o Partido tem assumido destacado protagonismo, a exemplo do movimento operário-sindical. Concebidas como instrumentos de formação, informação e prestação de contas à militância partidária, as intervenções acabam servindo, ainda, como meio de generalização da experiência partidária em importantes áreas de trabalho.

18

No capítulo sobre o ato político realizado no 12º Congresso, buscamos fornecer – por meio da reportagem assinada pela jornalista Priscila Lobregatte e da transcrição do discurso proferido por Renato Rabelo na ocasião – um retrato o mais fiel possível deste que foi um dos momentos altos do 12º Congresso. Revelador da crescente influência do PCdoB no cenário nacional, o ato contou com as presenças do presidente Lula e da ministra Dilma Rousseff, candidata das forças progressistas à sucessão presidencial. O ato reuniu, ainda, uma série de personalidades da cena política e dos movimentos sociais. Na ocasião, tanto Lula quanto Dilma e Rabelo proferiram discursos aguerridos, de combate, voltados à desconstrução das premissas que têm norteado o discurso da oposição conservadora.

O presente volume traz ainda um capítulo devotado às saudações internacionalistas dirigidas ao PCdoB por ocasião de seu 12º Congresso. Elas revelam o reconhecimento internacional do Partido, que fica claro, desde logo, quando constatamos a presença, no Congresso, de 50 organizações de 32 países. Por meio das intervenções e mensa-



gens endereçadas tanto pelos partidos presentes quanto por aqueles que não puderam participar presencialmente dos trabalhos, ficamos a par das visões de importantes organizações de todo o mundo sobre a dinâmica política brasileira, bem como de seus pontos de vista sobre a realidade internacional e o estágio atual da luta revolucionária. Além disso, as intervenções e mensagens são pródigas em detalhes sobre as conjunturas nacionais e macrorregionais que emolduram a luta dos comunistas nos mais variados países. Registram, ainda, os desafios comuns aos comunistas de diversas partes do globo.

Como modo de fornecer um retrato ainda mais abrangente do 12º Congresso e das atividades partidárias desenvolvidas no último período, reproduzimos também, neste volume, o balanço do trabalho de direção do PCdoB no período compreendido entre os anos de 2005 e 2009. Um capítulo sobre o novo Comitê Central eleito no 12º Congresso traz informações sobre a trajetória de seus integrantes, e um outro, intitulado *Estatísticas do 12º Congresso*, apresenta dados quantitativos que retratam a mobilização militante empreendida na ocasião. O livro todo vai ilustrado com fotos por meio das quais se intenta fornecer ao leitor uma ideia do ambiente em que se realizaram as atividades do 12º Congresso.

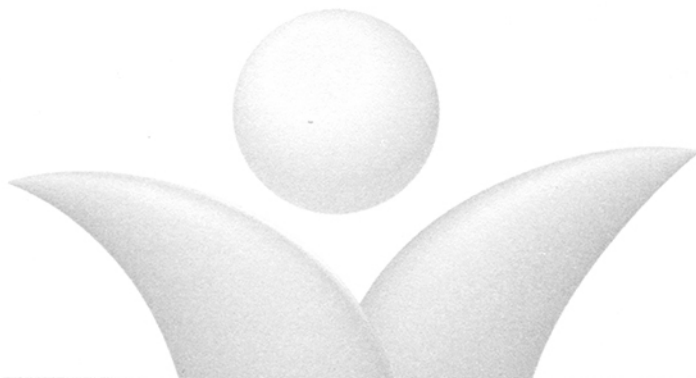
Acreditamos que os documentos e resoluções publicados neste volume expressam o sentido da luta atual do PCdoB, de sua política e organização. Para os militantes do Partido são instrumentos de educação e luta. Para o público mais amplo, representam um retrato da situação atual do mais antigo partido em atividade em nosso país. Um partido, como têm dito mesmo diversas personalidades não comunistas, indispensável à democracia, e que permanece fiel ao compromisso socialista e comunista, representativo do proletariado avançado de nosso país e de nosso tempo.

São Paulo, março de 2010.

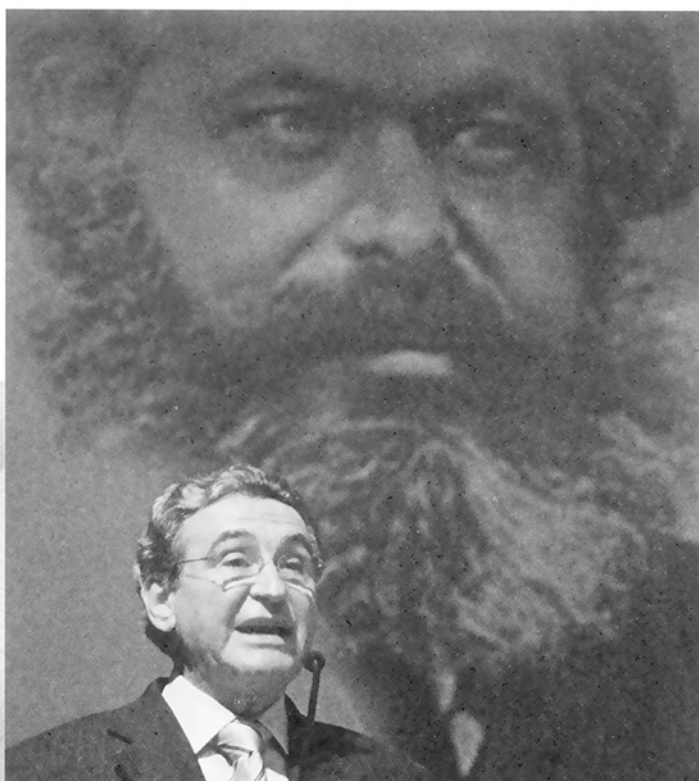
Os editores







# Informe político



Renato Rabelo apresenta o Informe político ao 12º Congresso do PCdoB







# INFORME POLÍTICO AO 12º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

*Renato Rabelo \**

O Partido Comunista do Brasil vem crescendo de congresso a congresso, sobretudo se consideramos o período transcorrido desde o 9º Congresso (1997). Este 12º Congresso é o maior de sua longa história de 87 anos, em virtude das vitórias obtidas em múltiplos terrenos, da síntese programática alcançada – produto da evolução do pensamento teórico e político do Partido – e, também, pela dimensão mobilizadora, em função do número de militantes envolvidos e de delegados provindos de conferências em todos os estados do país e no Distrito Federal, correspondendo a uma base de 1.700 municípios.

O PCdoB vive hoje uma fase de significativas mudanças. Reforça sua identidade comunista e seu caráter de classe em conformidade com a renovação de concepções e de uma prática política e partidária em resposta ao tempo atual – tempo da nova luta pelo socialismo. Essa é a premissa que conforma nossa política, nossa ação, nosso partido. É um esforço concentrado, de sentido estratégico, que consiste em desvendar os dilemas da atualidade e estar à altura dos desafios deles decorrentes. São tarefas imprescindíveis para tornar realidade uma nova etapa revolucionária e, mais precisamente, para descortinar o caminho brasileiro de transição ao socialismo.

## **O novo programa – revolucionário, tangível e acessível**

Minha opinião é que atravessamos um período histórico insólito – que vai chegando ao limite de um tempo e que pode fazer ir-

\* *Presidente nacional do Partido Comunista do Brasil*



romper o limiar da transição para uma nova época civilizatória. Tal situação ocorre pelo elevado nível atingido pelas forças materiais e imateriais, permitindo alta produtividade do trabalho e novas fontes de energia renovável; pelo grau da fadiga em todos os terrenos do sistema capitalista, tornando-o impotente para liberar essa gigantesca força material em proveito da humanidade; pela resultante de impasses da ordem mundial estabelecida; pela relação de exploração do sistema econômico e social com o meio ambiente planetário; pela exigência de formas novas, capazes de impulsionar e ajustar a organização das forças sociais e políticas que podem ser a força motriz transformadora.

O desfecho que tomará essa transição para uma nova época, com o aprofundamento e aguçamento da crise do capitalismo, resultará do rumo e do desenlace prevaletentes no curso da luta ideológica e política contemporânea, que na atualidade converge, explícita ou implicitamente, para o embate por uma alternativa, por objetivos a serem perseguidos e caminhos a serem seguidos. A questão está na escolha da alternativa, na construção de uma estratégia e de uma tática, de um programa que indique e desbrave o limiar de um avanço civilizacional para os trabalhadores, as nações e os povos, e um reordenamento mundial que proporcione relações solidárias e equitativas.

Procuramos então nos situar diante desses desafios. Em face das exigências da atual quadra histórica, e da evolução da realidade política e socioeconômica brasileira, tornou-se imprescindível a atualização e o desenvolvimento do programa do Partido, resultando na concretização de um novo texto programático, apresentado no contexto deste 12º Congresso.

Tudo começou com o estabelecimento de uma linha de pesquisa que não levasse em conta somente o conhecimento do Partido. Iniciou-se – há mais de dois anos – um ciclo de amplos debates, em seminários e mesas de diálogo, conduzidos pela Fundação Maurício Grabois, com participação de intelectuais e lideranças políticas, de dentro e de fora do país, que expressavam um pensamento avançado. Esse esforço esteve focado basicamente em temas relativos ao



capitalismo contemporâneo e à nova luta pelo socialismo, contemplando ainda o domínio das singularidades, contradições e potencialidades do Brasil. O debate se estendeu pela Escola do Partido e pela revista *Princípios*.

Enfim, esse processo nos permitiu, no curso do debate no interior do Partido, concluir uma proposta de programa – elaborada pelo Comitê Central e apreciada pelo Partido desde a base até as conferências estaduais, que contribuíram com 168 emendas. A estas se somaram outras mudanças e emendas apresentadas pela própria comissão de elaboração do programa, resultando numa proposta final que deverá ser submetida à deliberação pela plenária nacional do 12º Congresso. Esse é o principal documento em debate neste Congresso.

Em quase nove décadas de existência, este é o quinto programa do Partido. Ele segue uma estrutura programática decorrente da evolução objetiva da história da construção da Nação até os desafios da contemporaneidade. Esse é o seu alicerce. O programa propriamente dito está modelado em duas partes constitutivas, articuladas: o rumo a ser atingido e o caminho a ser seguido. O rumo, que define o objetivo estratégico, dá, portanto, o seu caráter – é um programa socialista para o Brasil; o caminho, sua tática geral em desenvolvimento, consiste no delineamento para aplicação imediata, partindo do nível da batalha política atual, de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Assim, neste programa faz-se uma correção metodológica: o caminho é descrito e desenvolvido orientando os passos atuais, e a sociedade socialista futura é apenas situada em traços gerais, evitando-se cair no detalhamento de fundo especulativo que se verifica no programa atual.

O programa proposto pauta-se por sua natureza revolucionária e classista. O rumo mantém-se igual àquele do programa vigente, resumindo-se mais precisamente no objetivo essencial – “transição do capitalismo ao socialismo nas condições do Brasil e do mundo contemporâneo”. Essa transição inicia-se com a conquista do poder político estatal pelos trabalhadores da cidade e do campo, fato expresso na constituição da nova República de democracia popular.



Para se atingir o objetivo é imprescindível a conquista da hegemonia pela classe e pelas camadas sociais interessadas nesse trânsito, com os trabalhadores à frente, o que exige acumulação de forças de caráter revolucionário via reformas estruturais e rupturas de dominâncias conservadoras.

O programa avança em relação aos anteriores porque foge da generalidade, situa-se melhor historicamente. O texto proposto concebe uma síntese da história política do Brasil, enfatizando que essa nação jovem conheceu dois ciclos civilizacionais: o primeiro, nos primórdios e na formação da Nação, espalhada em vasto território, compreende os episódios da Independência, da Abolição e da República; o segundo, a partir da Revolução de 1930, quando o Brasil moderniza-se, industrializa-se e alcança conquistas sociais e trabalhistas, empreendendo um ciclo de acelerado desenvolvimento capitalista, cujo modelo se estendeu até fins dos anos 1970.

26 Seguindo esse curso histórico, o programa delineia a exigência profunda do tempo atual: um terceiro grande salto civilizatório afirmativo da Nação brasileira, que só é possível com a transição para o socialismo, inserindo dessa maneira a revolução brasileira na dinâmica concreta da história nacional. A compreensão cunhada como o “terceiro salto” ganhou repercussão, demonstrando uma assimilação ampla e passando a ser popularizada nas fileiras partidárias e nas áreas próximas, tornando a estratégia mais nítida e factível.

Entretanto, não estão presentes na atualidade, no Brasil, as condições políticas para a conquista imediata do socialismo. É preciso percorrer então um caminho que nos leve a esse objetivo maior. O caminho é a luta desde agora pelo delineamento e execução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, destinado a começar a superação das principais contradições e dos impasses acumulados no decorrer da trajetória do país, sendo esse o caminho brasileiro para o socialismo.

Essa é a outra parte distinta dos programas até aqui formulados, porquanto esta proposta de programa situa-se assim no debate de um



projeto de desenvolvimento atual para o país, tornando-se tangível, correspondendo desse modo às exigências presentes no curso político em evolução.

O Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento parte das condições atuais, mas se compromete com um patamar superior ao alcançado no período do governo Lula. Esse projeto de desenvolvimento nacional inserido no programa tem essência anti-imperialista, antilatifundiária e antioligarquia financeira e se destina a suplantar a fase neoliberal, de culminância do capital rentista e parasitário. Procura combinar avanços nas lutas nacional, democrática e popular, porque a liberdade política mais ampla para o povo no contexto da luta nacional e democrática aproxima-se da via para o socialismo.

## **O governo Lula – viragem política no Brasil**

O Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento parte das condições contemporâneas. O nível da batalha atual é dado pelo alcance político democrático e progressista do governo Lula. O ciclo político aberto a partir da eleição à Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva não pode ser truncado nas eleições de 2010. O programa ora em debate assinala que a vitória das forças democráticas, progressistas e populares nas eleições presidenciais impulsionará a luta pela aplicação do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Durante as duas décadas “perdidas” – 1980 e 1990, sobretudo esta última em que predominou o neoliberalismo –, o país foi jogado num longo período de semiestagnação. O ascenso de Lula sobrestou o processo de declínio nacional.

O segundo mandato do governo retomou a linha do desenvolvimento, criou melhores condições para o combate antineoliberal, apesar da renhida luta nesse terreno, conseguiu avanços democráticos e sociais, deu passos para fortalecer a soberania nacional e vem fazendo crescer o Brasil como liderança progressista na América do Sul e na América Latina. O país já inicia a superação da crise global capitalista através de medidas anticíclicas que visam a sustentar o



emprego e a renda, reforçando os investimentos sociais e os relacionados ao PAC e ao pré-sal.

O presidente Lula goza hoje de incomparável prestígio popular, assumindo uma posição de destaque entre os maiores líderes nacionais da história política brasileira. Seu prestígio estendeu-se para além das fronteiras do país, projetando-o como um importante líder progressista internacional e elevando o papel do Brasil no cenário mundial. A história política de nosso país demonstra que, quando se impõe uma liderança política capaz de unir a maioria da nação, o país pode avançar em grandes empreendimentos, descortinando novos horizontes para o povo.

Mas essas importantes posições alcançadas – que favorecem o campo patriótico, democrático e popular – enfrentam tenaz resistência das forças reacionárias e conservadoras. A oposição de direita, expressando-se através do poderoso monopólio midiático, em seu genético viés golpista, chegou a armar uma conspiração para cassar o mandato do presidente, no pior momento de crise política do governo, ocorrido em 2005. O nosso Partido não nutriu expectativas ilusórias sobre o governo Lula, em consequência de uma correta avaliação do nível da correlação de forças no plano interno e externo, e de suas limitações de projeto. Assim, orientou sua ação para um curso de mudanças que seria conflitante, progressivo.

28

## A tática aplicada pelo Partido

O Partido seguiu a diretriz de impulsionar o governo a efetivar a transição do domínio neoliberal para um projeto nacional progressista, defendendo-o, ao mesmo tempo, das investidas desestabilizadoras da oposição neoliberal e pró-imperialista. Dessa maneira, o PCdoB pôde guardar-se de adentrar o “cordão dos desiludidos”, que acabou sem alternativa política e tacitamente reforçando o campo oposicionista de direita. Hoje, quem não compreender que estamos diante de uma disjuntiva política central – prosseguir a “Era Lula” desenvolvendo-a, ou truncá-la com a volta da dupla demo-



-tucana de matriz neoliberal e alinhada ao imperialismo – que dará refém dos discursos contritos, de boas intenções, não contribuindo em nada para a efetiva transformação do país. Hoje o PCdoB tem importantes responsabilidades de governo. Na convivência interpartidária dentro de uma frente de governo, a relação que prevalece é a de unidade. Em sendo o contrário, ou a frente se desfaz ou o Partido declina de sua posição frentista. O PCdoB não confunde o seu programa com o programa da aliança política. Igualmente, o Partido recusa o “seguidismo” – preserva sua independência em relação ao governo. Lealdade não significa abdicar dessa condição. A crítica é necessária ao próprio governo na busca de saídas justas. Do mesmo modo, é imprescindível a autonomia dos movimentos sociais, a mobilização popular para a concretização das mudanças mais importantes e para a efetiva sustentação do governo diante das ameaças de golpismo e de retrocesso.

As eleições gerais de 2010 prenunciam um confronto exacerbado. A oposição neoliberal, que adotou todos os meios para impedir que Lula se elegeisse – e depois que governasse –, tenta agora, a qualquer custo, retomar o governo da República. A oposição conta com forte poder econômico, reúne importantes apoios nos maiores colégios eleitorais do país e tem o respaldo da grande mídia monopolizada, que direta e ostensivamente tomou partido na disputa, pelo lado oposicionista.

O PSDB, partido estruturante da oposição, encontra-se metido em intricado dilema, qual seja o de unir os governadores dos dois maiores colégios eleitorais, com idêntica pretensão de concorrer à Presidência da República, podendo isso acarretar fortes sequelas aos propósitos oposicionistas. Por outro lado, os êxitos do governo Lula e o fracasso do ideário neoliberal deixaram a oposição sem discurso, sem projeto, sem iniciativa política de monta. Entretanto, esta é a primeira vez em que Lula não será candidato ao pleito presidencial, tendo que apresentar um sucessor e lutar por sua vitória.

Para tanto, ele trabalha por uma aliança ampla, cuja base é composta por PT e PMDB – mantendo o segmento de centro político



no seu campo, assegurando a sustentação dos partidos de esquerda e confirmando a presença de partidos de um campo político intermediário que participam do governo. Ao mesmo tempo, busca amplo apoio popular com a força de seu prestígio e dos movimentos sociais de maior expressão.

A tendência mais provável é de que o pleito de 2010 se desenrole numa polarização centrada na disputa entre dois blocos políticos predominantes: o liderado por Lula e a candidata do campo governista *versus* o liderado pelo candidato dos tucanos. A existência de mais de uma candidatura no campo lulista tenderá a ser efêmera sem o seu apoio. A candidatura de Marina Silva, pelo PV, terá mais influência em setores das camadas médias, podendo subtrair votos dos dois lados, sem contudo alcançar a dimensão de uma terceira via.

## **O mundo em transição – protagonismo crescente do Brasil**

30

A luta anti-imperialista se desenvolverá num quadro caracterizado por novas condições políticas. O período dos dois governos de George W. Bush (2001-2008) – marcado pela doutrina da “guerra infinita” e por intensa ofensiva do imperialismo – tornou o mundo mais instável, imprevisível e inseguro. Na fase atual, a partir da eleição de Barack Obama à Presidência, os Estados Unidos apresentam uma nova tática em suas relações internacionais: o que vai se demonstrando é que, como grande potência imperialista e hegemônica, os EUA não abrem mão do seu exercício pleno de domínio do mundo.

Mas, nas atuais condições globais, e diante da onda anti-imperialista e anti-hegemônica que cresce contra os Estados Unidos, esse país faz flexões e formulações diferentes para exercer cabalmente seu papel de centro dominante. Após um período de política externa belicosa e de intensa agressividade, anuncia-se uma política externa denominada “suave e inteligente”. Supostamente ela con-





siste em aparecer agora com uma cara mais política e diplomática, com uma retórica multilateralista. Isso, apesar de o atual presidente afirmar que os Estados Unidos não declinarão de sua incomparável supremacia militar.

A atual política externa norte-americana vem assumindo uma forma pendular (“uma no cravo, outra na ferradura”) e por isso pode ser aproveitada pelas forças democráticas e revolucionárias, pelos países e blocos regionais que buscam a soberania e o desenvolvimento nacional. Essas novas condições da luta anti-imperialista se apresentam num contexto mundial em que se desenvolvem significativas mudanças objetivas, resultantes das contradições sociais e geopolíticas, e transformações políticas que condicionam importantes avanços na correlação de forças no mundo, favorecendo as situações de luta e a acumulação de forças no sentido revolucionário

A crise global do capitalismo, de vastas proporções, exprimiu com maior agudeza a tendência de declínio gradual, progressivo do imperialismo norte-americano, ao mesmo tempo em que acentuou a emergência de China, Rússia, Brasil e Índia, bem como o surgimento de blocos regionais não alinhados e de contradições interimperialistas. Crescem as lutas dos trabalhadores e dos povos pela emancipação nacional e social, ganha nova dimensão a luta pelo socialismo e despertam novas forças revolucionárias, apesar de a correlação de forças predominante no mundo ainda ser estrategicamente desfavorável à superação do capitalismo e à construção de uma nova sociedade.

A permanente e profunda influência econômica e, principalmente, ideológica dos Estados Unidos sobre a América Latina e a região do Caribe vem sendo abalada pelo ascenso de uma tendência geral democrática e progressista nessa região, porquanto essa tendência tem provocado acentuado declínio da influência neoliberal e da própria ingerência do imperialismo norte-americano. Destaca-se no continente latino-americano um insólito e peculiar ciclo progressista anti-imperialista. Esse ciclo atual acontece com diversida-



de de ritmos, ênfases e enfoques, conforme a realidade diferenciada de cada país, mas tem uma linha geral comum, indicativa de fortalecimento da soberania, aprofundamento da democracia, modernização de formas políticas, renovação de instituições de participação popular, conquistas de mais direitos universais e fortalecimento da integração regional.

No quadro de um mundo em transição, para melhor enfrentar seus desafios é de interesse do povo brasileiro que se avance para uma América Latina unida e integrada. Para o Brasil, a integração continental é base para sua inserção no mundo. E, em consequência de sua dimensão política e econômica - já que possui hoje maior influência no concerto das nações -, e como parte constitutiva de seus interesses nacionais, o Brasil vai ocupando importante papel protagonista na união sul e latino-americana. Assim, cumpre ao país maior responsabilidade no enfrentamento das profundas assimetrias entre nossa nação e nossos vizinhos, sendo correta e justa a mobilização de recursos humanos e materiais para reduzir as desigualdades, abrindo caminho para o amplo desenvolvimento da América Latina. Exemplo dessa política são os esforços do governo brasileiro para contribuir com o desenvolvimento econômico na Bolívia e no Paraguai.

32

A liderança que objetivamente o Brasil vai alcançando - ocupando de certa forma o lugar deixado no curso do declínio intervencionista dos Estados Unidos na região - não será conquistada sem contestação e luta. A tentativa de minar o esforço de construção da União Sul-Americana (Unasul) e do Mercosul, frustrando sua consolidação, faz parte da política do imperialismo e das forças dominantes reacionárias.

Com esse propósito elas desenvolvem uma estratégia de contenção do surgimento de um polo sul-americano no contexto mundial, ampliando constrangimentos a essa iniciativa soberana dos países ao sul do continente com duas iniciativas de porte: a reconstituição da 4ª Frota Naval estadunidense e o recente acordo militar entre a Colômbia e os Estados Unidos. Essas ações indicam um cerco ao



Brasil, a oeste na região amazônica e a leste na plataforma continental, leito da imensa riqueza do pré-sal. É preciso ter em conta - como elemento geopolítico fundamental na luta por um projeto nacional de desenvolvimento - que a América Latina é área-chave do interesse dos países imperialistas. Há uma disputa entre eles, que tende a se tornar mais aguda, pelo controle de fontes de recursos nos países “periféricos”.

## **“Era Lula” – continuidade e aprofundamento**

Em qualquer circunstância dada, o PCdoB não deve perder de vista seu objetivo maior – a transição para o socialismo. Contudo, no curso do caminho para alcançar esse objetivo, qual seja a aplicação e impulso do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, nos encontramos hoje diante do grande embate, cujo desenlace se dará em finais de 2010, que pode permitir esse impulso ou truncá-lo, retardando e modificando nossa caminhada. Como precisamente discorre nossa proposta programática, “a vitória das forças democráticas, progressistas e populares em eleições presidenciais impulsionará a luta pela aplicação do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento”. Caso ocorra o contrário, a derrota influirá determinadamente, impondo condições de luta mais adversas.

Em primeiro lugar, seguindo o caminho explicitado no programa, devemos anunciá-lo com o intuito de contribuir com as forças democráticas e progressistas na apresentação de uma proposta de programa de governo que resgate os êxitos nacionais e populares do legado de Lula. E que avance decididamente na superação dos entraves macroeconômicos, aprofunde a afirmação da soberania, da união e integração regional, da democracia, da valorização do trabalho e distribuição de renda, possibilitando desse modo a superação efetiva e duradoura da grande crise do capitalismo, e vincando uma alternativa própria que descortine novo horizonte para o país. Em segundo lugar, os fundamentos desse novo programa de governo podem constituir, nas condições atuais, a base para a celebração de uma ampla aliança, conformada com um centro político de es-



querda, possibilitando então a vitória e a governabilidade que garantam maiores conquistas democráticas e progressistas no período pós-Lula. Em terceiro lugar, trata-se da apresentação e construção de uma candidatura que encarne esse programa e que esteja comprometida com o novo tempo de avanço nacional, democrático e popular, sendo capaz de galvanizar o extenso prestígio de Lula.

Nosso Partido considera que, diante do nível atual da correlação de forças políticas e da experiência frentista do mandato do segundo governo Lula, é uma exigência política para o êxito do campo democrático e progressista a aliança básica entre os dois partidos mais votados nas últimas eleições, PT e PMDB. Igualmente é necessária, e para isso envidaremos esforços, a afirmação de um núcleo de esquerda na aliança, que possa dar maior consequência à realização do programa desenvolvimentista pós-Lula.

34 Avaliamos que, pelo nível do embate político atual, e em função dos êxitos dos mandatos de Lula – do seu amplo respaldo popular –, que em contraste com o período neoliberal de Fernando Henrique Cardoso significam verdadeira redenção nacional e democrática, quanto mais a eleição presidencial de 2010 assumir a forma de plebiscito, de polarização entre favoráveis e contrários ao ideário e às realizações de Lula, maiores serão as chances de vitória da candidatura sustentada pelo presidente.

Adquire característica singular no pleito de 2010 o proeminente papel da liderança de Lula no contexto nacional e continental, sendo este um fator decisivo para o êxito das forças democráticas e progressistas no Brasil e na região, impulsionando seu ascenso. Para isso, é imprescindível o esforço do presidente da República, assim como nossa capacidade de reunir, em torno dele e da candidatura que mereça o seu apoio, todas as forças possíveis de ser unidas no conjunto da construção do projeto pós-Lula.

Na perspectiva das tarefas políticas do PCdoB, assume prioridade a renovação do Congresso Nacional, que se dará na mesma ocasião das eleições presidenciais. Colocando no centro dos seus



esforços, o Partido procurará eleger uma bancada mais numerosa de deputados federais, que permita elevar o nível de intervenção partidária nacional a um patamar superior. Também é possível ampliar a bancada comunista no Senado Federal e até disputar eleição para governador de estado.

Na ótica do Partido Comunista é fundamental para o êxito do empreendimento liderado por Lula o protagonismo crescente dos movimentos sociais; estes, por sua vez, também têm total interesse na vitória desse bloco político. Nesse sentido, merecem nossa atenção e redobrado apoio as articulações unitárias das centrais sindicais dos trabalhadores em torno de suas bandeiras mais candentes, como a diminuição da jornada de trabalho sem redução do salário, a formalização plena do mercado de trabalho e a proposta da CTB de convocação de uma conferência nacional da classe trabalhadora (CONCLAT), na perspectiva de consolidação dessa unidade.

Alavancar os movimentos sociais na sua variedade de setores e funções, juntando-os num caudal político único no rumo democrático e popular e da soberania da nação é o meio para que possam exercer o papel de força motriz das mudanças de fundo.

35

## **O Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento – engate com o curso atual**

O governo inicia a superação do impacto da grande crise capitalista no país numa situação favorável, devido à sua ação em vários terrenos, protegendo a economia nacional, sustentando o crédito e o investimento público, ampliando o mercado interno e, principalmente, procurando garantir o nível de emprego e de renda. No quadro que emerge da grande crise capitalista salienta-se a rápida ascensão relativa da China – que pode se tornar a segunda maior economia do mundo em pouco tempo –, como também o desenvolvimento de Brasil, Índia e Rússia. Nosso país, superando determinados entraves, poderá se transformar na quinta maior economia do mundo em curto prazo.



No candente esforço atual para que o país retome mais rapidamente o nível acelerado de desenvolvimento começado em 2007 e abra caminho para a sustentação e o progresso do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, apresentamos uma proposta de plataforma de ação imediata contida na resolução política sobre a situação nacional. Mas duas questões salientes merecem atenção para o alcance de robusta retomada do desenvolvimento, sendo ambas pontos importantes do programa de governo pós-Lula: o ainda baixo nível dos investimentos e um câmbio excessivamente valorizado.

É preciso criar as condições necessárias para que o investimento público e privado atinja em termos imediatos pelo menos 21 % do PIB, indo a mais de 25% no médio prazo (chegou a 19% do PIB, caindo neste ano de crise para 15,7% no segundo trimestre). Essa seria a condição para se atingir um crescimento sustentado de mais de 6% do PIB anual. As medidas necessárias para atingir esse patamar apresentarão resultados em médio prazo.

36

Temos postulado uma reforma do sistema financeiro com o propósito de inverter a lógica rentista, visando à elevação do nível do crédito de longo prazo a juros amplamente acessíveis para os investimentos, permitindo então que se colham resultados melhores. Apoiamos também o projeto de novo marco regulatório do pré-sal, em tramitação no Congresso Nacional.

Quanto à valorização do câmbio, o problema merece solução imediata. O real é hoje uma das moedas que mais se valorizou no mundo. Esse processo é uma espécie de especulação às avessas. Seu efeito cumulativo acarreta dificuldades no fluxo de comércio, criando obstáculos para a indústria nacional e para a geração de empregos. Além disso, em paralelo com o crescimento das remessas de lucros e dividendos, eleva-se o déficit em conta corrente, o que parecia estar superado. É justa e deve ser saudada a primeira medida tomada pelo governo, de taxar em 2% por meio do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) os capitais estrangeiros que se dirigem à compra de ações em Bolsa e títulos de renda fixa.



Mas o debate de fundo dessas questões passa pelas lições brasileiras que devem ser sacadas desta fase pós-crise, cujas indicações apontam para o esgotamento do tripé baseado na ortodoxia neoliberal: rígidas metas de inflação ao custo de juros elevados, superávit primário pesado e câmbio flutuante. Cabe ao debate e à luta contra os interesses do setor rentista moldar um novo tripé alternativo para um novo regime macroeconômico - expansivo, de câmbio administrado, estável e competitivo, com um orçamento equilibrado voltado para o pleno emprego, e juros baixos, amplamente acessíveis.

## **Partido revolucionário renovado – para a nova luta pelo socialismo**

Nestes últimos quatro anos que medeiam entre o 11º Congresso e o atual, o PCdoB alcançou expressivos êxitos. O Partido formulou orientações para responder às exigências do curso político, conseguiu organizar uma vontade coletiva coesa capaz de se mobilizar por sua aplicação e foi capaz de desenvolver a elaboração teórica e constituir instrumentos necessários à sua difusão em várias camadas do povo.

Nosso Partido vive hoje uma fase de vigor e dinamismo na ação política e na edificação partidária. Estendeu sua intervenção e inserção nas lutas sindical e social em geral, e ampliou sua estruturação em todo o país. Amadureceu o pensamento programático e estratégico, dando concretude à nova luta pelo socialismo e à definição atual de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

O trabalho da direção nacional alcançou nova etapa, revolvendo métodos antigos que travavam a manifestação e a criação das ideias e da atividade prática mobilizadora, e aprofundando o método democrático e participativo na elaboração do pensamento e das exigências políticas para cada situação.

Os êxitos obtidos foram beneficiados pelo transcorrer da conjuntura política favorável na qual nossa atividade se desenrolou. O



segundo mandato do governo Lula dá-se num ambiente de maior alcance democrático e progressista, de afirmação da soberania e de avanços na união e integração da América do Sul. O governo também conseguiu superar com brevidade o impacto da grande crise do capitalismo no país.

O PCdoB, com a afirmação de destacadas lideranças políticas no Congresso Nacional, tem sido caracterizado como um grande parceiro na construção do que é hoje o governo Lula. Ao mesmo tempo, o Partido soube se aproveitar dessa situação favorável para impulsionar o processo no sentido das aspirações democráticas e populares.

Em meio à marcha da conjuntura mais favorável no Brasil e ao avanço do novo ciclo político democrático e anti-imperialista na América Latina, o PCdoB soube desde fevereiro de 2007 tirar proveito das consignas de mais “audácia” na política e de maior “afirmação” do Partido. Essa orientação ecoou e repercutiu em todo o Partido, implicando a mudança de nossa tática eleitoral quanto à participação nas eleições majoritárias, proporcionando importantes vitórias eleitorais.

Mesmo anteriormente, essa conquista de maior protagonismo já se manifestara em 2005, quando elegemos, no contexto de grave crise política, Aldo Rebelo para a Presidência da Câmara dos Deputados, e quando, em seguida, constituímos um bloco de esquerda parlamentar. Na esfera social, o principal fruto da conduta de audácia foi o apoio que tornou possível a fundação de uma nova central sindical, democrática e classista, no país, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Na esfera internacional houve grande alargamento de nossas relações bilaterais e multilaterais, seja entre partidos irmãos e amigos, seja através da participação em fóruns internacionais. Os comunistas brasileiros contribuíram para uma maior afirmação do Conselho Mundial da Paz, assumindo a Presidência dessa importante entidade internacional. Mas o empreendimento de maior relevância, do





qual o PCdoB constituiu-se como anfitrião, foi o 10º Encontro de Partidos Comunistas e Operários. Realizado pela primeira vez fora da Europa, o evento teve lugar em São Paulo com a presença de 65 partidos e organizações de todos os continentes.

## Política de quadros atualizada

No plano da institucionalização do avanço de nosso pensamento acerca da construção partidária, o último Congresso aprovou o novo estatuto do Partido. E o atual Congresso – refletindo esse desenvolvimento do pensamento de partido – apresentou para debate uma política de quadros comunistas para a contemporaneidade, sendo este o segundo documento mais discutido neste Congresso.

Esse documento formula diretrizes para uma política de quadros atualizada em conformidade com nossos princípios e com a etapa atual da luta de classes, que ocorre no contexto do que temos caracterizado como nova luta pelo socialismo, num tempo de contemporaneidade da teoria revolucionária, reformulação programática e síntese das lições das experiências socialistas, em que se pressupõem uma linha de resistência ativa e a acumulação estratégica de forças, numa combinação de reformas estruturais e rupturas que leve ao estágio da superação revolucionária do capitalismo. Como discorre o documento, essa política atualizada tem um ponto de partida: “quadros para este tempo, para essa missão concreta”.

Sempre há raízes ideológicas e políticas na base dos modelos e escolhas organizativas vinculados a um tempo determinado. Não há modelo único de construção do partido revolucionário, nem modelo único de quadro revolucionário. A política de quadros propõe, desse modo, novas respostas às questões da formação e do papel de uma variedade de tipos de quadros, assinalando que isso constitui a essência da construção e organização partidária comunista.

Os importantes êxitos conseguidos não devem escamotear nossos erros e insuficiências, sendo imprescindível apreender os ensi-



namentos numa atitude aberta e franca, tendo como norte o êxito político e a edificação de um partido revolucionário profundamente vinculado ao povo e por ele respeitado. Muitos são os desafios a enfrentar pela nossa condição atual diante de maiores exigências.

Consideradas as dimensões continentais do Brasil, ainda temos pequena força eleitoral, embora em expansão. Na situação imposta pela realidade da sociedade capitalista ainda não chegamos com nossas ideias e políticas para todos os trabalhadores e todo o povo. No terreno da organização e estruturação partidária ainda é inconstante e instável a composição de uma militância mais permanente e com caráter mais orgânico, sendo esta uma condição essencial para a identidade comunista na relação com os demais partidos, o que exige uma atitude consciente e persistente para manter e elevar o nível da estruturação orgânica partidária desde a base.

40 As tendências contrárias à nossa concepção revolucionária, que podem vicejar nos longos períodos de acumulação de forças, sem os choques e embates radicais de classes, permitem ensejar desvios e cedências que podem minar a unidade do partido e rebaixar seu objetivo estratégico. Na luta contra o dogmatismo estamos dando passos importantes, sendo decisivo para o estágio alcançado a superação de limites que entravam a emancipação do pensamento.

Mas perseguimos – desde o Congresso passado e os anteriores, manifestando-se isto na luta de ideias, na política e nos métodos – um embate contra as tendências ao pragmatismo e ao liberalismo. A rendição ao imediatismo, ao interesse autônomo de grupos, à perda de referências estratégicas, faz prevalecerem valores e políticas de instituições de fora do partido, assim como o relaxamento dos compromissos e liames partidários. Tudo isso, de diferentes formas, representa obstáculos que corroem a unidade do Partido e podem revisar o seu caráter de classe, minando a confiança na relação militante, exigindo do Partido atenção, luta ideológica e ação persistente.

Camaradas, realizamos o 12º Congresso com o Partido alcançando expressivos êxitos, ampliando sua influência política, numa

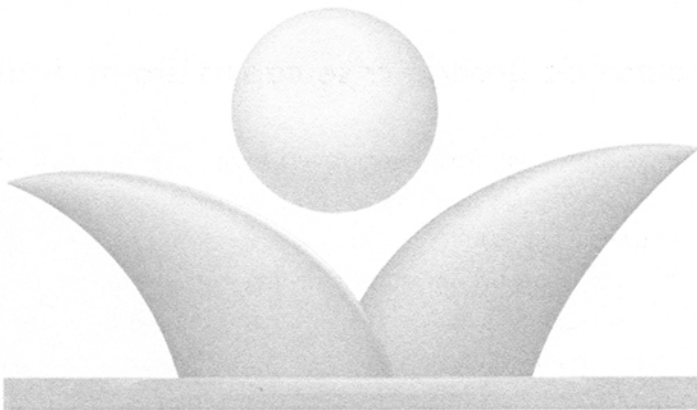


situação favorável inédita em sua extensa história, situação esta marcada por grandes acontecimentos políticos. O Partido tem sido forjado diante das novas e complexas exigências de nosso tempo, procurando reunir num imenso esforço a inteligência coletiva para tornar contemporâneo o nosso grande empreendimento revolucionário, sacudindo a poeira e a ferrugem do pensamento fossilizado, cultivando a concepção dialética, construindo defesas contra o afrouxamento de nossas convicções revolucionárias de transformar o Brasil e contribuir para plasmar uma grande torrente civilizatória em nosso tempo.

O 12º Congresso se realiza em data comemorativa da vitória da grande Revolução Socialista de Outubro de 1917, na Rússia. Esse extraordinário feito do proletariado foi o começo de uma grande época revolucionária, quando foram dados os primeiros passos do jovem sistema na cena da história. Somos os seus continuadores em nossa própria época. Somos integrantes da corrente marxista, revolucionária, mundial, aqui representada pelos queridos camaradas das delegações dos partidos comunistas e revolucionários do mundo inteiro. Mais uma vez reafirmamos: não percamos de vista o nosso grandioso ideal socialista. Estamos convencidos mais ainda de que o tempo nos dará razão.







# Resoluções



Delegados ao 12º Congresso votam resoluções





## Programa socialista para o Brasil

# O FORTALECIMENTO DA NAÇÃO É O CAMINHO, O SOCIALISMO É O RUMO!



Exposição exibida no hall do 12º Congresso retrata ciclos civilizatórios da nação brasileira

45

1) O PCdoB está convicto de que, no transcorrer das primeiras décadas do século 21, o Brasil tem condições para se tornar uma das nações mais fortes e influentes do mundo. Um país soberano, democrático, socialmente avançado e integrado com seus vizinhos sul e latino-americanos. Ao longo de mais de cinco séculos, apesar das adversidades, o povo brasileiro construiu uma grande Nação. Todavia, o processo conflituoso de sua construção trouxe para sua realidade presente um conjunto de problemas ao qual a atual geração de brasileiros está chamada a solucionar. As deformações e os dilemas acumulados ao longo da história, se não forem superados com rapidez, poderão conduzir o país a retrocessos.

2) A grande crise do capitalismo da época atual – a par dos riscos e danos – descortina um período histórico oportuno para o Brasil atingir um novo patamar civilizacional que solucione estruturalmente as suas contradições. Este novo passo é o socialismo renovado,



com feição brasileira. O socialismo é o sistema que pode realizar as potencialidades da Nação, defendê-la com firmeza da ganância estrangeira, e garantir ao povo, seu grande construtor, o direito a uma vida digna e feliz. Por isto, o socialismo é o rumo. O fortalecimento da Nação é o caminho. É imperativo, portanto, agora e já, a luta pela realização de um novo projeto nacional de desenvolvimento como meio para fazer o país progredir e avançar.

## I- Desafios históricos da construção da Nação

3) Nação nova, o Brasil forjou uma cultura original, base de uma civilização flexível, criativa, aberta e assimiladora, a despeito de estruturas sociais e políticas arcaicas persistentes. Embora jovem, o povo brasileiro foi temperado por conflitos e lutas – muitas vezes de armas nas mãos – pela liberdade e pelos direitos sociais, pela independência e a soberania do país. Tal processo marcou sua história com o fio vermelho do sangue derramado desde a resistência indígena e dos africanos contra a escravização, passando pelo enfrentamento heroico às ditaduras, até as lutas operárias e populares características de nosso tempo. O povo é o herói e o autor da nacionalidade, o empreendedor dos avanços ocorridos no país. Ele resulta do amálgama, através da miscigenação e da mestiçagem, de três grandes vertentes civilizatórias: os ameríndios, os negros africanos e os portugueses. O processo histórico dessa formação foi doloroso, marcado pela escravidão e pela violência, condicionado pelos interesses de uma elite colonizada. Mas a síntese é grandiosa: um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade. São características que se enriqueceram com aportes de contingentes de outras nacionalidades europeias, asiáticas e árabes que emigraram para o país desde o final do século 19. A mescla da base de cultura popular, de origem índia e africana fundiu-se com os elementos europeus dominantes, gerando a cultura brasileira – um dos elementos marcantes da identidade nacional. A condição de povo uno, no presente, é um trunfo do Brasil que, ao contrário de outras





nações, não enfrenta grupos étnico-nacionais que reivindiquem autonomia ou independência frente à Nação e ao Estado.

## **O primeiro ciclo civilizacional brasileiro: Formação do povo, da Nação e do Estado**

4) A ideia vitoriosa, de uma nação autônoma e um povo livre, germinou e se fortaleceu no conflito contra o domínio colonial. Um desses marcos criativos de afirmação da nacionalidade ocorreu no século 17, com a expulsão dos holandeses que ocuparam o Nordeste. Todas as forças da Colônia – clero, camadas pobres, escravos e negros livres e índios, estes últimos liderados por Felipe Camarão – uniram-se na campanha que derrotou, sem a ajuda de Portugal, a principal potência de então, Holanda. Fato decisivo na consolidação e unidade do território que veio a formar o Brasil.

5) A Independência foi fruto de um processo cumulativo resultante de lutas, que possibilitou a ruptura em 1822. Ao contrário do que proclama a historiografia oficial, não foi uma doação da Metrópole portuguesa, e sim das jornadas populares de Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, e nos campos de batalha em Bahia, Maranhão e Piauí. O rompimento com a opressão colonial tem raízes nas guerras do século 17 contra os holandeses; na Conjuração Mineira de 1789, que projeta o perfil heroico do alferes Tiradentes; na Conjuração Baiana de 1798. O processo da Independência do Brasil passa pelo episódio do 7 de setembro de 1822, mas vem de muito antes e vai até muito depois, com destaque para o 2 de julho de 1823 da Bahia. A conquista da autonomia política não significou, porém, a derrota dos setores agromercantis – aliados internos da exploração estrangeira, principalmente a inglesa – que permaneceram à frente da política, da economia e da sociedade. O projeto autonomista e democrático de José Bonifácio foi deixado de lado e substituído pelo programa dos latifundiários, dos traficantes de escravos e da Casa de Bragança. Isso estimulou heroicas



rebeliões de natureza republicana e democrática: a Confederação do Equador no Nordeste; a Cabanagem no Pará; a Balaiada no Maranhão; a Farroupilha no Rio Grande do Sul; a Sabinada na Bahia; a Praieira em Pernambuco, massacradas pelo regime monárquico escravista. Ao final do Império, objetivamente, a unidade nacional estava consolidada e o Brasil detentor de um território continental.

6) O predomínio conservador não eliminou o anseio por liberdade e democracia, que logo assumiu a luta pela divisão das terras, autonomia do país, pela Abolição e pela República. A Abolição resultou de um vasto movimento de massas, que incluiu os escravos rebelados – cujo símbolo histórico é Zumbi dos Palmares –, os setores médios das cidades, a intelectualidade avançada e os primeiros elementos da classe operária. O ato emancipatório se materializou sem a distribuição de terras aos libertados e sem garantir-lhes condições de sobrevivência. Estes limites não tiram a grandeza da Abolição. Foi uma conquista que eliminou o escravismo. Todavia, a sua longa duração deixou marcas, que permanecem no racismo e na condição de vida dos negros.

48

7) A obra renovadora da Abolição foi completada em 1889 pela República, um antigo anseio da construção democrática do Brasil. A República ficou, depois de muita luta, sob o domínio das forças conservadoras, frustrando o programa republicano mais avançado, que concebia o Estado como instrumento para promover a democracia, a integração nacional, o desenvolvimento, a distribuição de terras e a afirmação da soberania nacional.

## **O segundo ciclo civilizacional: Estado “nacional-desenvolvimentista”, direitos trabalhistas, progresso educacional e cultural**

8) O movimento de 1930, liderado por Getúlio Vargas, derrubou a República Velha – das oligarquias – e abriu uma nova etapa da vida do país. Os prenúncios de 1930 vêm dos férteis anos da



década de 1920, com o movimento tenentista, os levantes de 1922, 1924 e a heroica Coluna Prestes; a fecunda Semana de Arte Moderna; as grandes lutas operárias do início do século 20 e as greves gerais (1917 e 1919); e a fundação do Partido Comunista do Brasil, que marca a entrada consciente do proletariado na luta política. O movimento de 1930 introduziu o Brasil no século 20. Instituiu o voto feminino. Criou o salário-mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e começou a implantar a seguridade social. A fase mais expansiva do desenvolvimento nacional foi o período de 1930 a 1980. Entre os países capitalistas o Brasil foi o que mais cresceu.

9) O desenvolvimento capitalista brasileiro foi marcado por ter sido tardio, deformado, desigual e sob dominação imperialista. Duas classes ganham relevância: o proletariado, principalmente urbano, e a burguesia industrial, que viria a ser a classe hegemônica, substituindo a oligarquia agrário-exportadora. O Estado foi o principal instrumento da promoção do desenvolvimento. O elemento fundamental do financiamento da economia foi o capital estatal, com participação do capital privado nacional e estrangeiro. Houve a transição da economia agrário-exportadora para a industrial urbana. Formou-se um espaço econômico integrado e um mercado interno. Nos anos 1940, há a criação da siderurgia nacional. No segundo governo de Getúlio Vargas foram criados grandes empreendimentos estatais, entre eles a Petrobras, surgida no curso da campanha cívica “O Petróleo é Nosso!”, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). E foi estabelecido o monopólio estatal do petróleo. A partir da segunda metade dos anos 1950, intensificou-se a abertura para o capital estrangeiro, com facilidades à implantação das transnacionais. O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek contribuiu para alargar o processo de industrialização.

10) O sistema de propriedade predominantemente latifundiário foi mantido. O capitalismo apoiado pelo Estado avançou no campo, e a produção agropecuária aumentou muito. Ela se desenvolveu tecnologicamente e se interiorizou rumo ao Centro-Oeste e ao Norte.

11) Esse processo político se deu através de uma série de rup-



turas parciais, seguidas de recomposições, entre forças sociais distintas e heterogêneas. As Forças Armadas da década de 1940 até os anos 1980 atuaram intensamente na esfera política, promovendo golpes antidemocráticos. O imperialismo estadunidense interveio na vida política do país. Em geral, esse percurso de 50 anos está marcado por períodos ditatoriais e de democracia restrita, com severas limitações às liberdades políticas, à participação democrática do povo, e de dura perseguição ao Partido Comunista do Brasil e demais forças revolucionárias. Mesmo assim os trabalhadores e as massas populares realizaram mobilizações decisivas às conquistas alcançadas. A luta dos comunistas, embora atuando sob duras condições, foi permanente para a construção do Brasil.

12) Entre 1930 e 1980, a população mais que triplicou e urbanizou-se. As camadas médias expandiram-se. A concentração de renda e riqueza se deu com índices entre os mais altos do mundo. O Brasil reforçou a sua identidade nacional. Foram constituídos aparelhos públicos de educação, produção científica e políticas para a cultura que ajudaram a elevar a nível superior a formação de uma cultura e de uma identidade brasileiras.

50

## **Esgotamento do “nacional-desenvolvimentismo”**

13) O golpe militar de 1964 ceifa o governo democrático de João Goulart e susta a realização das reformas que dinamizariam o desenvolvimento. O próprio golpe simboliza as adversidades internas e as imposições do imperialismo contra o projeto nacional. O esgotamento do “nacional-desenvolvimentismo” já começa a se manifestar no curso da crise capitalista mundial de meados dos anos 1970. Os governos militares, após o período do “milagre econômico”, a enfrentam lançando o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento que dá fôlego para a continuidade da fase desenvolvimentista até 1981. O esgotamento desse ciclo de 50 anos deveu-se à fadiga do sistema de financiamento do modelo, seja pela via inflacionária, seja pela via do pesado endividamento externo – principalmente nos



anos 1970 –, que deu origem à crise da dívida pública na década de 1980. O país foi submetido ao controle e à receita de recessão, desemprego e arrocho salarial do Fundo Monetário Internacional (FMI).

14) O período econômico de 1981 a 2002 é negativo: duas “décadas perdidas”. O legado positivo é a redemocratização conquistada em 1985, após grandes mobilizações populares pelas liberdades democráticas, Anistia, Constituinte e Diretas Já. A Constituição de 1988, mesmo com suas limitações, deu ao país um arcabouço jurídico e político democrático, além de incorporar importantes conquistas sociais. Ao final da década de 1980, os setores burgueses, em especial a burguesia industrial, tinham perdido força e já não eram mais capazes de liderar um projeto nacional de desenvolvimento.

## **Domínio do neoliberalismo e decadência nacional**

15) Nos anos 1990, a partir do governo Collor – mas sobretudo nos de Fernando Henrique Cardoso –, o ideário neoliberal é aplicado com radicalidade, mesmo tendo havido luta popular. Sua “herança maldita” inclui desmonte do Estado nacional, privatização criminosa e corrupta do patrimônio público, desnacionalização da economia, livre curso à financeirização, maior dependência, semiestagnação. No plano político, a democracia foi maculada pelo autoritarismo e pela mutilação da Constituição. No plano social, cortou direitos trabalhistas e agravou a degradação social. A Nação, aviltada, retroage.

## **A vitória de Lula: uma mudança significativa**

16) A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República, em 2002, é um marco na história recente. Abriu novo ciclo político no país, com o ascenso ao centro do poder de forças democráticas e progressistas. A decadência nacional começou a ser



revertida e a resistência ao neoliberalismo passou a se realizar em melhores condições. Numa dinâmica de acirrada batalha política a democracia floresceu, a soberania foi fortalecida e o povo obteve conquistas. Esta viragem sinalizou uma nova via de desenvolvimento e o começo real de sua retomada a partir de 2005. Pelas circunstâncias históricas o governo Lula, desde seu início, expressou uma dualidade de interesses em função do acordo político que foi levado a selar. Dualidade que implicou compromissos e limites na definição e consecução da transição para um projeto de desenvolvimento nacional, que pudesse responder às contradições fundamentais da realidade brasileira. O governo teve de superar a grave crise que herdou. Ele livrou o país do projeto neocolonizador da Alca e pôs fim à tutela do FMI sobre o país. Essa tomada de posição permitiu-lhe retomar o desenvolvimento, ainda com limitações, voltado para soberania, ampliação da democracia, distribuição de renda e integração da América do Sul.

52

## O desafio da contemporaneidade

17) O desafio, na atualidade, é conduzir o processo político a um patamar mais promissor. O Brasil precisa e tem condições de efetivar um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND) com realizações arrojadas. Este projeto é chamado a suplantar os impasses e deformações resultantes das vicissitudes da sua história política e socioeconômica. A remoção dos obstáculos acumulados exige soluções relacionadas à elaboração do NPND.

18) As contradições estruturais e fundamentais da realidade brasileira exigem como resposta consequente superar:

a. **A condição de nação subjugada, “periférica”.** Afirmar e defender a nação contra as investidas e imposições imperialistas e hegemônicas. Conformar a união da luta patriótica com as demandas democráticas e sociais no seio do povo. O verdadeiro fortalecimento da Nação exige sustentação popular baseada no avanço democrático;



**b. a condição de Estado conservador, sob controle dos círculos financeiros.** Em defesa do Estado democrático, laico, inovador, que garanta ampla liberdade para o povo e sua participação política na gestão do Estado;

**c. a condição de economia dependente e de desenvolvimento médio,** na divisão internacional do trabalho imposta pelas grandes potências. Liberar-se da dependência econômica, científica e tecnológica; suplantando a estrutura de produção centrada em produtos primários; e a elevada concentração da renda e do patrimônio;

**d. a propriedade latifundiária improdutiva ou de baixa produtividade,** obstáculo ao aumento da produção e da democratização da terra;

**e. a defasagem da renda do trabalho em relação à renda do capital,** que ocorre em proporção elevada. Não se constrói uma economia moderna e avançada, com um regime de trabalho desvalorizado e a redução de direitos trabalhistas;

**f. as desigualdades sociais e as tensões no seio do povo.** Ter o desenvolvimento como fator de distribuição de renda e progresso social. Estabelecer reformas que universalizem os direitos sociais; combater o racismo, a homofobia; combater a intolerância religiosa;

**g. as desigualdades regionais** que concentraram o progresso e a riqueza nas regiões Sudeste e Sul, impondo um pesado ônus às demais regiões;

**h. as barreiras e os limites à emancipação das mulheres,** alimentados pela lógica do capital e pelos preconceitos de gênero. Apesar das conquistas alcançadas, as mulheres continuam discriminadas no trabalho e na vida, vítimas de violência, cerceadas ao exercício de postos nas instâncias de decisão e poder. A Nação perde força e deixa de contar com todo o potencial de mais da metade de sua população;

**i. a degradação ambiental,** resultante de concepções e práticas predatórias, responsável pela poluição ambiental e destruição de parte das florestas, dos recursos hídricos, da fauna;



**j. as vulnerabilidades da cultura e da consciência nacional,** decorrentes da pressão ideológica de valores nocivos à afirmação da soberania do país, provenientes do monopólio midiático e da indústria cultural, estrangeiros e locais; e

**l. a condição de país voltado primordialmente para os EUA e a Europa.** Sustentar e aprofundar a linha de integração sul-americana, latino-americana, de parcerias estratégicas com países e com regiões da “periferia” e de diversificação comercial externa, iniciada no período do governo Lula.

19) Em nossa época, a superação dessas contradições ganha a dimensão de conquista estratégica. É condição para um desenvolvimento avançado e um futuro de bem-estar social. O Brasil vive uma encruzilhada histórica: ou toma o caminho do avanço civilizacional, ou se submete ao jugo das grandes potências e à decadência socioeconômica. Conforme indica a tendência histórica objetiva, a solução viável hoje é o Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, caminho brasileiro para o socialismo. Convicto quanto à viabilidade desta alternativa derivada da dinâmica histórica da construção do país, o Partido Comunista do Brasil apresenta aos brasileiros o seu Programa.

54

## II – Programa Socialista para o Brasil

20) O objetivo essencial deste Programa é a transição do capitalismo ao socialismo nas condições do Brasil e do mundo contemporâneo. O socialismo tem como propósito primordial resolver a contradição essencial do capitalismo: produção cada vez mais social em conflito crescente com a forma de apropriação privada da renda e da riqueza. Como sociedade superior, deve distribuir os bens e a riqueza conforme o resultado da quantidade e qualidade do trabalho realizado. É uma sociedade de alta produtividade social do trabalho, superior à do capitalismo. Não é uma exigência voluntarista, decorre do avanço da consciência social. É resultado objetivo do desenvolvimento científico e tecnológico, do salto das forças produtivas





que o capitalismo é incapaz de colocar a serviço da humanidade. Consiste na edificação de um poder de Estado dos trabalhadores, e da predominância das formas de propriedade social dos meios de produção. É um sistema comprometido com a solidariedade entre as nações, com a política de paz e de cooperação entre os Estados, opositor resolutivo da agressão imperialista e defensor da amizade entre os trabalhadores e povos do mundo.

## O socialismo inicia seus passos na história

21) Historicamente, o socialismo vive ainda sua infância. Deu seus primeiros passos, no século passado, com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Mesmo sob circunstâncias adversas, conheceu um ciclo de edificação. Seu legado é precioso. Influenciou em várias dimensões a marcha da humanidade por conquistas civilizatórias. Aquela experiência, embora frondosa, foi derrotada. Mas, o socialismo prossegue no cenário mundial renovado e rejuvenescido pelas lições da história. Entre elas, destaca-se o aprendizado de que não há modelo único nem de socialismo e nem de revolução. Também não há passagem direta do capitalismo para o socialismo. Sua edificação passa por um período de transição, com etapas e fases. Sua conquista e construção adotam caminho peculiar, sujeito, em cada realidade, às particularidades históricas, econômicas, sociais, culturais, étnicas de cada nação, e à correlação de forças no âmbito do sistema de poder mundial. Com pertinácia, reformas e renovações, ao modo de cada um, China, Vietnã, Cuba, República Popular Democrática da Coreia e Laos tiveram capacidade para resistir e manter hasteada a bandeira do socialismo. Agregam-se a essa renovação, em um estágio inicial, as jovens experiências da América Latina. Os governos de três países proclamaram a determinação de realizar a transição do capitalismo ao socialismo: Venezuela, Equador e Bolívia. Destaca-se ainda o fértil regime democrático da África do Sul. No alvorecer do século 21 emerge uma nova luta pelo socialismo.



## Capitalismo, um sistema esgotado historicamente

22) A nova jornada libertária brota da resistência do movimento revolucionário, do avanço da consciência e luta dos trabalhadores, do enriquecimento da teoria transformadora e, objetivamente, da senilidade do capitalismo. Depois de 300 anos de existência, é um sistema esgotado historicamente, embora ainda dominante política e ideologicamente. Já na passagem do século 19 para o 20, atingiu sua etapa imperialista. Desde então perdeu o papel progressista e civilizatório que havia tido na superação da milenar sociedade feudal. A humanidade sob seu domínio tem padecido enormemente. Em vez da paz, a guerra; em vez da liberdade, as ameaças constantes à democracia. Condena milhões à fome e ao desemprego. Aumenta a exploração sobre os trabalhadores. Em busca do lucro máximo, destrói a natureza. Na contemporaneidade, ele exacerbou tais conteúdos e características. O capital financeiro agigantou-se. O rentismo desenfreado se sobrepôs à produção. A soberania dos países e a autodeterminação dos povos são desrespeitadas e nega-se à maioria das nações o direito ao desenvolvimento. Agravaram-se, também, os conflitos entre as potências imperialistas. Capitalismo se torna cada vez mais sinônimo de crise, superexploração, violência. Esta realidade realça os seus limites históricos e impõe a construção de alternativas.

56

## Mudanças na realidade mundial

23) A nova luta pelo socialismo se dá num mundo em mudanças nas suas relações de poder no século 21. Está em curso uma transição do quadro de dominação unipolar que marcou o imediato pós-Guerra Fria, com a intensificação de tendências à multipolarização e à instabilidade no sistema internacional. Transição cuja essência é marcada pelo declínio relativo e progressivo dos EUA e pela rápida ascensão da China socialista. Essas tendências são fomentadas e alimentadas pela dinâmica de desenvolvimento desigual do capitalismo



que tende a se intensificar com a crise internacional desse sistema. Tem sido fator importante, também, a crescente luta dos trabalhadores e dos povos. Assim, por um lado, a crise econômica atual tende a agravar o declínio da hegemonia dos Estados Unidos, embora estes ainda preservem ampla supremacia de poderio militar. Por outro, as tendências em curso não delineiam ainda uma nova correlação de forças entre as forças revolucionárias e contrarrevolucionárias em escala mundial, que continuam a prevalecer apesar da acumulação dos fatores de mudanças progressistas e revolucionárias.

## **A transição do capitalismo ao socialismo no Brasil**

24) O presente Programa do PCdoB não trata da construção geral do socialismo, mas da transição preliminar do capitalismo para o socialismo. Traça o caminho, segundo a realidade atual, para reunir as condições políticas e orgânicas da transição. A questão essencial, e o ponto de partida para a transição, é a conquista do poder político estatal pelos trabalhadores da cidade e do campo. Este triunfo exige o protagonismo da classe trabalhadora. Papel que requer elevação de sua unidade e de sua consciência no plano político e social e apoio de seus aliados. O leque de alianças abarca os demais setores das massas populares urbanas e rurais, as camadas médias, a intelectualidade progressista, os empresários pequenos e médios, e aqueles que se dedicam à produção e defendem a soberania da Nação. A participação da juventude e das mulheres é fator destacado para a vitória deste objetivo.

25) O Partido Comunista do Brasil – organização política de vanguarda da classe operária e do povo trabalhador, apoiada na teoria revolucionária marxista-leninista – empenha-se em conjunto com outras organizações e lideranças políticas avançadas, pela vitória do empreendimento revolucionário. Luta pela construção de uma nova formação política, econômica e social. Somente o socialismo é capaz de sustentar a soberania da Nação e a valorização do trabalho, no esforço comum da edificação de um país soberano, democrático,



solidário. Por sua vez, o socialismo não triunfa sem absorver a causa da soberania e da afirmação nacional.

## **Poder, construção econômica, luta de ideias**

26) O poder político conquistado por essas forças, expresso na nova República de democracia popular, tem potencial para iniciar a edificação do novo Estado democrático. Estado de base popular, com legalidade democrática, não liberal, de ampla liberdade política para o povo, que conduzirá a transição para o socialismo, na sua etapa preliminar de construção.

58 27) Por surgir das entranhas do modo de produção capitalista e das suas instituições, a transição para a nova sociedade ainda terá uma economia mista, heterogênea, com múltiplas formas de propriedade estatal, pública, privada, mista, incluindo vários tipos de empreendimentos, como as cooperativas. Poderá contar com a existência de formas de capitalismo de Estado, e com o mercado, regulados pelo novo Poder. Todavia, progressivamente devem prevalecer as formas de propriedade social sobre os principais meios de produção.

28) A transição estará sujeita à reação dos valores e das formas da velha sociedade. Em síntese ela transcorre sob a disputa inexorável entre dois caminhos, e condicionada pelo contexto da correlação de forças em plano mundial. Desta circunstância resulta uma situação que definirá o processo, as formas de luta, o ritmo e o êxito das novas formações político-institucionais, econômicas e sociais.

## **O desafio do terceiro ciclo civilizacional**

29) O Programa atual de transição para o socialismo está situado historicamente. Procura responder, na dinâmica da evolução política brasileira, à exigência histórica contemporânea de um novo avanço civilizacional. Este consiste na afirmação e no fortalecimento da Nação, na plena democratização da sociedade e no progresso



social que a época demanda. Esta exigência decorre da existência já de uma base técnico-científica que permite grandes passos para a conquista de uma sociedade avançada. O sistema capitalista, gerador dessa base moderna de forças produtivas, tornou-se incapaz de utilizá-la como impulsionadora de nova fase do progresso social. Conforme indica a tendência histórica objetiva, a solução viável é o socialismo. Contudo, na atualidade, o alcance do socialismo não é imediato. É preciso reunir condições e meios políticos e orgânicos para se conseguir a transição para esse novo sistema. O Programa atual está situado nessa perspectiva, voltado para responder a esse grande desafio perante a encruzilhada histórica.

30) A transição para o socialismo, na dinâmica concreta da revolução brasileira, está destinada a ser o terceiro grande salto civilizacional afirmativo da nação brasileira. Tem um conteúdo nacional, democrático e popular. Buscará completar e consolidar essas tarefas, indo além das reformas não concluídas pelo processo político atual. É, portanto, uma transição revolucionária, de rupturas profundas, imprescindíveis ao progresso civilizacional. A combinação e o avanço da luta nacional, democrática e popular, que se complementam, são a condição principal para a transição preliminar ao socialismo. É verdadeiramente nacional o que é popular, e uma profunda democracia incorpora o povo e lhe dá poder real. A verdadeira independência e afirmação do país, e o pleno avanço democrático e social só serão possíveis com a abertura da via para o socialismo.

59

## Hegemonia e acumulação de forças

31) A conquista da hegemonia pelas forças interessadas na transição ao socialismo exige acumulação de forças de caráter revolucionário via reformas estruturais e rupturas. Tal processo tem dois eixos básicos: o político e o prático. O primeiro é o movimento pela aplicação deste Programa, pelo crescimento e fortalecimento partidário e de demais forças progressistas. O segundo, a inter-relação de três tarefas fundamentais imprescindíveis que, conjugadas na evolução do pensamento do PCdoB, adquiriram um fundamento



que orienta sua ação prática. Tais tarefas são: relacionar a atuação na esfera institucional – governos democráticos e parlamentos e a construção de frentes amplas – com a intervenção política que tem por fim a mobilização e a organização das massas trabalhadoras e do povo, fonte principal de crescimento do Partido e força motriz fundamental das mudanças; e a participação criadora e permanente na luta de ideias, com a finalidade de responder aos desafios da luta presente e futura.

32) Antes de alcançar o objetivo estratégico, há a possibilidade de ocorrer, em países da “periferia” do sistema mundial e de democracias recentes como o Brasil, formas de poder transitório que durem mais, ou menos, tempo de equilíbrio contestado e instável. Tal poder pode até mesmo não apresentar uma preponderância nítida de uma classe dominante, situação favorável para se atingir relativo progresso. Esta possível circunstância pode resultar em conquistas. No entanto, a permanência dessa situação não garantiria o êxito pleno das tarefas necessárias, podendo também se desencaminhar de rumo.

60

## **Novo Projeto Nacional, caminho brasileiro para o socialismo**

33) O presente Programa traça o caminho, isto é, faz indicações sobre meios políticos e organizativos que possam levar à vitória da conquista da República de democracia popular, condutora da transição para o socialismo. O caminho para se alcançar esse objetivo maior consiste no delineamento e execução de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento (NPND). Seu conteúdo deve partir das condições políticas e econômicas do Brasil e do mundo, do nível de organização e mobilização das massas populares e do âmbito eleitoral que, na atualidade, é o cenário das batalhas políticas principais na luta pelo poder.

34) A vitória das forças democráticas, progressistas e populares em eleições presidenciais impulsionará a luta pela aplicação do



NPND. A derrota, ou o êxito, eleitoral da tendência política avançada, ou circunstâncias políticas imprevisíveis, podem influir na trajetória e no nível das batalhas, na correlação de forças e nas condições de luta. Todavia, em qualquer situação, a transição ao socialismo deve ser o norte constante do PCdoB.

35) A grande crise global do capitalismo da época atual – cuja fase aguda começou em setembro de 2008 – atingiu o Brasil em pleno crescimento, impondo medidas emergenciais e estruturais. Ela criou uma situação mundial e nacional nova para a contínua exigência de novo Projeto Nacional, e o nível das lutas para tanto. A formulação de tal projeto adquire uma dimensão inédita, requer respostas políticas e econômicas que não se limitem a remediar o impasse gerado pela grande crise do capitalismo. Impõe-se distinguir novas oportunidades e caminhos.

36) A elaboração de um NPND deve considerar o impacto dessa grande crise, tal como em 1929-1933, quando o Brasil soube aproveitar as contradições das grandes potências capitalistas para se industrializar. Na atualidade, porém, o PCdoB defende um projeto nacional vinculado à perspectiva da transição ao socialismo. Este nítido norte aprofunda e dá um rumo conseqüente à sua execução. A luta em todos os terrenos pela sua concretização eleva a consciência política e social, obtém vitórias e acumula forças. Esta conduta visa ao alcance da hegemonia dos interesses dos trabalhadores e da maioria da Nação. É um meio de aproximação da conquista do poder que instaure o novo Estado de democracia popular.

61

## **Essência, alvos e alianças**

37) O Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, nas condições atuais, deve atingir patamar superior em relação ao aplicado no período político aberto pelo governo Lula. Ele tem essência anti-imperialista, antilatifundiária e antioligarquia financeira e visa a suplantare a fase neoliberal, de culminância do capital rentista e parasitário. Seu fundamento programático compreende a luta pela



soberania e defesa da Nação, a democratização da sociedade, o progresso social e a integração solidária da América Latina.

38) A aliança política para sua concretização tem como alvo atingir e derrotar os setores políticos e sociais pró-imperialistas e os grandes beneficiários de sua rede rentista-especulativa. Ou seja, visa a derrotar os setores que se separaram da Nação e se uniram aos espoliadores estrangeiros. Noutra plano, se buscará neutralizar outros setores capitalistas. Esta nitidez quanto aos alvos permite configurar uma larga frente política e social que tem como centro os trabalhadores e engloba amplos segmentos da Nação.

## Tarefas, conteúdo, principais bandeiras

39) O NPND deve responder a um conjunto de tarefas fundamentais: construção de uma nação democrática, próspera e solidária, de um Estado democrático e inovador de suas instituições; um país de alta tecnologia, avançado na indústria do conhecimento e grande produtor de alimentos e energia; vida digna para o povo. Iguais oportunidades e universalização dos direitos básicos; desenvolvimento contínuo e ambientalmente sustentável; afirmação e florescimento da cultura brasileira e da consciência nacional; aprofundamento e consolidação da integração da América do Sul e das parcerias estratégicas em âmbito mundial.

40) **Fortalecimento e defesa da Nação.** União de interesses nacionais em conjugação com as reivindicações sociais e a ampla participação democrática do povo. Isto se manifesta numa ação comum nacional contra os intentos de dominação imperialista na região, na luta para vencer a dependência econômico-financeira, científica e tecnológica e cultural. Na definição e execução de uma estratégia de defesa nacional que assegure ao país a soberania sobre seu extenso território. De desenvolvimento nacional associado aos seus vizinhos sul e latino-americanos que abra perspectiva para uma nova formação política, econômica e social avançada em todo o continente.





41) **Edificação de um Estado democrático, inovador.** Imprimir uma marcha contínua do desenvolvimento, de ampla liberdade política para o povo. Combinação entre democracia representativa e democracia direta, ampla participação e consulta popular na decisão dos temas de grande interesse nacional. Inovação institucional com o financiamento público de campanhas eleitorais e voto no partido. Rigoroso zelo com o patrimônio e os recursos públicos. Garantir os serviços públicos de qualidade. Democratização do Poder Judiciário, assegurando acessibilidade de uma justiça ágil ao povo e controle externo para garantir gestão eficaz. Implantação das ouvidorias para criar canais de participação popular. Fixar mandato para ministros do Supremo Tribunal Federal, acabando com a vitaliciedade e possibilitando alternância. Fortalecer as Forças Armadas enquanto instituições comprometidas com a ordem democrática e indispensáveis para defender a soberania nacional. Garantia do direito à comunicação, com a abertura de acesso gratuito aos meios de comunicação de massa, em prol dos partidos e dos movimentos sociais. Regime federativo que permita associar os três níveis da Federação em iniciativas e planos conjuntos.

42) **Nação desenvolvida, potência energética, com progresso da ciência, da tecnologia e da inovação.** Definir um Planejamento Estratégico de Desenvolvimento. Seu conteúdo indica robusto investimento público e forte papel regulador do Estado. Buscar a condição de potência energética explorando, soberanamente, as reservas de petróleo, em especial da área do pré-sal e com a diversificação da matriz, biocombustíveis, energias renováveis e domínio do ciclo completo do átomo para fins pacíficos. Construção permanente de ampla infraestrutura, sobretudo de malha ferroviária que cubra o território nacional, montagem dos meios para estender a navegação fluvial e de cabotagem e edificação de portos. O planejamento deve englobar decisões de uma política econômica expansiva, de ampliação e fortalecimento do mercado interno e das empresas nacionais. Construção de uma base industrial voltada para a produção de maior valor agregado e de instituições e regras que



criem um sistema avançado de inovação tecnológica permanente. Definição de marcos regulatórios conforme as regiões de exploração agrícola. Destinar terras para a exclusiva produção de alimentos; o plantio dos elementos agrícolas para produção de energia; e a conservação e utilização científica da biodiversidade, especialmente, na indústria farmacêutica.

43) **Valorização do trabalho.** Reversão da atual transferência de renda da esfera do trabalho para o capital. Democratizar o sistema de relações sociais do trabalho, a partir de aperfeiçoamento e atualização da CLT e com a garantia plena da organização sindical desde o local de trabalho. Lutar por mais empregos, melhores salários; salário igual para trabalho igual entre homens e mulheres; pelo respeito e ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários; pela formalização do mercado de trabalho; e, sobretudo, pela redução constitucional da jornada de trabalho sem redução salarial, com base nos avanços da produtividade do trabalho.

64 44) **Vida social harmônica.** Resolver as contradições e tensões existentes no âmbito do povo; promoção da igualdade social para que avance a construção de uma sociedade solidária e humanista. Luta prioritária contra o racismo e por políticas de promoção da igualdade social para os negros; proteção, harmonização, efetivação e garantia dos direitos das etnias indígenas. O Estado combaterá as opressões e discriminações que desrespeitem a liberdade religiosa, e a livre orientação sexual. Garantia dos direitos de crianças, adolescentes, jovens e idosos, e políticas de acessibilidade universal para as pessoas com deficiência. Tratamento das tensões e diferenças no âmbito do povo sempre em prol do fortalecimento da unidade da Nação.

45) **Superar desigualdades regionais.** Desenvolvimento harmônico e integrado. Medidas de redução progressiva das desigualdades regionais, garantindo o progresso de todas as regiões. Política de desenvolvimento especial para Nordeste, Norte e Centro-Oeste, baseada em fortes investimentos públicos e incentivos fiscais. Revitalização, fortalecimento e criação de entes estatais, como: Su-



dene e Banco do Nordeste; Sudam e Banco da Amazônia; Sudeco e a criação de um Banco de fomento para a região Centro-Oeste.

46) **Emancipação das mulheres.** É uma condição para o progresso social. Aproveitar o imenso potencial das mulheres, hoje relativamente adormecido, mas que sustenta a acumulação capitalista, libertando suas energias. A emancipação das mulheres é obra da luta em primeiro lugar delas próprias. Entretanto, a transformação nas relações entre gêneros e a igualdade integral de direitos, na lei e na vida, necessitam do empenho da sociedade. Assegurar tais direitos na esfera do trabalho, da educação e saúde, e adotar políticas públicas de combate à violência praticada contra as mulheres.

47) **Proteção do meio ambiente.** Soberania nacional, desenvolvimento e proteção do meio ambiente, compatíveis com as atuais exigências de um desenvolvimento sustentável. Luta que promove o avanço civilizacional e é indispensável para garantir a qualidade de vida no planeta. Superar a concepção dos defensores tanto da exploração predatória (segundo a qual o crescimento econômico é tudo e a proteção ambiental, nada) quanto do “santuarismo”, ou seja, o preservacionismo estático da natureza, que paralisa o desenvolvimento. Combate ao desmatamento, defesa da fauna, dos recursos hídricos. Planejamento do uso e ocupação do solo, zoneamento econômico-ecológico e estímulo ao uso de energias renováveis. Proteção de todos os biomas do país, com destaque para a Amazônia. É necessário assegurar o equilíbrio ecológico e promover o desenvolvimento socioeconômico que garanta ao povo trabalho e vida digna.

48) **Defesa da cultura brasileira.** Luta permanente por sua afirmação e seu florescimento. Enfrentamento da pressão ideológica que atua para impor uma hegemonia cultural e ideológica estrangeira, em tudo distinta do salutar intercâmbio entre os povos. Garantir o fomento às linguagens artísticas e expressões culturais. Preservar o patrimônio histórico material e imaterial de todas as regiões e manifestações culturais do país. Fortalecer a identidade e



a diversidade cultural do povo brasileiro, com políticas que gerem autonomia, protagonismo e liberem sua capacidade criativa. Reforço das instituições públicas que defendam, fomentem e difundam a produção cultural e artística brasileira, fortalecendo o Sistema Nacional de Cultura, garantindo orçamento vinculado em todos os níveis de governo e promovendo o planejamento estratégico para o setor. Assegurar o acesso a bens e serviços culturais como questão central da cidadania. Incorporar o saber, a criatividade, a inovação e o conhecimento como base da economia brasileira do século 21 e dos séculos vindouros, mantendo uma política de Estado para robustecer a indústria cultural brasileira e assegurar o crescimento do mercado interno.

49) **Soberania nacional e integração solidária.** Política externa independente, correspondente a um novo lugar e um novo papel progressista do Brasil no mundo em que prevaleçam os valores de cooperação, convivência democrática, direito internacional, defesa da paz e da solidariedade com os povos e nações. Integração solidária da América do Sul, parcerias estratégicas com Estados semelhantes e diversificação do comércio exterior com prioridade para as relações Sul-Sul. Pela sua dimensão estratégica, lutar para fortalecer a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Dinamizar e ampliar o Mercosul, reforçando seu caráter de união aduaneira e mercado interno comum, e dando-lhe maior institucionalidade, com o fortalecimento do Parlasul e outros entes.

50) **Democratização da sociedade.** Combater a enorme injustiça social do país, tendo como diretriz que cada cidadão tenha os mesmos direitos e condições para o seu desenvolvimento. Para superar progressivamente a pobreza, assegurar às pessoas marginalizadas um conjunto básico de recursos e direitos sociais. Continuidade e expansão de reformas estruturais democráticas que elevem o denominador comum de direitos e qualidade de vida. Tais reformas devem envolver a maioria da Nação, as organizações populares, os governos progressistas, os setores empresariais comprometidos com a causa patriótica.



## Como financiar o desenvolvimento

51) O crescimento econômico acelerado e duradouro requer uma elevação substancial dos investimentos. Isso só será possível com a inversão da lógica rentista predominante em uma nova concepção desenvolvimentista. Essa demanda exige uma reforma do Sistema Financeiro Nacional, tendo por objetivo fortalecer continuamente o sistema público financeiro como polo bancário fundamental para o desenvolvimento nacional; vincular a ação do Banco Central do Brasil ao objetivo do desenvolvimento; direcionar o sistema bancário comercial para o financiamento, em especial de longo prazo, dos investimentos de grande massa de empresas.

52) O financiamento do NPND, por um lado, exigirá também uma mudança no perfil da dívida pública, diminuindo seus custos e aumentando seus prazos, bem como a adoção de políticas monetária e fiscal, expansivas. O esforço pela diminuição da taxa de juros e dos *spreads* bancários poderá tornar os investimentos produtivos mais atraentes e aliviará o Orçamento da União do grande peso da rolagem da dívida pública. Além disso, essas medidas forçarão o sistema bancário a assumir os riscos de financiamento da produção, dando liquidez e ritmo ao crescimento. Por outro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao fornecer crédito de longo prazo a juros razoáveis, impulsionará o investimento público estratégico e servirá também de estímulo ao capital privado. A superação da lógica rentista abrirá possibilidades para um melhor aproveitamento do potencial dos fundos públicos de poupança compulsória. Fortalecer as empresas estatais aumentando a participação do Estado e criar outras em setores estratégicos da economia. Utilizar as riquezas minerais com destaque para as reservas do pré-sal para financiar o desenvolvimento e o progresso social. Persistir na integração financeira e monetária com os demais países da América do Sul e com outras nações em desenvolvimento. Tal iniciativa tornará o país menos suscetível às imposições do dólar. O Fundo Soberano do Brasil deve ser fortalecido para ajudar no financiamento do desenvolvimento. O capital estrangei-



ro, segundo regras do NPND, contribuirá para o desenvolvimento nacional, desde que direcionado para o investimento e o financiamento de projetos produtivos de interesse nacional. Estas diretrizes só surtirão efeitos plenos se combinadas com uma política cambial administrada para assegurar a competitividade das exportações brasileiras e defender, contra a especulação, a moeda e a economia nacionais.

## Reformas para o avanço do NPND

53) O NPND inclui as reformas que compõem o esforço de democratização da sociedade brasileira nas condições atuais – política, educacional, tributária, agrária, urbana, meios de comunicação e fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), da seguridade social e segurança pública.

68 a. **Reforma política ampla, democrática** deve assegurar o pluralismo partidário, resguardar o sistema proporcional, fortalecer os partidos e ampliar a liberdade política; implantar um novo sistema de representação político-eleitoral com financiamento público de campanhas e voto em listas partidárias. Instituir formas de democracia participativa e direta, além da representativa. Combater a renitente investida para restringir o pluralismo partidário.

b. **Reforma nos meios de comunicação de massas** tem um papel estratégico. O direito à comunicação é indispensável à cidadania e à democracia. É preciso combater a monopolização do setor, revisar os critérios de concessão para o setor privado, fixar mecanismos de controle social, rever os critérios públicos de publicidade oficial, fortalecer um sistema público de comunicação, multiplicar a radiodifusão comunitária, estimular a inclusão digital, estabelecer um novo marco regulatório. Na luta pela democratização da mídia é preciso dar ênfase à defesa da produção e da cultura nacional, valorizando a diversidade regional e a produção independente; no processo de convergência digital, defender a produção nacional em face de tentativas de invasão estrangeira.



c. **Reforma da educação** que consolide um Sistema Nacional de Educação, com prioridade para a educação pública e gratuita, garantindo sua qualidade e seu caráter científico, crítico e laico. Acesso e permanência dos estudantes à educação pública em todos os níveis. Controle público sobre o ensino privado, impedindo a sua desnacionalização. Formação e valorização dos profissionais da educação. Universalização do ensino básico, progressivamente integral. Erradicação do analfabetismo. Fortalecimento do caráter estratégico da educação superior pública, com democratização de acesso, expansão e sustentação da qualidade. Investimento significativo e sistemático em pesquisa. Políticas de extensão que coloquem à disposição do povo a produção científica das universidades. Política de financiamento que amplie o percentual do PIB destinado à educação, e o controle da aplicação dos recursos. Essa reforma no seu conjunto visa, também, a garantir que a educação, relacionada com o trabalho e o desenvolvimento, seja fator de superação da desigualdade social.

d. **Reforma tributária progressiva** que tribute mais os detentores de fortunas, riquezas e rendas elevadas. Especial tributação sobre a especulação e o rentismo. Desoneração da produção e do trabalho. Tributação direcionada para a redução das desigualdades regionais e sociais. Fim dos privilégios socioeconômicos dos setores dominantes, hoje menos tributados que a maioria assalariada.

e. **Reforma agrária**, emparedada por poderosos interesses de grandes proprietários rurais, precisa ser realizada. A produção capitalista dominante no campo gera uma realidade contrastante entre propriedades de produção intensivo-moderna e de produção extensiva atrasada. A reforma tem uma finalidade econômica e social progressista. O êxito da reforma agrária na etapa atual depende da concentração da luta em torno de um alvo definido: eliminação da grande propriedade territorial improdutiva e aproveitamento das grandes parcelas de terras devolutas do Estado. A terra deve ser parcelada em forma de propriedade familiar, em regime cooperativo, com acesso ao crédito e à técnica, a equipamentos, preços míni-



mos, seguro agrícola, e direcionada para uma agroindústria avançada. Elevar a qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias. Atualizar os índices que medem a atividade rural produtiva. Assegurar a função social da propriedade da terra. Coibir a compra de terras por estrangeiros. Combate à grilagem. A mobilização social dirigida contra o latifúndio improdutivo e os monopólios estrangeiros agropastoris, neutralizando os proprietários capitalistas produtivos, atraindo os proprietários médios e pequenos e baseando-se no campesinato, no proletariado rural e na maioria do povo.

f. **Reforma urbana** que garanta direitos e serviços ao povo, como moradia digna e infraestrutura, saneamento ambiental, transporte público com ênfase no transporte coletivo, mobilidade urbana, segurança pública, cultura, esporte e lazer. Mobilização popular para que se avance no processo de regularização fundiária e combate à especulação imobiliária. Exigir do Estado planejamento urbano democrático. Aplicação dos dispositivos constitucionais e legais como a função social da propriedade, conforme o Estatuto da Cidade. Construir o Sistema Nacional de Política Urbana.

g. **Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)**, dando-lhe qualidade superior que reverta o ônus e o sofrimento para o povo. Por um lado, maiores investimentos no sistema, gestão moderna, democrática e eficiente, exercida pelo poder público e, por outro, normas e limites para a saúde gerida por grupos privados – que, em perspectiva, devem ser substituídos pelo regime único de saúde pública. Humanização do sistema de saúde. Valorização dos profissionais e dos gestores do setor.

h. **Fortalecimento e ampliação da Seguridade Social.** Além do direito à saúde, o Estado deve assegurar a prestação universal e de qualidade de serviços públicos e direitos concernentes à previdência e à assistência social. Universalizar a cobertura da previdência social incorporando todos os trabalhadores, inclusive os do setor informal – hoje excluídos –, e garantir melhores rendas aos aposentados e pensionistas, cujo valor acompanhe o crescimento econômico do país. Consolidar o Sistema Único de Assistência So-





cial (SUAS) para garantir o preceito constitucional de acesso universal à proteção social em todos os ciclos da vida.

i. **Fortalecimento da segurança pública.** Adoção de uma nova política nacional de segurança orientada pelo direito fundamental do cidadão a uma vida com paz e segurança. Política fundada na integração entre União, estados e municípios, constituindo um Sistema Único de Segurança Pública que tenha a participação solidária e o controle da sociedade. Realizar ações prioritariamente preventivas e de repressão à violência criminal. Combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

54) Esse conjunto de reformas articuladas e o fortalecimento dos serviços públicos nomeados podem orientar a ação política organizada de amplo movimento democrático, contrapondo-se aos obstáculos conservadores políticos e econômicos dominantes. A jornada para realizá-las canaliza energias para responder às necessidades crescentes materiais, políticas e culturais do povo.

71

## **Fortalecer a Nação, lutar pelo socialismo**

55) Esta é a proposta deste Programa Socialista para o Brasil. Esta é a mensagem de esperança e luta do PCdoB ao povo e aos trabalhadores, aos seus aliados, e a todos os brasileiros comprometidos com o país e com o progresso social. Os comunistas alicerçados na força e na luta do povo estão chamados a construir um PCdoB forte à altura dos desafios desta grande causa. É hora de forjar, no curso da luta, uma ampla aliança nacional, democrática e popular que impulse a jornada libertária para que o mais breve possível, neste século 21, o Brasil se torne uma nação livre, plenamente soberana, forte e influente no mundo, justa e generosa com seus filhos e solidária com os povos do mundo. Garantir a continuidade do ciclo progressista aberto em 2002 no Brasil, promovendo o aprofundamento das mudanças.





## Resolução Política sobre a situação conjuntural do Brasil

### GARANTIR A CONTINUIDADE DO CICLO PROGRESSISTA, ABERTO EM 2002 NO BRASIL, PROMOVENDO O APROFUNDAMENTO DAS MUDANÇAS



Ladeado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, Renato Rabelo conversa com a ministra Dilma Rousseff durante o ato político do 12º Congresso

1- Nas condições de existência de dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, a evolução do cenário nacional no período transcorrido desde o 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil (2005) demonstra uma trajetória de luta permanente entre a mudança para um Projeto Nacional de Desenvolvimento – voltado para a soberania do Brasil, a democratização mais profunda, o progresso social e a integração solidária do subcontinente – e a contratendência conservadora para voltar ao modelo neoliberal e manter a estrutura econômica e política que o sustenta. O ápice da maior crise política do primeiro mandato de Lula, em 2005 – quando as forças conservadoras tentaram destituir o presidente –, foi superado pelo governo, com uma contribuição destacada



do PCdoB, tanto no âmbito institucional como no movimento de massas. A reeleição foi alcançada em 2006 porque o governo conseguiu responder aos anseios imediatos de extensa base social, o presidente Lula conquistou proeminente liderança popular e foi possível formar uma ampla base política e social para a vitória. O segundo governo – em melhores condições e circunstâncias – dá passos mais largos na realização do Projeto nacional, alcançando maior ritmo de desenvolvimento, executando grande plano de infraestrutura para o país, o PAC, imprimindo maior esforço de resistência às imposições da agenda neoliberal. Diante da insurgência da grande crise do capitalismo nesses dois últimos anos, procurou preservar a economia nacional e, num diálogo constante com as Centrais Sindicais, fazer gestões para a defesa do emprego e a garantia de aumento real do salário-mínimo. Diante da crise de grande dimensão o movimento social começa a adquirir maior protagonismo e politicamente cresce a necessidade da reconstrução do pacto político, para dar vez ao trabalho e à produção, superando a camisa de força neoliberal, e abrir caminho para uma alternativa mais avançada. O PCdoB e as forças de esquerda e democráticas cresceram nas eleições gerais de 2006 e deram grandes passos nos pleitos municipais de 2008.

## Êxitos e limites do governo Lula

2- O PCdoB tem como objetivo político imediato a continuidade e o aprofundamento do ciclo progressista aberto com a eleição de Lula para presidente do Brasil em 2002. Este rico período da vida nacional pode ser caracterizado como de maior democracia, de afirmação de uma política externa independente, de busca da integração regional – com maior protagonismo brasileiro no concerto das nações – e de benefícios sociais emergenciais. Como de prevalência de uma orientação econômica híbrida, que conjuga elementos desenvolvimentistas com outros, opostos, ortodoxo-liberais, o que acaba por frear o pleno desenvolvimento do país. Configura-se, assim, um modelo intermediário para o país, com



elementos novos e velhos, que vai se implantando lentamente, sem grandes choques ou uma ruptura maior. Para que se articule com a estratégia do Partido, a luta pela continuidade e o aprofundamento deste ciclo deverá superar os efeitos da crise mundial do capitalismo sobre o país e descortinar, com nitidez e ousadia, os elementos essenciais de um projeto nacional de desenvolvimento soberano e democrático, de maiores conquistas sociais e integração continental.

3- Quando assumiu, o presidente Lula foi levado – pelas circunstâncias da correlação de forças então existentes – a fazer as concessões consubstanciadas na *Carta ao Povo Brasileiro* de 2002. Este documento fazia referências ao desenvolvimento, a mudanças, mas, ao mesmo tempo, assumia compromissos com o capital financeiro (rentistas e especuladores), particularmente no tocante à política macroeconômica. O pacto feito perpassou as eleições presidenciais de 2006 e, de certo modo, tem se mantido até os dias de hoje. Toma corpo nas políticas conservadoras de responsabilidade do Banco Central do Brasil, monetária e cambial. Embora o Programa aprovado para o segundo governo Lula permita que fossem contrariados tais compromissos, isto vem acontecendo de maneira parcial e progressiva. Assim, paulatinamente, o governo adotou políticas e tomou uma série de medidas de sentido desenvolvimentista. Fez substituições progressistas no ministério da Fazenda e no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA). Fortaleceu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Formulou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e se esforça para aplicá-lo. Diminuiu substancialmente a dívida externa pública, desvencilhou-se do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da ameaça da Alca. Conseguiu superávits comerciais significativos – com parceiros mais diversificados –, tornando possíveis a superação dos déficits das transações correntes e o acúmulo de vultosas reservas internacionais. Tudo isto, em circunstâncias externas favoráveis, fez com que se elevassem as taxas médias de crescimento, nos últimos anos, com base no crescimento do mercado interno, sobretudo.



## Impactos da grande crise capitalista no Brasil

4- O advento da crise econômico-financeira do capitalismo atingiu o Brasil nesta situação contraditória, particularmente após setembro de 2008, quando se espalhou pelos países em desenvolvimento. Marcou significativamente o cenário do país em 2009, obrigando o governo a tomar uma série de medidas emergenciais para minimizar seus efeitos. A economia passou a enfrentar forte desaceleração, embora venha se recuperando rapidamente a partir do segundo semestre deste ano.

5- A crise levou a que piorasse a situação das contas externas brasileiras, diminuindo drasticamente o superávit do balanço de pagamentos de US\$ 87,5 bilhões em 2007 para US\$ 2,9 bilhões, em 2008. Especialmente as transações correntes sofreram forte deterioração, apresentando um déficit de US\$ 28,3 bilhões, o primeiro do governo Lula e o mais elevado desde 1998. Isto se deveu à redução do saldo positivo da balança comercial, ao aumento significativo das remessas ao exterior de serviços e de rendas de empresas e bancos forâneos aqui operantes, aos quais se somam as remessas recordes, para fora do país, de dividendos pelos investidores externos no mercado brasileiro de ações. Estes, em seu conjunto, são mecanismos de transmissão da crise sobre as contas externas brasileiras. Revelam os efeitos do elevado passivo externo do país que, conjugados às alterações na conjuntura internacional – queda no preço e na demanda de *commodities*, dificuldades de créditos para exportações, necessidades das matrizes e dos investidores estrangeiros –, produzem um quadro em que a vulnerabilidade externa volta a ser fonte de grande preocupação.

6- Outro fator de contaminação da crise para a economia brasileira foi a política de juros altos praticada pelo Banco Central, ao lado dos *spreads* (diferença entre o gasto com a captação do dinheiro e o ganho ao emprestá-lo) elevadíssimos praticados pelos bancos. As taxas de juros reais brasileiras continuam entre as mais altas do mundo. Duas são suas consequências principais: de um lado, san-



gram o Estado com boa parte de sua dívida interna referenciada na taxa básica de juros (Selic); de outro, inibem os investimentos produtivos e estimulam a especulação. Este ano, para uma dívida pública interna de R\$ 1,267 trilhão em março, projeta-se que o país deve pagar aproximadamente R\$ 140 bilhões de juros, enquanto o investimento havia encolhido 10% ao final de 2008. Os cortes recentes na taxa de juros básica feitos pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, foram tardios e insuficientes, comparados aos de muitos outros países. Mesmo assim deveriam surtir efeito sobre o montante da dívida pública. Porém isto não acontece. Com a falta de controle sobre os enormes fluxos de dólares especulativos, que aqui chegam, o governo se vê na contingência de emitir títulos da dívida, tirando dinheiro do mercado, para evitar que a valorização do câmbio traga efeitos ainda piores sobre a atividade econômica. Esta passa a ser uma das maiores preocupações agora quando a economia se recupera.

7- Esta política monetária permanente tem como grandes beneficiários os donos do capital financeiro. Mostra falta de transparência e democracia, pois seus protagonistas não têm que prestar contas de suas decisões a quem quer que seja. Revela mesmo a relação promíscua entre o Banco Central e a banca privada. Põe a descoberto o enorme peso que o setor rentista ainda tem para controlar e subjugar a vida nacional. Como resultante de todos estes fatores de crise, o Produto Interno Bruto, com crescimento de 5,1% em 2008, poderá ter crescimento significativamente menor em 2009, influenciado, sobretudo, pelas dificuldades do setor industrial, enquanto a exportação de manufaturados perde espaço relativo para a exportação de produtos primários. Fica evidente que uma recuperação da economia brasileira, efetiva e duradoura, exige que se eleve a taxa de investimentos, o que implica o rompimento com a lógica rentista através de uma reforma do sistema financeiro.

8- Consequência inevitável da queda no crescimento foi o aumento do desemprego no final de 2008 e início de 2009 quando 800 mil vagas de trabalho foram fechadas, interrompendo um processo



que, a partir de 2003 até 2007, havia criado mais de 6 milhões de empregos formais no Brasil. Agora, com a recuperação rápida da atividade econômica também se recuperam os empregos. Assim, ainda este ano, poderão ser criados mais de 1 milhão de novos empregos com carteira assinada, em termos líquidos. Mesmo assim, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada no final do ano passado, registrou 8,1 milhões de pessoas sem emprego no Brasil. Por isso, é fundamental nesta situação que programas como o Bolsa Família – que beneficiam atualmente 11 milhões de famílias, totalizando quase 53 milhões de pessoas – tenham por objetivo ampliar-se ainda mais. E igualmente não se aceitar qualquer redução de salário porque isto traria repercussões sobre o consumo e prejudicaria ainda mais o crescimento. O governo Lula, e ele próprio, continuam a desfrutar de um grande prestígio, contando com índices inéditos de aprovação popular nas enquetes de opinião pública.

## 78 **A crise pode abrir maiores oportunidades para o Brasil**

9- Porém, abrem-se grandes e novas oportunidades para o Brasil. O país enfrentou a crise em melhores condições em comparação com 1998-1999 e 2002, quando eclodiram crises cambiais que o colocaram em grandes dificuldades. Mantém saldo comercial positivo, embora modesto; continua atraindo investimentos diretos externos em volumes crescentes; acumula reservas cambiais de cerca de US\$ 250 bilhões; passou à posição credora líquida em moeda estrangeira. Consolidou-se como potência energética de matriz variada e farta, destacando-se aí as descobertas de petróleo e gás dos campos do pré-sal. Avançou na integração regional; e, talvez o mais importante, preservou das privatizações neoliberais o sistema de financiamento público através de bancos estatais estruturados e poderosos. Ao lado destes fatores estratégicos, o governo continua adotando medidas de natureza anticíclica que repercutem positivamente na





economia. Tal é o caso, por exemplo, do programa através do qual se pretende construir um milhão de novas moradias; da desoneração de diversos impostos, ao lado da elevação da oferta de empréstimos e financiamentos, com que procura estimular o consumo; da redução da meta fiscal de superávit primário, visando a estimular os investimentos; ou ainda da manutenção da política de reajustes do salário-mínimo acima da inflação, incorporando os ganhos de produtividade e antecipando-os em um mês.

10- Todos estes fatores podem mostrar que, com aplicação de um justo direcionamento político e econômico, que preserve a economia nacional – enfrentando a subjugação imposta pelo setor rentista ao país –, multiplique o investimento público, amplie seu mercado interno e defenda o emprego e a renda do trabalhador, o Brasil poderá assumir uma posição mais importante no cenário internacional. A nação brasileira, em conclusão, pode se fortalecer mais e dar passos maiores no rumo do progresso social. Por isso, o esforço para o país se desenvolver passa, antes de tudo, por assumir um outro tipo de compromisso que supere as imposições neoliberais ainda persistentes.

79

## **Quadro político heterogêneo e instável**

11- O quadro partidário brasileiro é caracterizado por uma realidade em que prevalece o pluripartidarismo, composto de forças heterogêneas, sem definição ideológica e programática nítida, com tendências diferenciadas em cada região do país. Em geral os partidos políticos se compõem, em âmbito nacional, em torno de uma posição relativamente definida em face do governo federal: o campo da base do governo e o campo da oposição. A base do governo, maioria política de feição heterogênea, é constituída de 14 partidos que compõem um Conselho Político, no qual o presidente Lula e o governo procuram manter uma discussão permanente visando à complexa e difícil unificação desse largo mosaico frentista. É parte fundamental dessa base política governamental a aliança entre PT



e PMDB, de equilíbrio questionado e instável, somando-se a ela os partidos de esquerda e outros.

12- O PT, o maior partido no campo da esquerda, mantém ampla influência entre os trabalhadores, entre setores das camadas médias e intelectualidade, está no núcleo central do governo, contando com a maioria dos ministérios. É o partido do presidente da República. Caracteriza-se predominantemente como um partido democrático, reformista, de base teórica eclética e de múltiplas tendências, no qual prevalece uma alternativa política intermediária ao projeto neoliberal, a ser construída sem rupturas profundas, na perspectiva de uma via possibilista. Trabalha no sentido de manter-se como polo hegemônico num futuro governo, sucessor do presidente Lula.

80

13- O PMDB, o maior partido do Brasil, detém a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, possui 98 deputados federais e a maior bancada de senadores, o maior número de prefeitos e vereadores, e ocupa o governo de grandes estados. Esse partido manteve seu caráter frentista desde sua origem, composto de várias destacadas lideranças regionais. Por sua conformação tende predominantemente a uma posição de centro no espectro político nacional. Não tem uma orientação nacional uniforme, ou seja, apesar de ser o maior partido brasileiro não tem uma ação unitária que lhe garanta a hegemonia nacional, e não consegue até hoje reunir condições para unir-se em torno de uma candidatura própria para a presidência da República. Passou a integrar no segundo governo Lula maior parcela de poder contando com a titularidade em importantes ministérios.

14- O Bloco de Esquerda, surgido da articulação entre PSB, PDT, PCdoB e outros partidos, foi criado no início da legislatura de 2007, como resultante da base de apoio à candidatura de Aldo Rebelo à presidência da Câmara. Ele definiu uma plataforma avançada, na defesa de um projeto que impulsionasse o governo na superação das amarras neoliberais, instasse o PT a não se desgarrar do campo de esquerda e propiciando a esses partidos do



Bloco uma posição de maior força política no processo decisório do governo e no seio da frente que o sustenta. Essa coalizão de esquerda chegou a ser lançada em vários estados com o intuito de construí-la de forma permanente, com vínculos nos estados, indo além dos marcos da Câmara dos Deputados. No jogo das pressões políticas de poder o PDT afastou-se do Bloco hoje mantido com PSB, PCdoB, PRB e PMN no âmbito da Câmara dos Deputados. Conforme avalia o PCdoB, a existência de um Bloco de Esquerda continua sendo necessária para o reforço das posições patrióticas, democráticas e populares na frente de apoio ao governo Lula, podendo ser um meio importante para contribuir na definição de uma alternativa avançada ao processo sucessório à presidência da República.

15- O campo da oposição compreende o PSDB, partido estruturante da frente contra o Governo, essencialmente representante da oligarquia financeira, o DEM (antigo PFL), expressão das forças dominantes mais tradicionais, que vem mudando a roupagem para se “modernizar”, em disputa com parte do PMDB para ocupar o papel prioritário na aliança com o PSDB; o PPS, oriundo do PCB, produto da apostasia que acometeu parte dos partidos comunistas com o fim da União Soviética, hoje transformado em apêndice do PSDB. Essa oposição de direita ao governo Lula, com a derrota dos paradigmas neoliberais, ficou sem programa, abraçou o ideário da moralização formal, dos velhos preceitos udenistas e do oco “choque de gestão”, para fazer crer serem detentores da racionalidade administrativa. Essa oposição conta com apoio da grande mídia, numa relação íntima que visa a permitir a volta dos tucanos à presidência da República. O PSDB foi o artífice da liberalização, da desregulamentação e da desnacionalização do período da ordem neoliberal imperante nos oito anos dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Seu plano principal e imediato é tentar ganhar as eleições presidenciais, para retornar ao centro do poder. Para isso, tornou-se decisivo a unificação do Partido em torno dos dois governadores – José Serra e Aécio Neves –, dos dois maiores colégios eleitorais do país, sendo essa a tarefa que envolve os cardeais do Partido e o



conjunto da oposição. Ao mesmo tempo realiza intensas gestões visando a atrair o PMDB para o leito da campanha oposicionista de 2010. A oposição de extrema-esquerda, - composta pelo PSOL, com pequena representação no Congresso Nacional e outras variadas e pequenas organizações políticas fora do parlamento nacional, - vive uma crise de identidade, não se constituindo em alternativa real à esquerda do governo Lula; na prática, joga água no moinho da oposição de direita na sua atividade contrária ao governo Lula.

## **Continuidade e aprofundamento do ciclo político aberto por Lula**

16- As eleições gerais de 2010 serão um confronto acirrado. A oposição neoliberal recorrerá a tudo para reconquistar o governo central. Objetivo que não será de fácil alcance em virtude dos êxitos dos dois governos de Lula e pelo fracasso do ideário neoliberal. Pelo lado conservador, o PSDB pode apresentar um candidato competitivo e experiente, com possibilidade de unificar o partido e angariar o apoio do DEM, e ainda de conseguir apoio de setores do PMDB, assim como de outros partidos, reunindo importantes apoios nos estados mais populosos da Nação. Para que o processo de continuidade do ciclo progressista tenha sucesso, na opinião do PCdoB, são necessárias algumas premissas. Em primeiro lugar, as forças avançadas, democráticas e progressistas deveriam ter a capacidade de apresentar à Nação uma proposta de programa de governo – verdadeiramente desenvolvimentista – que avance firmemente na superação dos entraves macroeconômicos, aprofunde a afirmação da soberania e da integração regional, da democracia e da maior valorização do trabalho, possibilitando assim a construção de uma alternativa de superação efetiva e duradoura à grande crise capitalista, descortinando novo horizonte para o país. No mesmo passo, seria necessária a formação de uma frente que celebrasse um novo pacto político com base nestes fundamentos de programa de governo, sustentados por amplas forças sociais e políticas e, ao



mesmo tempo, a conformação de um núcleo de esquerda, comprometido com o programa com clareza e convicção para contribuir na orientação do governo. Em terceiro lugar, seria preciso construir uma candidatura que possa encarnar tal programa e seja capaz de galvanizar o prestígio de Lula.

17- O presidente Lula fez dois movimentos importantes desde a crise política que se abateu sobre o governo em 2005. Primeiro recompôs o seu núcleo central com pessoas de nítido caráter progressista. Depois, ao desenvolver uma aliança mais próxima com o PMDB, diante da imposição da correlação de forças, isolou relativamente os partidos de esquerda, que perderam influência no centro do governo. Agora o PT e Lula se encontram diante de novos desafios. Não podem perder a articulação que lhes permite governabilidade – sendo justo o esforço para ganhar o apoio do PMDB –, mas têm necessidade de reforçar, em novos patamares, a aliança com os partidos de esquerda. Tudo isto se faz mais necessário e urgente diante da aproximação das eleições gerais. Dificuldades para que isto aconteça são grandes. Em primeiro lugar pela heterogeneidade do PMDB, um partido no qual prevalecem os interesses regionais, que agem centrifugamente. Depois, porque além do hegemonismo petista, há também interesses regionais e de suas tendências que se chocam com as pretensões do PMDB, dificultando as alianças estaduais; enfim, o PT encontra dificuldades de se colocar no centro da articulação frentista para o êxito do projeto nacional. Apresenta-se ainda a posição que defende a existência no primeiro turno das eleições, de mais de uma candidatura das forças democráticas e progressistas, podendo se unir no segundo turno. Por isso, basicamente, o PSB tenta desbravar um caminho próprio, a fim de exercer maior influência no processo sucessório. A possibilidade de outras candidaturas presidenciais, como a de Marina Silva, tem influência em setores das camadas médias, podendo subtrair votos tanto da candidatura governista como da candidatura oposicionista. Porém, provavelmente, não impedirá uma polarização centrada na disputa entre os dois blocos políticos predominantes.



18 - Nesta situação em evolução o presidente Lula empenha-se para fazer seu sucessor. Procura transferir sua popularidade à candidatura de sua preferência. Mais recentemente seu governo apresentou à Nação todo um projeto específico para regular a exploração do potencial de petróleo e gás da província do pré-sal. Tais decisões influenciarão por décadas os destinos nacionais, podendo elevar o Brasil à condição de potência energética em médio prazo. Nele se fortalece o papel do Estado como indutor e protagonista do processo, propõe-se um novo regime de exploração, partilhada, cujos resultados poderão impactar positivamente o desenvolvimento econômico e social. Ao lado disto o governo Lula tem procurado implementar a Estratégia Nacional de Defesa que implica ampla reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e nova política de composição dos efetivos militares. Estas duas iniciativas de natureza estratégica, ao lado dos resultados positivos no combate à crise econômico-financeira e da rápida recuperação do crescimento, criam melhores condições para dar continuidade ao ciclo aberto em 2002, com mais profundidade nas mudanças.

## **O PCdoB se empenhará pela unidade das forças democráticas e progressistas**

19- No contexto atual os movimentos sociais começam a retomar o seu protagonismo político. Isto se revela principalmente nas articulações unitárias das centrais sindicais de trabalhadores para as lutas pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário, pela valorização do trabalho, pela redução dos juros, partes integrantes de um projeto nacional de desenvolvimento soberano. Atuam no país seis centrais sindicais que já preencheram os critérios exigidos para o reconhecimento e a legalização estipulados pelo governo Lula. Neste terreno ganha expressão especial a fundação da CTB (Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil), em dezembro de 2007, na qual atuam os comunistas, originada de uma articulação entre a antiga CSC, até então atuante



no interior da CUT, a corrente SSB, ligada ao PSB, e outras forças democráticas e independentes. A CTB nasce como uma alternativa de luta para as classes trabalhadoras da cidade e do campo, tendo como norte orientador a defesa da unicidade sindical e da democracia. Ela se fortalece continuamente podendo aglutinar maiores parcelas do movimento social. Luta pela unidade de ação com as outras centrais sindicais baseada na construção de uma plataforma comum que poderá ser coroada com a realização de uma nova Conclat, Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras. A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), unificando os movimentos sociais mais combativos, tem sido protagonista, ao lado das centrais sindicais, de importantes mobilizações populares nas quais se destacam o movimento estudantil, secundarista e universitário, liderados pela Ubes e pela UNE, e o movimento comunitário, principalmente a CONAM, entre outros. A UBM (União Brasileira de Mulheres) e a Unegro (União de Negros pela Igualdade) têm cumprido relevante papel na luta pela emancipação das mulheres, contra o racismo.

85

20- Atuando entre a juventude brasileira, o PCdoB tem procurado dotar os movimentos juvenis de uma linha política justa. O Partido, através da União da Juventude Socialista (UJS), atua em todos os movimentos juvenis, destacadamente entre os movimentos estudantis, universitário e secundarista, de jovens trabalhadores, de jovens cientistas, de jovens artistas, e de jovens dos movimentos culturais e comunitários das periferias. Nos últimos anos conquistou êxitos significativos no trabalho com jovens, mas sua presença entre a juventude brasileira é ainda muito modesta. O Partido Comunista do Brasil tem forte presença de jovens em sua militância, com um pensamento próprio e original sobre a juventude. Precisa avançar ainda mais, ampliar sua influência, renovar e desenvolver seu projeto para a UJS, que deve inaugurar uma nova fase: a UJS de massas.

21- Conforme avalia o PCdoB, em qualquer circunstância deve-se lutar para que tenha continuidade e aprofundamento o ci-



clo progressista aberto com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil. Para tanto, o Partido se empenhará tanto pela unidade das forças democráticas e progressistas quanto pela preservação e fortalecimento de um Bloco de Esquerda, a fim de derrotar as tentativas revanchistas e de volta ao centro do poder das forças conservadoras responsáveis pela ordem neoliberal em nosso país. Outrossim, quanto à renovação do Congresso Nacional, que se dará na mesma ocasião, o projeto que o PCdoB procura construir coloca no centro de seus esforços a eleição de uma bancada de deputados federais mais numerosa, que possa elevar o nível da intervenção partidária nacional a patamar superior. Procurando igualmente efetivar a possibilidade de eleição de novos senadores e a ampliação de sua presença nas assembleias legislativas. O PCdoB se empenhará igualmente em impulsionar os movimentos sociais, de trabalhadores, da juventude, das mulheres, de negros, os que lutam pela livre orientação sexual e outros, para que possam jogar o papel de força motriz das mudanças, exercendo um crescente papel político protagonista na busca da alternativa da construção de uma nação democrática, próspera e justa, descortinando novo tempo para o Brasil.

## **A plataforma de ação imediata do PCdoB**

22- Construir um novo pacto de forças políticas e sociais amplas, nucleado pelas forças de esquerda, capaz de ultrapassar os constrangimentos rentistas que estão a submeter a Nação aos interesses da oligarquia financeira e, com isto, abrir caminho para a construção de novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Tal tarefa visa a superar as limitações do governo Lula, assim como possibilitar que sejam vitoriosos a campanha eleitoral e o novo governo das forças democráticas e progressistas que dela possam emergir. Isto implica que:

a) haja concentração nas medidas políticas, econômicas e sociais que possam preservar e fortalecer o investimento e o mercado interno, a economia nacional e o Estado nacional;





b) o sistema financeiro público seja fortalecido, mais integrado e coordenado, como um polo de crédito imprescindível à elevação da taxa de investimentos, concentrados em infraestrutura, em indústrias com larga utilização de ciência e tecnologia, elementos centrais do desenvolvimento nacional;

c) seja feita uma clara demarcação com os especuladores e rentistas que prejudicam o desenvolvimento do país; para isso, serão necessárias medidas efetivas de controle seletivo das entradas e saídas de capitais do país; limites às operações cambiais em mercado futuro, tornando-as mais onerosas, e restrições às operações cambiais no mercado à vista;

d) seja adaptada a atual legislação que regula as remessas de lucros e dividendos ao exterior às novas condições criadas no país pelo efeito da crise financeira internacional;

e) sejam revertidas as políticas monetária, cambial e fiscal, com a adoção gradativa de taxas de juros significativamente mais baixas, com a administração das flutuações da taxa de câmbio e com a redução do superávit primário;

f) seja aproveitado todo o potencial energético do país, em suas variadas matrizes. O PCdoB na sua atuação política e institucional soma-se ao esforço que visa a garantir que a exploração do pré-sal se faça sob controle do Estado brasileiro e se volte para o desenvolvimento econômico e social do país e dos brasileiros; e que

g) Seja adotada efetivamente uma nova política industrial e de inovação tecnológica, capaz de desenvolver as potencialidades do país, especialmente suas perspectivas científicas e tecnológicas.

23- Continuar os esforços pela construção de um Brasil soberano, o que implica:

a) situar o país como núcleo da integração sul-americana, política, econômica, financeira e monetária, infraestrutural, avançando inclusive na construção do Conselho Sul-Americano de Defesa;



b) dotar o país de poderio nacional dissuasivo;

c) proteger as fronteiras do país e a costa brasileira garantindo o domínio sobre as reservas, particularmente sobre a exploração de petróleo e gás nos campos do pré-sal;

d) defender a Amazônia, seu desenvolvimento sustentável, garantindo soberania plena sobre todo o território brasileiro; e

e) aplicar o Plano Nacional de Defesa segundo a Estratégia Nacional de Defesa.

24- Aprofundar a democratização da sociedade brasileira, o que implica dar início ou continuidade a reformas estruturais, democráticas e progressistas (algumas delas se encontram paralisadas pelo jogo político), a saber:

a) reforma política ampla, democrática que deve congrega o conjunto das mudanças no sistema de representação política e no sistema eleitoral a fim de assegurar o pluralismo partidário, fortalecer os partidos e ampliar a liberdade política. Para isso, devem ser destacados um novo sistema de representação político-eleitoral, o financiamento público de campanhas e a apresentação de listas eleitorais pelos partidos, orientando o eleitor a escolher ao mesmo tempo o programa partidário e o candidato para votar;

b) reforma nos meios de comunicação de massas, que compreende a democratização da mídia com participação da sociedade e impõe a revisão dos critérios de concessão para o setor privado, o fortalecimento de um sistema Público de Comunicação, o incentivo à produção independente e regional, a concessão de canais de rádio e televisão para entidades sociais, a multiplicação da radiodifusão comunitária, o estabelecimento de um novo marco regulatório, a criação de telecentros onde se tenha acesso gratuito à Internet, o estabelecimento de uma política pública de banda larga para todos e a revisão dos critérios da publicidade oficial. Nesse contexto é preciso dar ênfase à defesa e à produção da cultura nacional, bem como, em decorrência da aplicação do sistema de convergência di-



gital, defender a produção nacional das tentativas de invasão estrangeira no setor;

c) reforma da educação voltada para a construção do sistema nacional de educação e que permita a todos a igualdade de acesso ao ensino básico de qualidade, deve ser a prioridade da política social, em parte já assumida pelo governo Lula, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni). Democratização do acesso à educação superior pública, com expansão e sustentação da sua qualidade. Controle público do ensino privado, impedindo sua desnacionalização. Investimento significativo e sistemático em pesquisa. Políticas de extensão que coloquem à disposição do povo a produção científica das universidades. Ampliação do percentual do PIB destinado à educação, com fiscalização e controle da aplicação dos recursos;

d) reforma tributária de sentido progressivo para superar os privilégios socioeconômicos dos setores dominantes, que onere a especulação e o rentismo de ganhos financeiros ao tempo em que desonere a produção e o trabalho, e esteja comprometida com a redução da desigualdade regional;

e) reforma agrária que, num país de vasta extensão de terras agricultáveis, vise a superar os poderosos interesses de grandes proprietários rurais, eliminando a grande propriedade territorial improdutiva, combatendo a grilagem, aproveitando as grandes parcelas de terras devolutas do Estado, parcelando-a em forma de propriedade familiar ou em regime cooperativo. E que garanta, ao mesmo tempo, acesso ao crédito e a um seguro agrícola, assistência técnica, e que possa apontar para o estabelecimento de uma agroindústria avançada; e

f) reforma urbana que busque a integração das cidades, contenha a especulação imobiliária, garantindo espaços para habitação popular e os investimentos necessários à moradia decente e aos serviços essenciais, em especial o saneamento ambiental e o transporte cole-



tivo de massa, garantindo vida digna aos mais de 80% da população que vivem nas cidades.

25- Ao lado dessas reformas, no terreno da saúde, lutar para que se aplique de fato o Sistema Único de Saúde (SUS), modelo universal de saúde pública, superando a tendência da expansão da saúde privada – com demarcações e limites – em detrimento da saúde pública. A elevação da qualidade do SUS implica maior investimento público, um modelo que fortaleça o papel do Estado na assistência à saúde, e uma gestão moderna e democrática.

26- Lutar para que sejam mantidos em lei os atuais mecanismos de reajuste do salário-mínimo e adotadas medidas de defesa do emprego de preservação dos direitos trabalhistas. Lutar pelo fim do fator previdenciário e pela ampliação dos direitos previdenciários. Lutar para fazer com que a geração do emprego seja meta do Estado, compreendendo medidas como a abertura de frentes de trabalho associadas a obras de infraestrutura. Continuar a luta pela redução constitucional da jornada de trabalho sem prejuízo para os salários. Condicionar a renúncia fiscal e outras benesses concedidas pelo governo às empresas a contrapartidas sociais, sobretudo à manutenção do emprego. Lutar para que o governo adote regulamentações que coíbam as demissões em massa.

90

27- Defender o meio-ambiente e todos os biomas do país, combinando o desenvolvimento com a preservação ambiental, dando ênfase à solução dos problemas sociais e tomando medidas de mitigação dos impactos ambientais. Combater as queimadas e a degradação dos recursos hídricos através de agrotóxicos e destruição das matas ciliares. Dar ênfase ao transporte coletivo e ao uso de energias limpas, apoiando as entidades que lutam pelo desenvolvimento sustentável.

28- Adotar uma nova política nacional de Segurança Pública, constituída em um único Sistema Nacional, voltada para ações prioritariamente preventivas – de redução das desigualdades sociais, de construção da cidadania e de uma cultura de solidariedade – e de



combate à corrupção, à lavagem de dinheiro, à evasão de divisas, à sonegação fiscal, à violência criminal do narcotráfico e do crime organizado.

29- Desenvolver uma ofensiva no campo da luta de ideias que desnude a responsabilidade do neoliberalismo na crise capitalista vivida pelo mundo e suas repercussões no Brasil, mostrando o PSDB como adepto do neoliberalismo que tem a pretensão de reimplantá-lo utilizando novas formas no Brasil.

30- Essa plataforma de ação imediata, voltada para o momento político atual, se insere na luta pelo Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, que descortina a linha geral, o caminho para o alcance do objetivo estratégico programático do Partido Comunista do Brasil, a conquista da República de democracia popular, condutora da transição ao novo sistema político, econômico e social – o socialismo!





## Resolução política sobre a situação Internacional

### UNIÃO DOS POVOS NA LUTA ANTI-IMPERIALISTA



Reunião bilateral com integrantes da delegação indiana

1- O período transcorrido desde o 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil é sumamente rico em acontecimentos marcantes, repleto de conflitos políticos e diplomáticos, de agressões imperialistas, de lutas de classes, populares e nacionais. Em seu conjunto, tais acontecimentos revolveram de alto a baixo a ordem internacional. As lancinantes contradições nacionais e sociais da época puseram de manifesto que tal ordem não pode continuar, pois se tornou um freio ao desenvolvimento da humanidade, um obstáculo ao progresso econômico e social, às liberdades, à segurança e à paz. Vivemos num mundo mais instável e perigoso, em contraste com as prédicas de paz, segurança, equilíbrio e estabilidade feitas por ocasião do desfecho da Guerra Fria. O mundo não é tampouco mais seguro depois das guerras preventivas e da “guerra ao terrorismo” da era Bush.



2- Encontram-se em agravamento as contradições de classe e nacionais. Evidenciam-se os limites históricos do capitalismo e é mais nítido do que em qualquer outro período histórico o abismo que separa o capitalismo e o imperialismo das aspirações da humanidade. São antagônicos e irreconciliáveis os interesses dos trabalhadores e os da burguesia monopolista, dos povos e os do imperialismo, tornando indispensável e urgente a luta por uma nova ordem internacional e um novo sistema econômico e social – o socialismo. O sistema capitalista e o modelo neoliberal vigente nas últimas décadas entraram em inarredável impasse, desmoralizando seus partidários e apologistas.

3- A eclosão da crise econômica e financeira do capitalismo deu razão aos comunistas que, em seu 11º Congresso, realizado em outubro de 2005, já tinham assinalado serem frágeis as bases do ciclo de expansão do capitalismo e apontado quão eram vãs as ilusões sobre a tendência do sistema a regenerar-se e abrir uma nova era de progresso. Nas resoluções aprovadas pela inteligência coletiva dos comunistas e em reiteradas reuniões do Comitê Central e da Comissão Política encontram-se dialeticamente apresentados elementos de compreensão sobre as reais tendências do mundo contemporâneo e assinaladas as corretas opiniões de que o mundo caminha para sérios impasses e graves conflitos, que somente podem ser resolvidos pela luta decidida e consequente dos trabalhadores e dos povos. Mais uma vez, os comunistas brasileiros estão chamados a analisar a situação internacional, apresentar aos trabalhadores vivas denúncias sobre o caráter do capitalismo e do imperialismo para despertar a consciência de classe dos explorados e oprimidos no Brasil e no mundo, empenhar-se e contribuir para a sua mobilização na luta.

4- A atual crise, a mais grave desde a grande depressão de 1929, tem caráter sistêmico e estrutural, manifesta-se nas esferas financeira e produtiva e obedece a determinações ligadas à própria natureza do capitalismo. Afigura-se como extensa, profunda e duradoura, da qual se está apenas no começo. É falsa a opinião de que se trata





de uma crise passageira, ligada a fatores conjunturais, à má gestão financeira ou à inexistência de mecanismos de regulação.

5- A crise golpeia duramente os direitos dos trabalhadores e os interesses nacionais dos povos e nações que lutam por sua independência. As políticas chamadas anticíclicas dilapidam ainda mais as finanças e têm por finalidade salvar o sistema da bancarrota. A crise atual entrelaça-se com a erosão das posições da economia norte-americana e a deterioração do dólar como padrão monetário internacional, fenômeno também identificado pelo 11º Congresso. Entrelaça-se ainda com as crises alimentar, energética e ambiental. Ela não reflete apenas a bancarrota do neoliberalismo e o fracasso das políticas dos governos a serviço dos grandes grupos monopolistas e do capital financeiro, mas é a própria manifestação nua e crua do fracasso do capitalismo, a evidência mais cristalina das suas contradições.

## **Ofensiva do imperialismo contra os povos e nações**

95

6- O tempo transcorrido entre o 11º e o 12º Congressos foi um duro período de luta política, caracterizado pela intensificação da ofensiva do imperialismo estadunidense contra os povos e nações que se batem pela independência. Em termos mais precisos, este período tem sua origem no início dos anos 1990 do século 20, quando, vitorioso na Guerra Fria, o imperialismo norte-americano lançou a chamada nova ordem mundial, a ordem do domínio absoluto dos Estados Unidos, cujo ápice foram os dois governos de George W. Bush (2001-2008). Foi o tempo em que se proclamou a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos, a famigerada doutrina Bush da guerra infinita, dos ataques preventivos, da punição aos países suspeitos de integrar o chamado eixo do mal, da perseguição a países que aspiram a ocupar um destacado lugar no concerto internacional, do menoscabo do direito internacional, da instrumentalização das Nações Unidas, das ações unilaterais, da



preparação de uma luta de longo fôlego contra países emergentes considerados rivais estratégicos.

7- Esta ofensiva intensificada do imperialismo desencadeou as guerras de agressão dos Estados Unidos ao Afeganistão e ao Iraque, e de Israel aos povos do Líbano e da Palestina. Elevou a tensão internacional com as continuadas ameaças de agressão a Irã, Síria e República Popular Democrática da Coreia e com a crise no Cáucaso provocada por um regime títere do imperialismo estadunidense e da OTAN para intimidar a Rússia.

8- A ofensiva do imperialismo tornou o mundo ainda mais perigoso, inseguro e instável. Desenvolveu-se a militarização do planeta, com a multiplicação das bases militares, a expansão da OTAN para o Leste, a reafirmação do novo conceito estratégico que consiste em institucionalizar a presença em conflitos fora da área de abrangência original desse pacto agressivo e a criação do Comando Africano (AFRICOM) e da 4ª Frota com claro sentido de intimidação aos governos progressistas e revolucionários da América Latina e Caribe. A 4ª Frota visa também a assegurar o controle sobre os recursos naturais da região, em particular o petróleo do pré-sal e as riquezas da Amazônia. Depois de ter desempenhado um papel decisivo nas guerras de agressão à Iugoslávia há uma década e de integrar as forças de ocupação em territórios da ex-Iugoslávia, hoje a OTAN está presente nas guerras de ocupação no Iraque e no Afeganistão, interfere na questão do Cáucaso, hipoteca todo apoio a Israel e encontra-se envolvida na “caça aos piratas” no Oceano Índico. Já a 4ª Frota da Marinha de Guerra norte-americana – relançada no apagar das luzes do mandato de George W. Bush – guarda relação direta com os objetivos estratégicos dos Estados Unidos de perpetuar o primado dos seus interesses e impor sua hegemonia. Outrossim, a existência dessa Frota está diretamente relacionada com o novo quadro político na América Latina e, nessa medida, tem o objetivo de ameaçar e intimidar as forças progressistas e revolucionárias na região. O intervencionismo é o traço permanente na política dos Estados Unidos em relação à América Latina desde os finais do século 19 até os nossos dias.



9- O quadro internacional é fortemente marcado pela execução do plano de reestruturação do grande Oriente Médio, através do qual os Estados Unidos, sob o pretexto de democratizar a região, pretendem moldar regimes dóceis e submissos para facilitar a consecução dos seus objetivos estratégicos de domínio desta importante região, rica em recursos energéticos. É uma ofensiva de grande envergadura, estendendo-se ao norte da África e à Ásia Central, onde o Paquistão surge como um importante foco de conflitos e terreno vulnerável à ação intervencionista estadunidense. Fato da maior gravidade foi a criminosa agressão israelense contra o povo palestino na Faixa de Gaza, uma agressão que se afigurou como um verdadeiro genocídio e hediondo crime de lesa, que foi alvo da condenação dos povos, das nações democráticas e da própria ONU. Apesar das palavras conciliatórias do presidente estadunidense Barack Obama, o Oriente Médio continua vivendo situação tensa e explosiva e ainda não foi dado nenhum sinal de que outra política será aplicada na região. A rigor, nada se alterou em essência no propósito de moldar regimes dóceis e submissos, sob o pretexto de democratizar a região, a fim de facilitar a consecução de objetivos estratégicos de domínio. O Estado sionista israelense, principalmente depois da constituição de mais um governo de direita, aumenta sua arrogância, intransigência e agressividade. Já não disfarça seu propósito expansionista e de fazer de Israel um estado étnico, religioso e integralista, o que implica a expulsão dos palestinos de sua terra. Israel nega liminarmente o reconhecimento do Estado palestino livre, soberano e independente, com capital em Jerusalém e Forças Armadas próprias. Comporta-se de maneira intransigente quanto ao repatriamento dos refugiados, sobre o que há resolução das Nações Unidas. Israel desrespeita e viola sistematicamente o direito internacional e as resoluções da ONU concernentes ao conflito árabe-israelense, como a Resolução 242, que estabelece a total retirada de todos os territórios árabes ocupados em 1967. A agressividade israelense atinge também outros países árabes. Em 2006, sua aviação bombardeou sistematicamente o Líbano, numa outra guerra em que cometeu genocídio. Problema dos mais agudos na



crise do Oriente Médio é a continuação da ocupação dos territórios sírios das Colinas de Golã.

10- Aspecto importante da ofensiva do imperialismo, sobretudo na conjuntura de crise econômica e financeira, é a tentativa de fortalecer organismos de coordenação, nos quais não poucas vezes estalam também rivalidades e contradições interimperialistas, além de conflitos de interesse entre as potências dominantes e os países emergentes. A ação desses organismos tem-se revelado um fracasso do ponto de vista das “soluções” para a crise, da “regulação” do mercado de capitais e da promoção do “desenvolvimento” e “ajuda” aos pobres. Cada vez mais esses organismos se revelam como instrumentos para uma ainda maior concentração de poderes num punhado de países imperialistas e para a concertação de posições entre estes potentados, tendo em vista o domínio econômico e político do mundo. O protecionismo comercial, num quadro de retração e dura concorrência, é a primeira opção das grandes potências econômicas, o que desmoraliza o discurso “multilateral” na, e da, OMC. O G-20 financeiro espelha uma nova realidade no mundo, em que as grandes potências imperialistas não podem decidir sozinhas e países emergentes como o Brasil, a China, a Rússia e a Índia, conquistam novos espaços, jogam novo papel, disputam em defesa de seus interesses nacionais e contribuem para a luta por uma nova ordem econômica e política. É falsa, porém, a tese sustentada por alguns chefes de Estado de potências imperialistas de que o G-20 corresponde a uma “revolução” e a uma “democratização profunda” das relações internacionais.

11- O principal vetor da situação política internacional continua sendo a ação do imperialismo norte-americano para dominar o mundo. Ainda detentor de posições-chave na economia mundial, dispõe de uma colossal força militar e nuclear, que constitui grave ameaça à segurança e à paz internacionais. Seus comandos e frotas navais espalhados em todos os continentes, mares e oceanos, suas mais de 800 bases e missões militares em cerca de 120 países, seus colossais gastos militares, que superam a casa dos 500 bilhões de



dólares e a presença de tropas de ocupação em países contra os quais realizou guerras, atestam isto.

12- Evidenciam-se com mais nitidez do que antes os sinais de declínio gradual, progressivo, do imperialismo norte-americano, tendência também observada pelo PCdoB em seu último congresso. Atualmente, os Estados Unidos perderam peso relativo quanto à participação no PIB mundial, embora ainda ocupem o primeiro lugar e sejam o país mais rico do mundo. A hegemonia norte-americana é posta em xeque também pela deterioração do papel do dólar, pela redução da posição relativa dos Estados Unidos no comércio internacional, pela dependência de capitais externos e por ter deixado de ser exportador líquido de capitais, fatos também apontados no 11º Congresso do Partido. Também assinalam esse declínio as derrotas políticas e militares sofridas pelos Estados Unidos nas guerras do Iraque e do Afeganistão e de seu aliado Israel no Líbano e na Palestina; a derrota política e diplomática em relação ao Irã, à República Popular Democrática da Coreia e à Síria; e a colossal perda de espaço na região que já foi considerada o seu quintal, a América Latina. Esse declínio, com sua contraface na vertiginosa ascensão da China, faz parte de um conjunto de extensivas, amplas e profundas mudanças geopolíticas e nas relações internacionais, abrindo novo período de incertezas, transições e conflitos. O arcabouço institucional do imediato pós-Segunda Grande Guerra, e que correspondeu também ao período da Guerra Fria, já não cabe no mundo contemporâneo. Faz parte do novo quadro internacional a exigência de países como China, Rússia e Brasil, entre outros, de empreender alterações nos organismos internacionais. O declínio da superpotência norte-americana, a emergência de novas forças de peso no cenário internacional, as contradições interimperialistas fazem surgir um quadro novo e complexo e assinalam o surgimento de novas tarefas para as forças progressistas, revolucionárias, os trabalhadores e os povos, cuja luta pode ser favorecida pelo desenvolvimento das contradições econômicas e geopolíticas.

13- Fazem parte desse processo a constituição, a consolidação e a afirmação de blocos econômicos e políticos regionais. Em re-



lação a determinados blocos, os Estados Unidos atuam no sentido de fortalecer suas posições dominantes, como é o caso do NAFTA, também não isento de contradições. Quanto aos processos de integração latino-americanos, que constituem hoje ferramenta indispensável ao desenvolvimento independente da região, o imperialismo estadunidense, constatando a impossibilidade de detê-los, aposta na sua divisão ou cooptação.

### Avança a integração da América Latina

14- Por meio de distintos e complementares mecanismos, avança em ritmos e velocidades diferenciados, o processo de integração continental. Em dezembro passado, pela primeira vez, a América Latina e o Caribe se reuniram por autoconvocação, na Cúpula América Latina e Caribe (CALC), em Salvador da Bahia. Marcada pelo simbolismo da reintegração de Cuba ao *multilateralismo latino-americano*, a CALC foi um passo decidido na ruptura com o “pan-americanismo” – surgindo na ocasião a ideia de substituir a famigerada OEA por uma Organização dos Estados Latino-Americanos. A CALC preparou o terreno, para depois, na Cúpula das Américas, a América Latina exigir numa só voz o fim do profundamente injusto bloqueio norte-americano a Cuba.

15- Com o mesmo sentido de ruptura, de grande importância geopolítica e estratégica, teve lugar a constituição da Unasul (União das Nações Sul-Americanas), reunindo doze nações sul-americanas, consolidando um polo sul-americano, avançando em projetos fundamentais como o *Tratado Energético sul-americano* – que visa a integrar os excedentes energéticos da região para deflagrar um novo ciclo de desenvolvimento – e a criação do *Conselho Sul-Americano de Defesa*, que tem por objetivo a efetivação da região como uma Zona de Paz no mundo. Também no âmbito da Unasul, busca-se a constituição do *Banco do Sul*, que deve começar a operar ainda este ano como mecanismo de financiamento das iniciativas de integração regional, sobretudo da integração em infraestrutura, e na proposta de extensão da experiência brasileiro-argentina de *comércio em*



*moedas nacionais*, prescindindo do uso do dólar, a toda a América do Sul, embrião de uma moeda única regional e de uma coordenação de políticas econômicas.

16- O Mercosul, criado pelos governos da redemocratização, após ser deturpado em seus objetivos no período neoliberal, é relançado, desde 2003. Com a adesão da Venezuela – que a direita brasileira contrariando os interesses nacionais tenta bloquear a todo custo –, estende-se da Patagônia ao Caribe, configurando-se em eixo aglutinador da América do Sul. Tem importante sentido econômico, pois procura reunir seus membros numa união aduaneira e mercado interno comum. Põe no topo de sua agenda o enfrentamento das enormes assimetrias herdadas e busca transcender o seu importante – mas não único – sentido econômico, inclusive pela busca de uma institucionalização maior. Exemplo disto é a efetivação do Parlamento do Mercosul, mecanismo que envolve as forças políticas reais de cada país no debate da integração regional. Não por acaso ele é alvo predileto das forças neoliberais, que propõem retrocedê-lo a um simples “tratado de livre comércio”, para que o Brasil “tenha liberdade” para firmar acordos com os países ricos, com o conteúdo da Alca.

17- De conjunto, por meio de diversos e complementares mecanismos, avança a integração continental, cujo sentido estratégico é a conformação de um polo sul e latino-americano de países soberanos com projetos nacionais compartilhados. O povo brasileiro tem grande interesse no avanço desse processo, pois uma América Latina unida e integrada permite ao Brasil e a seus vizinhos, conjuntamente, melhor posicionar-se para enfrentar as contradições advindas de um mundo em transição. Ao Brasil, dado a integração continental ser a base para sua inserção no mundo – sendo assim um dos pilares de nosso Projeto Nacional de Desenvolvimento –, e dado seu peso político e econômico, cumpre, como parte constitutiva de seus interesses nacionais, enfrentar as enormes assimetrias entre nosso país e nossos vizinhos – que desde a Revolução de 1930 e, sobretudo depois da recente hecatombe neoliberal que se abateu sobre a região, viu crescer as disparidades entre nós e os demais



países da América Latina. Assim, é correto e justo que o Brasil mobilize recursos humanos, técnicos e materiais para efetivar a união da América Latina num sentido de redução das desigualdades e de abertura de um novo ciclo de industrialização e desenvolvimento regional. Tem sido positivo o seu papel no processo da integração continental.

18- O fato é que há uma forte e poderosa reação das forças conservadoras, de múltiplas dimensões, havendo diferentes sinais de uma *contraofensiva* da direita que consiste no surgimento de movimentos e ameaças secessionistas em países como a Bolívia; nas tentativas de golpe, como se deu em 2002 contra Chávez; na instrumentalização da Colômbia como peão de agressões como a realizada contra o território equatoriano em 2008; ou ainda na recriação da 4ª Frota Naval estadunidense. Durante o ano de 2009, a contraofensiva da direita se intensificou com o golpe de Estado em Honduras, derrubando um presidente legitimamente eleito e que dava significativos passos no sentido da implementação de mudanças políticas, econômicas e sociais e da participação na integração solidária, no quadro da ALBA. Também em 2009 intensificou-se a presença militar do imperialismo estadunidense na América do Sul, através do acordo militar entre os Estados Unidos e a Colômbia, que prevê a instalação de sete bases militares. Tal acordo prevê que as Forças Armadas estadunidenses utilizarão instalações militares colombianas na região de Malambo, na costa norte do Caribe, ao lado da Venezuela, Palanquero, no rio Madalena, a 100 quilômetros a noroeste de Bogotá e Apiay, nas planícies orientais, próximo à fronteira brasileira. A estas se agregam as bases de Tolemaida, no centro do país, e Larandia, perto da fronteira com o Equador. O acordo prevê ainda a utilização da base naval da Baía de Málaga e a de Cartagena, na costa do Caribe, por navios de guerra dos Estados Unidos. Com a duração de dez anos, esse acordo permitirá que os Estados Unidos tenham 1.400 homens, entre civis e militares, na Colômbia e contará com investimentos da ordem de cinco bilhões de dólares. Assim, a despeito dos importantes avanços na última década na América Latina, não cabe às forças progressistas se ilu-





direm. As forças conservadoras aliadas ao imperialismo ainda são muito fortes na América Latina. Da mesma forma, não cabem subestimações do atual momento que vive a América Latina, tampouco superestimar as próprias forças e subestimar o poder de reação do imperialismo e da direita endógena.

## **Blocos em disputa, contradições geopolíticas**

19- Na região da Ásia-Pacífico, no âmbito da APEC, a China e os Estados Unidos alternam elementos de cooperação e rivalidade. Há outros blocos relevantes, como o Grupo de Xangai e a ASEAN. Há também um conjunto de parcerias, envolvendo principalmente novos atores, como Brasil, Rússia, Índia e África do Sul.

20- Um dos blocos mais importantes no mundo contemporâneo é a União Europeia. Aqui vendida como suprassumo do multilateralismo, da cooperação internacional, da multipolaridade, do surgimento de um espaço internacional alternativo de defesa dos valores democráticos, ela é essencialmente uma aliança de caráter monopolista e imperialista, polarizada sobretudo pela Alemanha, em que se promovem ataques brutais aos direitos dos trabalhadores e à soberania nacional, onde cobram força as opções militaristas e antidemocráticas. Objetivamente, a União Europeia tem seus próprios interesses no quadro internacional e políticas próprias, que muitas vezes se chocam com os interesses e as políticas do imperialismo norte-americano.

21- É relevante também observar o novo papel da Rússia. Num quadro de destruição das conquistas do socialismo e, portanto, dentro de uma orientação em geral reacionária, a Rússia depois de dois mandatos de Vladimir Putin e um ano depois da eleição de Dmitri Medvedev, realizou, em certos aspectos, políticas internas e adotou algumas posições em política externa que representam uma descontinuidade *vis-à-vis* a orientação submissa e humilhante que a desmoralizou no início dos anos 1990 do século passado. Ela não só se opôs à guerra contra o Iraque, como a todas as mais importantes



iniciativas do imperialismo estadunidense que ameaçavam diretamente os seus interesses: expansão da OTAN, instalação do escudo antimísseis, provocações no Cáucaso, ameaças ao Irã e à República Popular Democrática da Coreia. Hoje há muitas coincidências entre Rússia e China e, no plano europeu, aproximação entre Rússia e Alemanha. O possível ingresso da Federação Russa na OMC – onde já está a China e países como Brasil e Índia, importantes atores – tende a agravar essas contradições.

22- Dessa forma, são muitos os fatores que atuam no sentido contrário ao exercício do domínio mundial pelos Estados Unidos: emergência de China, Rússia, Brasil e Índia, surgimento de blocos regionais não alinhados e até opostos às posições dos Estados Unidos, e contradições interimperialistas com a União Europeia, nomeadamente Alemanha e França. É um novo quadro em formação, fruto das contradições sociais e geopolíticas. O desenvolvimento objetivo da situação – cujo fator mais dinâmico são as lutas de classes e anti-imperialistas dos trabalhadores, dos povos e das nações que se batem pela sua soberania e independência – provoca mudanças no sentido da multipolaridade, ao promover a ascensão de novos países à condição de potências econômicas com reivindicações de autonomia e dispostos a lutar por uma nova ordem econômica e política internacional. Tal desenvolvimento objetivo incrementa também as disputas e rivalidades interimperialistas. Isto não significa, porém, que esteja em curso uma transformação democrática das relações internacionais. Permanece ainda hegemônico o poder bruto dos Estados Unidos e não há sinais de esta superpotência estar disposta a ceder poder seja aos povos e nações que lutam por soberania e progresso social, seja às potências concorrentes. É uma ilusão supor que o mundo transite espontaneamente entre o poder unipolar e a multipolaridade e, apenas em decorrência de uma troca de equipe presidencial, passe de uma política belicista, militarista, securitária e unilateral a uma política democrática, multilateral, de cooperação e de paz. As iniciativas concretas do imperialismo vão em outra direção, apesar da mudança de discurso e de tática. Está em evolução um cenário de grandes conflitos pela redivisão de



áreas de influência e poder em todo o mundo. Tal como disse Lênin, em política o imperialismo tende para a reação e a guerra. A paz não é uma vocação do imperialismo. Os comunistas lutam por uma profunda alteração na correlação de forças, não por meros arranjos no equilíbrio de poder entre as potências mundiais. O mundo de democracia e paz, de direito internacional e cooperação entre as nações só será possível alterando também em cada país e região a correlação social de forças. A alternância dos fatores de cooperação e rivalidade entre as potências imperialistas terá efeitos regressivos se não for detido o processo de liquidação de conquistas dos trabalhadores, de ameaças à soberania nacional, de ofensiva ideológica contra os valores progressistas, democráticos e socialistas, de deriva conservadora, antirrevolucionária e anticomunista e retrocesso das conquistas da civilização.

23- A partir da eleição de Barack Obama à presidência da República, os Estados Unidos anunciam a aplicação de uma nova tática em suas relações internacionais. A complexidade das contradições e o potencial para a eclosão de conflitos econômicos e sociais, de classes e nacionais, políticos, diplomáticos e até militares indicam ser estreita a margem de manobra do imperialismo para uma mudança efetiva de política. O setor do *establishment* norte-americano vitorioso com a eleição do novo presidente anuncia a chamada política externa “suave e inteligente”, uma proposta de combinação dos componentes político e diplomático com o militar, supostamente com prioridade para os dois primeiros, uma formulação nova para o exercício pleno do domínio norte-americano no mundo, levando em conta os seus aliados, a incapacidade de lidar com vários conflitos simultaneamente e a necessidade de através de alguma institucionalidade reordenar o sistema, sempre sob sua liderança. Na essência o imperialismo mantém sua política, embora faça determinadas flexões, empregue uma retórica distinta, faça gestos simbólicos amplificados pela publicidade política e uma tática diferente no que tange ao diálogo com os aliados dos Estados Unidos e à concertação de posições relativamente aos dossiês mais conflituosos da agenda internacional. No que se refere à América Latina, o novo



presidente dos Estados Unidos fez alguns gestos dessa natureza em relação aos principais líderes dos novos governos progressistas, empreendeu uma tentativa de desanuviar o relacionamento com a Venezuela e, sem tocar na essência do bloqueio a Cuba, que foi ratificado, levantou a proibição de visitas e remessas de dólares por parte de cubanos e familiares de cubanos residentes nos Estados Unidos. Quanto à guerra ao Iraque, ratificou o plano de retirada em longo prazo já elaborado pelo governo anterior. Anunciou manter entre as tarefas principais da sua administração a “luta contra o terror”, cujo cenário principal se desloca para o Afeganistão e o Paquistão, segundo o novo presidente. Novos recursos estão sendo investidos na guerra de ocupação do Afeganistão e maiores quantidades de tropas são enviadas ao país centro-asiático. O chefe da Casa Branca também aumentou o orçamento militar e afirmou não abrir mão de manter a supremacia dos Estados Unidos neste terreno. Em mais um gesto pendular, anunciou a revogação do plano de instalação do escudo antimísseis na República Tcheca e na Polônia, mas simultaneamente proclamou que os Estados Unidos continuam comprometidos com um sistema de defesa com mísseis antibalísticos. Não há que se iludir com os anúncios e gestos quanto à regeneração da natureza agressiva do imperialismo estadunidense nem quanto ao abandono dos propósitos de domínio mundial. Há que compreender que a luta anti-imperialista transcorrerá sob novas condições políticas.

## **Crescem as lutas dos trabalhadores e dos povos pela emancipação nacional e social**

24- De um modo geral, a correlação de forças prevalecte no mundo ainda é estrategicamente desfavorável do ponto de vista do amadurecimento das condições objetivas e subjetivas das lutas pela emancipação nacional e social, da superação revolucionária do capitalismo, da construção de uma nova sociedade, do triunfo da civilização e da libertação da humanidade sobre a ameaça de barbárie.



25- Não obstante, também neste aspecto o mundo vive uma importante transição, um recomeço, uma retomada das lutas democráticas, progressistas, populares, nacionais, de classes em todas as latitudes, sob as mais diferentes formas e distintos níveis de amplitude e radicalidade, durante as quais surgem novos atores, novas forças revolucionárias e de esquerda que crescem em interação e aliança com os partidos comunistas, que também passam a atuar em um campo fértil para seu desenvolvimento, crescimento, consolidação e credibilização perante as massas.

26- As classes trabalhadoras, as massas populares e o movimento sindical vão ocupando o prosicênio da luta de classes. Tais lutas se entrelaçam com as revoltas da juventude, as rebeliões antirracistas e pelos direitos dos imigrantes nos países capitalistas desenvolvidos. A classe trabalhadora, seus representantes e organizações não se limitam a contemplar esses acontecimentos com indiferença. Reagem com maior ou menor vigor nos diferentes países em defesa de seus interesses. Geralmente sob a liderança dos sindicatos e partidos de esquerda, milhões de trabalhadores vêm sendo mobilizados em greves, manifestações de rua e ocupação de empresas, nas quais clamam e lutam para que se faça justiça, para que o ônus da crise seja descarregado sobre as costas dos ricos capitalistas que, afinal, são responsáveis por ela, e que as famílias operárias sejam poupadas de novos e maiores sofrimentos. Sinais de intensificação das lutas sociais são visíveis em todos os continentes. Cabe destacar a greve geral e passeatas que levaram mais de três milhões de franceses às ruas em 19 de março; a mobilização de 200 mil pessoas em Lisboa, também em março, sob a liderança da CGTP; o exitoso 1º de Abril – Dia Internacional de Luta pelos Direitos Trabalhistas e Contra a Exploração, convocado pela FSM (Federação Sindical Mundial), marcado por atos públicos e greves em mais de 45 países. O movimento sindical tem desempenhado um papel de destaque nessas lutas, apesar de suas notórias debilidades. A unidade potencializa sua força, como demonstra o exemplo da França, onde as oito centrais caminharam juntas na greve geral que, por esta e outras razões, foi apoiada por



79% da população, e pela primeira vez em muitos anos realizaram manifestações unitárias no 1º de Maio, reunindo cerca de dois milhões de pessoas; bem como o do Brasil, onde a mobilização conjunta das centrais e dos movimentos sociais envolveu dezenas de milhares de trabalhadores em São Paulo e nos demais estados em 30 de março.

27- O período entre o 11º e o 12º Congressos conheceu o desenvolvimento das heroicas resistências iraquiana, afegã, libanesa e palestina que, se bem não tenham alcançado ainda a libertação de seus países e, no caso palestino, a criação do seu Estado nacional livre e independente, também não permitem que os agressores alcancem os seus objetivos colonialistas. Nesse sentido são povos vitoriosos porque resistir é já em si mesmo uma vitória. Foi um período também em que Estados nacionais soberanos e independentes opuseram tenaz resistência aos intentos de isolamento, desestabilização e agressão, como Irã, Síria, Venezuela e Bolívia.

108

28- A luta pela paz surge como uma das mais importantes frentes do combate anti-imperialista. Luta que assumiu dimensões gigantescas quando da agressão norte-americana ao Iraque e que, embora num nível diferente, tem sido constante e diversificada, contra as armas nucleares, contra as bases militares, contra as guerras de ocupação, contra a militarização da União Europeia, contra a OTAN e seu novo conceito estratégico e em solidariedade às lutas libertadoras de todos os povos. Todas elas estão a se refletir na ampliação e fortalecimento do Conselho Mundial da Paz.

29- O Partido Comunista do Brasil valoriza positivamente a evolução do quadro político na América Latina e Caribe na última década, marcado pelo ascenso de uma tendência geral democrática e progressista e, ao mesmo tempo, pelo acentuado declínio da influência do neoliberalismo e da ingerência do imperialismo norte-americano – a despeito da permanência de uma enorme influência econômica e sobretudo ideológica dos Estados Unidos sobre a região. A nova realidade em curso faz da América Latina um espaço de resistência e busca de alternativas e é favorável às



forças revolucionárias e às ideias avançadas. O novo quadro latino-americano é objetivamente anti-imperialista, pois obstaculiza o domínio imperialista sobre a região. Exemplos significativos disso, pela dimensão do que está em disputa, foram a rejeição da Alca, grande projeto de domínio hemisférico dos Estados Unidos; o repúdio ao imperialismo estadunidense durante a realização da Conferência Latino-Americana e Caribenha, na Bahia, em finais de 2008; e a decisão tomada em junho de 2009 de revogar a resolução de 1962 que excluía Cuba da OEA, apesar de todos os esforços em contrário do Departamento de Estado dos EUA. Os avanços democráticos na América Latina, o desenvolvimento da cooperação e da integração solidária exigem a solução política para o conflito colombiano, uma paz justa e democrática, o combate às políticas militaristas do governo local e do imperialismo norte-americano. Outrossim, requerem a rápida solução da questão do Haiti, país martirizado por conflitos fratricidas, ditaduras cruéis e pela ingerência imperialista dos Estados Unidos e da França. É necessário criar as condições, no quadro da cooperação internacional e da soberania nacional, para reorganizar o Estado com suas funções precípuas, incluindo a da segurança pública, e tornar dispensável o quanto antes a presença das tropas da ONU sob comando brasileiro no país.

109

30- Estrategicamente, a América Latina é alvo da cobiça imperialista, num contexto em que a disputa interimperialista por fontes de recurso na “periferia” tende a se aguçar, pelo que a América Latina mantém-se como potencial alvo de investidas neocolonialistas do imperialismo norte-americano – fato que o povo brasileiro deve ter presente como elemento geopolítico fundamental na luta por um projeto nacional de desenvolvimento. Os interesses dos povos e nações da América Latina e do Caribe são antagônicos aos do imperialismo norte-americano, mesmo quando este se apresenta, através de jogadas midiáticas, com nova linguagem. A postura expressa pelo novo presidente estadunidense Barack Obama durante a Cúpula das Américas de Trinidad e Tobago, realizada em abril deste ano, revelou o intento de aparentar uma sua-



vização deste antagonismo. Mas, além de gestos simbólicos, nada mostrou alteração da essência da política hemisférica do imperialismo norte-americano.

31- No período mais recente, após a superação de dois ciclos reacionários e conservadores na América Latina – o das ditaduras militares e o do neoliberalismo –, emerge um inédito e singular ciclo progressista, de conteúdo anti-imperialista. Da vitória de Hugo Chávez na Venezuela, em 1998, a 2009 – iniciado com a vitória de Mauricio Funes e com a reeleição de Rafael Correa, respectivamente em El Salvador e no Equador –, ocorre uma série de vitórias de forças que vão do centro à esquerda no espectro político, numa longa lista de países que inclui também o Brasil. Somados a uma hegemonia de governos dirigidos por forças que lideraram os processos de independência na maioria dos países do Caribe e à heroica e revolucionária Cuba socialista, compõem um conjunto de governos nacionais que, com diferentes ritmos e ênfases, buscam abandonar políticas antipopulares e neoliberais e promover mudanças voltadas para a consecução de projetos nacionais de desenvolvimento, nos quais, nos casos mais avançados, constituem-se propósitos revolucionários com proclamados objetivos socialistas.

32- A realidade atual comporta, como objetivamente não poderia deixar de ser, uma diversidade de ritmos, ênfases e enfoques. Afinal, são países com distintas formações sociais e econômicas; as forças à frente de cada governo possuem diferenciadas origens, orientações e objetivos estratégicos; e seu ascenso aos governos nacionais resulta de distintos níveis de acumulação de forças por parte dos setores populares. Mas, de conjunto, a atual tendência que se desenvolve na América Latina e Caribe tem um *sentido geral comum*, que aponta para mais soberania das nações, para a busca de aprofundar a democracia e os mecanismos de participação popular, por mais direitos para as massas trabalhadoras e as maiorias do povo e por ênfase na integração continental.

33- Para as forças revolucionárias, chama especial atenção a





experiência vigorosa da Revolução Bolivariana da Venezuela, de caráter democrático, popular e anti-imperialista, que completa neste 2009 sua primeira década. Apoiado nas massas populares – fiadoras de sua continuidade em mais de uma dezena de consultas e plebiscitos, proclamando objetivos socialistas de transitar ao que denomina “socialismo do século 21” –, o governo do presidente Hugo Chávez realiza nesta primeira década um amplo programa de transformações sociais, que geram importante declínio da pobreza, junto com ampla participação popular. Além disso, promove mudanças na estrutura do Estado e adota uma avançada Constituição Nacional. Observamos também com interesse as iniciativas de política externa venezuelana, como a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas) e a PetroCaribe, mecanismo de solidariedade energética que assume fundamental importância geopolítica para a independência das nações centro-americanas e caribenhas.

34- Governos com motivações anti-imperialistas também surgem na Bolívia e no Equador, países com expressiva população indígena excluída da participação política e mergulhada na pobreza. Ambos os países levam adiante mudanças na estrutura política, com novas e democráticas Constituições, já em vigor, e buscam retomar, em ambos os casos, controle sobre bens estratégicos nacionais, base material para as mudanças. Com Evo Morales, a Bolívia passa a ter pela primeira vez um presidente com a cara de seu povo, gerando forte reação de uma direita profundamente racista e de colorações fascistas, que – por não aceitar ceder um milímetro de seus privilégios – busca bloquear as mudanças flertando até mesmo com o secessionismo. No Equador, a despeito de heranças dos governos neoliberais como a dolarização, que travam avanços mais acelerados, o governo de Rafael Correa já apresenta importantes resultados para as massas e para a nação, como o fechamento da base militar estadunidense de Manta. Em ambos os casos se desenvolvem experiências promissoras e originais, que proclamam objetivos socialistas.



## Socialismo – aspiração dos trabalhadores e dos povos

112 35- O 12º Congresso do PCdoB ocorre no mesmo ano em que o heroico povo de Cuba comemora o 50º aniversário de sua Revolução, enfrentando o bloqueio imperialista, reafirmando seus ideais socialistas e defendendo sua soberania, liberdade e autodeterminação. Os comunistas brasileiros são solidários com o povo cubano e o Partido Comunista na defesa de sua dignidade, na luta contra o odioso bloqueio imperialista, na justa campanha pela libertação dos cinco compatriotas cubanos encarcerados nos Estados Unidos e na luta pela retirada dos Estados Unidos da base de Guantánamo. Na Ásia, o povo e o governo da RPD da Coreia enfrentam as pressões imperialistas, defendendo sua independência e a reunificação da nação coreana. O Vietnã avança celeremente para vencer o atraso, a pobreza e o subdesenvolvimento. Mantendo o sistema socialista e o regime resultante da sua revolução nacional-libertadora, promove a renovação e ingressa no caminho do desenvolvimento e da luta pela prosperidade. A China popular e socialista, que comemora neste ano o 60º aniversário de sua revolução popular e nacional libertadora, avança na construção do socialismo com peculiaridades nacionais, sob a direção do Partido Comunista. Em sua etapa primária, aplicando as diretrizes da reforma e da abertura, ela se desenvolve a ritmos acelerados e transforma-se numa potência econômica, política e militar desempenhando papel de realce e peso nas relações internacionais. Tornou-se fator incontornável na correlação de forças internacional e nos esforços da humanidade pela paz e uma nova ordem política e econômica mundial.

36- As importantes transformações políticas que vem marcando a conjuntura internacional indicam estar se processando importantes avanços na correlação de forças mundialmente, que melhoram as condições para lutar e intensificam a acumulação revolucionária de forças. A luta anti-imperialista aparece como a marca e o espírito da época, como a grande questão capaz de mobilizar corações e mentes, desatar as energias criadoras e revolucionárias dos povos.



A luta pelo socialismo – posicionada com os termos próprios da época atual, levando em consideração as lições extraídas do anterior período histórico – volta a entrar na ordem do dia, não como vago ideal, não como intenção manifestada através de retórica panfletária, mas como questão concreta a exigir solução concreta. O reposicionamento da luta pelo socialismo mostra que a ofensiva do imperialismo não é o único vetor da situação internacional. Novas forças revolucionárias despertam, novas potencialidades transformadoras se manifestam, novos caminhos se abrem. Os caminhos da luta pelo socialismo não serão fáceis nem retilíneos. Nesta luta as forças da revolução e do socialismo se confrontam em cada batalha, em cada momento, com um colossal sistema de dominação que não cederá facilmente posições. Os trabalhadores e os povos, para alcançarem um novo sistema político, econômico e social – o socialismo –, para desfrutarem de direitos, soberania, segurança e paz, terão de levar a efeito a luta política de classes, na qual ganham relevo também a luta patriótica anti-imperialista, a luta democrática e a ação de Estados nacionais governados por forças revolucionárias e progressistas. Esta luta exigirá clareza de objetivos, nenhuma ilusão com o inimigo e discernimento tático-estratégico. Incorporar-se a ela e à sua condução, pôr-se à frente dos acontecimentos, empenhar-se na sua organização diuturnamente está entre as grandes tarefas históricas do Partido Comunista do Brasil, dos partidos comunistas e revolucionários irmãos e das forças progressistas aliadas para mudar o mundo.

113

37- Neste quadro, o 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil constata com otimismo histórico os progressos realizados pelos partidos comunistas no mundo, bem como os esforços que desenvolvem para se credenciar como forças influentes e capazes de dirigir as lutas emancipadoras dos trabalhadores e dos povos. Registra ainda os avanços na ação comum, do que é expressão o Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários, cuja 10ª edição teve lugar no Brasil, em novembro de 2008, sob os auspícios do nosso Partido. O PCdoB valoriza também o fortalecimento de outras articulações e coordenações entre partidos e movimentos so-



ciais de esquerda e progressistas, destacadamente o Fórum de São Paulo. E atribui grande importância a movimentos como o Conselho Mundial da Paz, a Federação Sindical Mundial, a Federação Mundial das Juventudes Democráticas, a Federação Internacional Democrática das Mulheres, a Aliança Internacional dos Habitantes, os Fóruns continentais e o Fórum Social Mundial, nos quais é marcante a atuação dos comunistas ombro a ombro com forças revolucionárias e progressistas aliadas.



# Resolução Política sobre a Crise do Capitalismo

## A EXTENSA, PROFUNDA E GRAVE CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA



Delegados entoam palavras de ordem

115

1- O capitalismo vive a maior crise desde os anos 1930. A sua origem, em meados de 2007, situa-se, conjuntamente, na fase de prosperidade da economia global e, estruturalmente, nas condições econômicas e financeiras do polo capitalista mais avançado, constituído por Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. A crise tem seu epicentro nos Estados Unidos, de onde emana para todo o mundo, é sistêmica e estrutural e exhibe com nitidez as tendências regressivas do capitalismo.

2- A atual crise ajuda a esclarecer os fatos, desvelar a realidade, contestar alguns mitos. Sucumbem as crenças na flexibilidade e no dinamismo imanentes do capitalismo no que diz respeito especificamente à ilusória superação contemporânea do ciclo econômico



e das grandes crises. A lenda do mercado autorregulado conduziu ao desastre. Para o marxismo, as crises são inevitáveis. Para os keynesianos, elas são possíveis devido a falhas do mercado e a outros problemas (perversa distribuição de renda, rentismo, incertezas e imperfeições na concorrência, tendência ao equilíbrio com desemprego), porém são evitáveis. Para os neoliberais, as crises deveriam ser uma impossibilidade, prevalecendo o equilíbrio na economia e a tendência “natural” à expansão. As teorias de Marx e Lênin sobre o funcionamento da sociedade capitalista, em suas fases concorrencial e imperialista, constituem um guia indispensável para a compreensão da crise. Nelas é que encontraremos os fundamentos para iluminar nossa consciência sobre a atual situação e o caminho da estratégia e tática dos comunistas no atual momento histórico. Através da sua aplicação na análise da realidade, de forma crítica e sem dogmatismo, também poderemos desenvolver a teoria que se opõe à ideologia dominante e que representa os interesses das classes dominadas, subalternas na sociedade capitalista. Enfim, poderemos desenvolver a teoria do proletariado.

3- A crise manifesta-se, em geral, como superprodução relativa de mercadorias e sobreacumulação de capitais. A superprodução de mercadorias foi mais acentuada na construção civil e pode ser percebida na evolução das vendas de imóveis, que superou oito milhões de unidades em termos anualizados no último trimestre de 2005, no auge do *boom* imobiliário. Em 2006, as vendas iniciaram uma trajetória de queda, derrubando os preços e desencadeando a crise. A superprodução foi fomentada pelo crédito e pela inflação (no ramo), abrindo espaço para a especulação e estimulando a expansão do capital fictício, evidenciando o entrelaçamento da circulação e acumulação de capital na chamada economia real e na esfera financeira. A crise explicita tanto a contradição entre a produção social e a apropriação privada quanto a anarquia das decisões e competição capitalistas. Reflete-se no próprio desenvolvimento das forças produtivas, com a incorporação de mudanças técnico-científicas e a elevação da composição orgânica do capital. Conforme indicam os fatos, a crise tem caráter cíclico, pelo fato de ela pôr fim



a um ciclo de crescimento do capitalismo em âmbito internacional – muito celebrado nos últimos anos como prova da vitalidade do capitalismo –, e também ao ciclo de frágil recuperação da economia dos EUA após a recessão de 2001.

4- As crises não são, portanto, inerentes apenas à esfera financeira, apesar da magnitude dos fenômenos nesta esfera. Elas são decorrentes da natureza contraditória do sistema capitalista como um todo. Os motivos específicos imediatos na sua deflagração modificam-se. As chamadas hipotecas de alto risco (*subprime*) podem ser apenas o detonador do colapso atual. O subsetor dessas hipotecas representa uma minoria dentro do próprio mercado imobiliário dos Estados Unidos. Seria superficial apontar como causa da presente crise a conduta irresponsável dos operadores financeiros ao subestimarem os riscos.

5- É preciso identificar as tendências históricas do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Além de analisar a manifestação das contradições da estrutura e da lógica de funcionamento do sistema, é importante compreender a forma específica da crise. A atual tem sua fisionomia retratada pela combinação dos seguintes aspectos: (I) revés da dominância financeira e insolvência latente dos mais poderosos mercados financeiros situados nos Estados Unidos e Europa; (II) recessão severa, colapso dos investimentos, queda de preços e desemprego; (III) falência da política de liberalização econômica, comercial e financeira; e (IV) aprofundamento do declínio relativo da economia dos Estados Unidos face às mudanças em curso na divisão internacional do trabalho, sobretudo a partir dos chamados países emergentes, especialmente a China.

6- A finança, sobretudo com a liberalização, a hipertrofia e a especulação das últimas décadas, acarreta uma sobrecarga de incerteza e instabilidade no sistema. A financeirização expressa a exacerbção do papel e do lugar do capital fictício na atualidade. A lógica do capital portador de juros – manifestando-se através de imensas massas e novas formas de capital fictício – condiciona e determina a dinâmica do capitalismo contemporâneo. É dialética, contraditória,



a unidade entre a acumulação de capital na produção e a acumulação de capital na esfera financeira. Como não é possível a expansão contínua da economia, tornam-se inviáveis as punções de mais-valia em montantes ininterruptos e crescentes para a remuneração do capital fictício. A especulação e o parasitismo têm acirrado a polarização entre a miséria e a riqueza. Nesse período histórico, sob essas condições particulares, a oligarquia financeira reforçou seu poder e dominação.

7- É forte o componente financeiro da crise. Os maiores conglomerados bancários nos Estados Unidos e na Europa tornaram-se insolventes. Alguns bancos, sobretudo de investimento, já faliram. As crises financeiras, sob as mais diversas formas, têm sido cada vez mais frequentes e atingem, em maior ou menor grau, toda a economia. A acumulação real gera recursos que alavancam a acumulação financeira. Ou, em momentos de ritmo lento de acumulação, liberam-se recursos para a especulação financeira.

118

8- A ausência de liquidez e a contração do crédito golpearam a indústria e o comércio. Mas a recessão está sendo determinada, cada vez mais, autonomamente, pelos próprios efeitos multiplicadores negativos do colapso dos investimentos, tendo em conta as condições gerais anteriores e insustentáveis de superprodução e superacumulação.

9- A outra parte que complementa esse quadro é a dificuldade de crescimento expressivo da produção no Japão, na Europa e nos Estados Unidos e a necessidade de suas empresas produzirem em países de industrialização “recente”, sobretudo do Leste e Sul da Ásia. A crise articula-se com a queda da taxa de lucro no interior das potências capitalistas, que seria compensada parcialmente pela elevada exploração em todas as economias capitalistas e, em particular, nas economias ditas emergentes. Ainda há pouco, em 2000 e 2001, a chamada Nova Economia naufragou, desfazendo as apostas nas mudanças tecnológicas e organizacionais, sobretudo nos Estados Unidos, para a elevação da produtividade e sustentação do crescimento econômico. As inovações nos produtos





e processos de trabalho associadas às tecnologias da informação conformaram a assim chamada Terceira Revolução Industrial, favorecendo a reestruturação produtiva e maior internacionalização das cadeias produtivas. Contudo, não se registrou, recentemente, nos países de economia avançada, um tipo de crescimento decisivamente centrado nas transformações tecnológicas e no aumento da produtividade. A expansão ocorrida entre 2003 e 2007 dependeu muito da globalização dos mercados, da bolha financeira e do forte ritmo de crescimento de países do Leste e do Sul da Ásia, a exemplo da China e da Índia.

10- Os déficits gêmeos – orçamentário e externo – dos Estados Unidos alcançaram montantes extremamente elevados. No seu financiamento, eles já não contam, principalmente, com recursos do setor privado e investimentos diretos externos. Na atual década, os bancos centrais, inclusive dos chamados países emergentes, assumiram o papel principal na aquisição de títulos do tesouro estadunidense. Conforme o Banco Mundial, seis países em desenvolvimento compraram mais da metade das novas emissões de títulos dos EUA desde 2000. Depois de atingido um patamar altíssimo de reservas, denominadas em dólares, as políticas dos bancos centrais tendem – cedo ou tarde, com receio de perdas – a se desvencilhar, gradualmente, desses títulos estadunidenses. Na atual crise, o governo chinês tem solicitado, publicamente, garantias do governo americano no sentido de honrar a sua dívida. A defesa do dólar exigiria elevação da taxa de juros, mas a crise exige zero de juro básico. Paradoxalmente, a crise, por um lado, acentua a fragilidade do dólar como moeda simultaneamente de reserva internacional e de emissão soberana estatal, sem regras, pelos Estados Unidos, enquanto, por outro, renova, no pânico financeiro, a fuga para o dólar, como segurança de última instância, mesmo que precária.

11- O contágio da crise amplia-se pelos mais diversos canais de transmissão, com a contração do crédito e do comércio e a queda das Bolsas. Os seus desdobramentos mostram-se mais globais, sincronizados e profundos, refletindo a nova rodada de globalização



da economia nas últimas décadas, reafirmando o caráter sistêmico mundial do capitalismo e do seu mercado.

12- Assim, a recessão se espalha dos países desenvolvidos para os chamados emergentes, com a sequência de cortes da produção, tentativa de esvaziar estoques, cancelamentos de investimentos, demissões. Dinamicamente, as debilidades propagam-se no tempo, condicionando os próximos períodos, prolongando a recessão. Persistem ativos “tóxicos” no sistema financeiro e desempenho recessivo na economia, apesar das ações dos governos. As baixas taxas de juros das hipotecas não têm conseguido recuperar as vendas de imóveis. Os bancos, carregados de ativos desvalorizados, tendem a levar muitos anos para recuperar a confiança e retomar a plenitude de suas atividades, mantendo, enquanto isso, as difíceis condições financeiras e de crédito. Os países ricos já adotam medidas protecionistas.

120 13- A expansão e o amadurecimento do capitalismo exigem, cada vez mais, a intervenção maciça do Estado, através de política econômica de governo para socorrer e salvar o sistema durante suas crises. O livre mercado só é viável dessa maneira. Aliás, o capitalismo, desde a acumulação primitiva de capital, sempre contou com o suporte do Estado. Na grande depressão dos anos 1930, a regulação e a segmentação das esferas financeiras foram estabelecidas. O acordo de Bretton Woods, em 1944, lançou as regras e as instituições para salvaguardar a liberalização com regulação da economia internacional, abrindo espaço, no plano de cada nação, para as políticas keynesianas, nos países ricos, e as políticas desenvolvimentistas, para alguns países da periferia capitalista. Mas, depois de outra importante crise nos anos 1970, o keynesianismo, o acordo de Bretton Woods e a regulação estatal cederam lugar ao neoliberalismo, entronizado nas décadas seguintes. Nos anos 1990, a política neoliberal tomou a forma do Consenso de Washington, com as recomendações precisas – a exemplo das privatizações e aberturas comercial e financeira –, atingindo a periferia capitalista, como o Brasil.



14- Agora, na crise, todo o grandioso edifício das convicções neoliberais é negado pelas ações dos Estados mais poderosos em socorro de suas gigantescas empresas e seus bancos. Em flagrante contradição com a propaganda neoliberal, os bancos centrais, na crise, aparecem como provedores de liquidez sem limite, com pura emissão de moeda, ampliando o endividamento público. As taxas básicas de juros aproximam-se de 0% nos Estados Unidos e no Japão. Bilhões e trilhões de dólares são lançados em pacotes de resgate de bancos e de estímulo fiscal, com investimentos públicos. No Japão, desde a sua longa estagnação durante os anos 1990, consta a persistência, até hoje e no futuro previsível, de políticas monetária e fiscal expansionistas. Em vez do G-8, articulam-se encontros do G-20, reunindo os países ricos e os chamados países emergentes. Neste, surgem propostas diversas e divergentes sobre como articular os esforços internacionais, desde um novo Bretton Woods, reforma do sistema financeiro internacional e aumento dos gastos nos pacotes governamentais. A China, com as maiores reservas internacionais, sobretudo denominadas em dólares, preocupa-se com o risco de perdas, diante das dificuldades da economia americana, e propõe uma nova referência monetária para as transações internacionais – reivindicação que, além de corresponder a uma tendência objetiva, recebe o apoio de outras nações e das forças progressistas.

121

15- A atual crise é certamente a mais global e sincronizada da história do capitalismo. Isso se deve à hipertrofia da esfera financeira – deflagradora e irradiadora da atual crise – e, fundamentalmente, ao peso extraordinário da economia norte-americana no mundo (pois é lá que a crise começou e é de lá que ela se irradia), à sua influência no processo de reprodução do capital no âmbito do sistema imperialista (em sua totalidade), à liderança (econômica, política e ideológica) dos EUA na chamada globalização neoliberal e, sobretudo, ao parasitismo que grassa na sociedade estadunidense.



## Parasitismo e desenvolvimento desigual – traços fundamentais do imperialismo

16- O parasitismo é um traço fundamental do imperialismo, assume diferentes formas na economia (está refletido, por exemplo, no índice aberrante da participação do consumo no PIB – 70% –, o que, por sua vez, tem a ver com o excesso de dívidas e de importações). A expressão econômica mais geral do parasitismo (e também suas formas mais relevantes) é observada no balanço de pagamentos, em especial na fabulosa necessidade de financiamento externo dos Estados Unidos. Essa necessidade é uma medida mais geral do quanto os EUA vêm vivendo à custa alheia, ou seja, a medida mais precisa do parasitismo econômico.

17- O parasitismo traduzido na necessidade de financiamento externo tem um papel determinante na circulação (e, portanto, valorização e expansão) do capital ou, mais concretamente, de capitais estrangeiros provenientes de diferentes países. Para satisfazer a necessidade de financiamento externo do seu balanço de pagamentos, os EUA precisam captar mais de 65% da poupança mundial, segundo estimativas do FMI. O seu passivo externo é caminho privilegiado da circulação do capital estrangeiro, tanto na esfera financeira com as aquisições de títulos das dívidas pública e privada, quanto na economia real, no jogo de fusões e aquisições de empresas, assim como através dos investimentos diretos externos; o déficit comercial, expressão do consumo parasitário do império, é uma via inestimável de circulação e realização de capitais (produtivos) provenientes de diferentes partes do mundo.

18- Por si só é evidente que a absorção de dois terços da poupança mundial pelos EUA (para cobrir as necessidades de financiamento externo) exerce uma influência estupenda sobre os fluxos internacionais de capitais e a acumulação de capitais no âmbito do sistema imperialista. Isto ajuda a explicar a propagação da crise, bem como a persistente instabilidade monetária. Os investimentos atraídos pelos EUA para o ramo imobiliário também somavam para



a cobertura da necessidade de financiamento externo, da mesma forma que a aquisição de títulos do governo norte-americano e de empresas na Bolsa de Nova Iorque. Bancos europeus carregados de derivativos hipotecários lastreados na superprodução de imóveis ficaram insolventes.

19- A China alimentou as suas reservas, com saldos comerciais em suas transações com os Estados Unidos e com o ingresso de investimentos estrangeiros, ascendendo à condição de sua maior credora e financiadora dos seus déficits. De mãos dadas com o parasitismo, caminha o desenvolvimento desigual, que configura uma lei do movimento de reprodução das economias nacionais. O parasitismo, que impregna toda a sociedade, contribui (ao lado da alta da composição orgânica do capital) para a redução da taxa de lucro refletida na baixa taxa de acumulação interna de capitais nos EUA, estimulando a migração de capitais, o deslocamento da indústria e da produção industrial para os emergentes, destacadamente a China. Conduz, como dizia Lênin, à decomposição do império hegemônico e o faz na medida em que transforma os EUA em devedores líquidos (importadores líquidos de capitais).

123

20- O próprio parasitismo dos EUA e de outros países imperialistas contribui para causar o desenvolvimento desigual das nações, à medida que, de um lado, reduz a taxa de poupança e a acumulação interna no país mais afetado pelo fenômeno – que, conforme também já tinha observado Lênin, geralmente é a potência hegemônica (Inglaterra, em sua época, EUA no presente) – e, de outro, a taxa de acumulação, investimento e crescimento da economia nas potências concorrentes é maior, sendo este um dos motores do desenvolvimento desigual. Isso se traduz, presentemente, principalmente na ascensão econômica vertiginosa da China, ancorada num crescimento ininterrupto de 10% em média nos últimos 30 anos. A ascensão chinesa, de um lado, e a decadência americana, de outro, conformam os dois polos principais do desenvolvimento desigual em nossos dias.

21- O financiamento do déficit externo estadunidense (privado



e público) tornou-se ainda mais dependente da decisão de investimentos das reservas em poder dos bancos centrais estrangeiros, destacadamente os asiáticos e especialmente o banco central da China. Enquanto os EUA continuarem atraindo investimentos e o superávit em conta corrente acumulado na Ásia e em outros continentes for reciclado como investimentos em ativos norte-americanos, o padrão de consumo e de acumulação do capital no interior do império poderá ser mantido. Todavia, os desequilíbrios subjacentes a tal padrão não são sustentáveis em médio e longo prazo e a crise talvez seja mais do que um sinal, entre outros, neste sentido, precipitando a hora da verdade.

22- O desenvolvimento desigual promove uma revolução silenciosa na correlação de forças entre as potências (velhas e novas) e, por este meio, corrompe a ordem estabelecida e promove a necessidade objetiva de sua substituição, o que se traduz hoje na exigência de uma nova ordem econômica e política internacional. Com isto, pode-se dizer que o mundo ingressou num período de transição, cujos contornos e desfecho, porém, não estão dados e se resolverão no plano político, dependendo da luta – luta de classes e lutas nacionais.

124

## **Trágicas consequências para o proletariado e os povos**

23- Malgrado o fato de não poder ser responsabilizada pela crise, a classe trabalhadora, ou o proletariado, é a que mais sofre os seus efeitos. Sobre suas costas recai o ônus maior da crise, na forma de demissões em massa, redução de salários e flexibilização de direitos. Nos EUA, a depressão está destruindo cerca de 600 mil postos de trabalho a cada mês desde outubro do ano passado. Mais de seis milhões de pessoas sobreviviam à base do seguro-desemprego em março deste ano, quando o exército de desocupados foi estimado em 13 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, e nem todos têm direito a este e a outros benefícios. Junto com o emprego, o assa-



lariado e sua família geralmente perdem também a residência, são desalojados pelas execuções hipotecárias determinadas pela “Justiça” a pedido dos bancos que especularam com a miséria alheia. Os governos de George Bush e Barack Obama destinaram cerca de 1,5 trilhão de dólares para medidas anticíclicas que supostamente deviam interromper e reverter a crise. Mas, o grosso desses recursos comprometidos a descoberto (ampliando para 1,7 trilhão de dólares o déficit público estimado para o próximo exercício fiscal, que não será pago apenas pelos contribuintes estadunidenses e que abalará a economia mundial) está sendo destinado a operações de socorro e resgate de bancos e instituições financeiras. Para os pobres, pertencentes às classes trabalhadoras, restam migalhas e crescente rigor fiscal, de forma que a crise prossegue e tanto o desemprego como as execuções hipotecárias comandadas pelos bancos continuam avançando. Mesmo quando o socorro se dirige a empresas do setor produtivo, como a General Motors, não é para proteger os interesses dos operários, mas para organizar uma reestruturação que demandará demissões e redução de direitos. Não poderia haver melhor prova ou ilustração prática da teoria da subordinação do Estado capitalista aos interesses do capital financeiro e dos monopólios capitalistas. A crise capitalista também evidencia o uso da discriminação como instrumento para intensificar a exploração da força de trabalho e estimular a xenofobia. Nos países imperialistas, os imigrantes são as maiores vítimas da crise, além do que ela acarreta graves efeitos para as nações em desenvolvimento, com interrupções nos ritmos de crescimento, deterioração das contas externas e perdas comerciais.

24- O Partido Comunista do Brasil reafirma a posição que tem defendido sistematicamente de não haver solução capitalista virtuosa para a crise do capitalismo. Conclama os trabalhadores a resistirem contra as políticas tendentes a atirar sobre os seus ombros os efeitos da crise, e preconiza um programa político de luta e acumulação de forças visando à superação revolucionária do capitalismo. A luta de classes dos trabalhadores e a luta anti-imperialista dos povos e nações que se batem por sua independência entram com



força na ordem do dia como o único caminho que pode salvar a humanidade da bancarrota. O socialismo é a verdadeira alternativa para a humanidade abrir caminho à paz e ao progresso econômico e social.





# POLÍTICA DE QUADROS COMUNISTAS PARA A CONTEMPORANEIDADE



Mesa e plenária do 12º Congresso

127

## Partido revolucionário para um período singular de lutas

1. O 12º Congresso está chamado a formular diretrizes para uma política de quadros atualizada, num momento em que se elevam os desafios da disputa pela hegemonia política e ideológica na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo e da luta de classes. O tema integra a renovação de concepções e práticas de um partido que mantém sua identidade comunista – seu caráter de classe de partido dos trabalhadores, portador de uma base teórica sólida, o socialismo científico – e dá desenvolvimento à sua linha de estruturação, visando a assegurar o caráter do Partido e a gestão da vida partidária.

2. A conformação do Partido Comunista se dá em resposta



ao seu pensamento programático e estratégico em cada situação, com formas e meios adequados a essa luta classista e revolucionária. Hoje se vive o contexto de um *tempo de nova luta pelo socialismo*. Tempo que exige atualizar a teoria revolucionária, reformular o programa e a estratégia do movimento, extrair lições das experiências socialistas e abrir um caminho brasileiro de transição ao socialismo. Tempo de resistência ativa, acumulação estratégica de forças, combinando reformas estruturais e rupturas para a superação revolucionária do capitalismo. Exige articular dialeticamente, no interesse do projeto partidário, a luta política em todas as suas dimensões, quais sejam: atuação no seio do Estado vigente com a luta social e a luta de ideias, a partir de bases marxista-leninistas e de um projeto de nação em relação com o pensamento científico avançado do país. O PCdoB é concebido como vanguarda desse processo e ao mesmo tempo como parte do bloco de forças políticas avançadas do país. Partido ousado no anseio transformador, condizente com um projeto exequível para conquistar hegemonia política. Partido que empreenda a exigência de desenvolver a teoria como base para convicções revolucionárias, enfocando a relação entre teoria e prática nas condições contemporâneas. Partido para impulsionar a consciência de classe e ser a representação política e social dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros da cidade e do campo, no sentido de constituí-los como classe que lidere um novo poder político. É capaz de conquistar apoio de massa a seu pensamento político, aglutinar as bases sociais fundamentais em torno desse projeto – os trabalhadores, a juventude, as mulheres e a intelectualidade avançada. Partido Comunista de princípios, estruturado com feições contemporâneas de um partido comunista de massas, voltado para a ação política, fortalecido em sua vida orgânica à escala de centenas de milhares de membros. Partido com firmeza e convicção revolucionária nos núcleos dirigentes e flexibilidade na base na perspectiva de formar extensas camadas de trabalhadores e do povo na militância política, pois quanto mais extensas as fileiras militantes tanto mais se necessita de quadros de direção coesos e compromissados para a governança do Partido.



Partido, enfim, como força decisiva da revolução e da construção do socialismo, e que tem nos seus quadros a expressão mais concentrada do pensamento revolucionário.

3. A política atualizada de quadros tem este ponto de partida: *quadros para esse tempo, para essa missão concreta*. Trata de formar e firmar quadros capacitados política e teoricamente, disciplinados para essa situação determinada, voltados para a ação em todas as dimensões da vida da sociedade, conscientes de que na sua ação organizada no Partido e na luta, fundamentalmente, é que se formam com uma perspectiva e convicção política de luta pela superação revolucionária do capitalismo. Sempre há raízes políticas na base dos modelos e das opções organizativas – dos quais a política de quadros é parte integrante –, do que decorre não ser válida a noção de um modelo único de organização do Partido nem, consequentemente, a de um modelo único de quadro. Propõe, assim, novas respostas à questão da formação e do papel de uma infinidade de tipos de quadros e indica que isso constitui a essência da construção e organização partidária. O novo arcabouço demandará ser assimilado por todo o Partido e aplicado em esforços prolongados, próprios de uma instituição secularizada como é o Partido Comunista do Brasil.

4. Hoje, nos marcos da crise capitalista e do re-avivamento da exigência de saídas alternativas avançadas para ela, e ainda com o atual grau de expansão partidária, a política de quadros deve perseguir concretamente: construir um Partido combativo, unido, influente política e eleitoralmente, imerso na luta política, social e de ideias, apto a lutar pela hegemonia no rumo de seu projeto programático; combinar de forma justa a atuação dos quadros na esfera político-institucional no seio do Estado vigente com a perspectiva estratégica de acumulação de forças para mudanças profundas na sociedade; alcançar uma estável e extensa militância, coesa, estruturada em organizações de base enraizadas na luta dos trabalhadores e do povo brasileiro.



## Foco de prioridades e desafios a confrontar

5. O PCdoB percorre uma trajetória exitosa em grande medida devido à atenção conferida à política de quadros. Durante a ditadura militar, forjou quadros notáveis, atuantes nos tormentosos condicionamentos das lutas de classes. O que é hoje o PCdoB se deve a essas gerações de incontáveis mártires e heróis do povo brasileiro, alguns dos quais atuam como destacados dirigentes partidários até o presente. O Partido estruturou-se então, praticamente, como um partido de quadros. Exigências de outro tipo se apresentaram com as vitórias democráticas do fim dos anos 1970-1980 e a conquista da legalidade partidária. O êxito mais importante nesse período consistiu em suportar a extensa crise teórica e ideológica nos anos 1990, resultante da derrocada do socialismo na URSS, e a ofensiva neoliberal contra os ideais progressistas. No presente, o PCdoB alcança importantes avanços na construção partidária, impulsionada com a situação do país e do Partido no novo ciclo político aberto a partir de 2002. Por ocasião do 11º Congresso (2005), o tema da política de quadros alcançou uma síntese concentrada ao concluir: “a chave para os futuros desafios do Partido é, agora, formar larga estrutura de quadros, de nível superior, intermediário e de base, assentada numa profunda compreensão da exigência de unidade de ação de todo o partido”. Nesse Congresso aprovou-se um estatuto inovador, que definiu com precisão a condição de quadro partidário e sua normatividade política, ideológica e de estruturação. Para dar exequibilidade ao projeto estratégico do Partido, a política ora proposta se volta para as seguintes prioridades:

a) Um objetivo central é preparar conscientemente e com ousadia nova geração de quadros dirigentes do Partido na esfera nacional – avançados em sua formação classista e marxista, com capacidade de apreensão da realidade brasileira que lhes possibilite discernir de moto próprio os fenômenos na perspectiva do projeto estratégico do Partido –, mesclada com os quadros mais antigos e experientes. Integram esse contingente o Comitê Central, os membros das comissões políticas dos comitês estaduais, membros do



parlamento e de esferas de governo federal ou funções de Estado, os que desempenham tarefas partidárias nacionais, bem como quadros de expressão na sociedade, nas esferas da vida política, social, de Estado, científica e acadêmica, artística e cultural, da intelectualidade *latu senso*.

b) O segundo objetivo central é avançar a formação de extenso contingente de quadros intermediários e de base, fixá-los nos seus papéis, visando a pôr em funcionamento a vida partidária por intermédio deles. Esse esforço se concentra na consolidação dos comitês municipais e na luta por estruturar bases partidárias que congreguem e ponham em ação organizada a militância. Quadros intermediários e de base são os elos de ligação entre a orientação nacional partidária e a extensa militância, por um lado, e entre a militância e o povo, por outro.

c) O terceiro objetivo é avançar em políticas de quadros com respeito a juventude, mulheres, trabalhadores e quadros mais diretamente atuantes na luta de ideias, bem como em funções técnicas de assessoria e consultoria do trabalho partidário, de mandatos e órgãos de governo, entre outros.

131

6. Os desafios a confrontar no sentido de potenciar essa política de quadros e o próprio papel dos quadros são o **dogmatismo**, que leva a uma postura engessada ou defensiva frente às mudanças, dificultando a emancipação do pensamento; o **liberalismo**, que produz o afrouxamento dos compromissos com o Partido; o **corporativismo**, que limita os horizontes de formulação de um pensamento político e a aspiração por constituir os trabalhadores como classe que almeja o poder político nacional, restringindo-os à mera luta social; e o **pragmatismo**, produto da luta política no nível atual, que leva a perder de vista objetivos fundamentais em prol do imediato, à pressão pela autonomização de grupos de interesse no interior do Partido, à perda de referenciais estratégicos na atuação no seio das instituições videntes, à burocratização. Todos esses representam, de diferentes modos, entraves tendentes a rebaixar o sentido estratégico da luta do Partido e o próprio instrumento do partido.



## A política geral de quadros

7. A política de quadros parte do primado de um partido marxista e revolucionário, que adota o centralismo democrático como princípio diretor da organização política, em sintonia com a contemporaneidade, com a situação do país e a luta do povo brasileiro, com originalidade de formas e modelos organizativos. Deve estar apta a forjar nos quadros suas convicções e motivações, vontade e compromissos. Deve conhecê-los, mobilizar com ciência e arte suas aptidões e capacidades, avaliá-los em seu trabalho. Dá-se sob o signo geral da consciência, da renovação, da qualificação, da especialização e da representação:

a. Consciência sustentada na elevação da capacitação teórica e ideológica sobre o projeto estratégico da luta pelo socialismo, que alimenta a convicção militante.

b. Renovação nos papéis, funções e feições da estrutura de quadros, para dar suporte ao projeto político e ao acúmulo alcançado, inclusive no sentido de renovar gerações dirigentes como modo regular da vida partidária, estimulando a alternância de funções desempenhadas por cada um no Partido.

c. Qualificação, no sentido de serem mais capacitados ao estudo, à elaboração e à sistematização estratégica dos problemas em todos os âmbitos da vida política, econômica, social e cultural, sabendo guiar-se criativa e autonomamente na ação política.

d. Especialização, no sentido de propiciar que se destaquem nos vários âmbitos do saber e agir transformadores, estimulando suas aptidões e sua inserção em todos os terrenos da vida política, econômica, de Estado, social e cultural.

e. Representação, no sentido de expressarem as bases sociais fundamentais da luta e de serem cidadãos e cidadãs influentes não apenas no Partido, mas também na vida pública, na sociedade, nas entidades representativas, como líderes e tribunos respeitados no terreno onde atuam.



8. O estatuto do PCdoB é a base da política geral de quadros. Seu artigo 7º define a condição de quadro partidário e as premissas políticas, organizativas, normativas e éticas que a norteiam. Disso decorre uma visão ampliada da condição de quadro partidário: todos os membros do Partido podem ser ou estar atuando como quadros, a depender da definição das responsabilidades que lhe são atribuídas. Trata-se de lidar com quadros orgânicos da estrutura formal dirigente do Partido, mas também com os que não pertencem às instâncias de direção; atentar para quadros intermediários de distintos níveis de organicidade; valorizar os quadros de base, dos mais variados tipos de atuação; não deixar de perseguir essa política nem mesmo com filiados ao Partido que têm papel relevante na sociedade. O estatuto estabelece as diversas modalidades de vida orgânica, conforme o grau de compromisso do membro do Partido e suas responsabilidades.

9. A direção geral dos esforços da política atualizada de quadros visa a forjar atitudes conscientes e sadias dos quadros na vida do Partido, buscando:

a. Estimular o compromisso dos quadros com a causa socialista, marxista e revolucionária, com o Partido e sua linha estratégica, com os trabalhadores, o povo e um projeto de nação. Propiciar maior nível de formação teórica marxista e de cultura teórico-política geral e crescente qualificação do pensamento político nos vários âmbitos de ação, que impulsionem sua capacidade de elaboração e sistematização políticas.

b. Adotar como a melhor escola de formação a designação para responsabilidades concretas de partido, promovendo-os em suas funções e controlando o desenvolvimento delas, pois é na luta e na vida partidária coletiva que os quadros vão se educando e consolidando convicções.

c. Lidar persuasivamente com as discrepâncias e divergências que podem se estabelecer entre as opiniões dos quadros e as do Partido, num ambiente de liberdade de discussão e respeito, que não



prescinde de os quadros – sobretudo eles, como exemplo para o partido – defenderem e divulgarem as opiniões do Partido, quando formalizadas.

d. Demandar especial esforço político dos quadros de expressão pública em partilhar os compromissos partidários, e das instâncias dirigentes em incorporá-los à gestão partidária.

e. Garantir que nenhum quadro permaneça sem projeto definido de atuação, e que não haja espontaneísmo na definição das responsabilidades designadas, acentuando crescentemente o componente consciente nas definições. A cada quadro deve corresponder um projeto político bem delineado, em condições de tempo e lugar determinados, formulado com visão multilateral e participativa, com métodos persuasivos e visão de curto, médio e longo prazos. Levar em conta os anseios e aptidões pessoais. É avesso a unilateralismos, sobretudo na apreciação e magnificação de deficiências isoladas ou superadas no passado, bem como qualquer tipo de discriminação – seja ela etária, étnica, de gênero, de orientação sexual ou religiosa, relacionada a pessoas com deficiência etc. Combinar as tarefas partidárias com a inserção social dos quadros, preservando seus vínculos profissionais, sociais, familiares ou inclinações pessoais. Assimilar quadros oriundos de outras formações políticas, incorporando-os efetivamente, sem discriminações de parte a parte, à vida partidária coletiva.

f. Combinar, na atribuição de responsabilidades aos quadros, as exigências do projeto partidário em cada situação com os legítimos anseios individuais. Respeitar a individualidade, sem imposição de modelos idealizados sobre atitudes e inclinações pessoais, nem renúncia à natureza própria de cada um, resultante de sua vida e trajetória, que enriquecem o patrimônio humano do partido. Presupor compromisso e dedicação na atitude de cada um, mas não suspensão da vida privada por absorção exclusiva à atividade partidária, e estimular uma vida pessoal plena e realizada, ponderando as dimensões da vida familiar, profissional, social e cultural como fatores importantes na sua formação, combinados com o reforço





de seus compromissos com o projeto partidário.

g. Compreender que o papel dos quadros se adequa aos desafios partidários em cada circunstância de tempo e lugar e que, portanto, estar preparado para desempenhar tarefas e funções não é algo estático. Considerar que há momentos privilegiados para otimizar o aproveitamento deles à altura do que acumularam e que é contraproducente tanto subestimar como superestimar seu papel. Estipular profissionalizações estritamente em situações bem determinadas de tempo e condições materiais, entendendo que a condição de profissional de partido não é vitalícia.

h. Promover seu enraizamento na realidade política e social de cada local de atuação, em ligação com os setores estratégicos fundamentais da luta atual, legitimando seus papéis não apenas no interior do Partido, mas também na sociedade. Estimular todos, onde quer que atuem, a se constituírem em tribunos perante a sociedade e o Partido, a se tornarem elaboradores e difusores de pensamento crítico marxista e progressista, bem como a serem competentes no que fazem para se destacarem e ser respeitados na sociedade.

135

i. Instituir com ousadia uma política nacional de renovação dos órgãos dirigentes, tendo por linha geral a promoção de mais quadros oriundos dos trabalhadores, da juventude, das mulheres e da intelectualidade. Estabelecer metas de renovação nas conferências partidárias, com conteúdos políticos e ideológicos, linhas e métodos bem fundamentados.

j. Estimular ativamente a alternância de papéis e funções no Partido, com a política no posto de comando, tendo em conta o grau de maturação do Partido em cada situação e a necessária visão estratégica para preparar, conscientemente e com antecedência, novos quadros para novas funções. A alternância confere maior afluência à direção partidária e a beneficia com novas abordagens, novos métodos e estilos, resultando num sistema de direção de base mais ampla, combinando o papel dos quadros promovidos às novas funções com a experiência dos mais maduros, que persistem em novos papéis.



k. Alcançar justa solução para o convívio geracional na vida partidária, educando os jovens quadros quanto ao valor da experiência dos mais antigos ou idosos, testados na luta, e os quadros antigos quanto à evidência de que a energia dos jovens traz experiências e ímpetus novos e essenciais para o desenvolvimento partidário. Conferir igual importância à convivência de gênero, à valorização e promoção das mulheres como fator de ampliação da ação do Partido, de sua marca democrática para dentro e para fora.

l. Destacar a necessidade de multiplicar o contingente de quadros intermediários, apoiando-os em seu papel de ligação entre a direção e a base, e de fixar quadros em um trabalho persistente pela base, de forma mais prolongada.

m. Apontar a crítica e a autocritica como processo coletivo para melhoramento e correção nas orientações e práticas, realizada sem sectarismos, como exame objetivo dos fatos, sob os critérios da franqueza, da serenidade, do respeito e da isenção.

136

10. Essas premissas visam a reforçar os vínculos entre os quadros e o projeto partidário, sob diferenciadas condições de atuação, com visão estratégica e de longo prazo. Elas se complementam com as atitudes que se esperam dos quadros perante o Partido. Sinteticamente: empenhar-se individualmente em autoqualificar-se e auto-organizar-se, em interação ativa com a política de quadros; desenvolver o pensamento e a atividade crítica, difundir e desenvolver a linha partidária em seu âmbito de atuação; participar da, e zelar por ela, vida partidária e cuidar de sua construção, qualquer que seja o âmbito de suas responsabilidades; cumprir exemplarmente o estatuto, nos termos de seu grau de compromisso com o Partido, notadamente no que tange à sustentação material do Partido; zelar pelos valores éticos, prestar contas de suas atividades, ser franco no trato com os pares; manter atualizadas as informações sobre sua atuação.

11. A política atualizada de quadros é concretamente o desenvolvimento de liames para integrá-los à atividade coletiva em todos os escalões do Partido, fazendo-os assumir responsabilidades na luta



multifacética do Partido. Na luta partidária, decidido o rumo da ação política, e sendo ele justo, o êxito depende da capacidade de organizar sua aplicação. E isso, essencialmente, depende dos quadros e do controle sobre sua ação. No partido dirigem-se processos, mas também e sobretudo pessoas – essencialmente os quadros –, à base de convicções e motivações. Devem-se desenvolver em ampla escala e meios os liames para elevar a força da ligação entre a sua atuação e o projeto político partidário. Os pilares que orientam essa construção são:

a. A ênfase nos elementos de consciência teórica e ideológica como a forma de elevar convicções e motivações. Isso implica amplo estímulo ao estudo e à formação sistemática, com as iniciativas da Escola Nacional e da Fundação Maurício Grabois.

b. A existência de amplos canais de debate sobre a política do Partido como forma de desdobrá-la para os mais variados campos de atuação política, social e da produção das ideias, e como via da qualificação crescente do pensamento político, estimulando e aproveitando o saber específico de cada um. Estímulo ao debate, à livre expressão das opiniões pessoais e à iniciativa criadora dos quadros, sob o primado da unidade de ação política de todo o Partido, sob um único centro dirigente e uma única orientação democraticamente adotada, com disciplina livre e consciente.

c. A institucionalidade estatutária e o cumprimento exemplar de suas normas como base da disciplina livre e consciente, particularmente quanto à indispensável vida partidária regular em múltiplos níveis e formas.

12. A operacionalização das medidas de política de quadros exige esforços articulados de toda a direção para pôr em movimento a estrutura de quadros na ação política. Para ela se articula, num primeiro nível, uma justa direção política e ideológica, enquanto direção geral, com a direção concreta de cada uma das secretarias de direção com os quadros que lhe são afins na atividade. Num segundo nível, a direção geral das frentes de comunicação, orga-



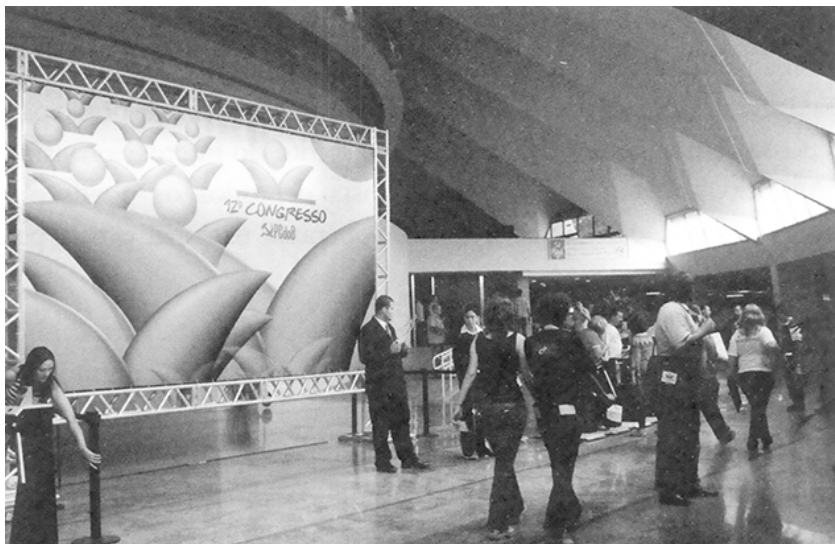
nização e finanças, além do esforço sistemático e continuado de educação teórica, política e ideológica. Num terceiro nível, políticas de quadros voltadas diretamente para os trabalhadores, a juventude, as mulheres e a intelectualidade. Em último nível, no âmbito das secretarias de organização, a aplicação dos componentes próprios de gestão da política de quadros, constituídos pelo conhecimento, cadastramento e classificação sistemática dos quadros; pelo processo de alocação e promoção de responsabilidades, e pelo processo de avaliação e controle de seu desempenho.

13. A articulação desses níveis e sua gestão permanente serão realizadas pelas direções nacional e estaduais mediante a constituição de departamentos de quadros no âmbito das secretarias de organização, com as funções precípua de dar desenvolvimento e implementar tais diretrizes no âmbito de todo o Partido, segundo os focos de prioridades apontados; coordenar os esforços do conjunto da direção para esse fim, e implementar sob sua responsabilidade direta os componentes próprios da política de quadros no âmbito da instância partidária.

14. O 12º Congresso, ao aprovar o novo programa socialista do PCdoB, matura condições para levar adiante a luta transformadora na atualidade em nosso país. A política de quadros atualizada é consentânea com essa perspectiva, constituindo um repertório renovado para a construção da força decisiva dessa luta, que é o Partido Comunista, no rumo de seu fortalecimento e pela sua hegemonia.



# Estatuto do Partido Comunista do Brasil



Entrada do plenário do 12º Congresso

139

## CAPÍTULO I – DO PARTIDO

### Artigo 1º

O Partido Comunista do Brasil, fundado em 25 de março de 1922, reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 e legalizado, na fase atual, em 27 de maio de 1985, é o partido político da classe operária e do conjunto dos trabalhadores brasileiros, fiel representante dos interesses do povo trabalhador e da nação. Organização política de vanguarda consciente do proletariado, guia-se pela teoria científica e revolucionária elaborada por Marx e Engels, desenvolvida por Lênin e outros revolucionários marxistas.

O Partido Comunista do Brasil luta contra a exploração e opres-



são capitalista e imperialista. Visa à conquista do poder político pelo proletariado e seus aliados, propugnando o socialismo científico. Tem como objetivo superior o comunismo. Afirmado a superioridade do socialismo sobre o capitalismo, almeja retomar um novo ciclo de luta pelos ideais socialistas, renovados com os ensinamentos da experiência socialista do século 20, e desenvolvidos para atender à realidade do nosso tempo e às exigências de nosso país e nossa gente. Ao mesmo tempo, no espírito do internacionalismo proletário, apoia a luta anti-imperialista de todos os povos por sua emancipação nacional e social, soberania nacional e pela paz mundial.

O Partido Comunista do Brasil é uma organização de caráter socialista, patriótica e anti-imperialista, expressão e continuação da elevada tradição de lutas do povo brasileiro, de compromisso militante e ação transformadora contemporânea ao século 21, inspirados pelos valores da igualdade de direitos, liberdade e solidariedade, de uma moral e ética proletária, humanista e democrática.

140

Para levar adiante seus propósitos, o PCdoB se rege, nos marcos da legislação vigente do país, pelo presente Estatuto.

## **CAPÍTULO II – OS MEMBROS DO PARTIDO**

### **Artigo 2º**

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) é uma associação livre e voluntária de cidadãos e cidadãs, maiores de 18 (dezoito) anos, no gozo de seus direitos políticos, que aceitam seu Programa e Estatuto. Em caráter excepcional, a ele poderão filiar-se jovens eleitores maiores de 16 (dezesseis) anos.

Ser membro do Partido significa empenhar-se pela construção da unidade de amplas massas populares, dos setores democráticos e progressistas na luta por igualdade de direitos e dignidade para o



povo brasileiro, pelo avanço da democracia, da soberania nacional e pelo socialismo.

A condição de membro do Partido implica direitos e deveres que se vão constituindo mediante um processo consciente e progressivo, com a filiação, a militância em uma das organizações partidárias, a aplicação das suas orientações, a sustentação material e financeira do Partido, o estudo e a divulgação das suas ideias e propostas.

### Artigo 3º

A condição de membro do Partido inicia-se com a filiação, em caráter individual, por intermédio da Ficha Nacional de Filiação, expressando a aceitação do Programa e do Estatuto. A proposta de filiação deve ser abonada por um membro do Partido e aprovada por uma das organizações partidárias. A admissão formal deve ser comunicada ao novo filiado num prazo máximo de 30 dias. A filiação será registrada nos cadastros partidários e comunicada à Justiça Eleitoral.

O organismo que admitir a filiação deve indicar ao novo membro do Partido o organismo ao qual deve se vincular, esclarecer seus direitos e deveres, estabelecer com ele a contribuição financeira ao Partido, bem como propor-lhe a assinatura d'*A Classe Operária* e a participação nos cursos de formação teórico-política.

141

Parágrafo 1º – A filiação de líderes de reconhecida expressão, detentores de cargos eletivos, dirigentes de outros partidos e personalidades da sociedade civil deverá ter a anuência do Comitê Estadual, ouvida a opinião da Comissão Política Nacional;

Parágrafo 2º – em situações especiais poderá ser solicitada apenas a filiação interna, a ser aprovada pelas Comissões Políticas Estaduais;

Parágrafo 3º – para a desfiliação, o membro do Partido deverá comunicá-la por escrito à Organização de Base em que atua ou ao Comitê Municipal.



## Artigo 4º

Os filiados e filiadas são um patrimônio político do Partido, que empreende esforços permanentes para elevar sua consciência política, sua participação na vida partidária e seu compromisso militante.

São seus direitos: participar nas reuniões partidárias, opinar e contribuir na elaboração da linha política partidária e manifestar-se perante os órgãos de direção partidária no âmbito em que atua. O(a) filiado(a) pode por sua livre vontade passar à condição de militante, para eleger e ser eleito(a) nas instâncias partidárias, mediante obtenção da Carteira Nacional do Militante e passando a atuar regularmente em uma das organizações partidárias.

São seus deveres: apoiar as causas e campanhas do Partido, votar em seus candidatos, aplicar suas orientações gerais e comprometer-se com a promoção da dignidade da pessoa humana, com a luta em defesa dos direitos do povo, da liberdade, da soberania nacional e pelo socialismo.

142

## Artigo 5º

Os(as) militantes são as bases da força do Partido junto aos trabalhadores e ao povo. São os(as) filiados(as) que atuam regularmente em uma das suas organizações; estão em dia com as contribuições financeiras obrigatórias de sustentação do Partido; estudam, acatam e aplicam suas decisões; difundem a orientação, as ideias e propostas partidárias.

Os(as) militantes esforçam-se continuamente por aumentar seus vínculos com os trabalhadores e o povo, e elevar seu nível de cultura e consciência política. Devem zelar pelo honroso título de militante comunista, cultivando elevados padrões éticos e morais, de solidariedade ao povo e respeito à coisa pública, sendo exemplo de luta, honradez e sinceridade com seus companheiros e companheiras.





A condição de militante será comprovada pela Carteira Nacional do Militante, devidamente registrada nos cadastros partidários, emitida em termos de norma do Comitê Central.

## Artigo 6º

Todo(a) militante do Partido tem os mesmos direitos e deveres.

I – São seus direitos:

a) participar, expressando livremente as suas opiniões, da elaboração da linha política do Partido e das discussões acerca das questões políticas, teóricas e práticas nas instâncias partidárias de que fizer parte; manter suas opiniões, se divergentes, sem deixar de aplicar, defender e difundir as decisões do Partido;

b) eleger e ser eleito(a) em qualquer instância partidária de que participe;

c) ser ouvido(a) quanto à melhor forma de contribuir para a atividade do Partido, em uma das suas organizações; encaminhar sugestões e propostas por intermédio de seu organismo e pedir informações a qualquer instância superior; apelar de decisão disciplinar a seu respeito; exigir sua participação pessoal e o mais amplo direito de defesa sempre que se trate de resolver sobre sua posição ou conduta.

II – São seus deveres:

a) atuar de acordo com os princípios e normas do presente Estatuto, observando a disciplina partidária; atuar regularmente em uma das organizações do Partido, contribuir para o desenvolvimento da sua linha política, para a filiação de novos membros, aplicar as suas decisões e defender a sua unidade de ação política;

b) possuir a Carteira Nacional do Militante como comprovação de estar em dia com as obrigações de sustentação financeira do Partido; ler e difundir o jornal *A Classe Operária*, revista teórica, o Portal do Partido na internet e as demais publicações do Partido; participar das atividades partidárias de formação;



c) associar-se à entidade ou organização de massa relacionada com seu trabalho, moradia, área ou setor de atuação, respeitando as decisões democráticas que ali se tomam e contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento da entidade;

d) prestar contas ao coletivo da sua atividade partidária, exercer e estimular a prática da crítica e autocrítica; informar sobre mudança de local de trabalho, residência ou área de militância que implique alteração do seu organismo de atuação;

e) combater todas as formas de opressão e prestar solidariedade aos que são alvo de quaisquer manifestações de perseguição política ou discriminação social, de gênero, racista ou étnica, de orientação sexual, religião, e as relativas à condição da criança e do adolescente, dos idosos e portadores de necessidades especiais; hipotecar plena solidariedade à luta dos trabalhadores e dos povos em defesa da soberania nacional e de sua emancipação social, pela paz e contra o imperialismo.

## **CAPÍTULO III – OS QUADROS DO PARTIDO**

### **Artigo 7º**

Os quadros são a coluna vertebral da estrutura partidária. São os principais responsáveis pela unidade do Partido em torno de seus princípios e de sua orientação, bem como pela permanente construção política, ideológica e orgânica do Partido. São os cumpridores exemplares dos deveres dos militantes.

Os quadros se formam mediante processo laborioso e prolongado, combinando o trabalho coletivo e o esforço individual. Sua progressiva educação comunista pressupõe assumir e cumprir as tarefas partidárias que lhe são delegadas, delas prestando contas, com espírito crítico e autocrítico e zelo pela causa partidária. Seu firme compromisso ideológico com a causa socialista, seu desprendimento e a dedicação às tarefas que lhe foram designadas, ligação com o povo, firme disciplina pessoal e salvaguarda do centralismo



democrático na vida partidária são o maior estímulo à coesão e à força do Partido.

Quadros são os(as) militantes que, a partir de comprovada atuação regular em uma das organizações partidárias, realizam esforço pessoal permanente por elevar o domínio do marxismo-leninismo e da linha política do Partido; estão rigorosamente em dia com suas obrigações financeiras junto ao Partido; e que:

a) são eleitos para funções de direção de Comitês partidários, ou atuam junto aos órgãos de direção partidária, como membros de comissões auxiliares ou em outras funções de apoio;

b) exercem atividades de representação política eletiva ou por indicação do Partido, na atividade institucional e na direção de organizações de massas;

c) atuam, por tarefa partidária, no âmbito das atividades estatais, acadêmicas, científicas e culturais, em funções técnicas de assessoria às bancadas e à direção partidária.

145

## Artigo 8º

A política de quadros do Partido estimula em todos os níveis a sua formação e seu acompanhamento permanente, avaliação, promoção e distribuição, com base em critérios que atendam aos interesses do coletivo, de acordo com a capacidade, potencialidade e disponibilidade de cada um, numa soma de esforços. Define as tarefas principais para as quais são destacados(as) no trabalho partidário. Combate tendências alheias à cultura política dos comunistas, como favoritismo, carreirismo, individualismo, burocratismo e práticas corrompidas. Valoriza os(as) que atuam como profissionais da atividade partidária, promovendo sua crescente capacitação política e técnica, cultural e ideológica, seu papel social e político. Postula equilíbrio entre a preservação de experiência e a alternância das funções desempenhadas pelos quadros na atividade partidária, como fator de educação continuada dos comunistas.



## CAPÍTULO IV – DA CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA E DA CARTEIRA NACIONAL DE MILITANTE

### Artigo 9º

A contribuição financeira do membro do Partido é expressão do seu compromisso com a organização partidária, seus ideais e sua luta. A estruturação material e a sustentação da atividade partidária e dos Comitês são responsabilidade coletiva de todos os seus membros, que devem se empenhar, dentro das possibilidades de cada um, para garantir tais compromissos, assim constituídos:

a) Contribuições anuais equivalentes a pelo menos 1% (um por cento) do salário ou renda mensal, sendo o piso estabelecido com base no salário-mínimo, cuja arrecadação será gerida pelos Comitês Estaduais; ou

146

b) contribuições mensais de militantes e quadros, equivalentes a pelo menos 1% (um por cento) do salário ou renda mensal, cuja arrecadação será gerida pelo Comitê Central; ou

c) contribuições especiais, mensais ou extraordinárias, dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo, nos termos de norma do Comitê Central.

Parágrafo 1º – Os Comitês partidários, em cada nível, estabelecerão normas para a partilha dos recursos arrecadados entre as diversas instâncias;

Parágrafo 2º – as organizações partidárias poderão empreender campanhas coletivas de arrecadação de fundos visando à quitação da contribuição estabelecida na alínea “a”, referente aos(as) militantes do Partido que estão desempregados(as) ou não possuem rendimento próprio.



## Artigo 10º

A Carteira Nacional de Militante é instrumento comprobatório da condição de militante do Partido e documento indispensável para eleger e ser eleito(a) nas instâncias partidárias, bem como para participar de atividades em que os organismos de direção decidam exigir a sua apresentação. Será renovada pelo Comitê Central para todos(as) os(as) membros do Partido que contribuem financeiramente com o Partido na forma das alíneas do artigo 9º.

## CAPÍTULO V – O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

### Artigo 11

A estruturação e o desenvolvimento da vida partidária assentam-se no princípio do Centralismo Democrático. O Centralismo Democrático estimula a expressão das opiniões pessoais de forma livre e responsável, e a ampla iniciativa de ação por parte de cada militante e de todas as suas organizações, como fator ativo da construção das orientações partidárias, sob um único centro dirigente: o Congresso do Partido e, entre um e outro Congresso, o Comitê Central. O Partido age como um todo uno, sob o primado de uma disciplina livre e conscientemente assumida. A unidade é a força do Partido.

147

Com a aplicação e o desenvolvimento criativos do Centralismo Democrático, se visa à coesão política e ideológica do Partido, como construção coletiva, sob o primado da unidade de ação política de todo o Partido.

### **I – A democracia é um bem fundamental da vida interna do Partido e significa:**

a) igualdade de direitos e deveres entre todos os seus membros, segundo sua condição de filiado(a) ou militante; direito de eleger e ser eleito(a) para as instâncias partidárias, estando em dia com suas obrigações perante o Partido;



b) eleição de todos os organismos dirigentes do Partido de baixo para cima, sendo que a instância que elege pode destituir os(as) eleitos(as);

c) debate amplo, com liberdade de opinião pessoal, nos organismos sobre as orientações partidárias;

d) prestação de contas periódica e informação regular dos organismos dirigentes do Partido às instâncias que os elegeram e ao coletivo partidário;

e) estrito respeito à institucionalidade, à probidade e à impessoalidade na condução das atividades do Partido, nos termos deste Estatuto, das normas e regimentos do Comitê Central.

## **II – O centralismo assegura a indispensável unidade de ação política de todo o Partido e significa que:**

a) as decisões coletivas, tomadas por consenso ou maioria, são válidas para todos; o interesse individual, ou da minoria, subordina-se ao do coletivo, ou da maioria;

b) as decisões adotadas por organismos superiores são válidas para todas as organizações sob sua jurisdição; decisões adotadas pelo Congresso e pelo Comitê Central são obrigatórias para todo o Partido;

c) as divergências de opiniões não eximem seus membros da obrigação de aplicar, defender e difundir as orientações partidárias;

d) não são admitidas tendências e facções, entendidas como atividade organizada de membros ou organizações do Partido à margem da estrutura partidária, em torno de propostas ou plataformas próprias, pessoais ou coletivas, temporárias ou permanentes.



## CAPÍTULO VI – NORMAS GERAIS DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARTIDO

### Artigo 12

O Partido constitui-se num sistema de organizações articuladas, dispostas segundo o critério da divisão territorial administrativa do país, compreendendo instâncias e organismos superiores nacionais, instâncias intermediárias estaduais, municipais e locais, de caráter deliberativo, assim definidos:

a) Congresso do Partido e Comitê Central, e a Convenção Eleitoral Nacional;

b) Conferências Estaduais e Comitês Estaduais, em cada estado da Federação e no Distrito Federal, e as Convenções Eleitorais Estaduais;

c) Conferências Municipais e Comitês Municipais, em cada município da Federação e nas regiões administrativas do Distrito Federal, e as Convenções Eleitorais Municipais;

d) Assembleias de Base e Organizações de Base.

Parágrafo Único – Segundo exigências da ação política e estruturação partidária, poderão ser criados Comitês com base em outros critérios, por deliberação do Comitê Central, Estadual ou Municipal, mantidas as disposições deste Estatuto.

### Artigo 13

O sistema de funcionamento partidário compreende também órgãos consultivos, que se destinam a reforçar os mecanismos horizontais de ampla consulta, elaboração política e encaminhamento das orientações do Partido. São convocados pelo Comitê da respectiva jurisdição, com pauta e critérios de participação por eles fixados. Suas deliberações e indicações devem ser referendadas pelo



respectivo Comitê e são assim constituídos:

- a) Conferências Nacionais, em nível nacional;
- b) Encontros, em nível nacional, estadual ou municipal;
- c) Fóruns em nível nacional, estadual ou municipal.

Parágrafo 1º – As Conferências Nacionais têm por objetivo consultar o coletivo na elaboração do posicionamento político do Partido ou elaborar políticas programáticas nas áreas específicas de atuação e saber, no âmbito nacional;

Parágrafo 2º – os Encontros têm por objetivo debater o encaminhamento das orientações partidárias e realizar o controle de sua implementação;

Parágrafo 3º – os Fóruns têm por objetivo sistematizar e controlar a implementação das orientações partidárias. Eles podem ser permanentes ou transitórios e sua composição e objetivos são fixados por deliberação do Comitê;

Parágrafo 4º – a critério do Comitê Central e dos Comitês Estaduais, poderão ser constituídos Fóruns de Macrorregiões nacionais e estaduais para discussão e implementação das orientações partidárias traçadas pelos respectivos Comitês;

Parágrafo 5º – poderão ainda ser convocados seminários, reuniões setoriais e simpósios nos diversos níveis, sendo que suas elaborações e propostas só podem ser assumidas como expressão da opinião do Partido se ratificadas pelo respectivo Comitê.

## Artigo 14

Os(as) integrantes dos Comitês partidários são eleitos(as) para um período definido, segundo este Estatuto. Os Comitês serão compostos por membros titulares, que estejam em dia com as obrigações junto ao Partido, e será estimulada a eleição de mulheres,





bem como de trabalhadores e trabalhadoras, em especial de operários(as).

Parágrafo Único – Só poderão ser eleitos membros do Comitê Central, dos Comitês Estaduais e Municipais nas cidades com mais de 100 mil habitantes, os membros do Partido que se inscreverem na contribuição prevista na alínea “b” do artigo 9º. No caso de detentores de cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, deverão estar em dia com as contribuições mensais previstas na alínea “c” do referido artigo.

## Artigo 15

Os Comitês elegerão dentre os seus membros a Comissão Política, que exerce o trabalho de direção política, de ação de massas e de estruturação do Partido nos âmbitos político, ideológico e orgânico, no intervalo entre uma e outra reunião do Comitê respectivo.

Parágrafo 1º – A Comissão Política deve ter um número de integrantes sempre inferior à metade de membros do Comitê;

Parágrafo 2º – A Comissão Política se reúne ordinariamente a cada 30 (trinta) dias, ou extraordinariamente sempre que convocada pelo(a) Presidente ou pela maioria de seus integrantes;

Parágrafo 3º – Faculta-se aos Comitês Central, Estaduais e Municipais indicar respectivamente o(a) líder de bancada na Câmara de Deputados, Senado Federal, nas Assembleias Legislativas e Câmaras dos Vereadores para integrar as respectivas Comissões Políticas;

Parágrafo 4º – Ao compor sua Comissão Política os Comitês devem indicar obrigatoriamente Presidente e Vice-Presidente;

Parágrafo 5º – O(a) Presidente representa regularmente a respectiva Comissão Política; o(a) Vice-Presidente cumpre



as funções interinas nos casos de impedimento temporário do(a) Presidente, sendo que em caso de vacância do cargo o respectivo Comitê, em prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, elege novo(a) Presidente;

Parágrafo 6º – No caso do Comitê Central poderão ser estabelecidos até 3 (três) Vice-Presidentes, estabelecendo a ordem em que assumem interinamente as funções do(a) Presidente em caso de impedimentos temporários do(a) Presidente;

Parágrafo 7º – Os Comitês elege, de acordo com as circunstâncias de cada caso, responsáveis pelas Secretarias de Organização, de Finanças, de Comunicação, Sindical, de Formação e Propaganda, de Juventude, de Movimentos Sociais, de Relações Institucionais e Políticas Públicas e outras, bem como as Comissões Auxiliares, que possuem responsabilidades executivas e respondem pelas tarefas cotidianas perante a Comissão Política;

Parágrafo 8º – As Comissões Políticas do Comitê Central e dos Comitês Estaduais poderão nomear Comitês Provisórios no âmbito de sua jurisdição, compostos de no mínimo 3 (três) membros, com mandato máximo de 1 (um) ano.

Parágrafo 9º – As competências de cada uma das funções executivas dos Comitês serão estabelecidas em regimento aprovado pelo Comitê Central;

Parágrafo 10º – A Comissão Política do Comitê Central poderá prorrogar o mandato dos organismos dirigentes intermediários do Partido por até 6 (seis) meses.

## Artigo 16

Os Comitês podem indicar um Secretariado, dentre seus membros, integrantes ou não das Comissões Políticas, para coordenar o trabalho executivo das Secretarias, e podem constituir Comissão de Controle, nos termos do artigo 48 deste Estatuto.



Parágrafo Único – os Secretariados prestam contas regulares de suas atividades à Comissão Política respectiva.

## **Artigo 17**

As organizações partidárias em todos os níveis têm liberdade de iniciativa política no âmbito de sua jurisdição, desde que não contrariem a orientação geral do Partido. O Partido promove a ampla descentralização da atividade de suas organizações; estimula o planejamento bienal da estruturação partidária e o controle regular dos planos; combate tendências espontaneístas, setorialistas e corporativistas. As organizações partidárias em todos os níveis funcionam sob regime de trabalho coletivo e responsabilidade individual de cada um de seus integrantes. O Partido estimula a prática da crítica e autocrítica, como fator de aprimoramento constante do trabalho partidário. Combate tendências autoritárias e o culto à personalidade. Estimula igualmente a prática de alternância no desempenho das funções executivas e de representação do Partido.

## **Artigo 18**

As organizações partidárias deliberam quando houver quórum de maioria de seus integrantes, mediante voto aberto, único e intransferível, e pelo voto da maioria dos presentes, salvo para matérias com disposição expressa em contrário neste Estatuto. Para eleger os(as) integrantes dos organismos e órgãos dirigentes e delegados(as), é realizado um intenso e democrático trabalho de construção coletiva no âmbito das instâncias que os(as) elegem, a partir de proposição inicial da direção, seguida de ampla consulta e debate, a fim de constituir proposta unitária que melhor represente as exigências da orientação geral do Partido em cada jurisdição. Nesse processo, a votação final será por intermédio de voto secreto, único e intransferível, em votações nome a nome. Para ter direito a eleger e ser eleito(a), é obrigatório que o membro do Partido esteja em dia com sua contribuição financeira, devidamente comprovada pela direção da instância partidária.



## CAPÍTULO VII – AS INSTÂNCIAS E ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS

### I – AS INSTÂNCIAS E ORGANISMOS SUPERIORES DE DIREÇÃO DO PARTIDO

#### Artigo 19

O Congresso é o órgão supremo de direção do Partido. É a instância mais democrática de deliberação sobre a orientação partidária e eleição do Comitê Central, envolvendo o conjunto dos quadros, militantes e filiados, desde a base. As decisões do Congresso são válidas e obrigatórias para todo o Partido e não podem ser modificadas, substituídas ou revogadas senão por outro Congresso.

154

O Congresso do Partido é convocado pelo Comitê Central e, com pelo menos 3 (três) meses de antecedência, serão publicados nos órgãos de imprensa partidária a pauta, data e local, bem como os projetos de resolução a serem discutidos pelos organismos partidários. Deve realizar-se a cada 4 (quatro) anos e, extraordinariamente, quando deliberado por maioria de dois terços do Comitê Central.

Parágrafo 1º – O Congresso do Partido é constituído por delegados(as) eleitos(as) nas Conferências Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central e tendo por base o número de membros reunidos em Assembleias de Base;

Parágrafo 2º – Os membros do Comitê Central são membros natos do Congresso, com direito a voz e voto, desde que seu número não ultrapasse 10% (dez por cento) do número de delegados(as) nacionais; se isso ocorrer, o CC elege os membros com direito a voz e voto no Congresso, até aquele limite, assegurando aos demais o direito a voz.



## Artigo 20

Compete ao Congresso:

a) aprovar a ordem do dia dos trabalhos, o regimento interno e eleitoral; eleger sua Mesa Diretora, bem como a Comissão de Resoluções e Comissão Eleitoral; a direção do Congresso, na duração deste, exerce as funções de Comitê Central;

b) discutir e deliberar sobre os projetos de resolução do Comitê Central, e apreciar propostas apresentadas pelos(as) delegados(as), nos termos do regimento;

c) modificar o Programa e o Estatuto do Partido, quando constante da ordem do dia;

d) determinar a linha política sobre as questões fundamentais da atualidade política;

e) eleger o Comitê Central, apreciar o balanço de sua atividade e fixar o número de seus integrantes;

f) julgar os recursos interpostos contra decisões do Comitê Central ou das direções intermediárias.

155

## Artigo 21

O Comitê Central é o organismo dirigente máximo do Partido entre dois Congressos ordinários, salvo disposição expressa na pauta de convocação de Congressos extraordinários. Suas resoluções têm sentido obrigatório para todas as organizações partidárias. O Comitê Central se reúne ordinariamente no mínimo a cada 4 (quatro) meses. Extraordinariamente, reúne-se sempre que convocado pelo(a) seu(sua) Presidente, pela Comissão Política ou, ainda, pela maioria dos membros do Comitê.

## Artigo 22

Compete ao Comitê Central:

a) convocar o Congresso do Partido e fixar as suas normas;



b) eleger, dentre seus membros, o(a) Presidente, a Comissão Política Nacional, o Secretariado Nacional e a Comissão de Controle;

c) traçar a orientação partidária de âmbito nacional;

d) defender a integridade partidária, exercendo ação disciplinar sobre os Comitês Estaduais quando necessário e, na omissão destes, sobre os Municipais, inclusive convocando Conferência extraordinária dessas instâncias; orientar, estimular e avaliar a atividade dos Comitês Estaduais no cumprimento das deliberações políticas e organizativas, dos planos e campanhas nacionais, do trabalho sistemático junto aos trabalhadores, na promoção de atividades de finanças, propaganda e formação;

e) estabelecer as normas e procedimentos referentes à escolha dos(as) candidatos(as) aos cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados(as) pelo Partido, em todos os níveis; referendar os nomes dos(as) candidatos(as) às eleições de âmbito estadual indicados(as) pelas respectivas Convenções Eleitorais Estaduais;

f) dirigir, por intermédio da Comissão Política Nacional, as bancadas federais do Partido na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e aprovar seu regimento;

g) dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo, na esfera federal;

h) dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos de representação em entidades de massas e movimentos sociais na esfera federal;

i) orientar e controlar os órgãos de comunicação nacionais do Partido, e decidir sobre seus editores;

j) expedir a Carteira Nacional do Militante;

k) aprovar anualmente resolução sobre a utilização dos recursos do Fundo Partidário; estipular anualmente os percentuais para a



distribuição dos recursos arrecadados das diversas fontes entre as diversas instâncias partidárias;

l) promover, junto aos órgãos competentes, o registro do Estatuto e do Programa; julgar os recursos interpostos contra decisões da Comissão Política Nacional ou de Comitês Estaduais; aprovar Regimento dispondo sobre composição e funcionamento das Comissões Políticas e dos Secretariados dos diversos níveis.

## **Artigo 23**

São órgãos do CC:

a) a Comissão Política Nacional, como órgão da direção geral entre uma e outra reunião;

b) o Secretariado Nacional, como órgão executivo da atividade partidária, subordinado à Comissão Política Nacional;

c) as Bancadas parlamentares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal;

d) a Comissão de Controle.

## **Artigo 24**

As Conferências Nacionais são convocadas pelo Comitê Central, sempre que este julgar necessário o debate, a elaboração e o posicionamento em torno de temas ligados à linha política de intervenção e estruturação partidárias, de temas gerais ou específicos de interesse e relevo político e social, e de desenvolvimento da elaboração programática e de ação política nos diversos âmbitos de atividade.

Parágrafo 1º – As Conferências Nacionais são constituídas pelos membros do Comitê Central e por delegados(as) indicados(as) pelos Comitês Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central;

Parágrafo 2º – para que as resoluções das Conferências Nacionais sejam válidas e obrigatórias para todo o Partido devem ser ratificadas pelo Comitê Central.



## Artigo 25

A Convenção Eleitoral Nacional realizar-se-á por convocação do Comitê Central para deliberar sobre alianças e coligação com outros partidos e sobre os candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República. É constituída pelos membros do Comitê Central e por delegados(as) indicados(as) pelos Comitês Estaduais, segundo normas estabelecidas pelo Comitê Central. Suas decisões são válidas para todo o Partido.

## II – AS INSTÂNCIAS E ORGANISMOS DE DIREÇÃO INTERMEDIÁRIA DO PARTIDO

### Artigo 26

As Conferências são os órgãos superiores de direção nos âmbitos estadual e municipal. Devem realizar-se a cada 2 (dois) anos, convocadas pelos Comitês respectivos e, extraordinariamente, quando convocadas por maioria de dois terços do Comitê ou pelo Comitê Central, para discutir os temas constantes da pauta.

158

### Artigo 27

As Conferências são constituídas por delegados(as) eleitos(as) nas Conferências de instâncias precedentes e/ou Assembleias de Base, de acordo com normas aprovadas pelos Comitês de instância imediatamente superior e as complementares aprovadas pelo Comitê que as convoca.

Parágrafo Único – Os(as) integrantes dos Comitês são membros natos das respectivas Conferências, com direito a voz e voto, desde que seu número não ultrapasse 10% (dez por cento) do número de delegados(as) eleitos(as); se isso ocorrer o Comitê elege os membros com direito a voz e voto, até aquele limite, assegurando aos demais o direito a voz.





## Artigo 28

Às Conferências Estaduais e Municipais compete:

- a) analisar a situação política no âmbito de sua competência, estabelecer as diretrizes da ação partidária de acordo com a orientação do Congresso do Partido e dos organismos partidários superiores;
- b) eleger o Comitê respectivo, estabelecendo o número de seus membros observados os limites estabelecidos no artigo 31;
- c) eleger os(as) delegados(as) ao Congresso e às Conferências de instância superior, nos termos das normas de convocação estabelecidas;
- d) julgar os recursos interpostos contra as decisões do respectivo Comitê.

## Artigo 29

As Convenções eleitorais realizam-se pelas mesmas normas gerais previstas para as Conferências. Cabe a elas decidir sobre alianças e coligação com outros partidos para as eleições e sobre os(as) candidatos(as) aos postos eletivos no âmbito de sua competência, *ad referendum*, dos Comitês de instância superior.

159

## Artigo 30

Os Comitês Estaduais e Municipais têm mandato de até 2 (dois) anos. Dirigem a atividade de todas as organizações partidárias existentes no território sob sua jurisdição. Os Comitês Estaduais reúnem-se no mínimo a cada 3 (três) meses e os Comitês Municipais no mínimo a cada 2 (dois) meses. Extraordinariamente, reúnem-se sempre que convocados pelo seu(sua) Presidente, pela Comissão Política ou, ainda, pela maioria dos membros do Comitê.

Parágrafo 1º – Os Comitês Estaduais são eleitos onde se realizem Conferências Municipais em pelo menos 5% (cinco por cento) dos municípios do estado, e no Distrito Federal;



Parágrafo 2º – os Comitês Municipais serão eleitos nos municípios onde exista um mínimo de 15 (quinze) filiados e mais 1 (um) filiado para cada mil eleitores ou fração, observado o artigo 27 deste Estatuto. No Distrito Federal, as regiões administrativas equiparam-se a municípios.

## Artigo 31

A composição dos Comitês Estaduais e dos Comitês Municipais observará os seguintes limites máximos, com base no número de militantes registrados nos cadastros partidários:

a) Até 100 militantes: limite de 15 integrantes para Comitês Municipais e 19 para Comitês Estaduais;

b) de 101 até 500 militantes: limite de 23 para Comitês Municipais e 27 para Comitês Estaduais;

c) de 501 até 1000 militantes: limite de 27 para Comitês Municipais e 39 para Comitês Estaduais;

d) de 1001 até 3000 militantes: limite de 35 para Comitês Municipais e 51 para Comitês Estaduais;

e) de 3001 até 5000 militantes: limite de 43 para Comitês Municipais e 59 para Comitês Estaduais;

f) mais de 5000 militantes: limite de 51 para Comitês Municipais e 63 para Comitês Estaduais.

## Artigo 32

São competências e deveres gerais dos Comitês Estaduais e Municipais:

a) Convocar as respectivas Conferências;

b) aplicar as decisões dos organismos superiores do Partido, assegurando seu cumprimento pelos órgãos partidários que lhe são subordinados; reunir-se regularmente, ter iniciativa e traçar a orientação política no âmbito de sua jurisdição, informando sobre suas decisões e atividades a todo o coletivo partidário;



c) apoiar, estruturar e fortalecer as organizações partidárias que se encontram sob sua direção, designadamente na atuação entre os trabalhadores, o povo e suas lutas;

d) distribuir tarefas entre seus membros e acompanhar a sua atividade; incentivar a participação, fomentar o debate, aprofundar a democracia interna, ouvir e levar em conta as opiniões dos membros do Partido; estimular a crítica e a autocritica; conhecer, formar, avaliar com rigor e isenção os quadros que se encontram sob sua direção, tendo em conta o melhor aproveitamento das suas qualidades e aptidões;

e) difundir e estimular a leitura de *A Classe Operária* e de outras publicações partidárias; organizar a contribuição financeira dos membros do Partido e outras formas de apoio financeiro; enviar regularmente contribuições financeiras ao organismo de instância superior; fomentar a elevação do nível político-cultural dos(as) militantes, promover o estudo do marxismo-leninismo e dos documentos do Partido;

f) dirigir, por intermédio de sua Comissão Política, a bancada parlamentar no âmbito de sua competência e indicar suas lideranças; aprovar o nome dos(as) candidatos(as) indicados(as) pelas instâncias sob sua jurisdição; promover o registro dos(as) candidatos(as) aos postos eletivos no âmbito de sua jurisdição;

g) dirigir, por intermédio de sua Comissão Política, a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos públicos eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo;

h) dirigir a atividade dos membros do Partido que estiverem no exercício de cargos de representação em entidades de massas e movimentos sociais nas respectivas esferas;

i) eleger a Comissão de Controle; acompanhar a atividade dos Comitês sob sua direção e exercer ação disciplinar sobre os mesmos, zelando pela integridade partidária; julgar recursos interpostos contra decisões da respectiva Comissão Política e dos organismos sob sua direção imediata.



Parágrafo Único – Ao menos uma vez por ano os Comitês Municipais devem promover assembleias plenárias com os(as) filiados(as) da respectiva área que não estejam integrados(as) a Organizações de Base, a fim de debater a orientação política do Partido, bem como integrá-los(as) aos cursos partidários.

### **Artigo 33**

Os Comitês Municipais podem constituir comitês auxiliares visando à estruturação e à direção das Organizações de Base, sob a forma de Comitês Distritais, de empresas, de universidades, de categorias, setores ou ramos de atividade, conforme as necessidades da ação política no município, desde que haja um mínimo de 3 (três) Organizações de Base e/ou 30 militantes atuantes em cada um desses âmbitos.

162 Tais Comitês exercerão as mesmas competências enumeradas no artigo 32, excetuadas as alíneas “a”, “f”, “g” e “i”. Nas Conferências Municipais, facultada-se aos Comitês normatizar a realização de Conferências desses Comitês auxiliares sob sua direção ou eleger delegados(as) diretamente por intermédio das Assembleias de Base ou Plenária de filiados(as). Os(as) integrantes dos Comitês auxiliares serão eleitos(as) em Conferências convocadas especificamente para esse fim, segundo normas do Comitê Municipal.

## **III – AS ASSEMBLEIAS E ORGANIZAÇÕES DE BASE DO PARTIDO**

### **Artigo 34**

A Organização de Base (OB) é o esteio da ação partidária cotidiana. É o principal elo entre o Partido, os trabalhadores e o povo, auscultando seus anseios e aspirações, contribuindo para a elaboração da orientação e a intervenção política do Partido. É participando regularmente delas que os(as) militantes materializam os critérios de compromisso com a vida partidária e desenvolvem sua consciência teórica e política.



As OBs são constituídas por um mínimo de 3 (três) militantes do Partido, em fábricas, empresas e demais locais de trabalho; em escolas e universidades; em locais de moradia; em assentamentos rurais, fazendas e empresas rurais; em setores profissionais; em organizações de massa e movimentos sociais.

Os critérios para a constituição das Organizações de Base são os que melhor permitam a participação ativa dos(as) militantes na elaboração e ação política do Partido. Os Comitês devem levar em conta as condições concretas existentes para a definição do âmbito de atuação das OBs e das formas de funcionamento que assegurem sua melhor atividade, tendo em vista enriquecer a atividade própria do(a) militante, enquanto cidadão ou cidadã, com as orientações do projeto político do Partido e estimular o enraizamento da atividade partidária na vida política, social e cultural.

Parágrafo 1º – O Partido prioriza a organização dos(as) militantes em OBs a partir das suas relações de trabalho, como medida para fortalecer a presença do Partido entre os trabalhadores e trabalhadoras, bem como a força deles na vida partidária;

163

Parágrafo 2º – excepcionalmente, podem organizar-se *Coletivos*, diretamente vinculados aos Comitês Estaduais ou ao Comitê Central, por decisão destes, para membros do Partido que atuem em áreas específicas afins, como forma de aproveitar seu saber e experiência na elaboração e implementação da orientação partidária. Nos Congressos e Conferências Estaduais, tais *coletivos* equiparam-se a OBs e elegem delegados(as) diretamente à instância respectiva.

## Artigo 35

O funcionamento regular das OBs, com reuniões periódicas e adequadamente preparadas, é instrumento indispensável ao cumprimento de seu papel e para enraizar o trabalho partidário no local ou setor de sua atuação. Elas devem se reunir ordinariamente no mínimo a cada 60 (sessenta) dias e devem eleger uma direção de no



mínimo 3 (três) secretários(as) coordenadores(as) da OB, para dirigir o seu trabalho nos âmbitos político, ideológico e organizativo, sendo um(a) deles(as) o(a) secretário(a) político(a).

## Artigo 36

As tarefas fundamentais da OB se vinculam diretamente a garantir os preceitos básicos dos membros do Partido quanto a militar regularmente na OB, estudar, divulgar e contribuir, assim compreendidos:

a) Aplicar a política do Partido, recolher junto à população opiniões e críticas para a elaboração dos programas de ação e da linha política; manter estreita ligação com o povo, atuar para sua unidade, mobilização e organização na luta em defesa dos seus interesses; apoiar e orientar a participação dos(as) militantes nas entidades e nos movimentos sindicais e populares, fortalecendo-os e respeitando sua autonomia; organizar e dirigir a campanha do Partido e de seus(suas) candidatos(as) nos períodos eleitorais;

164

b) desenvolver regularmente campanhas de filiação de novos(as) integrantes para o Partido; organizar campanhas próprias e regulares, com vistas a difundir a legenda e as bandeiras políticas do Partido;

c) promover a leitura, campanhas de assinaturas e a difusão do jornal *A Classe Operária* e de outras publicações, outros meios de comunicação e propaganda do Partido;

d) incentivar o estudo e a formação dos seus membros, promovendo cursos básicos do Partido, atividades culturais, estudos dos documentos partidários, integrando-se ao programa de formação definido pelo Comitê ao qual pertence;

e) garantir a contribuição financeira dos seus membros, de acordo com as normas estipuladas pelas direções partidárias, participar de campanhas de arrecadação de fundos extraordinários, promover iniciativas para a sustentação das atividades próprias do seu organismo;



f) zelar pela unidade do Partido, não permitindo em seu seio atividade desagregadora.

### **Artigo 37**

A Assembleia de Base é o momento especial de todo o coletivo da OB, que realiza o balanço de suas atividades, define o plano de trabalho, elege a sua direção. É convocada obrigatoriamente por ocasião das Conferências partidárias e elege os(as) delegados(as) de acordo com as normas estabelecidas.

A Assembleia de Base é convocada no mínimo uma vez por ano. Dela participam todos(as) os(as) militantes que integram o Organismo de Base, bem como os(as) filiados(as) de seu âmbito de atuação, convocados(as) com antecedência mínima de 7 (sete) dias. Podem ser convidados(as), excepcionalmente e sem direito a voto, amigos(as) do Partido, a fim de proporcionar-lhes acesso ao debate e à orientação política partidária.

165

## **CAPÍTULO VIII – DA DISCIPLINA PARTIDÁRIA**

### **Artigo 38**

O Partido assegura sua unidade de ação política por meio da disciplina consciente, livremente aceita, igual e obrigatória para todos os seus membros e todas as suas organizações, baseada no Programa e Estatuto do Partido. O coletivo partidário deve ser vigilante com respeito à disciplina, aplicá-la judiciosamente e defendê-la, no mais estrito respeito à institucionalidade da vida partidária fixada neste Estatuto e nas normas e nos regimentos do Comitê Central.

### **Artigo 39**

O membro do Partido que infringir os princípios programáticos, a ética, a disciplina e os deveres partidários expressos neste Estatuto deve ser criticado no âmbito do organismo a que pertença, com espírito de educá-lo – bem como ao coletivo –, para com as obri-



gações e salvaguardar os interesses partidários. O mesmo poderá sofrer, segundo a gravidade da falta, sanções disciplinares.

As sanções têm como objetivo reforçar a unidade, a disciplina e a ética revolucionária do coletivo. São adotadas com base nas circunstâncias de cada caso, com razoabilidade e proporcionalidade à gravidade das faltas e ao grau de responsabilidade do membro do Partido, aplicando de forma isolada ou combinada as seguintes medidas:

a) Advertência, de caráter interno, deliberada no organismo a que pertence o(a) filiado(a) e comunicada ao imediatamente superior;

b) censura de conhecimento público, divulgada pelos órgãos de comunicação;

166 c) suspensão das funções nos órgãos partidários ou na bancada parlamentar por tempo determinado, por um período máximo de 9 (nove) meses, sem prorrogação, durante o qual fica o(a) sancionado(a) impedido(a) de se manifestar em nome do Partido;

d) destituição de funções nos órgãos partidários ou destituição dos cargos públicos de representação do Partido e desligamento da bancada parlamentar;

e) desligamento do Partido;

f) expulsão do Partido.

Parágrafo 1º – As sanções serão sempre adotadas pelo organismo a que pertença o membro do Partido ou, na omissão deste, pelo organismo imediatamente superior;

Parágrafo 2º – para membros integrantes dos Comitês partidários, qualquer sanção só pode ser aplicada por maioria de dois terços dos votos dos presentes, assegurado o quórum;

Parágrafo 3º – nos casos de desligamento ou expulsão, a





decisão deve ser ratificada pelo organismo imediatamente superior;

Parágrafo 4º – em caso de desligamento ou expulsão de membro do Comitê Central, a decisão só pode ser adotada por maioria de dois terços de seus integrantes e deve ser ratificada pelo Congresso;

Parágrafo 5º – desligamento corresponde à desfiliação compulsória do(a) filiado(a), procedendo-se à devida comunicação à Justiça Eleitoral, ficando o(a) sancionado(a), impossibilitado(a) de retornar à legenda pelo prazo de 5 (cinco) anos;

Parágrafo 6º – a expulsão se aplica aos casos de infração grave ou reiterada, onde houver ostensiva hostilidade ou atitudes desrespeitosas em relação ao Partido e a seus(-suas) dirigentes, ou em casos de crimes infamantes ou práticas administrativas ilícitas.

167

## Artigo 40

O organismo a que pertence o(a) presumível infrator(a) da disciplina partidária comunicar-lhe-á por escrito as faltas que lhe forem imputadas e instaurará o processo disciplinar por intermédio da Comissão de Controle. Esta deverá ouvi-lo(a), bem como convocar testemunhas cabíveis, recolher provas preliminares, produzir relatório em até 30 (trinta) dias – contados após o encerramento da instrução do procedimento –, e levar suas conclusões à deliberação do respectivo organismo.

O(a) imputado(a) terá amplo direito de defesa, que deve compreender:

a) Prazo de 7 (sete) dias para apresentar sua defesa perante a Comissão de Controle;

b) apresentação de contrarrazões sobre o relatório da Comissão de Controle;



c) participação pessoal, assegurada a defesa oral, a apresentação de provas e de até 3 (três) testemunhas, na reunião do organismo que tenha decidido a respeito das sanções.

Parágrafo Único – Onde não houver Comissão de Controle, o organismo a que pertence o(a) imputado(a) indica uma comissão responsável pelo processo disciplinar.

## **Artigo 41**

O(a) dirigente partidário(a) que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas de seu Comitê ou 5 (cinco) alternadas, sem justificativa acatada pelo coletivo, será considerado(a) dele destituído(a), sem prejuízo de outras sanções pertinentes, podendo ser readmitido(a) por decisão do organismo imediatamente superior, ou destacado(a) para atuar com diminuição de responsabilidades. No caso de membro do Comitê Central, só poderá ser readmitido(a) por aprovação de maioria de dois terços de seus integrantes.

168

## **Artigo 42**

Excepcionalmente, organizações partidárias podem adotar a suspensão preventiva de membros, pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias – sem caráter de sanção disciplinar –, diante de questões que afrontem a ética partidária e que representem repercussão negativa para o Partido. Tal medida é improrrogável, adotada por maioria de dois terços dos integrantes da organização a que pertence o(a) imputado(a) e ratificada pelo organismo imediatamente superior. Até o final do prazo da suspensão, o organismo a que pertence o(a) imputado(a) deverá instaurar o processo disciplinar que for pertinente. Durante o período em questão, o(a) militante fica impedido(a) de se manifestar em nome do Partido.

## **Artigo 43**

Excepcionalmente, o membro do Partido pode solicitar licença das tarefas partidárias pelo período máximo de 1 (um) ano, sem prorrogação, em respeito a questões de foro íntimo. Em tais casos,



fica impedido de se manifestar em nome do Partido, mas permanece sujeito à disciplina partidária, respeitando publicamente a sua orientação, e às obrigações financeiras junto ao Partido. A licença só pode ser concedida se ratificada pelo organismo imediatamente superior e a readmissão está sujeita à sua aprovação.

## Artigo 44

Qualquer organismo do Partido que infringir os princípios programáticos, a ética, a disciplina e os deveres partidários expressos neste Estatuto, em particular o disposto no inciso II do artigo 11, bem como sua orientação política nacional, sofrerá, segundo a gravidade da falta, e sem prejuízo de sanções individuais pertinentes a seus membros, uma das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) censura pública;
- c) dissolução do organismo.

Parágrafo Único – As sanções serão aplicadas pelo organismo imediatamente superior ou, na omissão deste, pelo subsequente.

169

## Artigo 45

O organismo acusado receberá do organismo superior comunicação por escrito das faltas que lhe forem imputadas, nos mesmos termos do *caput* do artigo 40, assegurando-lhe amplo direito de defesa, que deve compreender:

- a) Prazo de 15 (quinze) dias para apresentar sua defesa perante a Comissão de Controle;
- b) apresentação de contrarrazões sobre o relatório da Comissão de Controle;
- c) participação de comissão composta por até 5 (cinco) membros do organismo a que se imputam as faltas, asseguradas a defesa



oral e a apresentação de provas e até 3 (três) testemunhas, na reunião que decidir a respeito das sanções.

## **Artigo 46**

Excepcionalmente, Comitês partidários podem adotar a medida de intervenção preventiva sobre organismos que lhe são subordinados, pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias – sem caráter de sanção disciplinar –, diante de questões que afrontem a orientação política nacional e a ética partidária e que representem repercussão negativa para o Partido. Tal medida é improrrogável, adotada por maioria de dois terços dos integrantes do Comitê e ratificada pelo organismo imediatamente superior. Durante o período da intervenção, é dissolvida a direção do organismo e nomeada uma direção provisória. Até o final do prazo da intervenção, o Comitê deverá instaurar o processo disciplinar que for pertinente.

## **Artigo 47**

170

De qualquer sanção disciplinar, bem como da suspensão e intervenção preventivas ou licença concedida, pode haver recurso perante a instância de nível superior, inclusive o Congresso, por parte de membros do Partido ou de qualquer organização partidária.

Parágrafo Único – Os membros ou organismos punidos com sanções disciplinares têm prazo de 15 (quinze) dias após a sentença para recorrerem por escrito ao organismo imediatamente superior, o qual deve solicitar parecer da Comissão de Controle e responder ao recurso no prazo de 60 (sessenta) dias.

## **CAPÍTULO IX – DAS COMISSÕES DE CONTROLE**

### **Artigo 48**

As Comissões de Controle são órgãos dos Comitês partidários e têm por atribuição: promover a verificação regular do cumprimento



da legalidade estatutária e dos preceitos éticos nas atividades partidárias, instaurar e instruir processos disciplinares e de recursos das várias instâncias partidárias e fiscalizar as contas do Partido. Serão eleitas pelo Comitê respectivo, compostas por 3 (três) a 5 (cinco) de seus membros. Cumprirão suas funções conforme regimento aprovado pelo Comitê Central.

Parágrafo 1º – É obrigatória a constituição de Comissão de Controle no âmbito do Comitê Central e dos Comitês Estaduais;

Parágrafo 2º – é facultativa a constituição de Comissão de Controle no âmbito dos Comitês Municipais. Na ausência dela, suas funções serão exercidas pela Comissão Política ou por comissão indicada pelo Comitê para cumprir suas funções, quando pertinente – sendo isto obrigatório para a fiscalização das contas do Partido;

Parágrafo 3º – a Comissão de Controle elege dentre seus membros um(a) Secretário(a), e presta contas regularmente de suas atividades perante o Comitê respectivo;

Parágrafo 4º – a Comissão de Controle reúne-se ordinariamente a cada reunião do respectivo Comitê; extraordinariamente reúne-se por convocação de seu(sua) Secretário(a), do(a) Presidente do Partido ou da Comissão Política.

171

## **CAPÍTULO X – ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS EM ENTIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS**

### **Artigo 49**

Os trabalhadores da cidade e do campo, aliados às amplas massas populares, à juventude e à intelectualidade avançada são as forças motrizes centrais do projeto político do Partido. O Partido prioriza a ação entre os trabalhadores, tendo presente também o movimento



juvenil e estudantil, comunitário e demais movimentos das camadas populares, entre eles os das mulheres, dos negros, dos indígenas, movimentos culturais, artísticos, de defesa ambiental, de liberdade de orientação sexual, de promoção dos direitos humanos, dos aposentados, das crianças e adolescentes, de minorias oprimidas e discriminadas, das causas democráticas e progressistas em geral, pela paz e pela solidariedade internacional entre os povos. Combate tendências corporativistas e articula a prática desses diversos movimentos com a luta política, conforme a orientação do Partido.

A ação política de massas, em ligação com a ação nas diversas esferas institucionais, é o elemento central da intervenção e estruturação do Partido. A identidade dos(as) comunistas se legitima com o enraizamento entre os trabalhadores e o povo, atuando cotidianamente nos mais diversos domínios da vida política, social e cultural, tendo por objetivo obter conquistas para o povo e infundir consciência ao movimento no rumo do projeto político do Partido.

## 172 **Artigo 50**

Os membros do Partido atuam obrigatoriamente na organização e mobilização do povo fortalecendo as entidades associativas e os movimentos sociais. Contribuem para a defesa dos interesses dos associados e das massas, respeitando, defendendo e observando a autonomia, o caráter unitário e a vida democrática dessas entidades e desses movimentos.

Parágrafo Único – Os(as) comunistas que são dirigentes de entidades associativas ou movimentos devem atuar em uma Organização de Base do Partido, dirigidos(as) pelo Comitê respectivo.

## **Artigo 51**

Quando a entidade ou o movimento tiver caráter nacional ou abrangência em mais de um município, os membros do Partido que atuam em sua direção constituem uma *fração*, dirigida pelo Comitê Central e Comitê Estadual, respectivamente.



A fração é órgão auxiliar para coordenar a intervenção dos(as) comunistas na direção da entidade ou do movimento. Não tem prerrogativas de organismo partidário e não é órgão dirigente das organizações partidárias. Indica um(a) coordenador(a) e presta regularmente contas de suas atividades ao organismo ao qual está subordinada.

Parágrafo 1º – A fração será organizada sempre que houver 3 (três) ou mais membros do Partido na direção da entidade ou movimento;

Parágrafo 2º – a atividade dos(as) comunistas na fração não exime seus(suas) integrantes de pertencer a uma Organização de Base ou a um Comitê partidário.

## **O PARTIDO E OS TRABALHADORES**

### **Artigo 52**

173

O Partido prioriza a ação e estruturação entre os trabalhadores, atuando em seus movimentos e organizações de massa de todo tipo, desde o interior das empresas até os sindicatos e centrais sindicais, esforçando-se por difundir suas plataformas de ação e para fortalecê-los, ao mesmo tempo respeitando sua autonomia orgânica.

## **O PARTIDO E AS MULHERES**

### **Artigo 53**

A luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do Partido e em sua vida interna. O Partido promove a luta pela emancipação das mulheres, pela igualdade de direitos entre gêneros, estimula a participação nas entidades comprometidas com esta causa e a preparação e formação dos quadros e militantes mulheres, definindo políticas de ampliação da sua participação nas diversas instâncias partidárias e na sua direção.



## Artigo 54

O Comitê Central convocará periodicamente uma Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher para elaborar e implementar políticas sob a ótica de gênero, consoante com as demandas da emancipação da mulher e sua participação na luta transformadora, bem como na vida partidária.

## Artigo 55

A Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher constituirá um Fórum Nacional Permanente, coordenado por uma Secretária do Comitê Central, que será palco da construção da política emancipacionista das mulheres e de acompanhamento de sua aplicação nas diversas esferas de ação do Partido. O mandato do Fórum será exercido entre uma e outra Conferência.

## O PARTIDO E A JUVENTUDE

174

## Artigo 56

O Partido apoia a luta da juventude brasileira, defendendo seus interesses e direitos, lutando pela concretização das suas aspirações, estimulando o desenvolvimento do movimento e da luta juvenis, contribuindo para a dinamização e o fortalecimento político, ideológico e orgânico da União da Juventude Socialista (UJS).

Todo(a) jovem comunista atua na UJS até completar 25 (vinte e cinco) anos de idade e, excepcionalmente, até os 30 (trinta) se exercer cargos em sua direção.

## Artigo 57

Todo(a) jovem comunista se vincula regularmente ao Partido por intermédio de Organizações de Base ou, excepcionalmente, participando de Assembleias de Base de jovens comunistas convocadas para fins determinados pelos respectivos Comitês, sempre com o objetivo de debater a orientação partidária e promover sua educação ideológica, observado o critério de sua atuação prioritária





no movimento juvenil por intermédio da UJS.

Parágrafo 1º – É estimulada a eleição de jovens comunistas para os Comitês e Comissões Políticas, como forma de sua maior participação na vida partidária, não devendo ser indicados(as) a funções executivas no organismo partidário de que fazem parte;

Parágrafo 2º – os Comitês Estaduais podem definir situações excepcionais em que jovens comunistas tenham sua tarefa principal fora do movimento juvenil.

## **O PARTIDO NA LUTA CONTRA A OPRESSÃO RACIAL**

### **Artigo 58**

O combate ao racismo é parte integrante do projeto de emancipação social e nacional pelo qual luta o Partido, e envolve não apenas os(as) militantes que atuam nessa frente específica, mas todo o coletivo partidário.

175

Os(as) comunistas visam a desenvolver uma análise marxista sobre a especificidade da opressão racial em ligação com a luta de classes em nosso país. Apoiam e participam do movimento negro e das suas organizações, contribuindo com a formulação de políticas de combate ao preconceito e às discriminações e com a promoção da igualdade de direitos, para a superação do racismo.

## **CAPÍTULO XI – ATUAÇÃO DOS COMUNISTAS EM CARGOS PÚBLICOS DE REPRESENTAÇÃO DO PARTIDO**

### **Artigo 59**

A atuação dos(as) comunistas no exercício de cargos públicos, eletivos ou comissionados indicados pelo Partido, ou em funções de confiança do Legislativo ou do Executivo, em todas as instâncias



de governo de que o Partido participe, constitui importante frente de trabalho e está a serviço do projeto político partidário, segundo norma própria do Comitê Central. Nesses postos, os(as) comunistas devem pautar a atividade de acordo com as normas e deliberações dos entes que integram, bem como das instâncias partidárias a que estejam subordinados(as), não podendo se sobrepor a elas. Os mandatos eletivos alcançados sob a legenda do PCdoB pertencem ao coletivo partidário soberanamente.

Em tais funções os(as) comunistas devem empenhar-se por todos os meios para:

a) Defender e difundir a orientação política e as deliberações do Partido, aplicar as decisões emanadas do órgão de direção a que estão subordinados(as);

b) zelar pelo nome do Partido, desempenhando suas funções com probidade, respeito à causa pública e aos direitos do povo, e delas prestando contas regularmente ao seu organismo;

c) participar ativamente da vida partidária, por intermédio de seus organismos;

d) empenhar-se no combate a práticas pragmáticas e burocratizantes próprias da atuação no seio do Estado vigente, manter hábitos, padrão de vida e laços sociais próprios de seu meio de origem;

e) auxiliar o Partido, com seus conhecimentos, de dados e informações a que venha a ter acesso, a compreender a realidade e desenvolver soluções inovadoras para os problemas contemporâneos;

f) efetuar as contribuições financeiras ordinárias, referentes ao cargo que ocupam, conforme alínea “c” do artigo 9º deste Estatuto e as normas das direções partidárias.

## Artigo 60

Os membros do Partido no exercício de cargos públicos eletivos



ou comissionados indicados pelo Partido, devem manter sua militância nas organizações partidárias a que pertençam ou integrar um coletivo, nos termos do Parágrafo 2º do artigo 34. Em regra, os(as) Presidentes do Partido não devem exercer cargos nos Executivos na mesma esfera. Nesses casos, devem licenciar-se da Presidência, salvo autorização expressa por parte da instância imediatamente superior.

## **Artigo 61**

As bancadas parlamentares em cada nível são órgãos dos respectivos Comitês partidários, mesmo no caso em que os(as) detentores(as) dos mandatos não integrem os respectivos Comitês. Serão dirigidas pela Comissão Política do Comitê respectivo, segundo regimento do Comitê Central, sob acompanhamento direto da Presidência e serão coordenadas pelos(as) respectivos(as) líderes. As lideranças são indicadas pela Comissão Política, após consulta aos membros da bancada.

## **Artigo 62**

As bancadas parlamentares em cada nível funcionam sob as regras gerais que norteiam o funcionamento dos órgãos partidários, sem desobrigar seus titulares de militarem em uma organização partidária própria. Deverão se reunir periodicamente para debater a política do Partido, as proposituras legislativas, a definição de posicionamento a ser adotado nas votações, bem como para propor os(as) parlamentares que representarão o Partido em comissões, responderão por temas definidos ou participarão de eventos nacionais e internacionais. As deliberações da Comissão Política são de cumprimento obrigatório para todos(as) os(as) integrantes da bancada; as deliberações da bancada devem ser ratificadas pelas respectivas Comissões Políticas. As funções de assessoria devem ser compostas em comum acordo entre o(a) parlamentar e a Comissão Política respectiva.



## CAPÍTULO XII – OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO PARTIDÁRIA

### Artigo 63

A comunicação partidária é constituída por um conjunto de órgãos de divulgação que se destinam ao trabalho de informação, orientação política e propaganda da orientação partidária e do socialismo. São imprescindíveis para as tarefas cotidianas de ação política, organização, formação política e ideológica, bem como para o debate e elaboração sobre temas candentes nacionais e internacionais.

O jornal *A Classe Operária*, fundado em 1925, é o órgão central do Partido. O Portal do Partido na internet é o veículo que possibilita a comunicação diária com os membros do Partido e com a sociedade em geral. A revista teórica é o instrumento de interação do Partido com a intelectualidade avançada do país e de difusão da sua produção intelectual. Difundir a imprensa do Partido é dever de todos os seus membros e de todas as suas organizações.

178

Parágrafo 1º – A direção dos órgãos nacionais de divulgação do Partido será nomeada pelo Comitê Central;

Parágrafo 2º – Os Comitês Estaduais e Municipais poderão, sem prejuízo da responsabilidade pela circulação dos órgãos centrais do Partido, editar publicações no âmbito das respectivas jurisdições.

## CAPÍTULO XIII – FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS

### Artigo 64

A Fundação Maurício Grabois (FMG), dotada de personalidade jurídica, direção e estatuto próprios, é órgão de cooperação do Partido para as atividades de pesquisa, elaboração e formação teórica



e política. É associação de caráter teórico, científico e cultural, instrumento para a participação dos(as) comunistas na luta de ideias e para o diálogo e relacionamento com a intelectualidade marxista e progressista.

A intelectualidade avançada do país tem relevante papel no processo de transformação da sociedade, na elevação do nível de consciência dos trabalhadores e do povo brasileiro, no desenvolvimento socioeconômico, cultural, científico e tecnológico da nação, na luta pela soberania nacional. Os comunistas atuam junto a ela visando ao desenvolvimento do marxismo e ao fortalecimento da luta pelo seu Programa Socialista para o Brasil.

A Fundação Maurício Grabois é constituída por membros do Partido e personalidades da esfera acadêmica, cultural e intelectual, filiados(as) ou não, que se disponham a colaborar com o seu propósito, entre os quais:

a) Promover e patrocinar estudos, pesquisas e análises sobre a realidade brasileira e internacional, nas áreas política, econômica, social, cultural, tecnológica e ambiental, entre outras, por atribuição do Comitê Central; organizar, por sua iniciativa, ciclos de estudos, conferências, seminários e simpósios e outras atividades, de acordo com seu programa de trabalho; pesquisar e divulgar a história do povo brasileiro, do movimento operário e do Partido Comunista do Brasil;

b) interagir com a Escola Nacional do Partido, para promover o trabalho de formação política e teórico-ideológica dos membros do Partido por intermédio de cursos teóricos e de atualização política; assessorar, quando for solicitado, a direção do Partido e as bancadas parlamentares no desempenho de suas atribuições; prestar outros serviços técnicos ou de consultoria e assessoria aos órgãos do Partido;

c) celebrar e manter acordos, convênios e intercâmbios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais; editar publicações, programas de TV, vídeo, cine, Internet, áudio e outros



meios necessários para implementar a divulgação dos ideais partidários e as atividades de formação teórico-política.

Parágrafo 1º – Além de outras medidas que possa adotar, o Comitê Central destinará à Fundação Maurício Grabois, anualmente, um percentual mínimo de 20% (vinte por cento) dos recursos financeiros recebidos do Fundo Partidário.

Parágrafo 2º – O Comitê Central indica os membros do Partido para atuarem na direção da FMG, respeitados os termos do Estatuto próprio da entidade.

Parágrafo 3º – Os Comitês Estaduais podem propor a criação de seções da Fundação Maurício Grabois, nos termos do Estatuto próprio da entidade.

## **CAPÍTULO XIV – PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

180

### **Artigo 65**

Constituem patrimônio do Partido os direitos e as obrigações que adquirir, bem como todos os valores, renda patrimonial, bens móveis e imóveis adquiridos com recursos próprios, por doações, legados ou por outras formas permitidas em lei.

### **Artigo 66**

Constituem as receitas financeiras partidárias:

- a) Os recursos arrecadados com a contribuição militante, nos termos do artigo 9º;
- b) as contribuições voluntárias, esporádicas ou não, de membros ou simpatizantes do Partido;
- c) as campanhas e os eventos de arrecadação financeira realizadas pelo Partido;



- d) a venda de publicações e materiais promocionais;
- e) as rendas decorrentes de contratos ou convênios de natureza comercial, permitidos em lei;
- f) os recursos do Fundo Partidário;
- g) as outras contribuições não vedadas em lei, como doações em espécie, bens, serviços ou trabalho estimáveis em dinheiro, seja de pessoas físicas ou jurídicas.

## Artigo 67

Os Comitês do Partido têm autonomia para arrecadar e bem aplicar os recursos financeiros no âmbito de sua jurisdição, proveniente das condições necessárias à boa estruturação e ao funcionamento eficiente das organizações do Partido. Em todos os níveis, as Comissões Políticas prestarão contas de sua receita e despesa aos respectivos Comitês e à Justiça Eleitoral. Devem ser observados ainda os princípios da autossuficiência econômica e financeira do Partido, da descentralização e desconcentração das receitas; da legalidade, ética, probidade, transparência e prestação periódica das contas e controle coletivo.

Parágrafo 1º – O Comitê Central disporá em norma própria os percentuais para a distribuição dos recursos arrecadados das diversas fontes entre as diversas instâncias partidárias. Os recursos recebidos do Fundo Partidário serão distribuídos na proporção de 80% (oitenta por cento) para o Comitê Central e 20% (vinte por cento) para os Comitês Estaduais, respeitada a destinação de recursos prevista no artigo 64, parágrafo 1º;

Parágrafo 2º – os Comitês, em cada nível, decidem sobre a administração do patrimônio social sob a sua titularidade, podendo inclusive adquirir, alienar, locar, arrendar, ou hipotecar bens, bem como receber doações e legados;

Parágrafo 3º – a administração financeira do Partido é feita



pela Comissão Política em cada nível, sob responsabilidade da Presidência e da Secretaria de Finanças, que prestará contas ao Comitê respectivo uma vez ao ano, e ao conjunto do Partido por ocasião do Congresso Nacional e das Conferências Estaduais e Municipais destinadas à eleição dos Comitês;

Parágrafo 4º – quando houver, a Comissão de Controle tem a atribuição de fiscalizar e dar parecer sobre as contas prestadas pela Comissão Política; podendo exigir justificativas e notas explicativas, com livre acesso a toda documentação necessária para bem desempenhar suas funções. O parecer da Comissão de Controle respectiva é condição prévia para a apresentação da prestação de contas à Justiça Eleitoral;

Parágrafo 5º – os membros do Partido não respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome do Partido, mas poderão ser responsabilizados juridicamente por malversação dos recursos e patrimônio partidário, ou por danos causados ao Partido, se violarem os princípios da legalidade e probidade, os preceitos deste Estatuto, bem como as normas das direções partidárias.

182

## Artigo 68

O Partido não arcará com ônus de quaisquer transações financeiras efetuadas em seu nome ou com número de seu CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) por quaisquer pessoas, filiadas ou não, salvo com expressa autorização da Secretaria de Finanças ou do(a) presidente da Comissão Política respectiva.

Parágrafo 1º – Cada instância partidária deverá dispor de CNPJ próprio;

Parágrafo 2º – constitui falta grave a utilização, por parte de instância ou de filiado(a), do CNPJ de qualquer instância partidária sem autorização expressa dos responsáveis





– sendo passível de sanções disciplinares pertinentes.

## **Artigo 69**

A prestação de contas do Partido obedecerá aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade e demais regras inscritas em lei, inclusive:

a) A realização de escrituração contábil sob a responsabilidade de profissional habilitado em contabilidade, de forma a permitir a aferição da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas, bem como a aferição de sua situação patrimonial;

b) a obrigatoriedade de prestação de contas à Justiça Eleitoral, nos termos da Lei;

c) a utilização do Plano de Contas das agremiações partidárias, fornecida pela Justiça Eleitoral, em seus balanços anuais e nos balancetes dos anos eleitorais, bem como outras determinações de lei;

d) a vedação da contabilização de qualquer recebimento ou dispêndio referente à Fundação Maurício Grabois, ressalvados os investimentos que nele fizer, que integrarão a contabilidade própria da Fundação.

183

## **CAPÍTULO XV – DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 70**

O Partido Comunista do Brasil utiliza a sigla PCdoB e o número eleitoral 65. Seu emblema é constituído por uma foice e um martelo, cruzados, simbolizando a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo. A bandeira compõe-se de um retângulo horizontal vermelho, tendo ao centro o símbolo em amarelo e a sigla em branco.

### **Artigo 71**

O PCdoB tem sede nacional, domicílio e foro em Brasília, Distrito Federal.



## Artigo 72

Este Estatuto entrará em vigor após sua aprovação em Congresso e publicação no *Diário Oficial da União* e na imprensa partidária. Será registrado no Ofício Civil competente e encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral para o mesmo fim.

Parágrafo Único – Qualquer diligência, retificação ou modificação que porventura venha a ser determinada pela Justiça Eleitoral será decidida e encaminhada pelo Comitê Central.

Aprovado pelo 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil em Brasília, 22 de outubro de 2005.

Alterado pelo 12º Congresso do PCdoB em São Paulo, 08 de novembro de 2009.



## MOÇÃO APROVADA PELO PLENÁRIO DO 12º CONGRESSO



Plenária do 12º Congresso

185

**Autor:** João Ananias – Secretário de Saúde do Ceará

***Assunto: Apoio do 12º Congresso do PCdoB à regulamentação da Emenda 29 com a criação da CSS (Contribuição Social para Saúde) pelo Congresso Nacional.***

O Sistema Único de Saúde (SUS), única alternativa de acesso do povo brasileiro à saúde pública de qualidade, vive um grave momento em função das dificuldades de financiamento que enfrenta. Por isso, a regulamentação da Emenda 29 reforçará substancialmente a saúde pública no Brasil.



186



## RECOMENDAÇÃO AO COMITÊ CENTRAL ELEITO NO 12º CONGRESSO DO PCdoB



Mesa e plenária do 12º Congresso

187

As(os) comunistas da fração LGBT do PCdoB vêm realizando, nestes últimos dois anos, vários esforços para colocar na pauta do Comitê Central a discussão sobre a livre orientação sexual.

Listamos abaixo o que foi construído nos últimos 2 anos:

1 – Seminário LGBT com a presença de lideranças destacadas, onde discutimos o histórico do movimento e as bandeiras de luta, na perspectiva de que sem combater a lesbofobia, a homofobia e a transfobia não conseguiremos realizar a transição para o socialismo;

2 – Encontro Nacional do PCdoB sobre a livre orientação sexual, que contou com a representação de vários estados. Esse foi o momento em que alinhamos nossos pensamentos e teorias sobre o tema na busca de construir unidade enquanto comunistas atuantes no movimento LGBT. O resultado desse encontro foi a tese *A ou-*



*sadia comunista e a livre orientação sexual*, entregue ao camarada Ricardo Abreu “Alemão” – Secretário Nacional de Movimentos Sociais;

3 – Desde então aguardamos o encaminhamento da tese ao Comitê Central, para que possamos realmente ter encaminhamentos e orientação política do PCdoB para as(os) militantes do Partido no que respeita à atuação das(os) comunistas no movimento LGBT.

Sendo assim, recomendamos que o PCdoB, através da Secretaria Nacional de Movimentos Sociais, encaminhe a tese já construída pelo conjunto das(os) militantes LGBT do partido, e convoque periodicamente um fórum de discussão e acompanhamento para avançarmos na atuação qualificada das(os) comunistas na frente LGBT.

André da Silva Lopes (AP)

Audrey Lemos (SE)

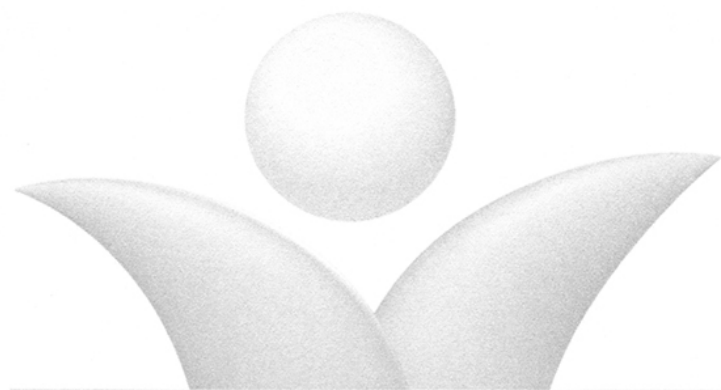
Silvana Conti (RS)











# Intervenções especiais



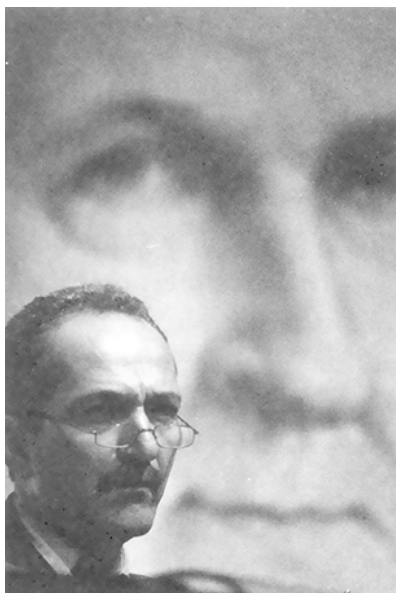
Sessão de intervenções do 12º Congresso





## HOMENAGEM AO POVO BRASILEIRO

*Aldo Rebelo\**



**Tendo ao fundo a figura de José Bonifácio, o deputado Aldo Rebelo homenageia o povo brasileiro**

193

Creio que abrir o 12º Congresso do PCdoB prestando uma homenagem ao povo brasileiro, à sua trajetória, não deixa de ser uma redundância, porque a realização deste Congresso já é uma homenagem ao povo brasileiro. Não por acaso, temos diante deste plenário a figura de Tiradentes, do alferes rebelde – ao mesmo tempo mártir e herói –, de cuja boca ouviu-se que, se dez vidas tivesse, dez vidas daria pela causa que lhe custou o sacrifício. E temos também diante de nós a figura apaixonada e serena do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, destacada liderança que foi às últimas consequências em defesa de um projeto



nacional que afirmasse a nascente pátria num momento difícil de nossa história.

O Brasil constituiu-se como povo-nação num espaço geográfico de 8,5 milhões km<sup>2</sup>, hoje habitado por 190 milhões de pessoas. E o povo brasileiro fez-se povo, constituiu esta nação, este projeto civilizatório tão admirado no mundo, sem renunciar a nenhum sacrifício em sua trajetória, enfrentando, desde os seus primeiros habitantes, a violência do projeto colonial. Ora lutando abertamente como o chefe dos Manaus, Ajuricaba, que preferiu as águas do rio Negro como leito de morte a submeter-se como escravo aos colonizadores; ora fazendo como outros chefes estadistas que viram na aliança com o colonizador uma possibilidade de realização das aspirações de seu povo. Essas alianças foram, assim, realizadas em Pernambuco com Poti, em São Paulo com o cacique Tibiriçá.

194 O povo brasileiro constituiu-se com a parcela da população africana que aqui chegou submetida à escravidão. Mas se afirmou diante do escravocrata, deixando marcadas na vida, na cultura, na psicologia, na música, na culinária e no sangue de nosso povo a presença africana e a presença negra que nos enchem de orgulho e de gratidão.

Como já aqui referiu Renato Rabelo, se fomos em parte vítimas – e também o fomos – do processo cruel, desigual e injusto por meio do qual caminha e caminhou – e talvez ainda caminhe por algum tempo – a humanidade, o povo brasileiro não se submeteu, contudo, a esse processo, não aceitou a posição de vítima, e assumiu o papel de protagonista. Não se submeteu inerte à superioridade seja do colonialismo ou da dominação imperial, seja da República oligárquica ou da República ditatorial. O povo brasileiro lutou e fez-se protagonista. Transformou-se num povo majoritariamente mestiço, formado por índios, portugueses, africanos e, recentemente, também por árabes, japoneses, italianos, alemães, judeus.

E vai construindo esta nação, num processo político em que o povo não esperou a coruja de Minerva alçar seu voo. O povo bra-



sileiro antecipou-se e, mesmo antes que o revolucionário russo indicasse o caminho de “golpear juntos e marchar separados”, assim fizemos a nossa Independência, a luta pela República, a luta contra a escravidão. Unindo forças heterogêneas e buscando conquistas em meio às adversidades da correlação de forças.

O povo brasileiro construiu politicamente o seu caminho. E se hoje temos a oportunidade de ver na Presidência da República um líder operário, migrante nordestino, alvo do preconceito das elites, é porque aquela cadeira se encontra assentada sobre os ombros e a trajetória histórica desse povo que homenageamos aqui, junto aos camaradas da luta de hoje. Nosso povo construiu a história política dos movimentos sociais. Construiu a história cultural do Brasil. Deu ao país o gênio de um mulato, de um negro, filho de negra com português, que foi o grande escultor do barroco mineiro e do barroco do mundo, chamado Aleijadinho. Deu ao Brasil nossos grandes poetas, de Gonçalves Dias a Castro Alves, além da música, do teatro, da arquitetura, da literatura. A cultura brasileira está plena da presença e das realizações de nosso povo.

195

Eu diria, portanto, que um partido – que é consequência, que é resultado da luta do povo brasileiro, que nasceu e atravessou momentos muito mais difíceis e adversos do que o que vivemos hoje, que conheceu o heroísmo da luta, da resistência, do sacrifício, e que conheceu também momentos sublimes de vitórias, de êxitos importantes em nossa vida e em nossa pátria –, que um partido, dizia eu, como o PCdoB, a maior homenagem que pode prestar ao povo brasileiro é jurar que continuará lutando por sua unidade. Não permitiremos que o povo brasileiro seja dividido onde não precisa ser dividido, pois o povo brasileiro é o maior patrimônio de nosso país. E respeitar e amar o Brasil é, acima de tudo, amar e respeitar o povo brasileiro.

Em nossa ação internacionalista, a maior contribuição que o Brasil pode dar à luta da humanidade, dos povos do mundo por liberdade, por independência e progresso, é tornar nosso país cada vez mais um projeto civilizatório. Essa promessa de democracia,



profunda, verdadeira, acolhedora e tolerante, é o que nos move e nos motiva. É o que nos faz seguir adiante.

Viva o Partido Comunista do Brasil! Viva o Brasil!

Viva o povo brasileiro!

**\*Deputado Federal (PCdoB-SP), ex-presidente da Câmara dos Deputados. Do Comitê Central do PCdoB, membro da Comissão Política.**



# OS COMUNISTAS E O PROJETO NACIONAL NA ÁREA DO ESPORTE

*Orlando Silva Jr. \**



O ministro do Esporte, Orlando Silva Jr., profere sua intervenção especial

197

Estou muito feliz por encontrá-los mais uma vez, agora no momento mais importante da vida partidária. Conheci muitos dos companheiros aqui presentes combatendo juntos nos movimentos juvenis – na UNE e na UJS. Também na luta sindical aprendi muito com outros de vocês. Dessas frentes de luta saíram os principais quadros do Partido que participam hoje da equipe do Ministério do Esporte – quadros que representam o Partido no governo Lula. Quando viajamos pelo Brasil, percebo o orgulho e a confiança de nossos camaradas na participação que o PCdoB tem neste momento histórico da vida do país.

Nosso país vive um momento singular e os comunistas do Brasil devem celebrar cada uma das conquistas. A eleição do presidente Lula em 2002 é resultado de lutas históricas dos trabalhadores da



cidade e do campo, da ação da juventude e do esforço de tantos intelectuais ao longo dos anos. Lutas e esforços que, desde 1922, contam com a participação destacada dos comunistas.

Mais ainda, o PCdoB é o único partido que apoiou o presidente Lula em todas as suas campanhas eleitorais, por compreender o papel que essa liderança operária representa na cena nacional. E, o que é melhor, a vitória eleitoral de 2002 guarda em si nosso “DNA” – nossa visão sobre alianças e sobre a necessidade de estruturar uma estratégia nacional de desenvolvimento, entre outros pontos. Tais abordagens fazíamos há tempos e acabaram incorporadas pela frente eleitoral formada em torno de um dos maiores líderes da história do Brasil. Os êxitos eleitorais de Lula são vitórias também da política do PCdoB.

Em 2003, realizamos nossa 9ª Conferência Nacional e apontamos como tarefa política central o “êxito do governo Lula”, pelo significado que teria na quadra brasileira da luta de classes e no cenário de defensiva estratégica enfrentado pelos comunistas no plano internacional. O PCdoB deu sua contribuição para atingir esse importante objetivo.

198

Sabemos que nesse período não vivemos apenas dias calmos. Travamos lutas políticas importantes no governo, no parlamento, nos movimentos sociais e junto à intelectualidade. A virtude do PCdoB foi não ter se perdido em questões menores e sempre ter colocado o interesse nacional e dos trabalhadores como bússola de suas posições e ações. Ganhamos muitas batalhas, perdemos algumas. O Partido não se confundiu com o governo, manteve sua independência e coerência política, ao tempo em que foi leal ao povo, aos aliados e ao governo que apoia.

Um dado importantíssimo: o PCdoB manteve ao longo desse período sua unidade política, construída livre, democrática e conscientemente, sob a liderança serena de nosso presidente Renato Rabelo. A unidade política do Partido é um tesouro, será cada vez mais importante para as lutas e vitórias futuras, será fundamental para fazer avançar nossa luta transformadora.





A participação mais destacada no governo federal permitiu ao Partido mostrar ao Brasil o que muitas cidades e estados já sabiam: o PCdoB é bom de política e é bom de governo!

Os comunistas administram com competência, eficiência e criatividade. Não importa em qual cargo ou função atue um companheiro nosso: ele sempre buscará servir ao interesse nacional e às aspirações do povo. No governo, sempre importa o interesse comum. A eleição é um registro do passado e diferenças políticas servem apenas para balizar processos eleitorais. É de se destacar nossa capacidade de diálogo com a sociedade, que vai da elaboração ao controle social das políticas públicas. A conduta ética no trato da coisa pública é prática permanente dos comunistas. É parte de nosso método de trabalho, não uma bandeira política.

Após quase sete anos, considero a atuação de nossos quadros no Ministério do Esporte uma boa experiência para o Partido, e penso que o saldo é positivo.

Ministério novo, equipe pequena, orçamento menor ainda e um tema por se consolidar na agenda das políticas públicas – esse era o cenário do início do trabalho. Hoje, o quadro mudou.

Desde 2003, com apoio decisivo do presidente Lula, estruturamos Ministério e o transformamos numa usina de boas notícias para o governo. Criamos programas socioesportivos, como o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade – que estimulam a atividade física –, para crianças, jovens e pessoas da melhor idade até então com poucas alternativas saudáveis de ocupação do tempo livre.

Tais iniciativas trabalham a dimensão educativa e recreativa do esporte. Ao mesmo tempo, mantivemos e ampliamos o alcance dos bons projetos já existentes, como o Pintando a Liberdade. Uma marca importante que imprimimos em todas essas iniciativas é a escala, muitas vezes maior que a de experiências de outros governos. Essas ações têm hoje impacto nacional e são referências para a cooperação internacional do Brasil com vários países do mundo.



Multiplicamos iniciativas para aperfeiçoar a *performance* do país no esporte de alto rendimento, com investimentos em gestão, instalações, equipamentos, ciência e tecnologia, e sobretudo nos atletas. Talvez o maior emblema disso seja o Bolsa-Atleta, programa que, da escola às Olimpíadas, apoia atletas com bons resultados que não dispõem de patrocinadores. Os eventos internacionais mantêm a curva ascendente da participação brasileira, mas estou seguro de que 2016 poderá acelerar essa evolução.

Milhares de contratos foram assinados com estados e municípios para construir e reformar equipamentos esportivos públicos, de modo a enfrentarmos o déficit de infraestrutura esportiva do país, sobretudo nas escolas. Muito mais teremos de fazer.

200

É indescritível a felicidade nos olhos de pessoas de comunidades simples que ganham quadras, ginásios, piscinas ou pistas. Aliás, esses equipamentos são também esportivos, mas não apenas, dado servirem quase sempre a todas as necessidades que essas comunidades têm de congregar. Da assembleia comunitária ao culto religioso, da formatura do colégio às atividades culturais.

Muitos se surpreenderam com a realização das duas conferências nacionais do esporte (a terceira será em 2010). Pela primeira vez os diversos segmentos e representações do setor estiveram numa mesma mesa, num movimento que envolveu pequenas reuniões em associações e universidades e passou por cidades, regiões e estados, até chegar às etapas nacionais, sempre prestigiadas pelo presidente da República. As conferências constituíram-se como espaços de vivência democrática, de elaboração de políticas públicas e de exercício do controle social sobre as ações governamentais.

E, claro, cuidamos do futebol. Apoiamos iniciativas anteriores e muito importantes, como o Estatuto do Futebol e a Lei de Moralização. Tornamos esses projetos realidade e neles introduzimos inovações. Atuamos para fortalecer os clubes formadores de atletas e para ampliar a segurança e o conforto para nossos torcedores.

Um destaque importante do trabalho do Ministério diz respeito



aos grandes eventos esportivos. Contribuímos para a realização dos melhores Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos da história, que tiveram também a melhor participação brasileira.

Agora, o Brasil se prepara para realizar os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa das Confederações em 2013 e o Mundial de Futebol em 2014, sendo os dois últimos eventos da FIFA. A mais recente conquista são os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Essa agenda coloca o Brasil, por dez anos, no palco central do esporte internacional.

Tais conquistas e realizações não são acontecimentos fortuitos. De um lado, elas expressam mudanças no mundo, onde o multilateralismo ganha força. De outro, revelam o novo protagonismo do país na cena mundial. Vale a síntese expressa pelo presidente Lula: “Essas conquistas dão ao Brasil sua cidadania internacional”.

Eventos como esses abrem horizontes para que a temática esportiva possa contribuir com a estratégia de desenvolvimento nacional, na medida em que servem para balizar investimentos em infraestrutura e serviços essenciais em nossas principais metrópoles, com destaque para o Rio de Janeiro – o portal do Brasil para o mundo. Ao mesmo tempo, são plataformas sem igual para a promoção do país. O turismo, por exemplo, terá um grande e positivo impacto.

O maior ganho, porém, relaciona-se à imagem do país. O mundo conhecerá mais de perto um país-continente democrático, estável, moderno, uno na diversidade cultural. Uma nação vocacionada para a integração, com um povo misturado que é uma síntese do mundo.

Do ponto de vista econômico, haverá muitos ganhos. A título de exemplo, serão gerados cerca de 120 mil empregos diretos e indiretos por ano, no período de 2010 a 2016, apenas na preparação das Olimpíadas, segundo estudos da Fundação Instituto de Administração da USP. Impressiona que mais de metade das ocupações serão geradas fora do Rio de Janeiro, o que demonstra serem esses eventos indutores do desenvolvimento nacional. Em todos eles os



resultados econômicos se projetam para muito além do período de realização das atividades.

Do ponto de vista esportivo, os grandes eventos são pontos de partida para uma nova fase do Brasil. Teremos melhores instalações e serviços, assim como uma boa estratégia de longo prazo, que está em gestação no governo e será definida com a sociedade. Fixaremos um novo marco regulatório para o esporte. Adotaremos medidas para qualificar mais a gestão, valorizando o planejamento, a transparência e a profissionalização. Nossos profissionais técnicos e atletas terão acesso às melhores experiências internacionais, com um forte programa de intercâmbio e cooperação. Estou convicto de que marcaremos a passagem de nossas camaradas à frente do esporte brasileiro. O Brasil deve, definitivamente, passar à posição de potência esportiva.

202

Uma última palavra sobre os grandes eventos. Eles nos trazem ganhos intangíveis para a autoestima de nosso povo. Em todo o país cada um dos brasileiros comemorou cada conquista. Foram grandes vitórias da nação brasileira. E, o que para todos nós também é importante, alguns de nossos camaradas tiveram papel-chave nas disputas.

Nos grandes eventos esportivos que se aproximam, cada vez que nossa bandeira for içada e nosso hino nacional for executado, tenho certeza de que estaremos amalgamando ainda mais esta civilização nova e maravilhosa que se ergue nos trópicos.

Os dirigentes que assumirem o comando do esporte nacional a partir de 2010 terão bases sólidas e sustentáveis para manter o desenvolvimento, e poderão fazer muito mais nessa área. Já contarão com orçamento quatro vezes superior ao que encontramos. O esporte estará consolidado como política pública, colaborando, numa visão intersetorial, com a melhoria da educação, a promoção da saúde, o respeito ao meio ambiente, a integração social e a qualidade de vida dos brasileiros.

Já são muitos os comunistas que atuam na gestão pública e em entidades ligadas ao esporte. É notável o crescimento do Partido



nesse setor. Não temos mais apenas quadros que se vinculam à área, mas atletas, técnicos, profissionais de educação física, dirigentes e tantos outros que nos veem como referência de política esportiva e, sobretudo, conhecem e são atraídos por nossa visão de mundo e nossos valores.

Realço esse aspecto porque não bastaria sermos eficientes na gestão desse setor.

Não somos um conjunto de administradores. Somos militantes políticos, lutamos pela transformação da sociedade, queremos justiça, liberdade, democracia e o fim da exploração. Nossa missão é – independentemente da frente em que atuamos – construir nosso Partido e ampliar a influência de nossas ideias. A formação de nossas lideranças e a exposição pública por elas conquistada devem servir a esse propósito.

Insisto: nos governos, os comunistas devem servir abnegadamente ao interesse público, devem servir ao povo. E essa dedicação por certo aprofundará nossos laços com aqueles que constroem o Brasil.

Por fim, penso que a atuação dos comunistas no Ministério, assim como em qualquer posição de governo, deve se referenciar na visão de integrar a atividade institucional com a mobilização social e a luta teórica. São conteúdos complementares e inseparáveis do esforço que empreendemos pelo novo salto civilizacional de nosso país.

Apresentei, aqui, um quase relatório. O sentido é de prestar contas à militância do Partido pelo trabalho realizado por um grupo de camaradas que tira energia desse coletivo, atua referenciado nele e busca, de uma dada trincheira, travar o melhor combate que pode um comunista realizar.

Viva o PCdoB!

Viva o socialismo!

Viva o Brasil!

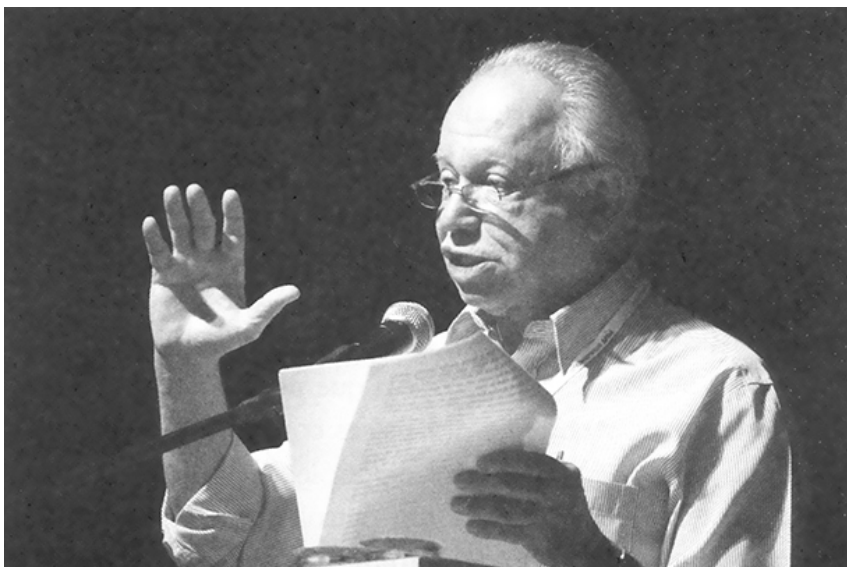
\* Membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil e ministro do Esporte.





# O PRÉ-SAL BRASILEIRO E O PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

*Haroldo Lima \**



205

O presidente da ANP, Haroldo Lima, apresenta sua intervenção especial ao plenário do 12º Congresso

Em 1939 jorrou petróleo pela primeira vez no Brasil, em Lobato, no Recôncavo Baiano. De lá para cá, são 70 anos em busca do óleo. Em 1953 foi criada a Petrobras, que exercia o monopólio da exploração e produção de petróleo, em nome da União. Quarenta e três anos depois, esse monopólio foi extinto, mas a Petrobras foi salva da política de privatização então vigente. Ela já era uma das maiores petroleiras do mundo e, nos últimos onze anos de mercado aberto, continuou crescendo.

Em todo esse período, fizemos cerca de 24.200 perfurações no



território brasileiro, em terra e na plataforma continental. Nossas reservas petrolíferas foram crescendo. Em 1988 eram de 2,8 bilhões de barris, passando para 7,4 bilhões em 1998. Hoje, são 14,2 bilhões. As grandes reservas do mundo são bem superiores. Aqui, na América do Sul, a Venezuela tem 99,1 bilhões de barris. Ali na África, a Nigéria tem 36,2 bilhões. Mais além, no Leste Europeu, a Rússia tem 79 bilhões. No Oriente Médio, cinco países ultrapassam os 100 bilhões de barris cada um; a Arábia Saudita tem a maior reserva do mundo, que chega a 264 bilhões de barris. Em 2007, as reservas brasileiras ficavam em 16º lugar aproximadamente, na lista dos países que têm petróleo.

Esse quadro mudou completamente em 2007, com a descoberta das grandes acumulações no horizonte do pré-sal, na bacia de Santos. Nossas reservas poderão dobrar, quem sabe triplicar, e agregar mais 50 bilhões de barris – já que pode haver isso no pré-sal. Poderemos ficar entre os dez países com maiores reservas de petróleo do mundo. Além do mais, o petróleo encontrado tem 29,2º API. Isso significa tratar-se de um petróleo leve, bem superior, por exemplo, ao do campo de Marlim, nosso maior produtor no momento, com 20º API.

O governo do presidente Lula, logo depois da descoberta, examinou o quadro existente. O polígono do chamado “pré-sal”, que se estende do sul do Espírito Santo ao norte de Santa Catarina, tem uma área de 149.000 km<sup>2</sup>, dos quais 28% já concedidos, sendo 24% com a participação da Petrobras. Restam 72% da área ainda em poder da União, 107.228 km<sup>2</sup>. Como explorar essa área? Com as mesmas regras que vínhamos aplicando, até então, no restante do Brasil? Ou mudando a lei – e, por conseguinte, o marco regulatório?

Para responder a essas perguntas o presidente criou, por decreto, uma comissão interministerial de oito membros que já concluiu seu trabalho e refletiu sobre alguns dados importantes.

Em primeiro lugar, constatou como foram grandes, nas últimas décadas, as mudanças no setor de petróleo e gás no mundo. E como





o sentido geral dessas mudanças foi o de acentuar o papel dos Estados nacionais no trato da questão do petróleo em seus territórios, as estatais petroleiras cresceram de importância em escala planetária e, em decorrência disso, um novo panorama empresarial se formou no mundo do petróleo.

Para se ter uma ideia do sentido e do tamanho dessas mudanças, tomemos como referência a situação de meados do século passado. Nesse período, Enrico Mattei, empresário italiano de esquerda, procurando impulsionar a estatal italiana do petróleo – ENI, da qual era presidente –, denunciou o controle inquebrantável e as pressões asfixiantes exercidos no setor do petróleo pelo que ele chamou de as *sette sorelli* (sete irmãs) – Esso, Chevron, Mobil, GulfOil, Texaco, British Petroleum e Shell, que controlavam, entre as décadas de 1950 e 1960, de 80% a 90% da produção mundial de petróleo.

Hoje, as antigas sete irmãs reduziram-se a quatro. Controlam 10% da produção do óleo e têm 3% das reservas. O *Financial Times* de 12 de março de 2007 organizou a relação das sete maiores empresas petrolíferas do mundo de hoje. São elas: Saudi Aramco, da Arábia Saudita; Gazprom, da Rússia; CNPC, da China; Niocof, do Irã; PDVSA, da Venezuela; Petrobras, do Brasil; e Petronas, da Malásia. Todas estatais. São responsáveis por 1/3 da produção mundial de petróleo e controlam 30% das reservas existentes.

Além dessa mudança, que colocou as estatais na linha de frente da indústria do petróleo, outras observações foram feitas pela comissão interministerial, como a nova configuração trazida pela descoberta do pré-sal para as bacias sedimentares brasileiras.

Até então, em nossos 6,4 milhões de km<sup>2</sup> de bacias sedimentares, 4,8 milhões em terra e 1,6 milhão embaixo do mar, o índice de sucesso das perfurações em busca de petróleo e gás oscilava entre 25% e 30%, chegando em alguns casos a cerca de 40%. É um índice um pouco mais elevado que o da média mundial. Mas, de qualquer maneira, situa vastas áreas de nossas bacias sedimentares como de alto risco exploratório e incerto potencial.



Completamente diferente é a situação na área do pré-sal. No polígono analisado, a Petrobras já perfurou 31 poços e registrou 87% de índice de sucesso, mais que o dobro de nossa melhor marca. E, se levarmos em conta uma região central do pré-sal, conhecida como “platô de São Paulo”, onde a Petrobras já fez 13 perfurações, o índice alcança exatos e insuperáveis 100% de sucesso.

Um redesenho de nossas bacias sedimentares foi então objetivamente feito. Na área do pré-sal, de 149.000 km<sup>2</sup>, constatava-se um risco exploratório muito baixo e um alto potencial petrolífero, contrastando com o que conhecíamos no restante do Brasil, onde havia alto risco e potencial incerto.

## Marco regulatório

Além do mais, cada país define, em função de suas características e de seus interesses, as formas, os contratos ou, em outras palavras, o marco regulatório que prevalecerá em seu território. Especialmente os países produtores assim procedem, de maneira que é ampla a variedade de arranjos regulatórios.

Entretanto, independentemente das particularidades de cada país, três tipos básicos de contratos são hoje mais usados na regulação do petróleo em todo o mundo: os modelos de concessão, de partilha da produção e de serviços. Poucos países adotam o de serviços; a maior parte divide-se entre o de concessão e o de partilha da produção, e alguns optam por um sistema misto. Os países que têm mais petróleo em geral usam a partilha de produção, e os que têm menos reservas utilizam quase sempre os contratos de concessão. Alguns países, como a Rússia, usam os dois tipos, ou seja, preferem um sistema misto.

Desse modo, o governo do presidente Lula, diante do problema crucial de se deveria ou não empregar nessa área do pré-sal – de baixo risco e alto potencial – as mesmas regras, o mesmo marco regulatório usado para áreas de alto risco e incerto potencial, respondeu, desde o início, com um categórico não.



Autoridades de destaque do governo passado criticam essa decisão do governo atual de mudar o tipo de contrato para o pré-sal. Argumentam que, com alterações em decreto presidencial, poder-se-ia auferir, com os atuais contratos de concessão, recursos equivalentes aos de um contrato de partilha. Na verdade, se nosso objetivo único fosse auferir mais recursos com a produção do petróleo no pré-sal não haveria necessidade de mudar as regras do jogo. Entretanto, auferir maiores rendas da produção petrolífera no pré-sal não é nosso objetivo único, e nem mesmo o principal. O que temos em vista é, antes de tudo, a promoção do desenvolvimento.

A experiência internacional nos mostra, dramaticamente, que os países que descobrem grandes mananciais de petróleo quase sempre são acometidos pela chamada “doença do petróleo” – ou por uma de suas variantes, a “doença holandesa”. Transformam-se em grandes exportadores do óleo, e em receptores de muita divisa forte. Experimentam aguda valorização cambial, que encarece seus produtos tirando-lhes competitividade. Passam a importar quase tudo de que necessitam, inclusive os meios para continuarem como grandes exportadores de óleo. E importam produtos e serviços, do bom e do melhor, do indispensável e do supérfluo. O país que assim se comporta não se industrializa.

Versão diferenciada dessa “doença do petróleo”, que talvez nos devesse chamar mais a atenção, é a chamada “doença holandesa”. A Holanda já possuía uma indústria desenvolvida e diversificada quando, no final da década de 1960, foi descoberto muito petróleo e gás no Mar do Norte, que banha o litoral holandês. Com os preços do gás em alta, o país promoveu grande exportação, especialmente desse produto, o que lhe acarretou: 1) a migração de recursos e mão de obra para a produção e exportação de gás, enfraquecendo os demais setores; 2) a valorização cambial desproporcional da sua moeda – na época, o florim –, retirando a competitividade de seus produtos manufaturados; e 3) a pronta disponibilidade para importar produtos e serviços. Em conjunto, esses fatores acabaram por promover sua desindustrialização, sendo esse o conteúdo da chamada “doença holandesa”.



Sem dúvida, é na esfera da macroeconomia que medidas devem ser tomadas com o objetivo de impedir que um país, como o Brasil, sofra desindustrialização – fenômeno econômico que, de resto, pode acontecer também por outras razões, e não apenas pela “maldição dos recursos naturais”.

Mas, no caso em tela, a providência estrutural necessária, em função dos interesses nacionais, deveria ter sido a de propor um mecanismo capaz de assegurar o controle do ritmo da exploração e produção do petróleo, permitindo assim ao país correlacionar a exploração e a produção do óleo com sua capacidade de suprir, com produção local, a demanda – ou parte importante dela – pelos produtos e serviços exigidos pela nova situação.

210

Essa foi a razão central que levou o presidente Lula e a comissão interministerial já citada a optarem pela implantação, na região do pré-sal e em outras áreas estratégicas que vierem a surgir, do sistema de partilha da produção. Isso assegurará ao Estado brasileiro uma parcela substancial da renda do petróleo e, mais importante ainda – ao estabelecer o petróleo extraído como propriedade da União –, dar-lhe-á condições de poder controlar todo o sistema produtivo do pré-sal, ajustando-o assim às necessidades de um desenvolvimento mais harmonioso no Brasil, destacadamente no que respeita à sua industrialização.

Fazer prevalecer, na área do pré-sal, contratos de partilha da produção é o conteúdo básico do primeiro dos quatro projetos de lei encaminhados recentemente pelo presidente Lula ao Congresso Nacional. No restante das bacias sedimentares brasileiras continuam vigendo os atuais contratos de concessão. Se o Congresso aprovar as propostas do governo, o Brasil passará a ter um sistema misto: contratos de partilha para áreas de baixo risco e elevado potencial, e contratos de concessão para áreas de risco elevado e potencial incerto. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis veria suas funções acrescidas: continuaria regulando o setor onde ele se encontra sob a égide dos contratos de concessão, e passaria a regulá-lo também onde fosse regido pelos contratos de partilha.



Os outros três projetos de lei encaminhados pelo governo ao Congresso tratam: um, da criação de um fundo social; outro, das coordenadas para uma nova empresa pública, 100% estatal (a PetroSal), e o último das medidas para a capitalização da Petrobras. Na verdade, esses quatro projetos se interligam, formando um todo sistêmico.

O fundo a ser criado, segundo a proposta governamental, receberá os recursos da parte do governo prevista nos contratos de partilha e os destinará a objetivos fixados em lei e ligados à luta contra a pobreza: educação, ciência e tecnologia, cultura e defesa do meio ambiente. O fundo poderá fazer investimentos no Brasil e no exterior para prevenir pressões pela valorização cambial, danosa ao desenvolvimento nacional.

A empresa 100% estatal a ser criada, a PetroSal, representará os interesses da União na execução de cada contrato de partilha. Não será uma empresa operadora, e ficará atenta aos investimentos, à formação dos custos e à partilha dos lucros. Especial atenção merecerá a formação dos custos desde o período exploratório, que pode durar de sete a oito anos. Pelo contrato, encontrando-se petróleo comercializável, todo esse custo do óleo será reembolsado à empresa contratada. A PetroSal, como já foi dito, será o “olho” do Estado em cada contrato, cuidando para que os custos reembolsáveis não cresçam demasiadamente e não provoquem grande diminuição das parcelas do governo em cada contrato.

Finalmente, há a disposição governamental de promover uma capitalização da Petrobras, para aumentar sua capacidade de investir. A União, através da ANP, localizaria, em áreas não concedidas do pré-sal, 5 bilhões de barris de petróleo e os certificaria. Em seguida cederia à Petrobras, de forma onerosa, o direito à exploração e à produção desse óleo. A estatal realizaria, então, uma operação de aumento de seu capital para captar recursos para pagar ao Estado brasileiro os 5 bilhões de barris disponibilizados. Nesse momento o próprio Estado compraria as ações da Petrobras, pagando-lhe em títulos ou dinheiro, com os quais esta salda a dívida com o Estado.



Dependendo do comportamento de seus acionistas minoritários, o Estado poderia elevar a sua participação no capital social da empresa, hoje de apenas 32,2%.

Caros camaradas:

Nos últimos anos o Brasil assumiu no mundo um papel geopolítico de importância crescente. Diversos fatores contribuem para isso. Fatores objetivos, como o tamanho do país, de sua população, de sua economia etc. Há a postura soberana impressa pelo governo Lula à sua política externa e a seus gestos. E há as conquistas oriundas de nosso esforço – como o pré-sal –, que reforçam consistentemente esse novo papel geopolítico de que desfruta o Brasil em escala internacional.

Nosso 12º Congresso realiza-se sob o signo de um projeto nacional de desenvolvimento. Fruto da análise que fazemos dos oito anos do governo Lula, nossa proposta de resolução política faz um chamamento para que se “garanta a continuidade do ciclo progressista, aberto em 2002 no Brasil, promovendo o aprofundamento das mudanças”.

Essa proposta cita os projetos apresentados pelo governo ao Congresso para regular a exploração e produção no pré-sal e diz que eles envolvem “decisões que influenciarão por décadas os destinos nacionais”, e que “fortalecem o papel do Estado como indutor e protagonista do processo”. A proposta de resolução afirma, ainda, que “as eleições gerais de 2010 serão um confronto acirrado” e que “a oposição neoliberal recorrerá a tudo para reconquistar o governo central”, embora lembre que isso “não será fácil em virtude dos êxitos dos dois governos de Lula e do fracasso do ideário neoliberal”.

Estamos certos, camaradas, de que essas advertências contra o risco de retrocesso no Brasil e esse chamamento pela “continuidade do ciclo progressista aberto em 2002” têm tudo a ver com a defesa de um caminho de desenvolvimento com soberania na questão do petróleo e com a colocação das amplas jazidas que acabamos de



descobrir a serviço da redenção de nossa Pátria e de nosso povo. Da mesma maneira que fomos vitoriosos na década de 50 do século passado, sustentando a bandeira “O petróleo é nosso!”, seremos vitoriosos também agora, defendendo um novo projeto nacional de desenvolvimento para o país. O pré-sal também é nosso.

*\* Membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil e diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.*

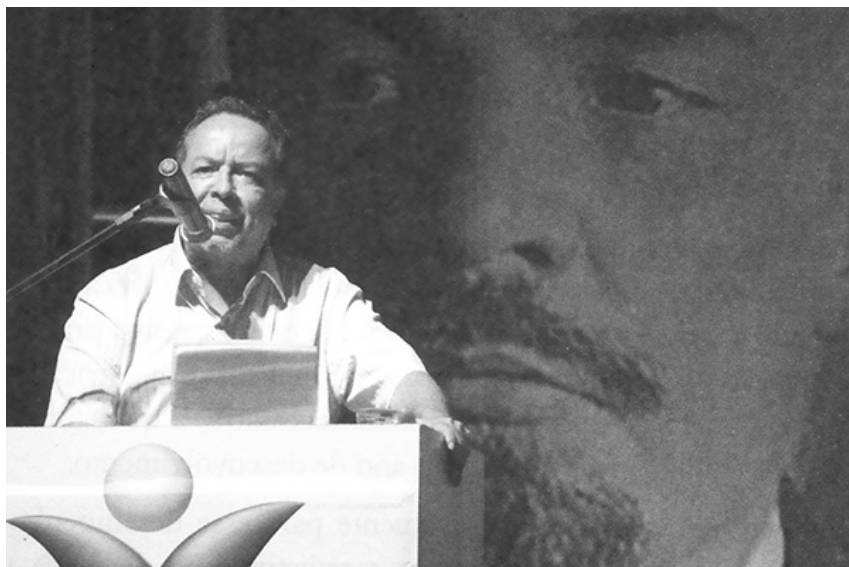






# A UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA E A LUTA PELO SOCIALISMO

*João Batista Lemos\**



215

João Batista Lemos profere sua intervenção especial no 12º Congresso

A crise econômica internacional evidenciou os limites do capitalismo, as falácias do neoliberalismo e o esgotamento da ordem imperialista liderada pelos EUA. Daí emerge a necessidade de intensificar a luta dos povos por uma nova ordem mundial, por novos modelos de desenvolvimento nacional e pelo socialismo. O socialismo, bandeira histórica da classe trabalhadora reiterada agora no programa dos comunistas, é na verdade a única saída progressista e definitiva para os graves dilemas que desafiam as sociedades humanas na atualidade.

A classe trabalhadora tem sido duramente afetada pela crise em todo o mundo. É castigada pelas demissões em massa; pela redução



de direitos e salários; pela precarização das relações e dos contratos de trabalho. O neoliberalismo está desmoralizado. As classes dominantes rasgaram o discurso do Estado mínimo e apelaram aos favores do poder público para debelar a recessão e salvar a própria pele.

Os governos incorrem em déficits astronômicos e utilizam trilhões de dólares para salvaguardar os interesses do grande capital, especialmente dos banqueiros, mas deixam o povo ao deus dará, ao sabor do desemprego em massa e dos despejos. Por esses e outros motivos, os trabalhadores e trabalhadoras do campo e das cidades constituem objetivamente a força social mais interessada na luta por mudanças.

O Brasil conseguiu contornar com relativa eficácia os efeitos da crise. As medidas anticíclicas adotadas pelo governo Lula, incluindo a redução da taxa básica de juros e do superávit primário, a expansão do crédito pelos bancos públicos e a isenção de impostos, amenizaram os impactos da recessão – a qual, todavia, ainda nos roubará pelo menos um ano de desenvolvimento.

216

Também contribuíram decisivamente para esse desempenho o aumento real do salário-mínimo e a redistribuição de renda via Bolsa Família, que fortaleceram o mercado interno; a diversificação do destino das exportações, que nos tornou menos dependentes dos EUA, e o acúmulo de reservas, estimadas em US\$ 233 bilhões no final de outubro.

É inegável que o Brasil e muitos países da América Latina vivem um novo cenário político, caracterizado pela crescente contestação do hegemonismo e do unilateralismo dos EUA e pela busca de novos rumos. É um período promissor, de transição política. Entretanto, não podemos nos dar por satisfeitos com as atuais condições. Apesar dos avanços, subsistem sérios problemas.

O índice de desemprego, estimado pelo Dieese em cerca de 15% da população economicamente ativa nas principais regiões metropolitanas do país, é escandaloso; os salários reais são risíveis, 62% dos ocupados formais ganham menos que três salários-mínimos;



pouco mais de um terço dos trabalhadores e trabalhadoras integram o mercado formal de trabalho; cerca de dois terços estão na informalidade, sem carteira assinada e sem direitos, no subemprego ou desempregados; é notória a carência de serviços públicos básicos, nas áreas de saúde, educação, transporte e moradia; a violência cresce e assusta, vitimando principalmente os indivíduos mais pobres e vulneráveis.

Os trabalhadores e o povo têm reagido a essa situação. Percebe-se uma retomada das lutas sindicais e populares. Em 2008 ocorreram 411 greves de trabalhadores, o maior número desde 2004, segundo dados do Dieese. A maioria dessas greves (224) ocorreu no setor privado. Isso é um claro sinal de que, com o desempenho econômico, amplia-se a capacidade de mobilização dos trabalhadores.

Frente a tal realidade é preciso intensificar a luta por transformações sociais mais profundas. Precisamos avançar na direção de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, fundado na soberania que possa nos conduzir ao caminho de transição ao socialismo.

217

Esse novo projeto terá que se afirmar na luta, em oposição ao neoliberalismo, compreendendo em seus objetivos gerais a defesa da soberania e a valorização do trabalho como pressupostos do fortalecimento do mercado interno e do crescimento robusto e sustentado da economia. O desenvolvimento das forças produtivas deve ser posto a serviço do ser humano e não mais da ganância capitalista. O objetivo da produção deve ser a satisfação das necessidades sociais, ao invés da maximização dos lucros.

Nossa meta é o pleno emprego, o aumento real dos salários, a redução da jornada de trabalho sem a redução de salários, a formalização das relações trabalhistas, a universalização dos direitos, serviços públicos gratuitos e de qualidade para todos; soberania nas relações internacionais, integração e solidariedade na América Latina; juros baixos, rigoroso controle sobre o câmbio e o fluxo de capitais, redução do superávit primário e mais investimentos públicos; reformas democráticas da educação, do sistema político, do



sistema tributário, dos meios de comunicação; reforma agrária e reforma urbana. Queremos o fortalecimento do SUS. Os interesses da classe trabalhadora estão em harmonia com o desenvolvimento nacional e os interesses da maioria da sociedade, o que não ocorre com a oligarquia financeira. Tudo isso supõe o fortalecimento do Estado e um papel muito mais proeminente deste no processo de desenvolvimento.

Camaradas:

Nosso maior desafio é reunir forças e condições sociais e políticas para viabilizar as mudanças. Aqui cabe lembrar o debate recorrente na vida partidária sobre o papel do proletariado na estratégia do PCdoB e na árdua batalha pela transformação social. Não restam dúvidas de que os trabalhadores e trabalhadoras têm papel central a desempenhar nesse sentido.

O resultado de nossa luta vai depender da maior ou menor mobilização e participação da classe trabalhadora. É fundamental elevar o protagonismo da classe e do movimento sindical na vida política nacional, mas isso não se resolve com a mera proclamação de princípios e intenções.

O protagonismo não é algo que encontramos pronto e acabado na história. Deve ser construído levando em conta a própria experiência da luta de classes e a necessidade de elevar o grau de consciência das lideranças e das bases. Emergem daí tarefas indeclináveis e candentes para o Partido Comunista do Brasil.

A análise da realidade objetiva revela-nos uma classe trabalhadora pouco organizada e consciente, sindicatos com baixa inserção e influência nas bases e reduzida capacidade de mobilização. A situação dos comunistas nesse terreno também apresenta notórias debilidades, em que pese o avanço do trabalho do nosso Partido no movimento sindical.

Convém notar que, em certa medida, o governo Lula tem estimulado uma intervenção política maior dos sindicatos e dos traba-



lhadores. As centrais foram legalizadas e seus dirigentes são consultados regularmente sobre questões relevantes para o destino da nação, o que desperta a ira da direita neoliberal, que não se cansa de reclamar da suposta “república sindical”, ressuscitando o discurso golpista usado contra João Goulart nos anos 1960.

É significativo que Lula tenha atribuído sua eleição ao avanço da “consciência da classe trabalhadora». Isso é verdade e deve ser levado em conta, mas obviamente não significa que o grau de consciência alcançado seja o ideal demandado pelo processo de transformação revolucionária da sociedade brasileira.

A verdade é que, em sua maioria, os trabalhadores assimilam a ideologia das classes dominantes, reproduzida diariamente pela mídia capitalista. O Partido Comunista reivindica a condição de portador da consciência mais avançada do proletariado. Levar essa consciência às massas ligando-a aos movimentos espontâneos dos trabalhadores é, para nós, o problema central.

Aprendemos também que elevar o protagonismo da classe não depende apenas da teoria e da prática do PCdoB, em que pese seu papel proeminente nesse sentido. A experiência nos indica que o caminho nessa direção passa por uma ampla unidade política e de ação da classe trabalhadora, que deve envolver todas as centrais sindicais, sem exclusões, e as forças políticas progressistas na luta pela transformação social.

Precisamos construir uma coalizão de centrais em torno de uma plataforma comum. Unidos, os trabalhadores reúnem melhores condições para influir nos rumos políticos da nação e jogar um papel mais decisivo. A unidade da classe trabalhadora é uma condição essencial para a vitória do povo brasileiro.

Várias experiências políticas que envolvem a unidade das centrais e dos movimentos sociais estão sendo realizadas. Cabe destacar as marchas a Brasília em defesa do desenvolvimento com valorização do trabalho, da redução da jornada e da valorização permanente do salário-mínimo, entre outras reivindicações. As marchas entram



agora em sua sexta versão, reunindo lideranças de todas as centrais sindicais e diferentes organizações sociais.

Nesse cenário, é de extraordinária importância a proposta da CTB de realizar uma nova Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), com a participação de milhares de dirigentes de todas as centrais e entidades sindicais, para definir uma plataforma comum da classe trabalhadora, debater um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento e jogar peso maior nas eleições de 2010, visando a garantir a continuidade e o avanço do ciclo de mudanças iniciado pelo governo Lula em 2003.

Foi a intervenção do movimento social nas batalhas políticas em curso que viabilizou, dentre outras, as vitórias de Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia, de Rafael Correa no Equador e de Daniel Ortega na Nicarágua. Os movimentos sociais ganharão força na medida em que abraçarem com mais ousadia a perspectiva política de poder, articulando-se com os partidos políticos nas lutas institucionais e eleitorais. Historicamente as massas mobilizam-se quando percebem possibilidades concretas de transformações políticas.

220

O imperativo da unidade da classe trabalhadora transcende o âmbito nacional e tem abrangência internacional, pois o enfrentamento do capital transnacional requer o internacionalismo solidário de todos os proletários, o que nos recorda o lema inscrito no *Manifesto Comunista*: “Proletários de todo o mundo, uni-vos”. Vivemos, afinal, sob o tãção do imperialismo, liderado pelos EUA, que impõe mecanismos de dominação com a cumplicidade de laçaios internos e que deve ser combatido com uma ampla unidade anti-imperialista, nacional e internacional, sobretudo latino-americana. Ao mesmo tempo em que luta por seus próprios interesses, o proletariado também luta pelos interesses da maioria da sociedade.

Camaradas:

Nosso Partido vem colhendo êxitos significativos no movimento sindical brasileiro e entre os trabalhadores, com uma orientação



política que no fundamental tem se revelado justa – seja na resistência ao neoliberalismo, quando atuamos principalmente através da CUT, seja mais recentemente, quando passamos a atuar na Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

A fundação da CTB, em dezembro de 2007, feita em aliança com sindicalistas independentes e de outras correntes que atuam no movimento operário, refletiu o crescimento da influência dos comunistas no sindicalismo nacional, cabendo notar que lideranças ligadas a outras centrais sindicais também foram incorporadas recentemente às fileiras partidárias. Em apenas dois anos de existência, a CTB está organizada em todos os 26 estados e no Distrito Federal. Suas mais de 600 entidades filiadas representam mais de sete milhões de trabalhadores do campo e das cidades.

É preciso, no entanto, avançar mais, muito mais, para tornar próximos os nossos objetivos estratégicos. Isso se dará por meio da conquista de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, que hoje é a forma concreta de abordar a luta de classes em nosso país, a caminho da transformação maior – a superação do capitalismo e a construção de uma nova sociedade, socialista.

221

Os comunistas têm o dever de redobrar os esforços para organizar o Partido no seio da classe trabalhadora, zelando pela mais ampla unidade dos sindicatos, procurando construir sólidas organizações no interior das empresas, inclusive comissões sindicais de base, trabalhando pela nova Conclat, batalhando por um novo projeto de nação e participando ativamente das eleições de 2010.

À luta!

\* *Secretário sindical do Comitê Central do PCdoB*



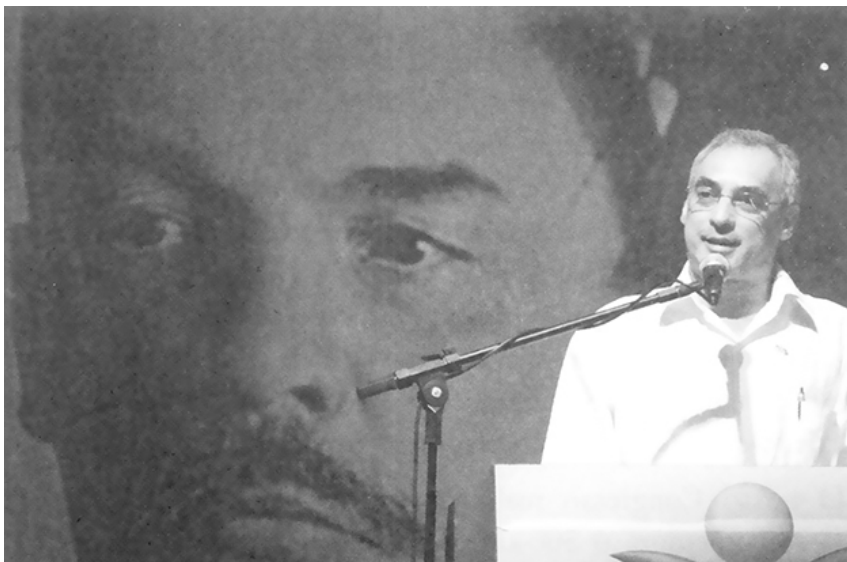
222





# O IMPERIALISMO NÃO É INVENCÍVEL. SERÁ DERROTADO

*José Reinaldo Carvalho\**



223

José Reinaldo Carvalho fala ao plenário do 12º Congresso

Saudamos com entusiasmo as delegações internacionais que assistem ao nosso 12º Congresso. A presença de tão numerosa representação de partidos comunistas, de trabalhadores, de forças de esquerda e progressistas de todo o mundo, de partidos comunistas e revolucionários exercendo o poder em países que constroem o socialismo é um gesto de solidariedade para com o povo brasileiro e o nosso Partido. Igualmente, é uma demonstração viva do internacionalismo proletário e da solidariedade entre forças democráticas e anti-imperialistas. É um sinal a mais a caracterizar o Partido Comunista do Brasil como um partido com forte identidade comunista, classista e revolucionária.



O nosso 12º Congresso, que tem como ponto de destaque a aprovação do novo Programa Socialista, no qual buscamos plasmar um caminho próprio, revolucionário e original de luta pelo socialismo em nosso país, coincide com algumas datas marcantes na história do movimento comunista e operário. É uma feliz coincidência que nosso Congresso realize a sessão dedicada ao internacionalismo no dia 7 de novembro, quando celebramos o 92º aniversário da Revolução Soviética, o mais destacado acontecimento na história da humanidade, porquanto inaugurou uma nova época, a época das revoluções socialistas e da construção do poder popular. Décadas depois de 1917, a primeira experiência de construção do socialismo foi derrotada, mas isso em nada diminui suas glórias. A revolução e o socialismo na União Soviética foram façanhas históricas e continuam sendo fontes inesgotáveis de ensinamentos para os que lutam por uma nova sociedade. O nosso Partido orgulha-se de ser herdeiro dos ideais de Outubro, que permanecem vivos e atuais.

224

O nosso Congresso realiza-se também no mesmo ano em que se comemora o 50º aniversário da Revolução Cubana. Ela abriu caminho para o desenvolvimento de inúmeras lutas anti-imperialistas na nossa América, fincou a bandeira do socialismo na região e até hoje inspira os processos transformadores em curso, nomeadamente a Revolução Bolivariana e a luta pelo socialismo do século 21. Dedicamos o nosso congresso, os nossos labores, as nossas lutas, a nossa mensagem de esperança e mudança ao heroico povo cubano, ao seu Partido Comunista, aos próceres da nação, entre eles José Martí, à legendária figura do Che e, destacadamente, ao comandante Fidel Castro – figura gigantesca dos séculos 20 e 21, cuja obra tem imenso significado para a humanidade, que lhe será eternamente grata. Com a permissão de vocês, queridos e queridas delegados e delegadas, peço à camarada Caridad Diego, à camarada Maria Antônia Ramos e ao camarada Hector Fraginales, da delegação cubana, que enviem o nosso caloroso abraço ao companheiro Fidel. Quero expressar também o nosso apoio e a nossa solidariedade ao companheiro presidente Raúl Castro, que serena e firmemente dirige o país nesta quadra difícil, em que o inimigo de sempre, o impe-



rialismo estadunidense, continua tentando estrangular e esmagar a Revolução e a decisão irrevogável do povo e da liderança de resistir e lutar para assegurar a vida livre, com independência e autodeterminação. Viva a Revolução Cubana!

Coincide também o nosso Congresso com o transcurso do 60º aniversário da Revolução Chinesa, liderada por Mao Tse-tung. Trata-se de outro momento glorioso do século 20, que está na origem das transformações por que passa na atualidade a grande nação asiática. O nosso abraço ao grande povo chinês e à sua liderança. Nosso apreço pela contribuição que dá a República Popular da China à luta pela paz, ao desenvolvimento e à cooperação internacional, num mundo marcado por graves ameaças de guerras.

O outro acontecimento que lembraria aqui – não para comemorar, mas para instigar à reflexão sobre seus efeitos negativos para a luta dos povos – é o transcurso do 20º aniversário da contrarrevolução de 1989, cuja data simbólica é o 9 de novembro de 1989, quando tem início um processo regressivo que levou à liquidação do socialismo na antiga União Soviética e no Leste europeu, bem como a uma brutal alteração na correlação mundial de forças. Até hoje a contrarrevolução de 1989 é um divisor de águas entre revolucionários e oportunistas, comunistas e socialdemocratas, anti-imperialistas e forças de acomodação a uma ordem injusta e iníqua. Discute-se hoje, com não menos intensidade do que naquela altura, se vivemos ou não a época da luta pelo socialismo, pela emancipação nacional e social dos trabalhadores e dos povos; se a classe operária encontra-se ou não no centro de nossa época; se o sistema capitalista é retrógrado e decadente ou se tem novas potencialidades para abrir um ciclo de desenvolvimento e progresso. Atualmente, debate-se com não menos paixão se é possível amansar com palavras o imperialismo, se o caminho para a libertação da humanidade é o da luta ou o da conciliação de classes e se os explorados e oprimidos precisam ou não construir seus instrumentos de combate, nomeadamente um partido de classe, com identidade própria, plena independência política, que pensa pela própria cabeça, capaz de con-



certar políticas de aliança e unidade. Um partido portador de uma ideologia científica, o marxismo-leninismo, o socialismo científico, com capacidade de renovar-se sem perder o rumo, de atualizar-se sem cair em modismos, apropriando-se de maneira criadora das novas conquistas do conhecimento humano.

Segundo a reflexão que os comunistas brasileiros fazemos, a luta pelo socialismo, posicionada nos termos próprios da época atual, levando em conta as lições extraídas do anterior período histórico, volta a entrar na ordem do dia não como vago ideal, não como intenção ou retórica, mas como questão concreta a exigir solução concreta. Por isso aprovamos um Programa Socialista que propõe um caminho próprio para abordar a luta pelo socialismo em nosso país, nas condições atuais do Brasil e do mundo. Um programa de acumulação estratégica e tática de forças, o programa da revolução brasileira.

226

Os documentos congressuais afirmam as profundas convicções dos comunistas brasileiros quanto à atualidade da luta pelo socialismo. Estão em curso importantes transformações no mundo. A ofensiva do imperialismo e as rivalidades entre as potências imperialistas não constituem os únicos vetores da situação internacional, nem as tendências à multipolaridade advêm apenas das contendas econômicas, políticas e diplomáticas entre as grandes potências. O essencial na situação internacional em permanente desenvolvimento e mutação é a emergência de novas forças revolucionárias, é o redespertar da resistência dos povos, é a retomada das lutas dos trabalhadores, é a intensificação da luta patriótica e anti-imperialista, que adquiriu novos conteúdos e formas com o surgimento dos governos democráticos e populares na América Latina.

Já há mais de uma década que a América Latina vive um novo ciclo político. Aberto com a eleição de Hugo Chávez em 1998, e ampliado com as duas eleições do presidente Lula e com o conjunto de vitórias eleitorais de esquerda e centro-esquerda, esse ciclo político elevou o papel da América Latina, ampliou a luta antineoliberal e anti-imperialista, reforçou a integração continental, deu lugar



a um impetuoso movimento por mudanças sociais, econômicas e políticas e reforçou a unidade entre as forças da esquerda consequente, que apostam no desenvolvimento desses processos como estágio importante da acumulação revolucionária de forças. É também nesse contexto que concebemos a importância da luta pelo fortalecimento da nação brasileira. Queremos um Brasil progressista e fraterno, nunca um país hegemônico nem opressor dos países vizinhos. A nossa luta anti-imperialista na região visa à independência de todos, nunca à substituição de hegemonias. A integração que queremos é entre países e povos, uma integração solidária e justa.

Em diferentes momentos o imperialismo tem buscado desestabilizar e truncar esse processo. Tentou o golpe de estado e o magnicídio contra o presidente Chávez, promoveu a intento na golpista na meia lua boliviana e agora, com sua mão ardilosa e bandida, move os cordéis por detrás dos golpistas hondurenhos. Com igual preocupação acompanhamos a evolução dos acontecimentos no vizinho e irmão Paraguai, onde as classes dominantes urdem crises políticas e militares, visando à desestabilização do governo do presidente Lugo.

Numa afanosa manobra para intervir na região e ameaçar os processos democráticos e populares, o imperialismo estadunidense promove inaudita militarização com o relançamento da 4ª Frota e a instalação de sete bases militares na Colômbia. O Partido Comunista do Brasil condena essas atitudes agressivas do imperialismo estadunidense e associa-se a todas as forças democráticas e patrióticas na defesa das conquistas alcançadas, na condenação aos golpes, no rechaço à militarização e na luta para que a América Latina seja sempre a região da integração, da solidariedade, da soberania e da paz.

Na análise sobre o quadro internacional o nosso Partido destaca que o povo brasileiro e os povos irmãos não devem nutrir a mínima ilusão quanto às promessas de paz, cooperação e multilateralismo emanadas do imperialismo norte-americano e das potências que com este pretendem estabelecer um condomínio hegemônico inter-



nacional. A nova retórica em voga na Casa Branca e os movimentos pendulares do seu novo titular em nada alteram a essência agressiva do imperialismo. Continuamos vivendo num mundo instável, perigoso e ameaçador da paz, da segurança internacional, da justiça, do desenvolvimento das nações pobres, dos direitos dos trabalhadores e dos povos. A dinâmica das relações internacionais não é governada desde os salões das chancelarias, antes pelo contrário, é condicionada pelas lancinantes contradições econômicas, sociais e políticas geradas pelo sistema imperialista e pelas inevitáveis lutas dos povos.

A ofensiva belicosa do imperialismo prossegue vitimando os povos da Ásia Central e do Oriente Médio. O Afeganistão, o Paquistão e o Iraque continuam ardendo em chamas. O povo palestino continua cada vez mais martirizado pela ocupação sionista, que se excede em crimes de lesa-humanidade, ao tempo em que o Estado de Israel continua sendo depositário de todo o apoio político, econômico e militar dos Estados Unidos. A problemática do Oriente Médio não encontrará solução enquanto a Palestina e outros territórios árabes, como as Colinas de Golã, pertencentes à Síria, permanecerem sob ocupação. Reiteramos nossa solidariedade a esses povos e à luta pela criação do Estado Palestino, com capital em Jerusalém Oriental.

Por fim, rechaçamos a hipocrisia e a chantagem nuclear dos Estados Unidos, e as descabidas ameaças de agressão ao Irã e à República Popular Democrática da Coreia.

Camaradas, encaramos o presente com gravidade e responsabilidade, cômicos dos grandes desafios e dos combates e batalhas que temos diante de nós, pois nem tudo são flores na realidade em que vivemos. Não façamos nossas as ilusões de que a libertação nacional e social de nosso povo ocorrerá por geração espontânea ou de que o mundo multipolar será o cenário de uma convivência pacífica entre as potências ou entre estas e os países emergentes.

Miramos o futuro com otimismo histórico. Por isso, reafirmamos que somos da luta, estamos na luta e seguiremos em luta, forjando nossos instrumentos de combate, reforçando a unidade das



forças anti-imperialistas em nível internacional, e em particular o movimento comunista e a coordenação das forças de esquerda. Por isso dedicamos atenção e energia ao fortalecimento do Encontro dos Partidos Comunistas e Operários e do Fórum de São Paulo.

Camaradas, uma vez mais reiteramos: o imperialismo não é invencível. Será derrotado pela nossa luta.

Viva o 12º Congresso!

Viva o PCdoB!

Viva o povo brasileiro!

Viva o internacionalismo proletário!

Abaixo o imperialismo!

Viva o socialismo!

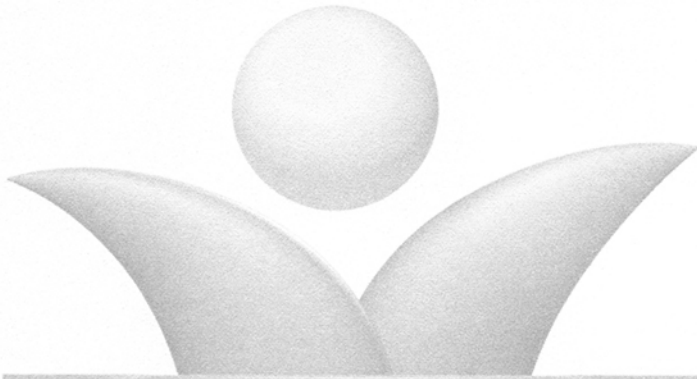
\* *Jornalista, secretário de relações internacionais do Comitê Central do PCdoB até fevereiro de 2010.*



230







# Ato político



Mesa do ato político





## LULA E PCdoB: O DURADOURO CASAMENTO DE 20 ANOS

Priscila Lobregatte\*



233

Presidente Luís Inácio Lula da Silva discursa no ato político do 12º Congresso

*Mostrando-se agradecido pelo apoio do PCdoB desde 1989, Lula recorda João Amazonas e reafirma compromissos durante ato político do 12º congresso*

Um pequeno e discreto gesto marcou a entrada de Lula e de Renato Rabelo no palco do auditório Celso Furtado do Anhembi, em São Paulo, dia 6 de novembro. Naquele momento, o presidente da República puxava para cima, num sinal vitorioso, a mão do



presidente do PCdoB. Não se tratava de uma mera entrada triunfal durante o ato político do 12º Congresso.

Aquela simples atitude dizia mais. Ali, Lula demonstrava novamente a gratidão pelo fato de ter podido caminhar lado a lado com o PCdoB, desde 1989, rumo ao primeiro governo popular da história do Brasil; por poder ter contado com os comunistas ao longo de seus dois mandatos; por ter recebido de João Amazonas o apoio para seguir adiante num momento em que parte da sociedade e da mídia apostava que sua primeira candidatura minguardia no nascedouro. “Vim aqui para agradecer por essas duas décadas de relações que eu tenho com o PCdoB e que o PCdoB tem comigo. Duas décadas é uma geração. Certamente, o convívio de um casal em vinte anos tem dezenas de brigas no meio. E essa união entre Lula e PCdoB nunca teve nenhum problema”, disse o presidente sob aplausos da plateia que lotou o auditório.

234

O presidente continuou dizendo que sua gratidão ao Partido estava ligada também ao apoio recebido mesmo em situações adversas. “É muito fácil a gente estar junto quando as coisas estão bem e é muito difícil se manter junto quando as coisas estão difíceis.”

## Processo vitorioso

Recordando sua primeira disputa presidencial, Lula disse que mesmo quando as pesquisas de opinião pública apontavam um cenário negativo para sua candidatura, Amazonas continuava apostando. “Ele me disse: ‘Lula, a gente não pode fazer uma campanha como a nossa, com um operário sendo candidato, tentando agradar a todos os segmentos da sociedade’”. Naquele momento, lembrou o presidente, o dirigente comunista teria lhe aconselhado a “demarcar o nosso campo de classe e fazer nossa campanha um pouco mais radicalizada dirigindo-nos especialmente ao público que nos conhece, nos respeita, aos trabalhadores organizados da sociedade brasileira”.

Daquela disputa até a morte de Amazonas em 27 de maio de



2002, Lula lembrou que esteve reunido com o dirigente dezenas de vezes. “Tive o privilégio de estar com ele, com o (Leonel) Brizola e com o (Miguel) Arraes. E o Amazonas, que por tanto tempo foi encarado como um homem sectário, era justamente o que apaziguava as brigas entre Brizola, Arraes e eu”, brincou.

A partir dessa convivência, “definimos que as relações entre PT e PCdoB precisavam se transformar em algo mais profundo, com cada partido respeitando a identidade e a soberania das decisões do outro; mas tínhamos de estar juntos na maioria das lutas do povo brasileiro”.

Descrevendo um pouco de cada uma das disputas de que participou antes de sua chegada ao Palácio do Planalto, o presidente destacou que “não poderia deixar de agradecer ao PCdoB” por ter participado da eleição de 1994 – uma “campanha extremamente difícil em que perdemos para um plano econômico e para a maior aliança que a direita já conseguiu fazer neste país; mesmo assim, crescemos em relação a 1989” – e da eleição de 1998 – “talvez a campanha mais dura que já fiz na minha vida porque eu sabia que era praticamente impossível vencer e ainda assim o PCdoB acreditava que tinha de estar junto comigo”. Depois de tudo isso, “era justo que estivéssemos juntos em 2002”. Nesse momento, colocou que dentro do PT “havia gente que achava que eu não devia ser candidato em 2002; no PCdoB, nunca vi ninguém duvidar de que eu deveria disputar”.

235

Além de falar das eleições, o presidente colocou que, ao participarem do governo à frente de pastas como a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais (com Aldo Rebelo, entre 23 de janeiro de 2004 e 20 de julho de 2005) e o Ministério do Esporte (ocupado desde 2003 por quadros do PCdoB), os comunistas tiveram “caráter e lealdade”. Segundo ele, o “PCdoB foi exemplar nestes sete anos de governo”.

Lula também agradeceu pelo apoio que teve dos movimentos sociais – destacando em especial o setor sindical, os sem terra e os estudantes. Falando diretamente ao presidente da União Nacional



dos Estudantes, Augusto Chagas, colocou: “Quando uma pequena burguesia, que tem tudo o que quer neste país, era contra o Reuni, a UNE estava ao meu lado para garantir que as pessoas mais pobres tivessem direito à universidade; quando meia dúzia de filhos de grã-finos atacaram o ProUni dizendo que o governo estava dando dinheiro para a universidade particular, a UNE teve a mesma coragem e hoje podemos sorrir com orgulho porque chegaremos ao final de 2010 com 720 mil alunos pobres, da periferia, dos quais 40% são negros, sendo doutores neste país.”

## Pela manutenção do projeto

236

Em sua apresentação, que durou mais de uma hora, Lula emendou os agradecimentos ao PCdoB com a questão sucessória em 2010. Brincando, se disse “triste” porque pela primeira vez não veria seu nome na disputa. Mas logo voltou ao tom mais sério para afirmar que “com Dilma (Rousseff) vamos poder consagrar este projeto”, e alertou que a manutenção do governo nas mãos das forças que hoje o conduzem é importante porque em apenas dois anos “um estranho no ninho pode desmontar tudo o que foi feito”. Nesse caso, Lula salientou que ainda que houvesse manifestação dos movimentos sociais, “se as instituições do Estado resolverem acabar, elas vão acabar com o que já foi realizado”.

Referindo-se à sabedoria dos trabalhadores, em geral subestimada pela elite dominante, Lula destacou que “se tem alguém que é inteligente é a classe operária”. E defendeu: “Acabou o tempo da castração em que a vanguarda achava que os operários não sabiam nada. Nós sabemos. Obviamente que não temos a sapiência de alguns sociólogos.” Numa mensagem a Fernando Henrique Cardoso, Lula ironizou o “alguns” lembrando que na mesma semana fora chamado de ditador (pelo ex-presidente tucano), de analfabeto (por Caetano Veloso), e ao mesmo tempo considerado estadista do ano pela Chatham House (Instituto Real de Assuntos Internacionais), da Inglaterra.





Ministra Dilma Rousseff dirige-se ao plenário do 12º Congresso

“Compreendo o ódio que isso causa porque o intelectual ficar assistindo a um operário que só tem até o quarto ano primário ganhar tudo que ele imaginou que pudesse ganhar e não ganhou por incompetência, é muito difícil”, disse o presidente, então aplaudido de pé. E continuou: “É muito engraçado porque tem gente que acha que a inteligência está ligada ao número de anos de escolaridade que uma pessoa tem e não há nada mais burro do que isso. A universidade te dá conhecimento. Inteligência é outra coisa e a política é uma das ciências que exige mais inteligência do que conhecimento.”

237

Seguindo o mesmo assunto, colocou que os presidentes do Brasil “nunca precisaram provar nada” porque “a elite não tem que provar nada. Mas eu preciso provar a cada dia, desde que nasci, que tenho competência”. Uma das razões para buscar o êxito de seu governo está no fato de que, segundo o presidente, “se nós fracassássemos, levaria mais 150 anos para um operário pensar em ser candidato a presidente da República deste país novamente”.



## Mais solidariedade

Referindo-se às relações com países da América Latina, o presidente lembrou que fora muitas vezes identificado como “frouxo” devido às concessões brasileiras à Bolívia e ao Paraguai. Segundo ele, “o Brasil não pode agir como se quisesse ter a hegemonia na região. Ele tem que ser o maior símbolo da parceria, do companheirismo”. Para Lula, “o país precisa construir uma relação de confiança e é isso que estamos fazendo, de maneira a permitir que este país cumpra com o papel histórico que ele tem de cumprir”.

238

Lula afirmou ainda que quando terminar seu governo quer fazer uma prestação de contas, registrando em cartório cada obra feita e cada centavo gasto em seus dois mandatos “porque quero criar um novo paradigma”. Ele voltou a chamar a atenção para a questão educacional dizendo que será “justamente o governo de um presidente e de um vice-presidente ‘analfabetos’ – porque nem eu nem o José Alencar temos diploma universitário – que terminará sendo o que mais investiu em educação neste país”. Disse ainda que “o que eles não suportam é que em oito anos estejamos fazendo uma vez e meia o que eles fizeram em um século de escolas técnicas neste país; são 214 em oito anos conta 140 em 93 anos. Sei que isso é intragável”.

Num golpe final contra FHC, Lula enfatizou: “Ele tinha certeza de que seríamos um fracasso e que ele poderia voltar por conta desse fracasso. É isso que o magoa. Eu lamento porque não deveria ser assim. Quando a gente perde uma coisa, a gente tem que torcer para que o outro faça.”

Já no término de sua intervenção, Lula falou sobre a questão do aquecimento global e sobre o fato de a ONU cobrar metas de redução da emissão de gases do efeito estufa. “Ela não tem condição política de cobrar nada do Brasil”. Conforme explicou, o país “está totalmente disposto” a colaborar com a diminuição da poluição, mas “quem emite mais deve assumir mais responsabilidades. Um país que é industrializado há 200 anos não pode cobrar igualdade





com o Brasil. Temos 85% da nossa energia elétrica limpa e renovável, temos 47% da nossa matriz renovável. A Inglaterra só tem 2% de sua matriz energética limpa e quem mais emite gases de efeito estufa são os nossos amigos norte-americanos, e há muito mais tempo”.

Lula lembrou que em setembro assumiu o compromisso de diminuir o desmatamento em 80% até 2020, porém mantendo a meta de desenvolver o país de maneira sustentável. “Não me façam querer que 25 milhões de habitantes da Amazônia vivam por conta das muriçocas. Eles querem desenvolvimento, querem se industrializar. Ou será que alguém pensa que vamos transformar a Amazônia em santuário da humanidade? Vamos sim, da forma mais responsável possível, explorar a floresta porque não conhecemos ainda 10% da riqueza que sua biodiversidade guarda. Temos responsabilidade com o planeta, mas queremos que os que poluem mais sejam os principais responsáveis.”

## **Novo ambiente político**

239

A abertura dos trabalhos naquela noite de 6 de novembro coube ao presidente do PCdoB, Renato Rabelo. Em sua intervenção (veja íntegra a seguir), ele salientou as diferenças no cenário nacional entre a realização do 11º Congresso do Partido, em 2005, e agora, em seu 12º Congresso, ambos com a presença de Lula. “O denunciamento atávico do monopólio midiático corria solto, sempre utilizado como estopim para intensificar a luta pelo poder por parte das forças opositoras, conservadoras e reacionárias – que nunca aceitaram a derrota, buscando sempre a volta ao centro do poder”, disse.

Por outro lado, quatro anos depois o governo mostrava sua resistência e vitórias tanto no plano nacional como no internacional, em esferas como a econômica, a social e a de política externa. “Hoje o ambiente é outro”, colocou o dirigente comunista. Para ele, um dos pontos que difere este de outros governos é que Lula “reúne a



simplicidade, a sabedoria e a criatividade do nosso povo, o jeito do operário fabril e sua ligação com seus companheiros de trabalho, aliada à sua grande capacidade de descortinar horizontes, de abrir caminhos e se situar na grande arena política”.

Renato Rabelo também discorreu sobre a relação entre PCdoB e Lula dizendo que ela “não é conjuntural, fortuita, produto de interesses imediatos, mas forjada no decorrer de um processo de intensa luta política e social no qual se construiu uma confiança recíproca para apoiar e discordar, elogiar e criticar”. E ressaltou: “A lealdade e o apoio que temos prestado ao governo não implicam renúncia à nossa independência política. E assim tem sido”.

240

O dirigente comunista também colocou em pauta o comportamento do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Para ele, FHC “cai na vala comum de uma sociologia de araque. Segundo ele, Lula seria um exemplo de ‘subperonismo’, presidente de uma ‘república sindicalista’, no exercício de um ‘autoritarismo popular’, e outros lugares comuns da elite reacionária. Chegam a querer criminalizar os movimentos sociais, entre eles o MST. É a mesma gente que diz que nos submetemos à Bolívia e ao Paraguai. Enfim, FHC clama: ‘Vamos sair da inércia’. Está desesperado e necessitado”.

Concluindo sua apresentação, Rabelo tratou das eleições de 2010 e defendeu uma aliança com o PMDB, reforçando a necessidade de o ponto central do governo estar sob o comando da esquerda. O PCdoB, disse, “vem considerando que diante do nível atual da correlação de forças políticas, da experiência frentista do mandato do segundo governo Lula, é uma exigência política – para o êxito do campo democrático e progressista e a governança – a aliança básica entre os dois partidos mais votados nas últimas eleições, PT e PMDB. Também, envidará esforços a fim de que se afirme um núcleo de esquerda na aliança, que possa dar maior consequência à realização do programa desenvolvimentista pós-Lula”.



## O nome forte da sucessão

Outro ponto alto da noite foi a participação da pré-candidata do PT e ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que antecedeu o presidente da República e fez um discurso contundente, enfatizando especialmente a forma como a oposição vem tentando, desde os primeiros dias do primeiro mandato de Lula, desqualificar sua gestão.

Recebida com muitos aplausos, com direito a uma adaptação do grito de guerra que virou marca das campanhas de Lula – “Olê, olê, olê, olá, Dilma, Dilma” –, a ministra disse que “um partido com a qualidade do PCdoB é perfeito para refletirmos sobre este momento. São interlocutores fundamentais para isso. Falar do PCdoB é falar de luta, de superação, de desafios, de resistência e também de heroísmo. É falar de João Amazonas, de Diógenes Arruda e dos companheiros mortos no Araguaia – e me refiro em especial a duas pessoas, Osvaldão e Helenira. É falar da luta para fazer da grandeza deste país a grandeza de nosso povo. O desafio que nós, militantes, enfrentamos passa por aí”.

241

A presidenciável reafirmou a defesa feita por Lula da continuidade do ciclo iniciado em 2010, porém “com o desafio de avançar ainda mais”. Enfatizou, então, que se sentia ali correspondida em suas intenções. “Sei que aqui minha voz não cai no vazio. Temos pessoas para lutar por um país mais igual, ambientalmente sustentável, independente, soberano e respeitado. E agora que essas transformações começam a se aprofundar não iremos deixar que elas escapem de nossas mãos, das mãos calejadas do povo brasileiro”.

Sorridente e com ar confiante apesar do cansaço pelas viagens recentes, disse que o PCdoB “é uma das chamas que vai iluminar esse projeto junto com os partidos que integram nosso governo. Tenho certeza de que essa chama vai brilhar para todo o Brasil”.

Assim, voltou a apontar a necessidade de união das forças progressistas em torno de um novo projeto nacional de desenvolvi-



mento que coloque o Brasil num patamar ainda mais elevado de progresso social. “Os partidos da base, junto com o PT, o PDT, o PCdoB e o PSB, estão desafiados a dar continuidade e fazer avançar esse projeto generoso do Brasil”. Para ela, “só pode aceitar e vencer esse desafio quem já mostrou que é capaz de encontrar e de apontar novos caminhos, quem é capaz de lutar, de fazer todas as transformações que são necessárias ao nosso país, e as forças progressistas e democráticas que apoiam o governo. Lula já mostraram que estão à altura dessa tarefa histórica, porque podem dizer “sim, nós fizemos”, “sim, nós estamos fazendo”, completou Dilma.

A ministra lembrou que o atual governo foi o que mais deu espaço legítimo à esquerda e aos movimentos sociais. “A manutenção e ampliação desses princípios serão nossas bases”, argumentou.

## Novo modelo de governo

242

Ao término dos oito anos de mandato de Lula, uma marca ficará clara: a mudança do modelo de governo adotado até então, de um formato meramente economicista e fortemente neoliberal para um de caráter mais social, democrático, popular e nacionalista, ainda que tenham sido mantidas algumas características da era FHC, como as linhas gerais da política macroeconômica.

Na opinião de Dilma, os avanços conquistados permitiram a “garantia de maior inclusão social”, o “Estado de Direito e as liberdades democráticas”. E enfatizou: “Sim, nós somos o governo que mais governou para todos, que soube fazer alianças políticas, mas, sobretudo, alianças sociais”. Para ela, a gestão atual “foi a que mais acreditou na capacidade e no talento do povo brasileiro”.

Apesar de agradecer os comunistas a ênfase dada pela ministra às conquistas que também são do PCdoB, um dos pontos que mais agitou a plateia foi a forma enfática como tratou da oposição. “As forças do passado, que mais uma vez tentam se organizar e que





Presidente Lula, Renato Rabelo, ministra Dilma Rousseff e ministro Orlando Silva Jr. na mesa do ato político

usam as mesmas velhas e surradas táticas, pensam ser astutas ao tentar fragmentar a base aliada do governo Lula por meio de crises, muitas artificiais”. E completou, ovacionada: “São patéticos ao tentar confundir as pessoas e dizer que nossos modelos são parecidos, que nossa política econômica é a mesma. São patéticos quando afirmam que o Bolsa Família é a continuidade do Vale Gás ou do Bolsa Escola, como se o Bolsa Família não fizesse parte de um projeto de inclusão que tem em todas as nossas políticas seu centro principal. São desconexos quando tentam explicar os nossos resultados como fruto de supostas benesses da conjuntura internacional, ou do fato de que nós temos muita sorte. E agora, mais recentemente, argumentam com uma espécie de miopia inata do povo brasileiro que sempre se deixa manipular, o que revela um descrédito secular e um desprezo pelo povo mais pobre deste país”, criticou.

A ministra desnudou mais uma vez as forças conservadoras ao dizer que “eles, que reiteradamente esqueceram o povo, que dilapi-



daram o patrimônio nacional e privatizaram empresas estratégicas para o Brasil, não têm moral para falar de nós”. Para ela, “essas forças tropeçam nos mesmos erros e no vazio de suas propostas. Como são incapazes de formular um projeto de nação, o que fazem hoje é fabricar um mundo de mistificação, um mundo arrogante, em que seus queixumes, murmúrios e resmungos não conseguem ocultar o excesso de vaidade, a falta de rumo. Por isso, quando tentam analisar o momento brasileiro só conseguem produzir um triste espetáculo de falta de propostas”, criticou Dilma.

Concluindo sua fala, Dilma destacou que “o Brasil nunca esteve tão bem, mas é preciso expandir essas conquistas e, para isso, é preciso unir as nossas forças para construir proposta de futuro. Nas eleições, teremos que mostrar que essa grande mudança nacional veio para ficar (...). Mas não se iludam. A luta vai ser muito dura. Nosso projeto de nação cria muitas animosidades. Este governo jamais cruzou os braços. O país que nós recebemos e o que nós deixaremos são muito diferentes. O povo vai saber comparar”.

244

## **Amplitude**

A mais prestigiada noite do 12º Congresso do PCdoB, que demonstrou a amplitude política e a capacidade de diálogo do partido, foi encerrada por Lula, mas contou, em sua mesa, com presenças importantes do mundo da política e dos movimentos sociais. Pela ordem, João Pedro Stédile (coordenador nacional do MST); Wagner Gomes (presidente da CTB); Ricardo Berzoini (presidente do PT); Luciana Santos (secretária de Ciência e Tecnologia de Pernambuco); Rodrigo Rollemberg (deputado federal pelo PSB-DF); senadores Aloísio Mercadante (PT-SP) e Inácio Arruda (PCdoB-CE); Paulo Vannuchi (ministro chefe da Secretaria Especial de Direitos Humanos); embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; Luiz Dulci (ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República); Tarso Genro (ministro da Justiça); Renato Rabelo (presidente do PCdoB); Orlando Silva (ministro do Esporte); Edson Santos (ministro chefe da Secretaria da Igualdade Racial); Sérgio Cabral (governador do Rio de Janeiro); Augusto Chagas (presidente da UNE); Daniel Almeida



(líder do PCdoB na Câmara); Renildo Calheiros (prefeito de Olin-  
da); Haroldo Lima (presidente da ANP); e Aldo Rebelo (deputado  
federal pelo PCdoB-SP).

*\* Jornalista do portal Vermelho.*



246

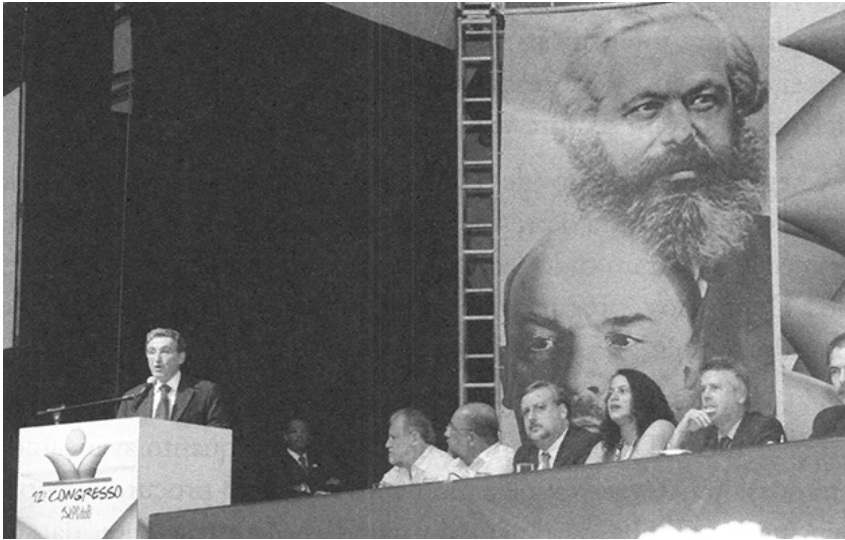




## “O MAIOR CONGRESSO DA HISTÓRIA DO PCdoB”

– Discurso no ato político do 12º Congresso –

*Renato Rabelo\**



Renato Rabelo discursa no ato político do 12º Congresso

247

Este 12º Congresso é o maior da longa história do Partido Comunista do Brasil, pelo número de militantes envolvidos, de delegados e convidados presentes e de delegações de partidos internacionais. As 1.700 conferências municipais e as conferências realizadas em todos os estados e no Distrito Federal elegeram 1.087 delegados.

Mais uma vez contamos com a presença do companheiro e estimado amigo Luiz Inácio Lula da Silva – presidente da República Federativa do Brasil – no evento de abertura de nosso Congresso. Nestas últimas décadas da trajetória do PCdoB, Lula esteve presente em todos os congressos do Partido. Atitude que muito valorizamos, sendo motivo de grande entusiasmo para nossa militância.



## Vivemos uma nova situação, favorável às forças democráticas e progressistas

No último congresso, realizado em Brasília em outubro de 2005, com a presença do presidente Lula, atravessávamos o mais agudo período de crise política de todo seu governo. O denunciismo atávico do monopólio midiático corria solto, sempre utilizado como estopim para intensificar a luta pelo poder por parte das forças opositoras, conservadoras e reacionárias – que nunca aceitaram a derrota e buscam sempre voltar ao centro do poder.

Chegaram ao ponto de encenar a abertura de processo de *impeachment* contra o presidente da República, um tipo de “golpe branco”. Tentaram tudo para a tomada da Presidência da Câmara dos Deputados, procurando impor uma forma de rendição ao presidente Lula.

248

Relembro esses episódios de quatro anos atrás porque são emblemáticos. Demonstram com eloquência o quanto avançamos em nossa trajetória. Naquele momento o PCdoB procurou ocupar o seu lugar na linha de defesa do mandato do presidente, da sua autoridade, do nosso ideário.

Hoje, o PCdoB regozija-se com os êxitos alcançados por seu governo, em prol desta grande nação e de seu povo, do prestígio internacional além-mar conquistado pelo Brasil em seu governo. Hoje o ambiente é outro.

Para nós, comunistas, é significativo o fato de ter o Brasil desmontado o plano neocolonial da Alca, de ter se livrado do FMI, de termos alcançado mais de sete milhões de empregos neste governo. Mais que isso, é expressivo o fato de termos gerado, de 2007 até hoje, 2,5 milhões de empregos – só este ano poderemos atingir a marca de um milhão de novos empregos com carteira assinada –, apesar da grande crise mundial. O aumento real continuado do salário-mínimo é também emblemático, assim como o fato de que 32 milhões de pessoas saíram da situação de extrema pobreza. Além



disso, 17 milhões de pessoas ascenderam à condição de camada média da população.

Devemos destacar igualmente a façanha, levada a cabo por este governo, de ter estimulado a mobilização de mais de 4,5 milhões de lideranças populares para discutir as políticas públicas nas áreas da educação, saúde, juventude, mulher, cultura, esporte, meio ambiente e segurança pública. Às conferências realizadas em todas essas áreas virá somar-se, agora em dezembro, uma destinada à comunicação.

Não podemos esquecer o êxito da recuperação do setor de construção naval; o esforço gigantesco da Petrobras para construir grandes plataformas marítimas de exploração de petróleo no próprio país, e a iniciativa do governo de instar a Companhia Vale do Rio Doce a não vender somente minério bruto, exportando, para além disso, produtos siderúrgicos de mais alto valor agregado. Devemos lembrar a decisão estratégica de grande valor para a soberania nacional que foi a política de fortalecer o polo bancário público brasileiro – o maior do Ocidente –, um importante instrumento para que o Brasil pudesse descortinar uma saída para a crise capitalista que atingiu recentemente o país. Durante seu governo foi possível descobrir as jazidas de petróleo e gás na camada do pré-sal, uma grande riqueza nacional que não caiu do céu, sendo, ao contrário, fruto do avanço da capacidade de pesquisa tecnológica nacional em águas profundas, um feito protagonizado pela Petrobras.

249

Outro fator positivo deste governo foi o fortalecimento e a ampliação do Mercosul, assim como a criação da Unasul e a preparação e constituição do Conselho de Defesa do Sul. Ainda na esfera da política externa, foram decisivas a diversificação comercial, a redução do peso relativo de EUA e Europa na pauta de exportações do Brasil. Em 2001, 25,4% de nossa pauta de exportações destinavam-se a esses países, ao passo que hoje esse número reduziu-se para aproximadamente 15%. Trata-se de um importante êxito de nosso esforço de diversificação.

Logo após o anúncio da vitória do Brasil na escolha da sede das Olimpíadas de 2016 – com a cidade do Rio de Janeiro derro-



tando grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos –, depois de cumprimentar nosso ministro Orlando Silva pelo grande êxito, cumprimentei o presidente Lula. Ele, exultante, afirmou estar vivendo a mais forte emoção de sua vida. Esse acontecimento também é verdadeiramente emblemático. É o efeito cumulativo deste novo patamar, dessas várias conquistas alcançadas. Nessas vitórias, o PCdoB tem sido um grande parceiro na construção do que é hoje o governo Lula. Quem se refere a esse fato são lideranças importantes do governo e de muitos partidos.

## **A definição de rumos do PCdoB, sem ilusões**

250 Temos insistido em que as duas vitórias de Lula à Presidência da República têm imenso significado para os comunistas brasileiros, porque são expressão da singularidade política do Brasil, manifestada no êxito das novas forças sociais e políticas – de origem popular, democrática e patriótica – que alcançaram o governo central da República.

Daí nossa imensa responsabilidade histórica perante a nação e povo que luta por sua emancipação. Lula reúne a simplicidade, a sabedoria e a criatividade de nosso povo, o jeito do operário fabril e sua ligação com os companheiros de trabalho, aliados à sua grande capacidade de descortinar horizontes, de abrir caminhos e de situar-se na grande arena política.

Temos a compreensão de que a dura realidade do país encontrada por Lula quando assumiu a Presidência da República em 2003 não dava margem a ilusões e falsas expectativas. Dissemos aqui, presidente Lula, que o PCdoB não formou com o bloco de desiludidos e desencantados da primeira hora, nem da segunda hora, nem da terceira hora, que ficou sem alternativa política e tacitamente acabou reforçando o campo oposicionista de direita.

A nossa identidade política e a amizade com Lula – que vêm desde sua vivência com nosso grande dirigente João Amazonas – não são conjunturais, fortuitas, produto de interesses imediatos,



mas forjadas no decorrer de um processo de intensa luta política e social, em cujo âmbito se construiu uma confiança recíproca para apoiar e discordar, elogiar e criticar. A lealdade e o apoio que temos prestado ao governo não implicam renúncia à nossa independência política. E assim tem sido.

O meu ponto de vista é o de que atravessamos um período histórico insólito atualmente, que vai chegando ao limite de um tempo e que pode fazer irromper o limiar de uma transição para nova época civilizatória. Tal situação apresenta-se pelo elevado nível atingido pelas forças materiais e imateriais, que permitem alta produtividade do trabalho e novas fontes de energia renovável. O fato é que o sistema capitalista vem se tornando impotente para liberar essa gigantesca força material em proveito da humanidade. Dois terços da população do Planeta estão excluídos dos frutos do desenvolvimento.

O desfecho que tomará essa transição para uma nova época, com o aprofundamento e aguçamento da crise do capitalismo, resultará do rumo e do desenlace prevaletentes no curso da luta ideológica e política contemporânea. Pensamos que a questão está na escolha da alternativa, na construção de um programa que indique e desbrave o limiar de uma nova era civilizatória para os trabalhadores, as nações e os povos, e uma nova ordem mundial solidária, cooperativa e equitativa.

O programa proposto neste Congresso concebe uma síntese da história política do Brasil, enfatizando que essa nação jovem conheceu dois ciclos civilizacionais: o primeiro ciclo, nos primórdios e na formação da Nação, espalhada em vasto território, compreende os episódios da Independência, da Abolição e da República; o segundo ciclo, a partir da Revolução de 1930, quando o Brasil se moderniza, industrializa e alcança conquistas sociais e trabalhistas inéditas para a época, empreendendo uma fase de acelerado desenvolvimento capitalista, cujo modelo se estendeu até finais dos anos 1970.

A exigência da contemporaneidade é a de um terceiro grande salto civilizatório afirmativo da Nação brasileira. Para isso é preciso



ainda longa caminhada. O novo ciclo político aberto no Brasil por sua ascensão à Presidência é um começo. Tenho dito que, na época da Idade Média ocidental, o grande feito era construir imponentes catedrais. Na época do florescimento do capitalismo, as realizações mais importantes foram a constituição de grandes conglomerados privados e, na sua fase financeirizada, a construção de grandes bancos. Para nós, o grandioso feito da atualidade deve ser um novo passo civilizatório de afirmação e defesa da nação, democratização da sociedade, distribuição de renda, progresso social e união e integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe.

## **O governo Lula foi uma viragem política no Brasil**

252

Nas duas décadas “perdidas” – 1980 e 1990, sobretudo nesta última em que predominou o neoliberalismo –, o país foi jogado num longo período de semiestagnação. O ascenso de Lula à Presidência da República sobrestou o processo de declínio nacional. O segundo mandato do governo retomou a linha do desenvolvimento. O Brasil já inicia a superação da crise global capitalista através de medidas anticíclicas – que visam a sustentar o emprego e a renda –, reforçando os investimentos sociais e aqueles relacionados ao PAC e ao pré-sal.

O presidente Lula goza hoje de incomparável prestígio popular, assumindo uma posição de destaque entre os maiores líderes nacionais da história política brasileira. Seu prestígio estendeu-se internacionalmente e ele se projetou como um importante líder progressista, elevando o papel do Brasil no cenário mundial. A história política do país demonstra que, quando se impõe uma liderança política capaz de unir a maioria da nação, o país pode avançar em grandes empreendimentos, descortinando novos horizontes para o povo.

Mas essas importantes posições alcançadas encontram tenaz resistência das forças reacionárias e conservadoras. A oposição de direita se expressa através do poderoso monopólio midiático, com seu genético viés golpista e revanchista. O ex-presidente Fernando



Henrique Cardoso, desesperado, incensando-se com ares de teórico – para convencer quem? –, cai na vala comum de uma sociologia de araque. Segundo ele, Lula seria um exemplo de “subperonismo”, presidente de uma “república sindicalista”, no exercício de um “autoritarismo popular” e outros lugares comuns da elite reacionária. Chegam a querer criminalizar o movimento social (MST). É a mesma gente que diz que nos submetemos à Bolívia e ao Paraguai.

FHC, enfim, clama: “Vamos sair da inércia”. Está desesperado e necessitado.

Hoje, quem não compreendeu que estamos diante de uma disjuntiva política central – prosseguir a “Era Lula” desenvolvendo-a, ou truncá-la com a volta da dupla demo-tucana de matriz neoliberal e alinhamento às grandes potências – ficará apenas com discursos contritos, de boas intenções, não contribuindo em nada para a efetiva transformação do país.

## **As eleições gerais de 2010 prenunciam um confronto acirrado**

253

O PSDB, partido estruturante da oposição, encontra-se metido em intricado dilema: unir os governadores dos dois maiores colégios eleitorais, com idêntica pretensão de concorrer à Presidência da República, e unir também seus aliados, podendo isso acarretar fortes sequelas aos propósitos oposicionistas. Além disso, os êxitos do governo Lula e o fracasso do ideário neoliberal deixaram a oposição sem discurso, sem projeto, sem iniciativa política de monta. Entretanto, esta é a primeira vez em que Lula não será candidato ao pleito presidencial, tendo que apresentar um sucessor e lutar pela vitória da candidatura de sua indicação.

A tendência mais provável é de que o pleito de 2010 se desenrole numa polarização centrada na disputa entre dois blocos políticos predominantes: o liderado por Lula e pela candidatura por ele apoiada *versus* o liderado pelo candidato dos tucanos.



O nosso Partido vem considerando que, diante do nível atual da correlação de forças políticas e da experiência frentista do segundo mandato do governo Lula, é uma exigência política – para o êxito do campo democrático e progressista e a governança do país – a aliança básica entre os dois partidos mais votados nas últimas eleições, PT e PMDB. Outrossim, envidaremos esforços a fim de que se afirme um núcleo de esquerda na aliança, capaz de dar maior consequência à realização do programa desenvolvimentista no período pós-Lula.

Avaliamos que os êxitos do tempo de Lula, com seu amplo respaldo popular, guardam forte contraste com o período neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Em relação a este último, o governo Lula representa verdadeira redenção nacional e democrática. Por isso, quanto mais a eleição presidencial de 2010 concentrar-se na forma de plebiscito, de polarização entre favoráveis e contrários ao ideário de Lula, maiores serão as chances de vitória da candidatura sustentada pelo presidente.

254

Adquire característica singular no pleito de 2010 o proeminente papel da liderança de Lula no contexto nacional e continental, sendo este um fator decisivo para o êxito das forças democráticas e progressistas no Brasil e na região, impulsionando seu ascenso. Sendo assim, serão imprescindíveis o esforço do presidente da República, bem como nossa capacidade de contribuir para a união, em torno dele e da candidatura que mereça seu apoio, de todas as forças que puderem ser unificadas na construção do projeto pós-Lula.

O governo inicia a superação do impacto da grande crise capitalista no país numa situação favorável devido à sua ação em vários terrenos, protegendo a economia nacional, sustentando o crédito e o investimento público, ampliando o mercado interno e, principalmente, procurando garantir o nível de emprego e de renda. Merece nosso apoio decidido a proposta do governo, que tramita no Congresso Nacional, de um novo marco regulatório para a exploração da imensa riqueza nacional da camada do pré-sal, situada em nossa plataforma marítima.





## Nosso apoio ao governo na proposta climática de Copenhague

O Brasil é o país que mais tem proposto reduções nas emissões de gases entre as nações em vias de desenvolvimento. A proposta de redução de cerca de 30% nas emissões de gases de efeito estufa é concreta e factível. O resto é conversa fiada de ambientalistas santuaristas.

No quadro que emerge da grande crise capitalista salienta-se a rápida ascensão relativa da República Popular da China – que pode se tornar a segunda maior economia do mundo em curto prazo – e, também, do Brasil, da Índia e da Rússia. Nosso país, superando determinados entraves, poderá transformar-se na quinta economia do mundo em tempo curto.

No quadro de um mundo em transição, para melhor enfrentar seus grandes desafios, é de interesse do povo brasileiro que se avance para uma América Latina unida e integrada. Para o Brasil, a integração continental é base para sua inserção no mundo. E, em consequência de sua dimensão política e econômica – já que possui hoje maior influência no concerto das nações –, e como parte constitutiva de seus interesses nacionais, o país vai ocupando um importante papel protagonista na união sul e latino-americana. Assim, cabe a ele maior responsabilidade no enfrentamento das profundas assimetrias entre nosso país e nossos vizinhos, sendo correta e justa a mobilização de recursos humanos e materiais para reduzir as desigualdades, abrindo caminho para o amplo desenvolvimento da América Latina. Há uma tentativa ainda de conter o bloco sul-americano, de minar a consolidação do Mercosul e da Unasul. O governo brasileiro foi o primeiro a condenar a ampliação de bases norte-americanas na Colômbia, e já antes havia se pronunciado enfaticamente contra a reativação da 4ª Frota Naval dos Estados Unidos da América.

Nosso objetivo comum, com base na confiança política que nos une e no candente esforço atual para que o país retome mais rapi-



damente o nível acelerado de desenvolvimento começado em 2007, é abrir caminho para a sustentação e o progresso de Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. Para isso, apresentamos uma proposta de plataforma de ação imediata contida na resolução política sobre a situação nacional.

Muito obrigado!

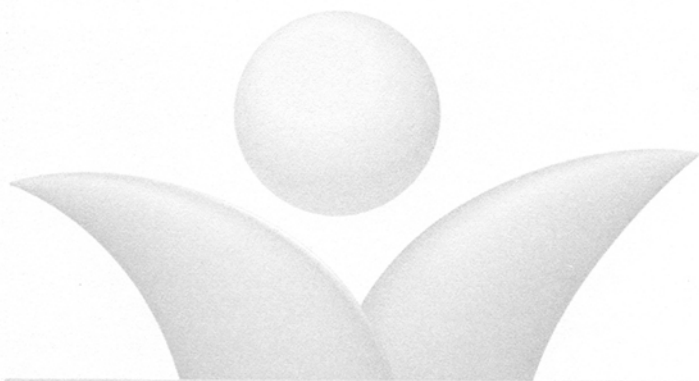
*\* Presidente nacional do Partido Comunista do Brasil*





258





# Saudações internacionalistas



Representantes de delegações internacionais presentes ao 12º Congresso



260



## **PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES PRESENTES AO 12º CONGRESSO DO PCdoB**



**Dirigentes do PCdoB brindam ao internacionalismo em recepção  
às delegações estrangeiras**

261

Os partidos e organizações abaixo listados participaram presencialmente dos trabalhos do 12º Congresso do PCdoB. Muitos deles entregaram à Comissão de Relações Internacionais mensagens por escrito, as quais transcrevemos a seguir. Os partidos e organizações marcados com asterisco dirigiram intervenções ao plenário do Congresso, que também vão abaixo reproduzidas.

### **1. África do Sul – Partido Comunista Sul Africano\***

Fikile "Slovo" Majola  
Chris Matlhako

### **2. Alemanha – DIE LINKE**

Lnqa Nitz  
Dietmar Schulz



**3. Argentina – Partido Comunista da Argentina**

Jorge Alberto Kreyneß

Pascual Guglielmondi

**4. Argentina – Frente Ampla**

Jorge Daniel Drkos

**5. Argentina – Movimentos Livres do Sul**

Hector Santarén

**6. Argentina – Partido Comunista Congresso  
Extraordinário**

Jorge Norman Pereyra

**7. Argentina – Partido Solidário**

Angel Petriella

**8. Bélgica – Partido do Trabalho da Bélgica**

Bert De Belder

262

**9. Bolívia – Movimento Al Socialismo – MAS\***

Andres Guzman

Sergio Loayza Condori

**10. Canadá – Partido Comunista do Canadá (ML)**

Claude Brunelle

**11. China – Partido Comunista da China\***

Chen Xiaoling – cónsul da Embaixada

**12. Chipre – AKEL**

Vera Polycarpou

**13. Coreia – Partido do Trabalho da República Popular  
Democrática**

Conselheiro Ri Jon Ho

Conselheiro Kang Chol Min





14. Cuba – Partido Comunista de Cuba\*

Caridad Diego Bello

Hector Fraginal

Maria Antonia Ramos

15. Dinamarca – Partido Comunista Dinamarquês

Sven Tarp

16. El Salvador – Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional\*

Jorge Schafik Handal Veja Silva

Ana Cristina Aviles

17. País Espanhol da Galícia – União do Povo Galego

Duarte Correa

18. França – Partido Comunista Francês

Marie Catherine Daguerre

19. Grã-Bretanha – Partido Comunista da Grã-Bretanha (Marxista-leninista)

Harpal Brar

20. Grécia – Partido Comunista da Grécia

Giorgios Marino

Lefteris Nikolau

21. Hungria – Partido Comunista dos Operários Húngaros

Zsuzanna Frankfurter

Marina Pilaeva

22. Índia – Partido Comunista da Índia

B. Dassardane

23. Índia – Partido Comunista da Índia (Marxista)

Brinda Karat



**24. Itália – Partido da Refundação Comunista**

Marco Consolo

**25. Itália – Partido dos Comunistas Italianos**

Francesco Francescaglia

Srefano Fedeli

**26. Líbano – Partido Comunista Libanês**

Hassan Awali

Khaled Fayez Mahassen

**27. México – Partido da Revolução Democrática**

Saul Escobar Toledo

Eliana García

Josué Sanchez

**28. México – Partido do Trabalho**

Ricardo Cantú

Javier Gutierrez

264

**29. Nicarágua – Frente Sandinista de Libertação Nacional**

Jacinto Suárez Espinoza

Carlos Fonseca Terán

Erick Antonio Orozco Miranda

**30. Palestina – Frente Democrática de Libertação da Palestina**

Jehad Yousef

Mariela Cordero

**31. Palestina – Al Fatah\***

Naseem Allam

**32. Palestina – Frente Popular de Libertação da Palestina**

Omar Abdel Rahim

Jadallah Suleiman Safa



**33. Palestina – Partido do Povo Palestino**

Issam A. A. Abualhaj

**34. Paraguai – Partido Comunista Paraguai**

Pedro Bonifácio Espinoza Chaves

**35. Peru – Partido Comunista do Peru – Pátria Roja**

Cesar Barrera Bazan

Yomar Meléndez Rosas

**36. Peru – Partido Socialista do Peru**

Hilda Correra

**37. Portugal – Partido Comunista Português \***

Albano Nunes

**38. Portugal – União Democrática Popular – UDP**

Carlos Santos

**39. República Dominicana – Partido dos Trabalhadores  
Dominicanos**

Francisco Luciano

Manuel Antonio Gutierrez

**40. República Dominicana – Partido da Libertação  
Nacional**

Jose Oviedo

Francia Martinez

**41. República Tcheca – Partido Comunista da Bohemia  
e Morávia**

Otakar Zmitko

Vladimir Horak

**42. Síria – Partido Baath Árabe-Socialista\***

Nabil Makhoul

Abdulhamid Ali



Maruan Mansur  
Mohamed Al Kaddah

43. Turquia – Partido Comunista da Turquia – TKP  
Yigit Günay

44. Uruguai – Frente Ampla – Partido Comunista  
do Uruguai  
Fernando Sosa Tais

45. Uruguai – Frente Ampla – Partido Socialista  
Fernando Lopes

46. Uruguai – Frente Ampla – Movimento  
de Participação Popular – MPP  
Graciela García

47. Venezuela – Partido Comunista da Venezuela  
Francisco Contreras Rodriguez

266

48. Vietnã – Partido Comunista do Vietnã\*  
Hoang Bihn (single)  
Duong Minh  
Tran Nguyen Tuyen  
Dao Van Hieu  
Tran Hiep  
Nguyen Minh Ngoc  
Nguyen Van Dung  
Duong Binh  
Nguyen Thac Dinh

**Observador convidado pela Fundação Maurício Grabois:**

49. França – Revista Correspondências Internacionais  
Patrick Theuret



## **INTERVENCÕES E MENSAGENS DOS PARTIDOS PRESENTES AO 12º CONGRESSO DO PCdoB**



Delegações internacionais em sessão do 12º Congresso

267

### **Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional – El Salvador**

Recebam em nome da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador, uma fraternal saudação pela realização do 12º Congresso do seu Partido.

Agradecemos pelo convite que nos foi feito para participar desse magno evento, porque nos permite reafirmar nossa coincidente disposição de lutar junto aos nossos respectivos povos para conquistar um mundo melhor.

Camaradas, nossa presença neste Congresso permite-nos expressar o reconhecimento pela conduta internacionalista daqueles irmãos brasileiros que foram a El Salvador e combateram junto às





Representante de El Salvador discursa no 12º Congresso

268 forças guerrilheiras durante a guerra civil ocorrida em nosso país de 1980 a 1992, por meio da qual obrigamos as forças reacionárias a negociar os acordos de paz, que foram a base inicial para transitar no caminho rumo à democratização.

Companheiros, a FMLN é parte integrante de uma aliança política que em 15 de março deste ano elegeu o governo central. Entretanto, a burguesia nacional detém aspectos estratégicos do poder, fundamentalmente o econômico com força política organizada, o que lhes permite enfrentar a luta do povo, de nosso partido e de outras forças político-sociais.

Mas, como expressou em determinado momento nosso inolvidável companheiro dirigente Schafik Handal, a luta continua, e ela nos tem permitido obter mudanças na situação política do país. Alcançamos um cenário político favorável e, com o governo atual, esperamos avançar na execução da plataforma programática e nos fortalecer como força política na qual o povo confia para dar continuidade ao projeto revolucionário embandeirado pela FMLN.



Camaradas do Partido Comunista do Brasil, reafirmamos o nosso interesse em estreitar relações entre ambos os nossos partidos, convencidos de que a situação política internacional é um fator que demanda o intercâmbio solidário em defesa das causas de interesse dos povos, como a luta contra o bloqueio à heroica Cuba socialista; a defesa dos governos progressistas e revolucionários surgidos na América Latina; a denúncia contra as guerras promovidas pelo Império do Norte no Iraque, no Afeganistão e no Paquistão; a luta pelo desmantelamento das bases militares estadunidenses na Colômbia, em Guantánamo, em Palmerola e em Honduras, entre outras, e a defesa de governos como o do Vietnã e outros que constroem o socialismo e fortalecem a nossa visão ao tornarem realidade a utopia em que nossos partidos creem.

Camaradas, desejamos êxitos em suas lutas futuras, e que os objetivos almejados pelo 12º Congresso de seu Partido sejam alcançados.

Fraternalmente.

Blanca Flor Bonilla

Coordenadora da Secretaria de Relações Internacionais

269

## **Partido Baath Árabe Socialista da Síria**

Primeiramente, quero agradecer sobremaneira à direção do Partido Comunista do Brasil pelo convite ao nosso partido, o Partido Baath Árabe Socialista da Síria, para participar de seu 12º Congresso Nacional. Tenho a satisfação de lhes transmitir as saudações da Direção Nacional do nosso Partido e de seu secretário-geral, o camarada Abdalah AI Ahmar, e seus votos de êxito para este Congresso. Que seus objetivos sejam alcançados, para o bem do Brasil, de seu avanço e progresso.

O nosso Partido está ligado ao Partido Comunista do Brasil por fortes laços. Vemos nessas relações uma história comum de posturas, atitudes, lutas e solidariedade em defesa da justiça e da paz, da liberdade



em todo o mundo. Queremos expressar, nesta ocasião, nosso apreço pelas posturas do PCdoB no que respeita às justas causas árabes, à sua determinação anti-imperialista e antissionista na nossa região.

Camaradas:

Nos últimos anos, a Síria passou por circunstâncias sumamente complicadas, porque um grupo de neoconservadores – que dominou a política exterior durante os mandatos de Bush – concentrou-se em ilhar e bloquear internacionalmente a Síria, chegando até mesmo, em certos momentos, a ameaçar mudar o regime sírio pela força, especialmente após a ocupação do Iraque. Isso ocorreu em meio ao feroz ataque contra a nossa região e contra todo o mundo, por intermédio dos imensos esforços da administração Bush para impor o domínio imperialista dos EUA globalmente, com ilusões e sonhos de manter aquele império durante centenas de anos, impondo suas ideias sobre o mundo e sobre seus aliados, sob o lema da luta contra o terrorismo. Essa campanha alcançou certo êxito no início e, nas poucas vezes em que se levantaram vozes contra a invasão ao Iraque na Europa ocidental, estas foram rapidamente sufocadas, sob o pretexto de que uma derrota dos EUA no Iraque seria uma derrota da OTAN e do Ocidente. Não restou ao mundo, assim, outra oposição a essa guerra insana que não a heroica resistência iraquiana, libanesa e palestina, com forte apoio da Síria, sob a direção do camarada secretário-geral do Partido Baath Árabe Socialista, o presidente da República doutor Bashar Al Assad, apesar de todas as pressões aplicadas contra a Síria pela OTAN, pela Europa Ocidental e pela administração Bush, além de algumas representações árabes da região. Essas forças tentaram, por todos os meios disponíveis, debilitar a Síria, cercando-a e isolando-a, mas não obtiveram êxito, e essa etapa histórica obscura e abominável foi encerrada com a pior catástrofe econômica, a crise financeira mundial.

Camaradas e amigos:

Nessa etapa em que aparentemente a administração Bush ha







Intervenção de representante da Síria

via conseguido controlar e subjugar o mundo, a América Latina se levantou para mostrar que a história era contrária aos EUA e aos neoconservadores. Desenharam-se então as vitórias progressistas dos povos latino-americanos em Cuba, Venezuela, Brasil, Bolívia e outros países sul-americanos, criando um estímulo verdadeiro para a valente resistência na nossa região contra a hegemonia norte-americana. Os povos da América Latina declararam seu respaldo e apoio à nossa luta ante o feroz ataque imperialista sionista, o que confirma que os países árabes e os latino-americanos formam uma única e forte aliança contra a hegemonia imperialista e sionista.

Camaradas:

A região árabe vive um estado de tensão e instabilidade devido à contínua política israelense de ocupação e agressão contra os países árabes, visto que há territórios ocupados na Palestina e na parte síria das Colinas de Golã, no Líbano. Há agressões constantes, o bloqueio e a fome para mais de um milhão de palestinos em Gaza. E estes mais de cinco anos de ocupação do Iraque provocaram mais de um milhão de vítimas iraquianas, além do conflito em Dafur, no



Sudão. Há pressões, ameaças e interferências nos assuntos internos dos países que rejeitam a hegemonia política.

Diante de tudo isso, a Síria reafirma sua luta por seus legítimos direitos e pelos da nação árabe, e rechaça as políticas de dominação, manifestando seu apoio ao povo palestino. Exigimos que se encerre o cerco imposto contra Gaza, respaldamos o povo iraquiano em sua luta para pôr fim à ocupação e reafirmamos também nosso apoio ao direito do Irã de possuir energia nuclear própria para fins pacíficos, destacando seus esforços para alcançar uma paz justa e mundial baseada nas resoluções da lei internacional, garantindo a retirada total das tropas israelenses de todos os territórios ocupados em 1967, incluindo a parte síria de Golã e os territórios palestinos, para possibilitar ao povo palestino a criação de um Estado independente com capital em Jerusalém Oriental e o retorno dos refugiados, além da retirada israelense dos demais territórios libaneses em Sheeba e nos montes Kefer Shoba.

272      Camaradas:

Finalmente, não posso deixar de reforçar as saudações do Partido Baath Árabe Socialista da Síria, e do camarada secretário-geral adjunto, ao seu Partido, com os melhores votos de muito êxito para este Congresso.

Viva a luta comum por justiça, liberdade e paz mundial!

Viva a solidariedade entre os movimentos progressistas e revolucionários e os povos oprimidos do mundo, contra a hegemonia do imperialismo e do sionismo!

A glória para os mártires da liberdade, da justiça e da paz em todo o mundo.

A paz esteja com vocês!

Nabil Makhoul

Representante do Partido Baath Árabe Socialista da Síria



## Partido Comunista da China

Por ocasião do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil, temos a honra de expressar, em nome do Comitê Central do Partido Comunista da China, cordiais congratulações aos participantes do Congresso Nacional e a todos os membros do vosso Partido.



Delegada do Partido Comunista da China fala ao 12º Congresso

O Partido Comunista do Brasil é uma força política importante e tem feito contribuições positivas à salvaguarda da soberania do país, ao desenvolvimento da economia nacional, à realização da estabilidade social e ao melhoramento da vida do povo, assim como ao fortalecimento da cooperação amistosa sino-brasileira. O Partido Comunista da China dá grande importância à tradicional amizade com o Partido Comunista do Brasil e está disposto a seguir consolidando e desenvolvendo ainda mais as relações entre ambos os partidos, com base nos princípios da independência e da autodecisão, da completa igualdade, do respeito mútuo e da não intervenção nos assuntos internos um do outro, para levar adiante conjuntamente as amistosas relações de cooperação já existentes entre ambos os



partidos, países e povos.

Formulamos antecipadamente os votos de pleno sucesso ao 12º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil.

Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista da China

## Partido Comunista da Grécia

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Grécia (KKE) transmito as mais cordiais saudações ao 12º Congresso do PCdoB, aos quadros e membros do Partido.

274

Nossos partidos têm desenvolvido fortes laços de solidariedade e cooperação tanto a nível bilateral quanto multilateral. Apreciamos sua contribuição ao desenvolvimento e à consolidação dos encontros internacionais de partidos comunistas e operários, contribuição esta expressa na bem-sucedida organização do 10º Encontro Internacional aqui em São Paulo, em 2008, assim como em sua ativa participação no Grupo de Trabalho dos Encontros Internacionais. Temos tido lutas em comum. Unimo-nos em esforços comuns para o desenvolvimento e o fortalecimento do Conselho Mundial da Paz, da Federação Sindical Mundial e de outras organizações anti-imperialistas internacionais.

Hoje, a luta pelo socialismo-comunismo não é necessária apenas porque assim o querem os partidos comunistas revolucionários. A essa necessidade nos levam as próprias contradições do capitalismo, a agudização de seu antagonismo básico entre capital e trabalho, sua incapacidade de resolver os problemas básicos da classe operária, dos trabalhadores, e de atender às crescentes necessidades populares. Esse é o objetivo que norteia nossas ações e, quando o perdemos de vista, as consequências para a classe operária, o movimento



e seus partidos são desastrosas.

O desemprego, a pobreza, a comercialização de serviços sociais, a destruição do meio ambiente, as guerras e intervenções são características do capitalismo que expõem seus limites. A crise econômica global, também criada pelo capitalismo, levanta as questões da socialização dos meios básicos de produção, do planejamento central e do trabalho sob controle operário-popular. Verificam-se hoje essas verdades que temos defendido há anos, como também a teoria leninista do imperialismo como etapa monopolista do capitalismo, que constitui a preparação mais completa da base material para o socialismo.

O KKE considera que o movimento comunista internacional deve desenvolver um esforço significativo para confrontar noções burguesas e pequeno-burguesas, rechaçando posições neokeynesianas sobre a “intervenção estatal”, a “desprivatização” e a “regulação do mercado”, bem como ilusões quanto à neutralidade do Estado. Temos de rejeitar a noção de “socialismo do século 21”, que na realidade se refere a um capitalismo supostamente humanizado.

275

No 18º Congresso do KKE, realizado em fevereiro de 2009, foi debatida e aprovada uma resolução especial sobre o socialismo, aprofundando as conclusões sobre a construção do socialismo na URSS e sobre as causas que levaram à vitória da contrarrevolução. Esse documento veio enriquecer nossa compreensão sobre o socialismo, conferindo novo impulso à efetiva promoção e fortalecimento da perspectiva socialista.

A opinião do KKE é a de que não há socialismos distintos. Particularidades nacionais não podem invalidar nem anular suas leis e características fundamentais. O socialismo é baseado no poder da classe operária e em sua aliança com os camponeses pobres e com os demais setores populares oprimidos. É baseado na socialização dos meios de produção, na planificação central e no controle operário.



A luta pela derrubada do capitalismo e a construção do socialismo dão força à ação cotidiana. A necessidade de abolir de forma revolucionária a exploração define nossa tática – a concentração e educação de forças operário-populares contra os monopólios e o imperialismo. Nesse sentido e com base nas resoluções do 18º Congresso é que o KKE trabalha e elabora os objetivos de sua luta diária em favor da classe operária e dos setores populares.

Caros camaradas:

Acompanhamos com grande interesse sua luta e os acontecimentos na América Latina. Enfatizamos a escalada da agressão imperialista dos EUA e o agravamento dos antagonismos interimperialistas com a União Europeia e as forças capitalistas emergentes, em termos de presença militar e influência política na região e no mundo. Assinalamos, ademais, a forma particular de pressão ideológica do adversário na América Latina pela rejeição à luta armada revolucionária, nos moldes das atividades das FARC. Essa pressão vem tanto de forças abertamente pró-imperialistas quanto de agremiações reformistas e oportunistas. Também tem a ver com a luta armada contra a ocupação imperialista, com a resistência contra ditaduras e regimes autoritários, bem como com o desenvolvimento do próprio movimento revolucionário. No essencial, essa posição promove o retrocesso do movimento operário, afastando-o de uma política de ruptura e superação.

276

Caros companheiros:

É necessário e há possibilidades de desenvolvimento de relações ainda mais estreitas entre os partidos comunistas, visando à luta anti-imperialista, contra a exploração e pela derrubada do sistema explorador, o capitalismo.

Contudo, enquanto o movimento comunista internacional continuar fragmentado organizacional e ideologicamente, haverá dificuldades e o risco de novos retrocessos aumentará, especialmente sob as condições de uma profunda crise do capitalismo. Somos da opinião de que hoje é ainda mais imperativa a necessidade de uma



presença distinta de partidos comunistas e operários, de forças comunistas que acreditam no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário, e trabalham ativamente na direção de uma estratégia revolucionária única do movimento comunista internacional.

Com essas considerações e com o desejo de fortalecer os laços de camaradagem entre os nossos partidos, desejamos-lhes êxito em seu 12º Congresso.

O Comitê Central do Partido Comunista da Grécia – KKE

## **Partido Comunista da Índia**

Em nome do Conselho Nacional do Partido Comunista da Índia, e em meu próprio nome, por favor, aceitem a calorosa saudação fraternal aos dirigentes e delegados participantes do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

277

Seu Congresso realiza-se no contexto de uma profunda crise econômica e de uma recessão mundial pior que a Grande Depressão dos anos 1930. Temos ainda a eleição do novo presidente dos EUA, todas as agressões israelenses contra o povo palestino, a edificação de uma campanha militar contra o Irã, a resistência do povo iraquiano contra a permanência das forças de ocupação, a proximidade crescente entre os EUA, a OTAN e a União Europeia no que respeita a todas as questões de caráter global, a intensificação das medidas destinadas a impor o Tratado Europeu contra a vontade dos povos da Europa, bem como a ofensiva anticomunista coordenada mundialmente, a crescente resistência dos trabalhadores contra as políticas da globalização imperialista e as vitórias das forças de esquerda nas eleições em diferentes países da América Latina. A emergência de China, Rússia, Brasil e Índia como potências políticas e econômicas dá lugar a novas alternativas políticas e econômicas, como ocorre na América Latina. Em especial, a forma pela qual se



dá o processo da integração política e econômica latino-americana tem consequências abrangentes para o desenvolvimento internacional em geral, criando condições objetivas para a multipolaridade nas relações internacionais e para desafiar os ditames do imperialismo em todo o mundo.

Analisamos o projeto de resolução política do 12º Congresso de seu Partido e concordamos quase totalmente com o entendimento da evolução da situação política atual e suas direções principais.

O Partido Comunista da Índia está bem consciente da atual evolução da situação política na América Latina e no Caribe e registrou com grande satisfação as iniciativas de seu Partido para mobilizar as forças anti-imperialistas, por meio de diferentes ações coordenadas internacional, regional e nacionalmente, para influenciar a opinião pública em favor de mudanças positivas e de uma ação comum contra as conspirações imperialistas. A luta do PCdoB pela unidade das forças democráticas e progressistas e para formar uma plataforma de ação política que seja capaz de enfrentar os efeitos da crise econômica e financeira no Brasil vai melhorar ainda mais o processo de construção da coalizão democrática e de esquerda para realizar os objetivos políticos estabelecidos pelo seu 12º Congresso. Acreditamos que isso ampliará a influência das forças progressistas e de esquerda e ajudará a construir uma ampla aliança política, democrática, patriótica e popular que poderá enfrentar vários desafios e avançar no caminho da transição ao socialismo.

278

Caros camaradas:

O 20º Congresso de nosso Partido, realizado em março-abril de 2008, discutiu em detalhe a situação internacional, a situação nacional indiana e as atribuições definidas para o futuro vindouro, para o fortalecimento e a ampliação da unidade das forças anti-imperialistas, em nível nacional e internacional, bem como para construir uma alternativa de esquerda e democrática ao governo burguês de nosso país.





Acreditamos que as deliberações e a experiência de seu Congresso nos ajudarão ainda mais na compreensão mútua e impulsionarão uma luta comum por paz, progresso e pelo socialismo.

Desejamos todo sucesso para o 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Com saudações revolucionárias. Fraternalmente.

A. B. Bardhan  
Secretário-Geral

### **Partido Comunista da Índia (Marxista)**

O Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista) transmite as suas calorosas e fraternas saudações a todos os delegados presentes no 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e, através deles, a todos os membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

279

Seu congresso tem lugar num momento crítico, quando o mundo inteiro está sofrendo com a aguda crise capitalista. A atual crise do capital financeiro internacional que encabeça a globalização imperialista nas últimas duas décadas é, por estimativa, muito mais grave do que qualquer outra crise na história do capitalismo. Embora haja a tentativa de se pintar um quadro otimista, de que a crise está sendo superada e o crescimento está de volta na maioria dos países, isso não se reflete na vivência das populações. O desemprego continua a aumentar, com fábricas diminuindo sua força de produção, reduzindo a jornada de trabalho e fechando muitas de suas unidades. Milhões de pessoas perderam seus empregos. Segundo a OIT, mais de 50 milhões de trabalhadores engrossaram as filas de desempregados. A fome também vem aumentando, de acordo com estimativas oficiais da ONU segundo as quais, devido a esta recessão, mais de 102 milhões de pessoas se juntaram às fileiras dos fa-



mentos. Isso significa que o número de pessoas que sofrem o flagelo da fome no mundo ultrapassou a marca de um bilhão. O impacto social da crise também está sendo sentido por todos os lugares. O descontentamento social é crescente, assim como os protestos e revoltas por acesso a alimentos. Os partidos no governo, em países onde foram realizadas eleições recentemente, vêm perdendo prestígio devido à incapacidade de atender às preocupações dos cidadãos comuns que sofrem os efeitos da recessão.

O capitalismo, como Marx demonstrou, é um sistema que se baseia na exploração do Homem pelo Homem e da nação pela nação. Ele nunca será um sistema livre de crises, fato comprovado pela crise atual, que teve sua gênese nos Estados Unidos da América e expõe o caminho insustentável seguido durante as últimas décadas, com a globalização e também com a falência do neoliberalismo, sua máscara ideológica.

280

A classe capitalista lança mão de tudo ao seu alcance – como os pacotes econômicos para estimular e revitalizar a economia – visando a manter a hegemonia a qualquer custo. Esses esforços são feitos para “reformular o sistema” e garantir que os povos não se voltem para uma alternativa socialista. Mas não há reforma alguma que possa tornar o capitalismo um sistema livre da exploração. A atual crise capitalista demonstra o quanto é frágil a “eternidade” do capitalismo.

Os especialistas políticos que proclamaram o colapso da União Soviética e do bloco socialista na Europa Oriental como um réquiem para o socialismo, com declarações como a do “fim da história e da ideologia”, não são capazes de conciliar suas opiniões com os acontecimentos recentes. O imperialismo pode mudar sua aparência, mas jamais suas características. Isso ficou claramente demonstrado após a eleição de Barack Obama como presidente dos EUA. Todas as potências imperialistas, apesar de acusarem os outros países e de tentarem transferir a culpa por esta crise, estão unidas em seus esforços para impedir o avanço da esquerda.



As condições objetivas estão abrindo possibilidades que podem ser utilizadas para o fortalecimento dos movimentos populares. Temos de intervir de forma eficaz para o avanço do movimento de emancipação social e o fim da exploração do Homem pelo Homem. A única forma de libertar a humanidade dessa exploração é o estabelecimento de um sistema socialista.

O Congresso do seu Partido realiza-se no momento em que povos de todo o mundo observam com interesse as tentativas feitas na América Latina para encontrar alternativas ao receituário neoliberal. Além de Cuba, dez importantes países do continente estão sendo conduzidos por partidos de esquerda e de centro-esquerda, entre os quais se destacam a Venezuela e a Bolívia.

O imperialismo, que via a América Latina como seu quintal, tem cada vez mais dificuldade de influenciar as políticas no continente. Os EUA se esforçam para ganhar o comando da região e esse é claramente o motivo pelo qual instalaram sete novas bases militares na Colômbia, ato que ameaça a paz e a estabilidade na região. Seu papel no golpe de Honduras também é duvidoso. Naturalmente, essas medidas encontram resistência popular generalizada liderada pelos partidos comunistas e por outras forças progressistas da região. Os agrupamentos regionais de vários países da América Latina, sob a liderança da Venezuela, do Brasil e da Bolívia, jogam um papel importante no desenvolvimento da cooperação regional e reduzem a dependência em relação à hegemonia do Norte. A Alba tem proposta para lançar uma moeda alternativa, o Sucre. Todos esses atos inspiram a confiança da luta popular no mundo inteiro.

O Brasil, maior país da América Latina, abriu uma nova etapa em sua interação com o mundo, assumindo posições opostas às do imperialismo dos EUA e juntando-se à luta por uma nova ordem econômica e política internacional. Seu papel no BRICS, juntamente com Rússia, Índia, China e África do Sul, para defender os interesses dos países em desenvolvimento, está sendo observado atentamente. Isso abre espaço para novas oportunidades, assim como cria novas responsabilidades.



O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) tem uma gloriosa história de luta e sacrifícios. Observamos com orgulho o papel dos comunistas brasileiros na luta contra o imperialismo e seus objetivos de dominação global. O PCdoB assumiu para si a responsabilidade de unir todos os anti-imperialistas e os amantes da paz do Brasil na luta contra a guerra imperialista e pela paz, contra o poder hegemônico e unilateral do imperialismo dos EUA, pela libertação nacional e social dos trabalhadores e cidadãos e pelo socialismo.

Caros camaradas:

Como devem estar cientes, no primeiro semestre deste ano houve uma eleição geral na Índia para o Parlamento e os resultados não foram encorajadores para a esquerda. O PCI (M) reviu seu desempenho e absorveu de forma autocrítica os resultados. A união de toda a oposição contra a esquerda, em especial o PCI (M), bem como problemas de organização, foram identificados como algumas das razões importantes para os resultados adversos. O imperialismo, estimulado pelo papel que desempenhamos na oposição ao programa nuclear indo-estadunidense, também teve destaque. O Comitê Central de nosso Partido já elaborou um plano de ação para superar essas deficiências em futuro próximo.

282

O atual governo de coligação, sem o apoio da esquerda, trabalha para a total implantação de sua agenda neoliberal. Embora o país tenha sido poupado de enfrentar o impacto da crise capitalista mundial, graças ao papel desempenhado pelo PCI (M) e pela esquerda em geral, testemunhamos o fechamento em grande escala de unidades de produção e a perda de postos de emprego. Isso, juntamente com a grave crise agrária que o país enfrenta, está afetando seriamente a vida do cidadão indiano comum. A elevação dos preços, aumentando a pobreza, e a indisponibilidade de alimentos são os temas candentes para o povo indiano. A aliança estratégica com os Estados Unidos é contrária aos interesses do país e à sua soberania nacional. O PCI (M) tomou muitas iniciativas nessas questões, liderou muitas lutas e continuará a fazê-lo.



Camaradas:

Mais uma vez, em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista), enviamos a nossa calorosa e fraterna saudação ao 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Estamos confiantes de que este Congresso será capaz de elaborar a estratégia e a tática corretas para enfrentar a situação e reunir todas as forças progressistas e democráticas brasileiras para levar adiante a luta pelo estabelecimento de uma sociedade socialista. Nessa luta longa e árdua, asseguramos, em nome do PCI (M), a nossa solidariedade e nosso apoio.

O PCI (M) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) têm um longo relacionamento de amizade e entendimento. Estamos certos de que a confiança mútua e os laços fraternos serão ainda mais reforçados no futuro.

Mais uma vez, desejamos todo o sucesso ao seu Congresso.

O Comitê Central do Partido Comunista da Índia (Marxista)

283

## **Partido Comunista da Venezuela**

Bom dia, camaradas. Em primeiro lugar, permitam-me, em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela (PCV), agradecer pelo cordial e fraternal convite para participar do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil e expressar a nossa mais calorosa, afetuosa, solidária e revolucionária saudação a todos e todas os delegados e delegadas que participam deste magnífico, significativo e emocionante encontro.

O 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil realiza-se no marco de um profundo agravamento da luta de classes no âmbito internacional, que tem como base uma das maiores crises do capitalismo mundial.

Em seus recentes documentos políticos, o Partido Comunista da



Venezuela assinala: “Fazendo uma caracterização necessária, a sociedade mundial atual se inscreve nas relações sociais capitalistas de exploração e subordinação. O que se conhece como globalização é a internacionalização sem precedentes do capital (podemos denominar a atual fase como Capitalismo Monopolista Transnacionalizado)”. Mais adiante continua: “Hoje, as contradições sociais fundamentais são: a ameaça à sobrevivência da vida no nosso planeta, produto da essência ecodpredadora do capitalismo e, por outro lado, a contradição descrita há 161 anos por Marx e Engels, a contradição capital-trabalho, que se traduz com a socialização crescente da riqueza frente à apropriação privada da mesma. Isso se manifesta da seguinte maneira: enquanto a distribuição da população indica que no chamado terceiro mundo, ou seja, nas nações dependentes, vivem 80% da população mundial, e nas nações altamente industrializadas vivem 14% da população humana, na escala de distribuição da riqueza essa relação se inverte: enquanto aos países dependentes cabe cerca de 20%, às nações imperialistas correspondem 78% da riqueza”.

284

Diante de tal situação, o Partido Comunista da Venezuela defende, em suas teses políticas, a formação de uma ampla frente continental e mundial anti-imperialista na luta pela libertação nacional, contra o neoliberalismo econômico e o terrorismo de Estado praticado e auspiciado pelas elites imperiais do Pentágono, que pretendem instalar mais bases militares por todo o mundo, em particular na América Latina e no Caribe, superando as mais de oitocentas bases que possuem em escala mundial, para continuar e perpetuar sua política intervencionista e impor governos títeres, servis e incondicionais, como é o caso de Álvaro Uribe na Colômbia e de Roberto Micheletti em Honduras, apenas para nomear alguns. O principal objetivo dessa política neocolonial é impedir de alguma maneira o crescente avanço integracionista dos governos progressistas da região, e pôr fim à luta de nossos povos na construção e consolidação de espaços de encontros soberanos e independentes que impulsionam a autodeterminação e a multipolaridade, tais como o Mercosul, a Alba, a Unasul, a Petrosul, o Banco do Sul e a Associação América do Sul-África etc.



Esses espaços de encontro se fortalecem sobre os princípios do respeito, da soberania, da equidade, do intercâmbio tecnológico, da complementaridade, da solidariedade e da justiça social.

O momento é oportuno para saudar a recente decisão da Comissão de Política Externa do Senado da República Federativa do Brasil de aprovar o ingresso da Venezuela no Mercosul.

Saudamos e celebramos também a recente visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao nosso país, em uma reunião bilateral de cúpula com o presidente Hugo Chávez, na qual foram firmados 15 convênios relacionados com o apoio do Brasil à Venezuela, quanto às sementes de soja e em outras áreas de interesse comum. Os laços de amizade entre nossos governos e nossos povos continuam seguindo um caminho seguro em direção à consolidação do intercâmbio em todos os níveis e à construção da unidade necessária na luta contra a dependência e a tutela do imperialismo estadunidense, para que nossos povos possam alcançar maior integração e soberania.

Para concluir, permitam-me, camaradas, ratificar a nossa solidariedade e o nosso compromisso com a luta do Partido Comunista do Brasil, de sua Juventude Socialista e das demais forças revolucionárias na construção da plataforma unitária e da direção coletiva do processo revolucionário, com a aliança operário-camponesa como o motor fundamental, para conquistar as principais reivindicações políticas, econômicas e sociais das grandes massas populares.

Estamos seguros de que as deliberações e resoluções deste 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil darão grande contribuição ao movimento revolucionário e progressista do Brasil, assim como ao movimento comunista internacional na luta pela libertação nacional, contra o imperialismo em sua fase derradeira e pela construção de uma sociedade com justiça social, a sociedade socialista.

Camaradas:

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Venezuela, da sua Juventude Comunista e do povo venezuelano, desejamos-



-lhes grandes êxitos na realização deste 12º Congresso.

Viva o 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Viva a solidariedade internacional e o internacionalismo proletário!

Viva a fraternidade entre os nossos partidos e os nossos povos!

Viva o movimento comunista internacional!

Até a vitória sempre, pátria ou morte!

Venceremos!

Francisco Contreras

Membro do Comitê Central

## Partido Comunista Dinamarquês

286

O Partido Comunista Dinamarquês congratula-se com o 12º Congresso Nacional do heroico Partido Comunista do Brasil. O Congresso acontece em um momento no qual, por um lado, persiste a ofensiva reacionária liderada pelo imperialismo dos EUA e, por outro, há os países, especialmente na América Latina, em que se criam bolsões de resistência e luta por um desenvolvimento independente e progressista que apontam para um futuro socialista. O novo Programa Socialista que será aprovado no Congresso é uma resposta importante e madura a essa situação, adaptada às condições específicas do Brasil.

O capitalismo enquanto sistema falhou completamente. Depois de vários séculos de desenvolvimento das forças produtivas, o capitalismo colocou as classes trabalhadoras em uma situação insustentável e levou a humanidade à beira do desastre. A crise econômica atual é de natureza estrutural e apresenta-se mesclada com outras crises, conformando uma megacrise de tipo civilizacional que somente pode ser resolvida no âmbito de outro sistema social, o so-





cialismo, baseado nas ideias mais avançadas e alcançado através da luta da classe trabalhadora e de seus aliados.

Essa é a visão do nosso Partido sobre a sua luta atual. Acabamos de publicar um programa ambiental que em poucos dias estará disponível em inglês com a ideia de combinar as lutas social e ambiental para um mundo melhor. Agora estamos preparando uma série de atividades relacionadas à Cúpula das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, que será realizada em Copenhague em dezembro próximo. Se os camaradas do PCdoB participarem da reunião em Copenhague serão muito bem-vindos e estarão convidados a participar das atividades, entre elas uma grande reunião internacionalista e popular com a presença dos presidentes dos países-membros da Alba.

Camaradas:

Nossos caminhos e condições são diferentes, mas nosso objetivo é o mesmo: o socialismo.

Viva o 12º Congresso Nacional do PCdoB!

Viva o Marxismo-Leninismo!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Jorgen Petersen

Presidente

Sven Tarp

Secretário Internacional

## **Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista)**

Por ocasião do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil, em nome do Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista), expresso calorosas saudações e congratulações a todos os camaradas e amigos do Partido reunidos nesta auspiciosa ocasião, e a



todos os seus militantes. Apresentamos nossas sinceras congratulações pelos êxitos obtidos desde seu 11º Congresso, ocorrido em 2005, e nossa confiança em que as decisões a serem tomadas neste Congresso fornecerão grande impulso ao seu trabalho.

A direção do PCC (M-L) estudou as teses de seu 12º Congresso e analisou atentamente a experiência do PCdoB. Entre outras coisas, apreciamos muito o seu trabalho de fortalecimento do Partido e para construir uma aliança com as forças avançadas. Uma aliança capaz de defender a tendência progressista no Brasil, com base no projeto de construção da nação que defende a soberania do país e a democratização do processo político.

Também apreciamos muito o processo realizado pelas forças anti-imperialistas ao longo das Américas e do Caribe. Pensamos ser necessário apoiar os projetos de construção nacional na Venezuela, na Bolívia e em outros países. O trabalho de integração da nossa América baseado no reconhecimento da igualdade de todas as nações, grandes ou pequenas, e de seu direito à autodeterminação é crucial no momento. Apoiamos todos os esforços para o desenvolvimento de instituições econômicas autossustentáveis no continente, bem como a retirada das bases militares estadunidenses do solo de outros países. Somos contrários ao monstruoso bloqueio contra Cuba e a outros esforços contrarrevolucionários, tais como as tentativas de golpe de Estado contra a Venezuela, a Bolívia e, mais recentemente, contra Honduras.

Permitam-nos aproveitar esta ocasião para saudar as relações que recentemente foram desenvolvidas entre trabalhadores canadenses e brasileiros, empregados da Vale do Brasil. Juntos, eles estão se opondo ao conceito de um “mercado global”, criado para forçar os trabalhadores de todos os países a subordinarem seus interesses, assim como os de suas nações, à competição internacional entre os gigantes e seus aliados. Para criar condições favoráveis a investimentos estrangeiros ou para tornar seus produtos mais competitivos, os círculos dominantes reacionários desejam manter a situação interna de cada país de maneira que não haja impedimentos para a



exploração externa. A classe operária e os segmentos mais amplos dos povos estão sendo aconselhados a se submeterem voluntariamente à exploração extrema, e eles não devem possuir outros interesses que não sejam aqueles dos monopólios poderosos. Além disso, dizem-nos que todas as políticas nacionais devem servir aos interesses dos poderosos. Tal situação nos faz admirar ainda mais a contribuição dos povos da América para o direito à democracia. Sem um partido político capaz de colocar a classe operária na liderança não é possível superar a crise capitalista ou levar em frente uma democracia genuína, estabelecendo claramente que o direito à exploração está abolido!

Aproveitamos a oportunidade para expressar nosso desejo de continuar a fortalecer as relações entre nossos dois partidos. A unidade entre todas as forças em luta em escala mundial mostra-se mais urgente que nunca, para que os graves perigos do fascismo e da guerra enfrentados pela humanidade sejam vencidos.

Com saudações revolucionárias e os melhores votos de êxito.

289

Sandra L. Smith  
Primeira Secretária do Comitê Central

## **Partido Comunista do Peru (Pátria Roja)**

O Comitê Central do Partido Comunista do Peru (Pátria Roja) faz chegar sua mais efusiva e revolucionária saudação ao partido irmão, o Partido Comunista do Brasil, por ocasião da realização de seu 12º Congresso Nacional.

Os comunistas peruanos, assim como os brasileiros, sempre afirmamos a nossa convicção de que o socialismo está chamado a suceder o capitalismo, cujo esgotamento histórico está mais que demonstrado. Cabe a nós, marxistas revolucionários, construir os caminhos que nos aproximem de tal objetivo, na luta incansável



contra o sustentáculo de um sistema anacrônico e irracional, baseado na exploração e na opressão.

Não há dúvida de que o atual cenário mundial marcado pela crise econômica e financeira do capitalismo – com o descalabro de seu modelo neoliberal, por um lado, e, por outro, com o crescimento do repúdio à sua continuidade e com o ressurgimento de movimentos democráticos, patrióticos, progressistas e anti-imperialistas – oferece excelentes oportunidades para avançar mais rapidamente na educação e na organização dos trabalhadores e do povo, na perspectiva socialista.

Seu 12º Congresso, pela dinâmica que o antecede, pelo cenário que está debatendo e pela perspectiva que o seu programa propõe, está fadado a transcender o tempo e a geografia do Brasil. Sua contribuição generosa à luta democrática, nacional e anti-imperialista nos cinco continentes desde já está assegurada.

290

O Partido Comunista do Peru reitera sua saudação, seus votos dos maiores êxitos, seu compromisso solidário de sempre, convencido de que seu vitorioso 12º Congresso será também uma vitória de todos os comunistas da América e do mundo.

Cesar Barrera Bazan

Integrante do Birô Político do Comitê Central

## Partido Comunista do Vietnã

Por ocasião do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil, gostaríamos de fazer chegar ao Congresso e, através dele, aos comunistas e ao povo brasileiro as mais calorosas felicitações.

Temos plena convicção de que, com as resoluções aprovadas neste 12º Congresso, o Partido Comunista do Brasil alcançará êxitos ainda maiores em sua incansável luta pelos sagrados ideais do comunismo e pelos interesses do povo trabalhador do Brasil, con-



tribuindo ativamente na luta comum dos povos da América Latina e do mundo por paz, independência nacional, democracia e progresso social.



Representante do Vietnã discursa no 12º Congresso

291

Desejamos muitos êxitos ao 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Formulamos os melhores votos para que a solidariedade e a amizade entre nossos dois partidos e entre os povos do Vietnã e do Brasil se consolidem e desenvolvam cada dia mais.

O Comitê Central do Partido Comunista do Vietnã

## Partido Comunista Libanês

Em nome do Partido Comunista Libanês, apresento-lhes os nossos mais sinceros cumprimentos, e aos trabalhos do Congresso, os nossos votos de êxito e realizações, no que tange ao povo brasileiro e aos povos da região.



Seu Congresso realiza-se em meio a uma crise financeira internacional, fruto da crise do sistema capitalista liderado pelo imperialismo norte-americano, que tenta intervir militar e politicamente nos assuntos de todos os países do mundo, para renovar seu domínio e criar guerras, conflitos, destruição e pobreza.

Esta crise estrutural do sistema capitalista reafirma a importância do marxismo e do papel das forças de esquerda e progressistas, que lutam pela libertação nacional e social e pela salvação dos povos.

Caros camaradas:

Esta crise não é nova e levou as administrações estadunidenses, atual e anterior, a uma nova etapa de intervenção nos assuntos internos de outros países, especialmente aqueles do chamado terceiro mundo, e à intervenção militar, adotando um novo tipo de domínio direto, alegando a implantação da democracia nesses países.

292 Na região árabe, essa política se deparou com uma resistência implacável que conseguiu assimilar os ataques dos Estados Unidos tanto ao Iraque e à Palestina quanto ao Líbano, superando as ameaças, pressões, sanções e bloqueios, como é a situação em relação à Síria e ao Irã.

Com base nisso, o Partido Comunista Libanês acredita que esse atrapalhado projeto estadunidense tem todas as chances de fracassar, apesar dos contínuos e ferozes ataques dos EUA-Israel, que têm como objetivo dividir a região e extorquir nossas riquezas – em especial nosso petróleo. Mas, por meio da luta e da resistência, o nosso povo conseguiu rechaçar os objetivos separatistas desse plano, reafirmando assim o seu direito à libertação e à independência, ao desenvolvimento e à mudança democrática. Direito de o povo palestino voltar à sua pátria e tomar decisões, recriando um Estado livre e soberano, com capital em Jerusalém. Lembramos também o direito do Iraque à libertação do domínio estadunidense e à libertação das Colinas sírias de Golã, hoje ocupadas pelo inimigo sionista.



Sim, camaradas, as forças de resistência conseguiram enfrentar o ataque dos EUA-Israel, impedindo o inimigo de alcançar a maior parte dos seus objetivos. Evidentemente foram necessárias árduas lutas e muito sacrifício, custando aos povos árabes no Iraque, na Palestina e no Líbano mais de um milhão de mártires, além dos enormes prejuízos materiais provocados pelo bárbaro domínio dos EUA no Iraque até hoje.

Camaradas e companheiros:

Vossa região sofreu, como sofre a nossa, muitas tentativas de domínio e a imposição imperialista estadunidense; mas a luta e as vitórias em vários países da América Latina formaram a contínua resposta revolucionária que bloqueia esse ataque e todas as formas de influência e domínio direto e indireto, todas as formas ferozes de globalização, causadoras da pobreza do seu povo e dos povos de todo o mundo. Essas vitórias foram alcançadas com base na sólida renovação e no restabelecimento do caminho de luta pela libertação nacional e social, pelo futuro da humanidade e sua independência e liberdade.

293

Camaradas:

Essa luta que nosso Partido trava é a luta do nosso povo durante 25 anos de resistência histórica contra o inimigo sionista, ao longo dos quais conseguimos libertar nossa terra sem aceitar negociações, exceto as fazendas Chibaa e as colinas de Kfar Chuba. O povo libanês e o nosso Partido assimilam e encontram-se ideologicamente com a luta do povo brasileiro para garantir e proteger as vitórias e êxitos alcançados em sua região. A experiência vivida em vários países da América Latina e a experiência de luta do nosso povo árabe são importantes para as forças libertadoras e modificadoras do mundo. Nosso caminho comum é o enfrentamento e a resistência contra o imperialismo dos EUA e seus planos e instrumentos diversos.

Sabemos da importância da luta global contra o imperialismo estadunidense e de sua feroz globalização, e reafirmamos a necessidade da solidariedade para com os povos reprimidos e excluídos. Reafirmamos ainda a necessidade do diálogo entre as forças pro-



gressistas, para fortalecer as forças de esquerda e democráticas no mundo, para construir uma globalização revolucionária e atual e libertar os povos do domínio do polo imperialista, reafirmando seus direitos à liberdade, à justiça social e à libertação nacional.

Camaradas e companheiros:

Nós, do Partido Comunista Libanês, renovamos e reafirmamos a nossa solidariedade ao Partido Comunista do Brasil e à luta do povo brasileiro, assim como ao povo hondurenho, e apoiamos o acordo selado recentemente sinalizando a volta do presidente Zelaya ao poder. Reafirmamos, também, a nossa solidariedade a Venezuela, Cuba, Equador, Bolívia, Nicarágua e El Salvador, à luta dos povos latino-americanos e dos povos de todo o mundo.

O êxito de seu Congresso significa força e apoio à nossa causa. Desejamos que seja um ponto importante na realização dos objetivos do seu Partido.

294

Saudamos-lhes e caminharemos juntos pelo fortalecimento do trabalho visando ao bem de nossos partidos e dos povos do Líbano e do Brasil.

Viva o 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Hassam Awale  
Partido Comunista Libanês

## **Partido Comunista Operário Húngaro**

Em nome do Partido Comunista Operário Húngaro, enviamos nossos melhores votos ao 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Desejamos-lhes grandes êxitos em sua luta contra o capitalismo, por um futuro socialista.

Nós, os comunistas húngaros, seguimos com grande reverência





sua luta por um novo Brasil socialista. O Programa Socialista para o Brasil é o programa de um partido marxista-leninista, que abre novas perspectivas para todos os trabalhadores do Brasil, para seus aliados e para todos os brasileiros comprometidos com o país e o progresso social.

O Partido Comunista do Brasil desempenha um papel muito importante no movimento comunista internacional. Sua luta consequente e sua forte posição internacionalista enchem de esperanças todos nós. Não nos esquecemos do Encontro de Partidos Comunistas e Operários, cuja 10ª edição teve lugar no Brasil, em novembro de 2008, sob os auspícios do Partido Comunista do Brasil. Foi um evento excelente.

Apoiamos a resolução do Congresso sobre a situação internacional. Concordamos ser necessária a união dos povos na luta anti-imperialista. Apoiamos seus esforços para fortalecer a cooperação entre os partidos comunistas do mundo.

Na Hungria, continuamos a nossa luta contra o capitalismo, a política imperialista dos EUA e da OTAN. Trabalhamos sob condições muito difíceis, mas podem estar certos de que nunca nos renderemos.

Sinceramente.

Gyula Thurmer  
Presidente

## **Partido Comunista Paraguai**

Não é um ritual simples saudar o vosso Congresso, até porque, mais do que nunca, é necessário fortalecer conscientemente e cada vez mais nossos laços fraternos, bem como a solidariedade vital nos tempos promissores e difíceis em que vivemos.



O que ocorre ou ocorrerá no Brasil, país continental da América Latina, nos afeta ou afetará muito de perto, e o papel destacado que jogam os comunistas brasileiros, os camaradas do PCdoB, é particularmente transcendente, pois que compartilham funções em um governo heterogêneo, plural e que assumiu compromissos muito sérios com a vontade de mudanças pulsante do povo brasileiro.

Ao nos considerarmos irmanados na causa da luta pela democracia, pela justiça social e pelo socialismo, estamos atentos – posto que calam em nós profundamente – aos avanços e problemas enfrentados pelos camaradas desse partido irmão, tão próximo do nosso desde há muito tempo.

Expressamos-lhes nossa solidariedade e contamos com a dos camaradas nas tarefas nacionais e continentais de libertação que hoje comovem o continente.

No Paraguai vivemos uma nova situação histórica a partir de 20 de abril de 2008, data em que a maioria do nosso povo optou nas urnas por um projeto e um programa de mudanças democráticas, patrióticas e libertárias inscritas nas bandeiras do movimento popular que instalou Fernando Lugo na Presidência da República.

Nestes momentos temos de estar vigilantes e lutar contra as forças restauradoras do passado, que são poderosas e contam com o respaldo das potências imperialistas e da oligarquia nativa e vizinha, como a de Santa Cruz da Bolívia, por exemplo.

Estamos agora construindo uma verdadeira unidade na diversidade, entre a esquerda, os setores democráticos, social-democratas e progressistas, que estão dentro e fora do governo Lugo. Trata-se de uma ferramenta política para aprofundar as mudanças e enfrentar a ameaça golpista e terrorista.

Confiando na nossa amizade e camaradagem, saudamos fraternalmente este Congresso histórico.

A Comissão Política do Partido Comunista Paraguaio



## Partido Comunista Português

Transmitimos as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses ao 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil e desejamos os melhores êxitos aos seus trabalhos.

O PCdoB, na linha das honrosas tradições da luta dos trabalhadores e das camadas exploradas e oprimidas da sociedade, representa muito no panorama político e social brasileiro; é muito valiosa sua contribuição para a defesa dos valores e ideais do socialismo e para a afirmação e o reforço do movimento comunista e revolucionário internacional. O PCP valoriza muito as relações de amizade, cooperação e solidariedade que se estabeleceram entre os nossos dois partidos e que queremos continuar a aprofundar, no interesse da amizade dos trabalhadores e dos povos de Portugal e do Brasil que a história aproximou, e da causa comum do socialismo e do comunismo, exigência libertadora de nosso tempo.

Queridos camaradas:

297

O 12º Congresso tem lugar num quadro internacional que coloca aos comunistas e às forças do progresso social de todo o mundo grandes responsabilidades, a começar pela avaliação das principais contradições do mundo contemporâneo e das tendências do seu desenvolvimento. Uma situação que continua marcada por uma desfavorável correlação de forças resultante das derrotas do socialismo na URSS e no Leste da Europa, mas em que uma profunda crise, estrutural e sistêmica, põe em evidência os limites do sistema capitalista e confirma a exigência de transformação revolucionária da sociedade no caminho inaugurado pela Revolução de Outubro, acontecimento maior da história da Humanidade, cujo aniversário nestes dias celebramos.

É certo que, apesar de minado por dificuldades e contradições, o imperialismo continua na ofensiva. Desenvolvem-se o militarismo e o intervencionismo agressivo. Multiplicam-se ataques gravíssimos a direitos e liberdades fundamentais, branqueia-se o fascis-



mo, cresce o anticomunismo. O grande capital procura por todos os meios descarregar para cima dos trabalhadores e dos povos as consequências da crise capitalista: desemprego, precariedade, baixos salários, desmantelamento das funções sociais do Estado. Os setores mais reacionários e agressivos do capital jogam na violência e na guerra. Mas o imperialismo não tem as mãos completamente livres. Por todo o mundo os trabalhadores e os povos resistem e lutam. Desenvolvem-se valiosos processos progressistas e mesmo revolucionários, como no caso da América Latina, onde saudamos o exemplo de Cuba socialista pela passagem do 50º aniversário da Revolução. Com o crescente papel da China e de outras “potências emergentes” como o Brasil, está em curso uma rearrumação de forças no plano internacional que contraria a tentativa de impor ao mundo uma “nova ordem” totalitária hegemônica pelos EUA. Grandes perigos coexistem com grandes potencialidades de desenvolvimento progressista e transformação revolucionária. O reforço dos partidos comunistas, do seu enraizamento na classe operária e nas massas e da sua cooperação internacionalista é tarefa fundamental da hora presente.

É com essa perspectiva apontada pelo 18º Congresso do PCP, realizado há um ano, que desenvolvemos a ação no nosso país, lutando pela ruptura com trinta e três anos de políticas de direita responsáveis pela grave situação do país e por uma alternativa patriótica e de esquerda que retome os valores e ideais da Revolução de Abril, tendo sempre presentes o nosso programa de uma democracia avançada e a perspectiva da construção em Portugal de uma sociedade socialista.

Na sequência de grandes lutas de massas contra a política anti-popular e antinacional do governo do PS, acabamos de sair de um longo ciclo eleitoral em que disputamos eleições para o Parlamento Europeu, para a Assembleia da República e para as autarquias locais. Apesar da grande desproporção de meios e de graves discriminações anticomunistas, os resultados obtidos pela CDU – a Coligação Democrática Unitária, envolvendo o PCP, o Partido Ecologista “Os





Intervenção do Partido Comunista Português no 12º Congresso

Verdes” e muitos independentes – representam uma consolidação e um avanço nas suas posições eleitorais e confirmam o PCP como grande força nacional, indispensável aos trabalhadores e ao povo. O PS, que sofreu um pesado revés e perdeu a maioria absoluta, acaba de formar um governo minoritário que se propõe a continuar com a mesma política de classe a serviço do grande capital e do imperialismo. Terá a firme oposição do PCP, que já apresentou no Parlamento todo um conjunto de projetos de lei visando a enfrentar o desemprego e os mais urgentes problemas sociais. Fortalecer o Partido, contribuir para o reforço do movimento sindical de classe e de outras organizações unitárias e desenvolver a ação de massas são as tarefas fundamentais.

299

Queridos camaradas:

Uma vez mais desejamos os melhores sucessos aos trabalhos do 12º Congresso do PCdoB, confirmando a nossa vontade de estreitar sempre mais as relações de amizade, cooperação e solidariedade entre os nossos dois partidos.

O Comitê Central do Partido Comunista Português



## Partido Comunista Sul-Africano

O Partido Comunista Sul-Africano envia sua saudação fraternal e revolucionária ao 12º Congresso do PCdoB, à direção coletiva liderada pelo camarada Renato Rabelo e a todos os militantes deste coletivo glorioso que desenvolve em grupo um trabalho fraterno com o povo brasileiro!

Apresentamos o respeito revolucionário da aliança tripartite entre o Congresso Nacional Africano (CNA), o Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU) e o Partido Comunista Sul-Africano (PCSA), bem como de todos os povos que lutam no continente africano!

Os laços de amizade entre os povos da África e da América do Sul são profundos e têm sido desenvolvidos através da nossa história comum e das lutas similares em nossos países para nos livrarmos do jugo do colonialismo, do imperialismo e, por conseguinte, do flagelo do racismo e da opressão de gênero que continuam a afligir nossas sociedades.

Este 12º Congresso do PCdoB ocorre em um momento histórico muito importante – em meio à pior crise econômica mundial – e representa a reafirmação daquilo que vimos defendendo há longo tempo. Não há soluções duradouras para a crise do capitalismo no processo de desenvolvimento sustentável das nações, o que coloca o seu 12º Congresso no centro, abordando os grandes desafios da humanidade como um todo!

Assim, temos grande identidade com as perguntas e, também, com as considerações táticas que este 12º Congresso está desenvolvendo, no contexto da realidade brasileira.

Apesar de estarmos separados por um grande oceano, tenham a certeza de que os progressistas da África do Sul – um país cujo povo desenvolveu estreita afinidade com os brasileiros – compartilham suas aspirações e possuem os mesmos objetivos e metas: fazer deste um mundo melhor para todos, com base na solidariedade, na



soberania das nações e num sistema político-econômico que priorize os interesses dos povos em escala mundial.

Se há alguma competição entre nossos países e povos, esta se relaciona apenas a qual país ganhará a Copa do Mundo de 2010, na África do Sul. O Brasil ou a África do Sul?! O Brasil tem uma vantagem, na medida em que continua a “interferir” em nossa equipe nacional – Bafana Bafana (África do Sul)! Apenas recentemente demitimos um brasileiro chamado Joel Santana e em seu lugar trouxemos outro brasileiro – Carlos Alberto Parreira!



Chris Matlhako, do PC Sul-Africano , fala ao plenário do 12º Congresso

No entanto, vamos esperar para recebê-los na ensolarada África do Sul para o êxito da Copa do Mundo africana de 2010!

Desejamos-lhes muito êxito nas deliberações do 12º Congresso, que irá contribuir de forma significativa para o avanço da luta da classe trabalhadora no mundo como um todo!

Como dizem na África do Sul, “O socialismo é o futuro! Construa-o agora!” Amandla!

Chris Matlhako  
Membro da Direção Nacional



## Partido da Libertação Dominicana

302 O Partido da Libertação Dominicana aproveita a realização do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) para fazer chegar aos dirigentes e militantes dessa fraterna organização política, com mais de oito décadas de serviço às mais elevadas aspirações e interesses do proletariado, do povo e da nação brasileira, suas mais calorosas saudações e congratulações. Em seu prolongado, árduo e multifacetado acionamento da cena política brasileira e internacional, o Partido Comunista do Brasil realizou feitos importantes em períodos históricos distintos e conjunturas variadas, tanto para a unidade das forças de esquerda progressistas em seu país e no mundo, como também para a causa das lutas por paz, justiça social, libertação nacional e pelo socialismo. Como integrante de primeira linha das forças de esquerda que sustentam o governo Lula, o Partido Comunista do Brasil é o orgulhoso e, por sua vez, o humilde corresponsável pelas espetaculares reformas e transformações experimentadas durante os mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em proveito e benefício dos setores historicamente excluídos do exercício de cidadania plena e do desfrute das riquezas, do bem-estar e das liberdades que injetaram na sociedade brasileira um novo aspecto de autoestima e esperança, mesmo em meio à mais grave crise global dos nossos tempos.

Ao fixar-se com o objetivo principal em 2010, tendo em vista a continuidade e o aprofundamento do ciclo progressista inaugurado em 2002, com a eleição do presidente Lula, e ao clamar por mais democracia, pela maior afirmação de uma política exterior independente e mais integrada à região, o Partido Comunista do Brasil faz jus à sua ampla e heroica tradição de luta, tendo sempre como horizonte o socialismo.

Reiteramos nossas saudações e congratulações pela celebração do seu 12º Congresso Nacional, desejando-lhes pleno êxito em suas sessões de trabalho, convencidos de que esta jornada de reflexão e propostas fará do PCdoB um partido mais maduro, com





mais experiência e maior compromisso com o povo e a nação brasileira.

Fraternalmente.

Temístocles Montas  
Secretário

Juan Francisco Santamaría  
Vice-Secretário

Jose E. Oviedo Landestoy  
Membro e delegado ao 12º Congresso do PCdoB

Pela Secretaria de Relações Internacionais do Partido da Libertação Dominicana

## **Partido da Revolução Democrática – México**

303

O Partido da Revolução Democrática do México saúda com muito afeto a realização de seu 12º Congresso e faz votos de que os trabalhos conduzam ao novo projeto de desenvolvimento nacional em direção ao socialismo no Brasil, o que será um impulso fundamental para alcançar a liberdade e a justiça em nossa grande pátria latino-americana.

O Partido da Revolução Democrática

## **Partido dos Trabalhadores Dominicanos**

O Partido dos Trabalhadores Dominicanos saúda com júbilo os delegados e delegadas ao 12º Congresso de sua organização, desejando o maior dos êxitos e sente-se altamente honrado em participar



de um acontecimento historicamente tão relevante.

Em sua prolongada trajetória, o Partido Comunista do Brasil desenvolveu incontáveis lutas em favor das causas operárias e populares em seu país, assumindo o legado de seu inesquecível dirigente e orientador João Amazonas. Na atualidade, o PCdoB, juntamente com o PT e outras organizações revolucionárias, faz parte de uma coalizão de forças progressistas que conseguiu mudar o rumo do Brasil, direcionando-o para os caminhos do desenvolvimento mesmo em meio à crise econômica capitalista que assola o mundo.

Estamos seguros de que, mantendo alta a bandeira da ampla unidade e avançando com clareza e firmeza em meio às complexas circunstâncias nacionais e internacionais, o 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil contribuirá para impulsionar a unidade das forças revolucionárias e progressistas do Brasil, manter o governo nas eleições de 2010 e tornar possível o triunfo da causa socialista e a conquista de um mundo melhor.

304

Jose Gonzáles Espinosa

Presidente

Antonio Florián  
Secretário-Geral

Silvio Arzeno Jerez  
Secretário de Assuntos Internacionais

## **Partido do Trabalho da Coreia**

O Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia felicita calorosamente o 12º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil e, por intermédio deste, envia saudação fraternal à direção e a todos os militantes do seu Partido.



Estamos convencidos de que este Congresso servirá como um importante estímulo para as atividades de seu Partido, no sentido de consolidá-lo organizativa e ideologicamente, preparando um sólido terreno de massas que permita lograr o desenvolvimento do país e danação.

Estamos seguros de que, no futuro, as esplêndidas relações de amizade e cooperação entre nossos partidos serão ainda mais consolidadas e desenvolvidas na luta comum pelo socialismo e pela independência anti-imperialista. Outrossim, aproveitamos esta oportunidade para desejar de todo coração os maiores êxitos nos trabalhos de seu Congresso.

O Comitê Central do Partido do Trabalho da Coreia

## **União Democrática Popular – Portugal**

A UDP (União Democrática Popular), de Portugal – saúda o 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil e agradece pelo convite e pela possibilidade de assistirmos a este importante ato dos comunistas brasileiros, para o qual desejamos pleno êxito.

305

Desde há quase 35 anos, habituamo-nos a ver no Partido de João Amazonas e Diógenes Arruda um partido revolucionário, combativo, com o qual sempre temos algo a aprender, tanto nas vitórias como nos momentos mais duros da luta de classes.

A União Democrática Popular é hoje uma associação política que, em Portugal, milita e luta no Bloco de Esquerda. Desde há 10 anos, o Bloco de Esquerda afirmou-se, cresceu e reforçou sua influência política como um partido que, em Portugal e na União Europeia, luta contra o neoliberalismo e pelo socialismo, buscando construir uma alternativa política ampla e progressista para a transformação social.

Estamos certos de que vosso 12º Congresso reforçará o vosso Partido e a vossa luta contra o imperialismo e pela mudança social



na sociedade brasileira. Estamos igualmente certos de que na luta contra o imperialismo e pela emancipação social dos trabalhadores e dos povos reforçaremos os laços entre o PCdoB e a UDP.

Viva o 12º Congresso do PCdoB!  
O socialismo vencerá!

A Direção Nacional da União Democrática Popular

## **União do Povo Galego – Galícia, Espanha**

Para a União do Povo Galego é uma honra poder compartilhar mais uma vez com os companheiros a realização de um Congresso do PCdoB, sabedores que somos da importância que terão para o trabalho partidário os acordos que se adotem neste órgão máximo do PCdoB.

306

“Vai florescer um Brasil como nunca se viu” e “Nação forte. Rumo socialista”, as palavras de ordem do 12º Congresso são um bom resumo dos objetivos propostos para serem alcançados neste período histórico: continuar avançando na melhoria das condições de vida de todos os brasileiros e brasileiras, defender a soberania nacional consolidando um Brasil forte no mundo e caminhar para o socialismo partindo de sua própria realidade como povo.

Para atingir tais objetivos, sabemos que o conjunto do Partido Comunista do Brasil desenvolve um intenso trabalho cotidiano nos distintos domínios da atividade política, comprometido com a aliança de governo progressista e promovendo o aprofundamento das mudanças iniciadas em 2002, trabalhando nas diversas organizações de massas em defesa de suas justas reivindicações ao tempo em que se cria uma extensa rede social capaz de permitir um avanço mais rápido nas transformações necessárias e o forte enfrentamento aos ataques dos setores comprometidos com a oligarquia e o capital.



Ao mesmo tempo, observamos com orgulho que, como um partido que adota o marxismo-leninismo como instrumento de análise da realidade e orientação para a ação partidária, o PCdoB não se atém apenas à atuação institucional e à reivindicação diária, mas está comprometido com a elaboração de um programa socialista adequado à realidade do Brasil e com a otimização organizativa do próprio Partido, com uma política de quadros eficaz, consciente de que o programa é a ferramenta básica e os quadros são o motor da ação partidária.

Camaradas, estivemos em Brasília em seu 11º Congresso em 2005, quando a Galícia se abria para um período promissor de mudanças com a perda do governo por parte da direita e a participação, pela primeira vez na história, do nacionalismo no governo de nossa nação, representado pelo Bloco Nacionalista Galego (frente patriótica criada em 1982 e da qual o nosso Partido é membro fundador). Infelizmente, a pressão da reação e das forças do capital impediu a consolidação das transformações que se iniciaram naquele período e, desde o mês de abril passado, a direita voltou a ocupar o poder, desenvolvendo uma política reacionária de ataque à identidade de nosso povo, com o desmantelamento dos serviços sociais e a eliminação dos alicerces para um desenvolvimento endógeno criados pelo governo dos nacionalistas galegos. O atual governo responde bem a uma estratégia desenhada pela União Europeia, que impede o desenvolvimento de nossos setores produtivos básicos.

307

Hoje, depois de analisar as circunstâncias que permitiram a volta da direita ao poder e os nossos próprios erros, saímos às ruas defendendo as classes populares, que são as mais afetadas pela crise econômica e pelas políticas da direita, e erguendo uma alternativa que nos permita no futuro próximo voltar a encarar o caminho das transformações estruturais de que a Galícia precisa.

O nosso Partido, que se define como comunista patriótico e portanto como profundamente internacionalista, considera fundamental o intercâmbio de experiências com outros partidos comunistas, revolucionários e com forças que lutam por sua soberania nacional.



Hoje dizemos claramente que os processos políticos que estão sendo desenvolvidos no momento na América Latina como um todo, e no Brasil mais concretamente, são exemplos para os revolucionários de todo o mundo. A luta de classes não se desenvolve sempre nas mesmas circunstâncias, e se no passado foi a Europa que liderou as lutas pela emancipação, nesta primeira década do século 21 são vocês, latino-americanos, a vanguarda das lutas que se dão no planeta, frente ao neoliberalismo.

Saibam que podem contar com uma nação irmã, do outro lado do Atlântico, que além de estar unida aos companheiros pelo idioma tão similar, também o é pelo mesmo objetivo de defesa da soberania nacional e de luta pelo socialismo.

308 Estamos certos do triunfo e por isso gostaríamos de terminar lembrando as palavras de alguém que compartilhou a militância com o PCdoB, o camarada João Amazonas: “Por isso, entendemos que a revolução é inevitável. Porém, não é automática. Depende de um gigantesco trabalho de disseminação da consciência social, da teoria revolucionária e de um grande esforço do Partido para organizar o povo”.

Viva a solidariedade internacionalista!

Viva o 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

O Comitê Central da União do Povo Galego



## MENSAGENS RECEBIDAS



Renato Rabelo recebe presente de membro da delegação síria

309

Impossibilitadas de comparecer ao 12º Congresso do PCdoB, as seguintes organizações enviaram mensagens fraternais:

1. Bloco Nacionalista Galego
2. Centro Gramsci – Itália
3. Comitê marxista-leninista – Itália
4. Frente Polisário – República Saharaui
5. Movimento Popular de Libertação de Angola
6. Novo Partido Comunista da Grã-Bretanha
7. Partido Argelino para a Democracia e o socialismo
8. Partido do Mundo do Trabalho – EUA
9. Partido dos Trabalhadores da Irlanda



10. Partido dos Trabalhadores de Bangladesh
11. Partido dos Comunistas do México
12. Partido Socialista da Letônia
13. PC Alemão
14. PC da Bolívia
15. PC da Dinamarca
16. PC da Espanha
17. PC da Grã-Bretanha
18. PC do Chile
19. PC do Iraque
20. PC do Nepal (M-L)
21. PC do Paquistão
22. PC dos EUA
23. PC Japonês
24. PC Palestino
25. PC Peruano
26. PC Revolucionário da Grã-Bretanha
27. PC Sírio
28. Polo Democrático Alternativo – Colômbia
29. Refundação Comunista – Porto Rico





## **Bloco Nacionalista Galego – Galícia, Espanha**

Em nome da Executiva Nacional do Bloco Nacionalista Galego transmitimos uma fraternal saudação a todos os participantes de vosso 12º Congresso, que, seguramente, contribuirá para o avanço de uma nova ordem mundial, onde os direitos dos povos e das pessoas triunfarão sobre qualquer opressão e exploração.

Apesar de não podermos estar presentes nas sessões do 12º Congresso do PCdoB, o BNG manifesta seu mais forte compromisso em seguirmos mantendo – e, se possível, ampliando – as relações entre nossas organizações para alcançar os objetivos comuns de que partilhamos e para fortalecer as ligações históricas e culturais que unem nossos povos, o Brasil e a Galícia, no âmbito da lusofonia.

Viva o 12º Congresso do PCdoB!

Gonzalo Constenla Bergueiro

311

Secretário de Relações Internacionais e Emigração – Executiva Nacional

## **Centro Gramsci de Educação e Cultura – Itália**

Desejamos todo êxito ao 12º Congresso do PCdoB, cujos trabalhos estão em andamento. Informamos que está publicado em italiano no site [www.centrogramsci.it](http://www.centrogramsci.it), o importante *Projeto de Resolução Política Internacional*, para leitura e divulgação.

Secretaria do Centro Gramsci



## Comitê marxista-leninista – Itália

Com o vivo entusiasmo próprio dos comunistas, recebemos o convite para participar de seu Congresso nacional. Infelizmente, estamos impossibilitados no momento de participar presencialmente de seus trabalhos. Todavia, desejamos estar presentes ao menos mediante esta mensagem, com a qual – com certo ímpeto – afirmamos nossa concordância em relação aos documentos congressuais a nós enviados.

O Partido Comunista do Brasil possui uma longa história e funda suas raízes no autêntico leninismo. É como continua a afirmar o PCdoB nos materiais preparados para este seu Congresso, nos quais reitera o conceito que tem hoje o capitalismo ao término de seu percurso, quando mostra todos os seus limites frente ao desenvolvimento da sociedade humana.

312

Como afirma o PCdoB, o capitalismo é o principal responsável pela crise de época por que passa a humanidade, e apenas a passagem para uma nova ordem socioeconômica em nível mundial pode contrapor-se à catástrofe rumo à qual a presente crise nos está arrastando.

Segundo afirma o PCdoB, uma das contradições de nossa época diz respeito à crescente assimetria entre os países ricos imperialistas e os países economicamente dependentes, contradição esta que se soma ao agravamento das contradições de classe. Afirma ainda que o desenvolvimento econômico independente de cada país foi substituído por desumanas regras impostas pela globalização capitalista, baseadas na exploração em nível mundial da classe operária, na espoliação de povos e nações inteiros, na total falta de respeito aos direitos humanos – que são os direitos dos trabalhadores – e na devastação do meio ambiente.

Também nós, comunistas do Comitê marxista-leninista da Itália, estamos conscientes da devastadora crise do capitalismo (desemprego acachapante, precariedade e corte dos direitos sociais e trabalhistas, agressão aos recursos naturais, alteração irreversível dos



ecossistemas), que somente poderá levar a humanidade a um beco sem saída. Por isso, é preciso envidar todos os esforços possíveis para impedir o fim da civilização humana.

A nosso ver, apenas o socialismo em nível global poderá permitir que a nova classe operária e seus aliados ponham fim à livre queda do capitalismo em direção à barbárie.

Além disso – como afirmamos em nosso recente documento –, o episódio estadunidense dos derivativos, impropriamente definido como bolha especulativa, pôs em evidência a falta de condições do sistema financeiro mundial para governar o desenvolvimento da economia planetária. As verdadeiras razões da crise financeira residem na agudização das contradições do capitalismo, aprofundadas pela exploração e pela apropriação privada da riqueza social. A quebra de Wall Street, que desarranjou o manancial financeiro internacional, é apenas um sinal premonitório de um próximo terremoto ainda maior e mais destrutivo que a grande crise de 1929, tomada desde já como termo de comparação.

313

A atual profundidade da crise demonstra a impossibilidade do capitalismo de resolver os problemas da complexa sociedade contemporânea. E demonstra, ainda, a necessidade do socialismo.

O empobrecimento de milhões e milhões de trabalhadores americanos, dos quais foram roubadas as poupanças de uma vida, e a própria casa; a contínua transferência de riqueza (mediante as financeiras) das massas populares para um punhado de exploradores, tornando os pobres sempre mais pobres e os ricos sempre mais ricos; a intensificação da exploração dos operários, seja por meio do aumento dos ritmos de trabalho, seja pela ampliação da jornada de trabalho; as demissões em massa; a diminuição dos salários reais e das aposentadorias; o aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade; o trabalho cativo; a escravização dos imigrantes – tudo isso revela o caráter de classe da presente crise.

As pirâmides de papel-moeda são saqueadoras parasitárias, que retiram a riqueza social do plano da produção, do trabalho, da pes-



quisa, da poupança e das demandas populares para conduzi-la ao obscuro ápice da especulação privada.

Os aparatos produtivos administrativos, o sistema mundial dos bancos e do crédito, os fundos previdenciários e de pensões estão substancialmente sem capitais líquidos. Isso é uma demonstração material de que estão quase totalmente dominados pelos grandes especuladores financeiros, que permanecem a salvo nos assim ditos paraísos fiscais: a burguesia financeira monopolista é a verdadeira responsável pela crise da sociedade. A ambição pelo máximo lucro especulativo de parte dessa pequena oligarquia financeira anula qualquer realização produtiva e social, mantendo na precariedade e sem futuro todos os estratos da sociedade.

A classe operária e os comunistas se nortearão por medidas redistributivas, que transferirão riqueza da área financeira da burguesia monopolista para as atividades econômicas, a pesquisa, o trabalho, os povos e as grandes massas laboriosas e democráticas. Contrariamente ao que estão fazendo os governos burgueses – que se locupletam com milhares de bilhões de euros dos cofres públicos – e os banqueiros, principais responsáveis pela crise.

A contradição entre o caráter social da produção e a forma de propriedade privada capitalista dos meios e dos frutos da produção é a causa real das crises periódicas do capitalismo. Eis por que, contra a crise desde já endêmica do capitalismo, ergue-se em nível global o baluarte das lutas do proletariado internacional e das classes sociais próximas a este.

O forte emergir do papel dirigente do proletariado internacional na luta política contra o imperialismo e a burguesia financeira tornará mais eficaz a própria luta econômica conduzida pelos povos por uma justa redistribuição social e nacional da riqueza, tornada necessária pelos desdobramentos da crise. As redistribuições sociais e nacionais, que serão obtidas durante as primeiras fases da crise, deverão favorecer principalmente a luta política da classe operária internacional pela definitiva transformação da sociedade por meio da ciência e do socialismo.



Nós, do Comitê marxista-leninista, juntamente com as organizações culturais e juvenis comunistas, mais a esquerda e as forças democráticas italianas, trabalharemos para que representantes dos trabalhadores de todos os países possam unir-se e participar de um novo forte impulso à luta anti-imperialista e anticapitalista.

O Poder Democrático do proletariado – sobretudo organizado e guiado por operários, técnicos e pesquisadores de vanguarda –, valorizando os ensinamentos coletivos de sua experiência histórica, continuará a governar a era das sociedades democráticas e socialistas, rumo à sociedade comunista internacional sem classes.

A propósito, reafirmamos nossa total concordância com o conteúdo da declaração do 10º Encontro Internacional dos Partidos Comunistas, realizado em São Paulo em novembro de 2008.

Afirmamos todo nosso apoio a uma estável coordenação internacional dos partidos comunistas como expressão política da luta internacional da classe operária, a única capaz de guiar uma ampla frente mundial institucional e de massa contra os especuladores e monopolistas, e por medidas governamentais de interesse dos trabalhadores e dos pequenos e médios empreendimentos econômicos. A enormidade da massa financeira e sua rapidez de circulação estão sempre cada vez mais longe das autênticas exigências de desenvolvimento da sociedade, cuja existência é constantemente aviltada por essa corrida ao máximo lucro especulativo.

Esse afastamento intransponível entre a oligarquia financeira especulativa e a sociedade exige que se atribuam funções dirigentes à classe operária. Com sua presença organizada e difusa em todo o tecido social internacional, ela pode combater a oligarquia financeira em todos os cantos do planeta.

O Comitê marxista-leninista e, com ele, o Centro Gramsci de Educação e Cultura promoverão na Itália e na Europa lutas ideológicas e culturais unitárias para defender e materializar as constituições obtidas pela resistência contra o nazi-fascismo. Estas repudiam a guerra e estabelecem que todos os cidadãos têm direito de



associar-se livremente a partidos para determinar com método democrático a política nacional, varrendo qualquer unanimidade imposta pelo alto por regimes neofascistas, sempre prontos a avivar-se em episódios da história em que são repelidos pela classe operária e pelas forças democráticas.

A defesa da República antifascista e das instituições democráticas constitui o terreno mais favorável e avançado de luta para os comunistas e a classe operária.

Eis por que os comunistas têm hoje, frente à história, uma grande responsabilidade: derrotar qualquer veleidade neofascista e lutar pelo fim do capitalismo, o único responsável pelos imensos danos causados à humanidade e a seu natural desenvolvimento.

Para cumprir esse papel histórico os comunistas devem lutar pela unidade da classe operária com a convicção da necessidade de um partido onde a componente internacional seja predominante em relação à questão nacional.

316

A longa e tortuosa experiência dos últimos 40 anos dos marxista-leninistas italianos demonstra a grande complexidade da luta pela reconstrução do partido da classe operária nos países imperialistas. Ocorre, por isso, uma relação orgânica marxista-gramsciana, capaz de relacionar a máxima identidade à máxima unidade, necessárias para realizar uma ampla e profunda reunificação da classe operária e para recompor sua capacidade de atração das outras classes hoje dependentes das forças do capital.

No comando da luta anti-imperialista e anticapitalista serão necessários partidos comunistas de pertinente caráter internacional, como é o caso – para nós – de seu glorioso Partido.

Para combater a política restauradora dos monopolistas e dos banqueiros de Maastricht, na Europa será necessário um forte e único Partido Comunista dos países imperialistas.

Um partido com associações de classe dos grupos multinacionais da produção industrial e da pesquisa científica, com associações de



massa das nações imperialistas, com células em cada local de trabalho e com seções regionais onde militem todos os comunistas.

Caros camaradas da presidência, caros camaradas delegados ao 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil: com este espírito de luta e de entusiasmo revolucionário vos saudamos calorosamente, desejando êxitos em seus trabalhos em nome dos grandes ideais do marxismo-leninismo e do exemplo do inesquecível camarada João Amazonas.

Ennio Antonini  
Secretário

## **Frente Polisário – República Saharaui**

A Frente Polisário, em nome do povo e do governo da República Árabe Saharaui Democrática, saúda a realização do congresso de sua organização política. Desejamos sinceramente que este seja bem sucedido e atinja a totalidade de seus objetivos, para o bem dos trabalhadores e do povo brasileiro.

317

Há 34 anos Marrocos invadiu nosso país para impedir nossa independência e ficar com nossos recursos naturais. Desde então, uma parte da população saharai vive no exílio e outra sofre repressão policial nos territórios ocupados por Marrocos.

O povo saharai pagou e continua pagando um preço muito alto em vidas para manter sua dignidade nacional, para conquistar sua independência e para resgatar sua Pátria.

Nossa causa é apoiada pela humanidade progressista e tem simpatizantes em todo o mundo, entre os quais estão vocês, os militantes do Partido Comunista do Brasil.

Companheiros, o povo saharai deseja estreitar vínculos com o povo brasileiro, e espera que seu Estado republicano seja reconhecido pelo Brasil, do mesmo modo que já é reconhecido por 28



países da América Latina. Nesse sentido, estamos seguros de poder contar com sua solidariedade.

Viva a amizade entre o Partido Comunista do Brasil e a Frente Polisário!

Viva a amizade entre o povo brasileiro e o povo saharauí!

Mohamed Salem Uld Salek

Responsável pelas Relações Internacionais da Frente Polisário

Ministro de Relações Exteriores da República Árabe Saharaui Democrática

## **Movimento Popular de Libertação de Angola**

318

Foi com particular apreço que a Direção do MPLA recebeu o amável convite que tiveram a gentileza de endereçar-nos, para participar com uma delegação do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil, que terá lugar nos dias 5 a 8 de novembro de 2009.

Infelizmente, por razões de calendário de atividades partidárias não nos será possível estar presentes ao nível adequado nesse magno evento, em virtude do surgimento da marcação da reunião da Comissão Nacional Preparatória para a realização do 6º Congresso Ordinário do MPLA, previsto para os dias 7 a 10 de dezembro do corrente ano.

Na expectativa do próximo reencontro, queiram aceitar a expressão da nossa elevada consideração.

Paulo T. Jorge

Secretário do Bureau Político para Relações Internacionais





## Novo Partido Comunista da Grã-Bretanha

Lamentamos profundamente pela impossibilidade de participar do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil devido a restrições financeiras. No entanto, esperamos, através desta mensagem, estar com os companheiros pelo menos em espírito nesta fase importante da história de seu Partido.

Os comunistas britânicos, inclusive aqueles de nosso partido, têm trabalhado com seus camaradas em nosso país e continuaremos a acompanhar de perto a luta do povo trabalhador do Brasil, após a mudança de circunstâncias ocorrida com a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002 e a participação dos comunistas no governo brasileiro desde o ano seguinte.

O PCdoB tem uma longa história de luta. Seu partido é conhecido em todo o mundo pelo trabalho incansável em prol da construção do movimento comunista e da unidade de todo o movimento comunista mundial, com um amplo trabalho junto às massas e suas organizações progressistas na luta por um novo futuro para o povo brasileiro, digno do sacrifício das gerações precursoras.

A ideologia comum, o marxismo-leninismo, é o que nos une na luta ao redor do mundo. O internacionalismo proletário também nos aproxima das democracias populares e dos povos que lutam na linha de frente da batalha contra o imperialismo mundial. As ideias de Marx, Engels, Lênin e Stálin são eternas. A experiência dos bolcheviques e de milhares de comunistas que nos antecederam nos ajuda a traçar o futuro com confiança.

Onde há opressão há sempre resistência. Nós a vemos hoje no Iraque, no Afeganistão e na Palestina, e entre todas as pessoas que lutam contra o imperialismo mundial. Podemos apreciar também o grande trabalho que está sendo feito nos países socialistas. Acompanhamos hoje na China Popular, em Cuba, na Coreia Democrática, no Laos e no Vietnã, além de na luta dos povos da Venezuela e de



toda a América Latina, a construção de suas próprias Repúblicas independentes, com base na justiça social e com orientação socialista.

O Novo Partido Comunista da Grã-Bretanha e seu semanário, *New Worker* (Novo Trabalhador), enviam suas mais calorosas saudações aos camaradas que agora se reúnem para traçar o rumo do PCdoB no século 21. Assim como vocês, estamos certos de que o século 21 será o século do socialismo.

Com os melhores cumprimentos.

Fraternalmente.

Andy Brooks

Secretário-Geral

## 320 **Partido Argelino para a Democracia e o Socialismo**

Agradecemos sinceramente por convidarem um representante de nosso partido para participar de vosso 12º Congresso. Infelizmente, nossos limitados recursos financeiros não nos permitem considerar essa participação. Estamos confiantes em que os camaradas compreenderão as razões de tal decisão. Queremos dizer, porém, que acompanharemos de perto o trabalho e os resultados divulgados pelos congressistas, aos quais desejamos total sucesso. Preparado há meses, seu congresso se pronunciará sobre a gravidade da crise do capitalismo internacional e sobre como combater suas consequências em seu país e no mundo. Lutar para pôr fim à exploração capitalista e substituir o capitalismo pelo socialismo continua a ser o objetivo estratégico principal de todos os comunistas, como afirma o apelo de São Paulo (Declaração Final do 10º Encontro de Partidos Comunistas e Operários), de novembro de 2008.

Os delegados serão chamados a discutir sobre a batalha eleitoral



de 2010 e sobre as melhores formas de empreender o combate ao neoliberalismo, fortalecer a democracia e fazer com que o Brasil jogue um papel ainda mais importante na luta de todos os povos da América Latina contra o imperialismo dos EUA. Acreditamos que o apoio a Cuba, Venezuela e Equador, entre outros países, e a luta para derrotar o golpe reacionário em Honduras e os projetos imperialistas destinados a minar todas as conquistas dos povos de sua região continuam a ser tarefas fundamentais para todos os revolucionários e todos os progressistas de vosso continente e do mundo. É preciso dar um basta à agressão imperialista ao continente, sem esmorecer nunca e sem dar crédito às promessas de mudança com que Obama tem enganado os crédulos e oportunistas inveterados. Na Palestina, o governo fascista de Israel continua a perpetrar seus crimes com total apoio das potências imperialistas. No Iraque e no Afeganistão, a guerra e a ocupação continuam. Países como Irã ou Coreia Popular estão sempre ameaçados. Estamos convencidos de que vosso Congresso estudará as melhores maneiras de reforçar a solidariedade ao povo palestino e a todos os povos oprimidos.

321

Caros camaradas:

Em nosso país, o poder da burguesia consumista implementa uma política antinacional e antipopular que apenas beneficia os imperialistas, as corporações multinacionais e os empresários de todos os matizes. Esse poder continua a reforçar seus laços com a OTAN, continua a aplicar as receitas do FMI, continua com suas políticas de privatização e de empobrecimento cada vez maior dos trabalhadores e das classes menos privilegiadas de nosso país. A política econômica e social não permite nem proteger nossos produtos, nem combater o desemprego, que causa grandes prejuízos em particular entre os jovens. Apesar dos consideráveis recursos financeiros, nada é feito para reativar a nossa indústria e a nossa agricultura, e somos obrigados a importar praticamente tudo. Os acordos com a União Europeia resultarão na ruína de nossas empresas, e a iminente adesão à OMC, programada por nossos governantes, agravará essa situação.



Para implementar essa política antinacional e antipopular, que cria uma grande insatisfação no país, os poderosos recorrem à repressão contra os trabalhadores e as classes populares, violam a liberdade de associação, incluindo o direito de greve, e multiplicam processos contra jornalistas cuja única culpa é informar corretamente a opinião pública.

Malgrado as condições difíceis em que lutamos, chamamos tenazmente todas as forças patrióticas e progressistas a apoiarem a ação dos trabalhadores contra os perigosos planos e o autoritarismo do poder, e pelo direito à organização da classe operária e das outras camadas populares exploradas. Os comunistas argelinos – organizados desde 1936 no Partido Comunista Argelino, com orientação marxista-leninista; em seguida no seio do Partido de Vanguarda Socialista (PAGS, sigla em francês), e atualmente no PADS – lutam para que os trabalhadores constituam suas organizações de classe (partido e sindicatos). Desse modo, apelamos para a união, em torno da ação de todas as vítimas, contra uma política que beneficia apenas as multinacionais e os estratos sociais ligados a elas, e que não leva em consideração os interesses nacionais.

322

Caros camaradas:

O congresso de seu Partido é seguido de perto em seu país, mas também pelos comunistas e progressistas de todo o mundo. Temos confiança em que suas conclusões e resoluções reforçarão sua determinação de lutar contra a crise do sistema capitalista e prepararão seu partido para jogar papel importante no Brasil, na América Latina e em todo o mundo. Congratulamo-nos com todos os delegados do 12º Congresso, em sua luta contra o capitalismo, a exploração e o imperialismo.

Viva o 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Viva a solidariedade internacional e a amizade entre os povos argelino e brasileiro!



## **Partido Comunista Alemão**

Infelizmente, anunciamos que o presidente nacional do DKP (Partido Comunista Alemão), camarada Heinz Stehr, não pode atender a seu gentil convite, por motivo de uma doença aguda.

Devido à falta de tempo, não estamos em condições de enviar um delegado substituto para o 12º Congresso de seu importante Partido.

Contamos com sua compreensão e desejamos grande sucesso em seu Congresso. O Partido Comunista Alemão (DKP) tem todo interesse nas melhores relações com o PC do Brasil.

Solicitamos uma conversa entre representantes de seu Partido e do DKP durante a reunião anual dos partidos comunistas e operários em Nova Déli, se possível.

Com saudações comunistas.

323

Klaus Weissmann

Membro do Secretariado Nacional do DKP

## **Partido Comunista da Bolívia**

A Comissão Política do Partido Comunista da Bolívia tomou conhecimento do convite fraternal de vosso Partido para assistir ao seu Congresso Nacional, que se realizará nos dias 5 a 8 de novembro, em São Paulo.

Sentimo-nos muito honrados com seu fraterno convite. Trataremos de estar presentes em vosso Congresso ainda que, devido à campanha eleitoral, não possamos dar certeza quanto a isso. Em todo caso, nos sentiremos honrados em enviar uma fraternal saudação.



Nesse sentido, reiteramos a vocês nossos laços de amizade e cooperação.

Marcos Domich

Secretário de Relações Internacionais

## **Partido Comunista da Dinamarca**

Agradecemos pelo convite ao nosso Partido para atender às sessões do 12º Congresso de seu Partido, mas lamentamos não poder aceitar porque excederá nossas possibilidades.

Entretanto, desejamos-lhes um congresso frutífero e seguimos convencidos de que a solução dos importantes pontos de sua agenda constituirá uma contribuição importante para um futuro melhor para seu país e o mundo.

324

Fraternalmente.

Henrik Stamer Hedin

Presidente

## **Partido Comunista da Espanha**

Desejamos pela presente transmitir, por ocasião do 12º Congresso do PCdoB, nossas mais fraternais saudações e melhores votos de êxito.

Neste próximo fim de semana coincidem nossos respectivos congressos. Apesar de não podermos estar presentes juntamente com vocês em São Paulo, estamos convencidos de que ambos os



eventos contribuirão para reforçar os laços de amizade e solidariedade mantidos por nossos partidos e respectivos povos.

O 12º Congresso do PCdoB se realiza em um contexto especialmente sensível e esperançoso, no qual o Brasil e a América Latina são referências, e estamos seguros de que representará uma destacada contribuição à nossa luta comum por paz, justiça social e solidariedade internacionalista, assim como para garantir nossa caminhada comum em favor da máxima convergência e unidade das forças anti-imperialistas de todo o mundo.

Reiterando nossos melhores desejos de êxito em vosso trabalho congressual, recebam, queridos camaradas, nossas saudações fraternais.

Comitê Federal do Partido Comunista da Espanha

## **Partido Comunista da Grã-Bretanha**

325

O Partido Comunista da Grã-Bretanha envia suas saudações e solidariedade ao Partido Comunista do Brasil por ocasião de seu 12º Congresso.

Nosso Partido está ciente do papel do Partido Comunista do Brasil no âmbito do governo brasileiro, bem como do importante papel que seu país tem jogado na criação de um mundo multipolar e no combate ao poder do imperialismo dominante. Salientamos também o papel do PCdoB na luta contra as desigualdades e em defesa da democracia.

Nosso Partido também procura levar à vitória uma aliança por alternativas progressistas às regras impostas pelo capital monopolista. Acompanhamos as resoluções do seu Congresso com grande interesse.

Estimados camaradas, desejamos todo sucesso em seu trabalho e que levem à frente as decisões de seu Congresso.



Com nossas saudações calorosas e fraternas.

Robert Griffiths

Secretário-Geral

## Partido Comunista do Chile

O Partido Comunista do Chile saúda a realização de vosso 12º Congresso, que se constitui em um eixo gravitacional em função da influência do PCdoB no desenvolvimento deste grande país irmão, como também pelo papel que cumpre esse partido no âmbito internacional, particularmente no cenário latino-americano.

326

Acreditamos que o desenvolvimento desse Congresso proporcionará um evento orientador para as lutas do povo e dos trabalhadores brasileiros.

Em nosso país, os comunistas enfrentamos um processo eleitoral no qual serão eleitos o presidente da República e o Parlamento Nacional. Disputamos pela coligação Juntos Podemos-Frente Ampla e, como tal, apresentamos como candidato à Presidência da República Jorge Arrate Mac Niven, proeminente líder socialista que foi ministro do presidente Allende ainda bastante jovem. Complementarmente, enfrentamos as eleições parlamentares em um cenário paralelo, com um acordo instrumental com a Concertação de Partidos atualmente no governo. Cremos ser essa a única maneira de romper a exclusão endossada pelo sistema eleitoral binominal, herdado de Pinochet e ainda vigente em nosso país.

Estamos seguros de que continuaremos trabalhando juntos pelo bem-estar dos povos de nossos países, fornecendo a melhor contribuição possível para os diversos processos de libertação que ora ocorrem em nosso continente.





Desejamos todo sucesso em suas deliberações e expressamos nossa certeza de que as conclusões desse Congresso constituirão uma valiosa contribuição à causa comum em que todos os comunistas estão empenhados, em cada um de nossos países.

Viva o 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Viva o socialismo!

Guillermo Teillier

Presidente

Lautaro Carmona

Secretário-Geral

Juan Andrés Lagos

Responsável por Relações Internacionais

327

## **Partido Comunista do Iraque**

Envio saudações calorosas e fraternas do Comitê Central do Partido Comunista do Iraque pela conclusão bem sucedida do 12º Congresso de seu partido irmão. Estamos confiantes de que esse Congresso fortalecerá seu Partido e ampliará seu papel entre os trabalhadores e o povo do Brasil, nas lutas por paz, democracia, progresso social e pelo socialismo.

Com a intenção de desenvolver as relações entre nossos partidos desejo a todos os camaradas os maiores sucessos.

Salam Ali

Responsável por Relações Internacionais do Comitê Central



## Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista)

O Comitê Central do Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista) envia seus cumprimentos ao 12º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Estendemos nossas mais calorosas saudações e felicitações a todos e, através de vocês, aos militantes do PCdoB e ao povo brasileiro.

Tínhamos forte interesse em assistir ao Congresso e estender as saudações e felicitações do povo nepalês e do Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista) ao povo brasileiro e aos militantes do Partido Comunista do Brasil por ocasião do 12º Congresso desse glorioso partido do povo brasileiro.

Devido às expectativas políticas não será possível nossa presença. O povo do Nepal encontra-se no processo de sua “Terceira Revolução Política”, que rejeitou a monarquia feudal. Trata-se da transformação do país numa “Democracia Popular Progressista” e num “Estado de bem-estar social”, processo que vem sendo institucionalizado por meio da “Democracia Progressista Republicana”, por meio da Assembleia Constituinte.

Desejamos que a resolução sobre o novo Programa Socialista, a ser aprovada neste 12º Congresso Nacional do PCdoB, a realizar-se entre 5 e 8 de novembro de 2009, seja um marco para a transformação do Brasil em um país socialista. Desejamos, ainda, que as resoluções aprovadas fortaleçam o movimento comunista no Brasil e também em seu entorno, a América do Sul, sendo o PCdoB o partido comunista do maior país do continente.

Finalmente, desejamos êxito ao 12º Congresso Nacional do PCdoB e esperamos consolidar ainda mais a relação entre o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista), para que possamos reforçar a solidariedade entre os partidos comunistas em todo o mundo, para mudá-lo em benefício da classe trabalhadora!

Com saudações fraternas!



C. P. Mainal

Secretário-Geral

Kapil Pokhrel

Departamento de Relações Internacionais

Comitê Central do Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista)

## **Partido Comunista do Paquistão**

Recebam nossa calorosa saudação revolucionária de companheirismo nesta mensagem de felicitação e cumprimentos por este momento auspicioso em que se realiza seu 12º Congresso.

Lamentamos profundamente por não conseguir enviar um delegado, devido à conhecida crise política e às turbulências em nosso país, que ocorrem juntamente com a ofensiva paralisante do terrorismo desencadeado pelas forças obscurantistas e medievais dos jihadistas islâmicos, fatores que se somam às dificuldades monetárias do PC do Paquistão.

329

Caros companheiros da Direção Nacional:

É uma imensa honra para o Partido Comunista do Paquistão estender-lhes cordiais felicitações pela realização do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil, neste momento histórico em que o sistema capitalista mostra sua falência ao enveredar-se pelo beco sem saída das crises recorrentes.

Esse fenômeno das crises onipresentes da falência do capital tem causado ondas e solavancos na estrutura do tecido econômico global, onde o desemprego galopante chega a pontos jamais vistos em toda a história conhecida, desvalorizando as moedas nacionais dos países pobres e em desenvolvimento, com um ardil e inclemência absolutos.

O sistema capitalista, até agora, vem falhando na tentativa de reanimar-se desse estado de degeneração.



Da mesma forma, nos EUA e demais potências aliadas imperialistas, as economias têm enfrentado declínios mórbidos. Essas nações certamente falharam nos estratagemas de suas aventuras militares para obter o controle sobre os recursos naturais e os mercados do mundo.

Remando em sentido contrário, felizmente os movimentos de resistência em todo o mundo ganham forças satisfatórias e encorajadoras.

Neste ponto crucial, o movimento comunista mundial tem assumido a tarefa de levar adiante a luta das massas da classe trabalhadora e das forças de paz contra as guerras imperialistas e pela mudança do sistema.

Caros camaradas!

Dá-nos vida, satisfação e uma grande força em caráter mundial perceber que sua região (continente, em particular) abriu caminho para transformações históricas à esquerda, oferecendo um epicentro para a capitulação das forças imperialistas nas mãos da esquerda democrática, patriótica, socialista/comunista e das forças que lutam pela paz em sua região de grandes revolucionários.

A série de deslumbrantes derrotas do imperialismo para os revolucionários e as forças anti-imperialistas em diversos países da América Latina é uma grande fonte de inspiração e incentivo.

A campanha dos EUA para isolar a grande Revolução Cubana está fadada ao fracasso. Essa revolução é a principal fonte de inspiração para toda a região.

Em geral, as políticas populares e anti-imperialistas adotadas por sucessivos governos de sua região (continente) irradiam uma grande energia e força ideológica para todos nós, na África e na Ásia, ajudando-nos a viver sob as piores condições opressivas e depressivas do imperialismo, o qual assume para nós duas manifestações principais:

- 1) O imperialismo em sua forma universalmente conhecida;



2) o islamismo religioso, a barbárie fascista obscurantista.

Estamos muito esperançosos de que o congresso de um partido comunista num país de grande importância mundial, como o Brasil, conseguirá trazer considerável avanço para a formulação de políticas revolucionárias capazes de levar o movimento comunista aos seus extremos lógicos de realizações.

No mesmo sentido, temos grande esperança de que esse seu Congresso seja bem-sucedido em pavimentar a base histórica para a orientação das ações futuras das massas da classe operária, da esquerda patriótica e das forças democráticas, que liderarão o povo brasileiro no rumo do progresso, da prosperidade e da justiça social, através da construção do socialismo/comunismo, proporcionando que seus recursos sejam explorados unicamente no interesse do bem-estar e em benefício de seu povo. Alcançando, assim, a emancipação total das garras da exploração, da opressão e das injustiças nas mãos dos governantes e da economia mundial, das gigantes e opulentas empresas transnacionais.

331

Longa vida ao Partido Comunista do Brasil!

Longa vida à amizade entre o Partido Comunista do Paquistão e Partido Comunista do Brasil!

Longa vida à solidariedade comunista!

Longa vida ao socialismo!

A Direção Nacional do PC do Paquistão

## **Partido Comunista dos Estados Unidos**

Lamentamos não poder atender ao convite para participar do 12º Congresso do PCdoB. Participamos de seu Congresso em 1997, e lembramos disso como uma maravilhosa experiência.

Desejamos muito sucesso ao seu 12º Congresso.



Fraternalmente.

Erwin Marquit

Partido Comunista dos EUA

## Partido Comunista Japonês

Por ocasião do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil, enviamos uma saudação de felicitações e solidariedade.

Esperamos que seu Congresso seja um grande sucesso para garantir a vida e o emprego de pessoas que sofrem o efeito da crise econômica mundial, e para continuar reduzindo a pobreza e desenvolver a democracia.

332

Hoje em dia, tanto na questão da economia como na da paz, já não serve ao mundo a maneira de decidir seu rumo baseada apenas nas grandes nações, e já foi iniciada a busca pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial. Em particular, a corrente por uma ordem internacional baseada na Carta das Nações Unidas como solução para os conflitos através do diálogo vem se desenvolvendo em nível mundial, ampliando a esperança. Estamos atentos aos amplos anseios por uma comunidade de paz tanto na América Latina quanto na Ásia, onde sempre houve conflitos por muitos anos. Outro ponto crítico, alvo das aspirações de toda a humanidade, diz respeito à eliminação das armas nucleares. Este vem sendo um dos pontos essenciais na política internacional, em cujo âmbito ampliam-se os movimentos populares contra as armas nucleares. Sob essa situação, estamos reforçando as atividades com vistas a um mundo livre de armas nucleares e de alianças militares.

Com base nessas tarefas, desejamos desenvolver as relações de amizade e solidariedade entre os nossos partidos.

O Comitê Central do Partido Comunista Japonês



## Partido Comunista Palestino

Muito obrigado pelo convite, camarada, para o 12º Congresso de seu Partido, previsto para realizar-se de 5 a 8 de novembro de 2009.

Contudo, devido a circunstâncias imprevistas nossa representação não poderá fazer-se presente nesse período.

O Partido Comunista da Palestina deseja todo sucesso ao seu Partido.

Esperamos nos encontrar em breve, em congressos futuros.

Saudações fraternas.

Secretaria Internacional do Partido Comunista Palestino

## Partido Comunista Peruano

A luta conseqüente pelos ideais de justiça social, de democracia e pelo advento do socialismo em nossas pátrias é a base da amizade e da solidariedade entre os povos do Peru e do Brasil, assim como entre o Partido Comunista Peruano (PCP) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

333

Em nome de nossa militância, do Comitê Central do PCP, dos homens e mulheres honestos e progressistas do Peru, recebam nossas mais calorosas e solidárias saudações pelo vosso 12º Congresso Nacional. Desejamos-lhes êxitos e que os debates congressuais apaixonados e ricos os dotem de uma linha política certa anti-imperialista que leve ao socialismo.

Que o legado de João Amazonas e Maurício Grabois, assim como o dos companheiros da Guerrilha do Araguaia, continue em vossa prática revolucionária sustentada na unidade do povo, dos trabalhadores e das organizações de esquerda que lutam por um Brasil independente, soberano, por uma sociedade sem explorados nem exploradores. A unidade dos revolucionários e dos comunistas



é fundamental para alcançar tão límpidas bandeiras.

Fraternalmente.

Roberto De La Cruz

Secretário-Geral

Juan José Gorriti

Secretário de Relações Internacionais

## Partido Comunista Sírio

O Comitê Central do Partido Comunista Sírio, em nome dos comunistas da Síria e de seus simpatizantes, tem o prazer de enviar sua saudação ao 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), desejando-lhe sucesso completo em seus objetivos.

334

Apreciamos muito as relações de camaradagem que unem nosso partido ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), essa aguerrida brigada do movimento comunista na América Latina e no mundo.

Temos também grande apreço pelos esforços de solidariedade internacional do PCdoB junto aos povos que lutam contra o imperialismo e, especialmente, pela solidariedade prestada à luta dos povos árabes, incluindo o povo sírio, contra os planos expansionistas do imperialismo norte-americano e dos sionistas de Israel em nossa região. A respeito disso, confirmamos nossa resistência e temos certeza de que a justiça e a paz não serão alcançadas em nossa região sem a retirada total das tropas israelenses dos territórios árabes ocupados, incluindo todo o conjunto das Colinas de Golã na Síria, e sem resolver a questão palestina. A solução justa se dará através do retorno do povo palestino à sua pátria e do estabelecimento do seu Estado Nacional com completa soberania.

Mais uma vez, aceitem gentilmente nossos melhores votos para





o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e seu 12º Congresso.

Longa vida ao marxismo-leninismo!

Longa vida ao internacionalismo proletário!

O Comitê Central do Partido Comunista Sírio

Wesal Farha Bagdash

Secretário-Geral

## **Partido do Mundo do Trabalho – Estados Unidos**

O Partido do Mundo do Trabalho dos Estados Unidos gostaria de oferecer sua solidariedade ao PCdoB por ocasião de seu 12º Congresso, que ocorre a partir de 5 de novembro, em São Paulo. Em 2005, encontramos no 11º Congresso uma experiência excitante, que proporcionou ótimos insights sobre o desenvolvimento de um vibrante movimento dos trabalhadores e sobre os acontecimentos relacionados à classe trabalhadora do Brasil, país tão importante no hemisfério sul e no mundo. Isso tem sido demonstrado uma vez mais, se considerarmos fatos como a luta em Honduras. O que lamentamos mais que tudo, ao não sermos capazes de atender seu convite este ano, é perder a oportunidade de um outro contato direto com os bons camaradas do PCdoB, quando poderíamos conversar sobre os mais recentes acontecimentos no Brasil a partir do estouro da mais grave crise econômica do mundo capitalista desde a década de 1930.

335

Temos cooperado com o PCdoB ao longo dos últimos seis anos em reuniões internacionais e discussões, e sempre valorizamos a contribuição de seu Partido para o movimento anti-imperialista, bem como sua análise dos acontecimentos mundiais. Notamos sua inspirada análise da evolução dos Estados Unidos, especialmente sobre aqueles temas que envolvem os problemas do racismo institu-



cional e sobre aquilo a que poderíamos chamar a questão nacional. O PCdoB tem ajudado o mundo a compreender algumas de suas contradições – por exemplo, a eleição de Barack Obama.

Estamos empenhados em preparar nossa própria conferência nacional para meados de novembro, neste momento em que os Estados Unidos – que continuam a ser o centro do imperialismo mundial – estão também no centro da crise capitalista. A alegada recuperação pode ser de curta duração e, em todo caso, tem sido apenas uma “recuperação” dos lucros de alguns capitalistas, deixando para os trabalhadores o desemprego crescente. Tal fato constitui-se em enorme desafio para nós, como o é também para os partidos operários de todo o mundo. Devotamos nossa solidariedade ao PCdoB ao propor-se assumir este desafio.

John Catalinotto

336 Membro do Departamento Internacional

## Partido dos Trabalhadores de Bangladesh

Recebam a mensagem de solidariedade ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pela realização de seu 12º Congresso.

O Comitê Central do Partido dos Trabalhadores de Bangladesh envia seus cumprimentos revolucionários ao Partido Comunista do Brasil por ocasião de seu 12º Congresso.

A vitória do PCdoB nas eleições nacionais foi um evento que marcou época. Após décadas de exploração neoliberal, o povo brasileiro emancipou-se mediante uma luta ferrenha contra o neoliberalismo e o imperialismo.

Essa vitória teve um significado imenso para os povos do mun-



do inteiro, especialmente na América Latina, continente que luta arduamente contra o neoliberalismo e o imperialismo.

O Brasil, sob a liderança do Partido Comunista do Brasil, caminha no rumo da consolidação do sistema socialista. Nas próximas décadas, a luta pela transformação e consolidação socialista será a única salvaguarda contra o neoliberalismo. O progresso notável feito pelo Brasil inaugurou uma nova dimensão da luta política nos países latino-americanos, que em seu conjunto serão uma das luzes da inevitabilidade do marxismo-leninismo no mundo inteiro. Os brasileiros, sob sua liderança, estão desenvolvendo a economia, eliminando a pobreza e melhorando os padrões de vida da população. O Brasil evolui hoje como uma potência econômica importante, que estará dando significativa contribuição para a remodelação da ordem econômica internacional.

Nesta ocasião histórica, enviamos nossas mais calorosas felicitações e desejamos todo sucesso em seus esforços pelo desenvolvimento global do Brasil como um próspero país socialista.

337

Comitê Central do Partido dos Trabalhadores de Bangladesh

## **Partido dos Comunistas do México**

Recebam a saudação fraterna da militância e do Comitê Central do Partido dos Comunistas do México, pela realização do 12º Congresso do PCdoB.

Consideramos que a luta pelo socialismo em meio à crise do capitalismo é a alternativa para nossos povos e que, portanto, o fortalecimento dos partidos comunistas, de sua ação entre a classe operária, e a elevação de seu nível ideológico baseado no marxismo-leninismo são uma necessidade urgente.

Partilhamos com o PCdoB uma amizade e um relacionamento fraternos, fato pelo qual lamentamos não poder acompanhá-los



agora, em seu 12º Congresso, dado que a luta no México está complicada em função das agressões de todos os partidos burgueses contra os trabalhadores, os povos indígenas e contra o povo em geral. Essa agressão do governo decorre da concepção de que os monopólios devem passar o custo da crise para o povo, com mais privatizações e destruição das conquistas trabalhistas e sociais.

Porém, a partir de nossas trincheiras de luta desejamos êxito aos trabalhos do 12º Congresso do PCdoB.

Viva o marxismo-leninismo!

Viva a luta pela Revolução Socialista!

Trabalhadores de todos os países, uni-vos!

Fernando Acosta Esquivel

Secretário-Geral

338 Pavel Blanco Cabrera

Secretário de Relações Internacionais

## **Partido dos Trabalhadores da Irlanda**

O Comitê Executivo Central do Partido dos Trabalhadores da Irlanda envia calorosas saudações camaradas ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil por ocasião de seu 12º Congresso Nacional, a ser realizado em São Paulo de 5 a 8 de novembro de 2009.

O PCdoB tem feito consistente oposição à direita e às políticas econômicas e sociais antipopulares adotadas em todo o continente latino-americano. Além disso, tem adotado uma posição coerente e bem fundamentada em sua luta para construir o socialismo e a democracia no Brasil e em todo o continente. Há agora a oportunidade de efetivamente contestarmos a globalização da economia, a privatização da ordem mundial e a subordinação das economias



nacionais e dos recursos naturais aos interesses da União Europeia e dos Estados Unidos. Temos de, no presente, construir condições de desenvolver uma resposta capaz de estruturar esse desafio em níveis nacional, regional e internacional. Há uma alternativa. O socialismo é essa alternativa. Saudamos a luta de longa data do PCdoB para defender os interesses dos trabalhadores brasileiros, o internacionalismo e a solidariedade inabaláveis.

Seu Congresso é um importante evento, que terá lugar em um momento crucial para o avanço da causa do socialismo no Brasil e no exterior. Conforme considera o Partido dos Trabalhadores da Irlanda, suas discussões darão contribuição significativa para o avanço das lutas dos povos. O PTI envia seus melhores votos aos participantes desse Congresso, bem como à liderança e aos membros do Partido Comunista do Brasil. Desejamos ao PCdoB êxito continuado em seu trabalho.

Saudações solidárias.

Gerry Grainger

Secretário Internacional do Comitê Executivo Central

339

## **Partido Revolucionário Comunista da Grã-Bretanha (Marxista-Leninista)**

Lamentamos muito por não conseguir atender ao convite para participar de seu 12º Congresso. No entanto, é com grande alegria que enviamos nossos melhores cumprimentos e nos unimos a vocês para comemorar o claramente retumbante êxito do Congresso. Enviamos também nossos sinceros cumprimentos a nosso respeitado companheiro Renato Rabelo, por ter sido reeleito presidente nacional do Partido.

Temos certeza de que seu 12º Congresso e o programa de trabalho aprovado serão importantes marcos na vida de seu Partido, da classe operária e do povo do Brasil. Na perigosa e complexa



situação atual do mundo, com uma liderança emergente que reflete os sentimentos anti-imperialistas e tradições da América Latina, torna-se cada vez mais claro, parece-nos, o quanto é fundamental e importante o trabalho de seu Partido para defender os interesses do povo do Brasil e de toda a região.

Embora um oceano nos separe, nossos corações batem juntos. Estamos ombro a ombro em nossa causa comum, e por ocasião de seu 12º Congresso reiteramos mais uma vez nosso desejo de intensificar as relações entre nossos partidos.

Desejamos-lhes todo sucesso na implementação das importantes decisões de seu Congresso.

Com as mais calorosas saudações fraternais.

Chris Coleman

340 Porta-voz nacional

## **Partido Socialista da Letônia**

Muito obrigado pelo convite para participar do 12º Congresso Nacional do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)!

O Partido Socialista da Letônia envia seus mais calorosos e fraternos cumprimentos, por ocasião de seu 12º Congresso!

Infelizmente, é-nos impossível enviar um delegado para esse Congresso, mas estamos aguardando informações sobre as importantes decisões que serão tomadas.

Concordamos inteiramente com vocês em relação ao fato de que a perigosíssima crise global atual não se situa apenas na esfera econômica e financeira. Trata-se, para além disso, de uma crise do modelo econômico neoliberal em si. A crise confirmou que o futuro da humanidade não pode ser o capitalismo, mas o socialismo.



Esperamos que seu Congresso seja bem sucedido em fortalecer a luta para defender as condições de vida das pessoas, contra as tentativas dos EUA de imporem sua dominação.

Expressamos nossa solidariedade à luta do povo trabalhador do Brasil e desejamos todo sucesso às deliberações congressuais do Partido Comunista do Brasil (PCdoB)!

Com nossa saudação fraterna.

Alfred Rubiks

Presidente

## **Polo Democrático Alternativo da Colômbia**

Recebam uma calorosa e respeitosa saudação do Polo Democrático Alternativo (PDA), por ocasião da celebração do 12º Congresso de seu Partido, quando lhes desejamos os melhores êxitos nas definições do novo Programa Socialista para o Brasil e na eleição do novo Comitê Central. Esperamos que suas resoluções e acordos resultem no fortalecimento de seu Partido. Desculpamo-nos por não poder acompanhá-los nesse grande evento.

Defendemos o fortalecimento dos laços de fraternidade entre nossos partidos e nossos povos.

Fraternalmente.

Carlos Bula Camacho

Secretário-Geral da Comissão de Assuntos e Relações Internacionais



## Refundação Comunista de Porto Rico

A Refundação Comunista, destacamento marxista-leninista de Porto Rico, próxima de refundar o Partido Comunista de Porto Rico, saúda-os com grande júbilo revolucionário por ocasião da realização do 12º Congresso do glorioso partido de João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, o partido da heroica Guerrilha nas selvas do baixo Araguaia, no Pará, e por seus 47 anos de frutífera existência revolucionária.

Agradecemos profundamente pelo convite, no marco consequente do internacionalismo proletário, para participar com um delegado observador da magna reunião dos comunistas do Brasil. Até o último momento estivemos a ponto de confirmar nossa presença. Porém, lamentavelmente por motivo de doença, o camarada Guillermo de Ia Paz, dirigente de nossa organização, não pôde realizar a viagem.

342

Saibam que seus triunfos são os nossos e que os cumprimentos pela realização exitosa de seu 12º Congresso num processo exemplarmente democrático, do qual participaram cerca de 102 mil comunistas.

Nós, os comunistas e as comunistas de Porto Rico, estaremos muito atentos à aplicação de sua linha política e, em especial, de seu Programa Socialista para o Brasil – O fortalecimento da Nação é o caminho, o socialismo é o rumo!

Em Porto Rico também se vislumbra a cada vez mais próxima abertura de uma perspectiva anticapitalista. A luta de classes se acalora e se prepara para o combate cada vez mais massivo nas ruas contra um governo fascista que aplica tiranicamente sua política de choque neoliberal contra o povo trabalhador e empobrecido.

No embate social cada vez mais virulento em nosso país destaca-se o processo de unidade do proletariado. Para essa necessidade revolucionária todos nós, comunistas porto-riquenhos, contribuí-





mos ativamente, contando, sem dúvida, com a experiência e o saber acumulados do movimento comunista internacional, no qual se destacam principalmente os aportes fornecidos pelos camaradas brasileiros.

Após 40 anos da queda em combate do heroico camarada Carlos Marighella, recebam, desde esta indômita ilha antilhana, um fraternal abraço comunista.

Miguel Cruz Santos

Membro da Comissão Política



344





# Comitê Central do PCdoB



Renato Rabelo discursa no encerramento do 12º Congresso, tendo ao fundo os membros do novo Comitê Central eleito;



Renato Rabelo e a vice-presidente do PCdoB, Luciana Santos;



346



## COMITÊ CENTRAL ELEITO NO 12º CONGRESSO DO PCdoB

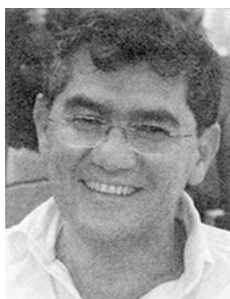
O 12º Congresso do PCdoB elegeu, na manhã do dia 8 de novembro de 2009, os 105 membros que comporão o Comitê Central do partido no quadriênio 2009-2013. Confira a seguir a nova composição. Os nomes precedidos de asterisco são membros eleitos para primeiro mandato.

347



### **Adalberto Frasson – RS**

Filósofo, 49 anos, ingressou no Partido em 1981; membro do Comitê Estadual/RS desde 1991 e presidente desde 1995; membro do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



### **Adalberto Monteiro**

Jornalista e poeta, 52 anos, ingressou no Partido em 1979; secretário nacional de Formação e Propaganda desde 2002; membro do Comitê Estadual/GO entre 1979 e 2001 e presidente de 1991 a 2001; membro do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).





### **Alanir Cardoso – PE**

66 anos, ingressou no Partido em 1972; presidente do Comitê Estadual/PE desde 2000; incorporado ao Comitê Central em 1980 e eleito membro desde o 6º Congresso (1983).



### **Aldemir de Carvalho Caetano – AM**

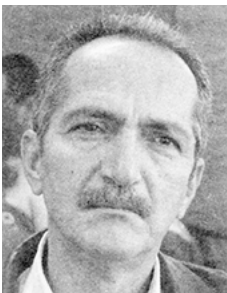
Engenheiro eletrônico e administrador de empresas, operário da Petrobras, 51 anos, ingressou no Partido em 1982; membro do Comitê Estadual/AM; membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).

348



### **Aldo Arantes – GO**

Advogado, 70 anos, ingressou no Partido em 1972; secretário nacional de Meio Ambiente do Partido; incorporado ao Comitê Central em 1972 e membro até 1979, eleito desde o 7º Congresso (1988).



### **Aldo Rebelo – SP**

Jornalista, 53 anos, ingressou no Partido em 1977; deputado federal desde 1991; membro do Comitê Estadual/SP e do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).





### **Alice Mazzuco Portugal – BA**

Farmacêutica, 50 anos, militante desde 1978; deputada federal; integrante do Comitê Estadual/BA e do Fórum Nacional sobre Questão da Mulher do PCdoB.



### **Altamiro Borges**

Jornalista, 50 anos, ingressou no Partido em 1979; secretário nacional de Comunicação do PCdoB entre 2005 e 2010; membro do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).

349



### **Ana Maria Prestes Rabelo – MG**

Cientista política, 31 anos, militante desde 1997; doutoranda e diretora da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG); membro do Comitê Estadual/MG.



### **Ana Rocha – RJ**

Psicóloga e jornalista, 59 anos, ingressou no Partido em 1973; presidente do Comitê Estadual/RJ e integrante do Fórum Nacional sobre Questão da Mulher do PCdoB; componente do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988)





### **André Bezerra**

Eletrotécnico, 45 anos, ingressou no Partido em 1987; membro da Comissão Nacional de Organização desde 1997; membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



### **Andre Pereira Reinert Tokarski**

Formado em direito, 25 anos, militante desde 2000; dirigente da União da Juventude Socialista (UJS), coordenador de fração na última gestão da União Nacional dos Estudantes (UNE).

350



### **Andreia Diniz – MG**

Operária metalúrgica, 39 anos, ingressou no Partido em 1999; membro do Comitê Estadual/MG; diretora do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim desde 1993; componente do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



### **Ângela Albino – SC**

Funcionária pública federal, 40 anos, filiada há 6; suplente de deputado estadual; integrante do Comitê Estadual/SC.







### **Antenor Roberto S. de Medeiros – RN**

48 anos, militante desde 1983; presidente do Comitê Estadual/RN.



### **Assis Melo – RS**

Metalúrgico soldador e montador, 43 anos, ingressou no Partido em 1987; membro do Comitê Estadual/RS desde 1997; vereador e dirigente em Caxias do Sul; membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).

351



### **Augusto Buonicore**

Historiador, 49 anos, ingressou no Partido em 1979; membro da Comissão Nacional de Formação e Propaganda; membro do Comitê Central no 10º Congresso.



### **Augusto Canizela Chagas**

27 anos, filiado desde 2004; presidente da União Nacional dos Estudantes e membro do Comitê Estadual/SP.





### **Augusto Madeira – DF**

Advogado, 47 anos, militante desde 1984; chefe de gabinete da Liderança da Bancada Federal.



### **Aurino Nascimento – BA**

Operário metalúrgico, 46 anos, ingressou no Partido em 1990; membro do Comitê Estadual/BA e do Comitê Municipal de Camaçari; presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia; membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).

352



### **Bartíria Perpétua Lima da Costa**

Enfermeira, 54 anos, militante desde 1987; presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam); integrante do Comitê Estadual/RJ.



### **Bernardo Joffily**

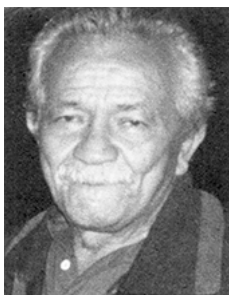
Jornalista, 55 anos, ingressou no Partido em 1966; editor do portal Vermelho desde sua fundação; membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).





### **Carlos Augusto Diógenes (Patinhas) – CE**

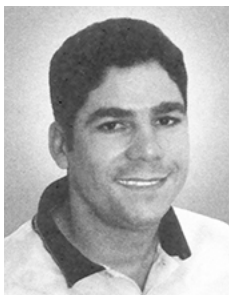
Engenheiro civil e professor, 65 anos, ingressou no Partido em 1966; membro do Comitê Estadual/CE; membro do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



### **Chico Lopes – CE**

Professor da rede pública estadual, 70 anos; deputado federal; membro do Comitê Estadual do PCdoB-CE.

353



### **Cláudio Silva Bastos – BA**

26 anos, militante desde 1999; diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Bahia; membro do Comitê Estadual/BA.



### **Daniel Almeida – BA**

Operário têxtil, 54 anos, ingressou no Partido em 1981; deputado federal; membro do Comitê Estadual/BA; membro do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).





### **Daniele Costa Silva – BA**

Graduanda em Ciências Sociais, 30 anos, militante desde 2001; membro do Comitê Estadual/BA, secretária de Juventude e membro do Fórum Sobre a Questão da Mulher; integrante da coordenação nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM).



### **Davidson de Magalhães Santos – BA**

45 anos, militante desde 1986; membro do Comitê Estadual/BA, secretário de Organização; presidente da Companhia de Gás da Bahia.

354



### **Davi Wylkerson – BA**

35 anos, militante do PCdoB há 5; sindicalista atuante na área rural; secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e vice-presidente da Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).



### **Dilce Abgail Rodrigues Pereira (Biga) – RS**

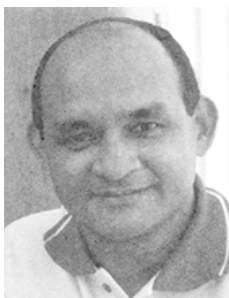
Pedagoga, 49 anos, militante do partido desde 1984; integrante do Fórum do PCdoB sobre Questão da Mulher e secretária nacional de Mulheres da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); membro do Comitê Estadual/RS.





## **Dilermando Toni**

Jornalista, 61 anos, ingressou no Partido em 1972; membro da Comissão Auxiliar da Presidência do Comitê Central; membro do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



## **Divanilton Pereira – RN**

Operário petroleiro, estudante de Ciências Econômicas, 45 anos, ingressou no Partido em 1987; membro do Comitê Estadual/RN; membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).

355



## **Edilon Melo de Queirós – AM**

Industriário, 45 anos, filiado desde 2000; membro do Comitê Estadual/AM; membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



## **Edmilson Valentim – RJ**

Operário metalúrgico, 42 anos, ingressou no Partido em 1983; deputado federal; integrante do Comitê Estadual/RJ; membro do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).





## **Edson Luís de França**

42 anos, ingressou no Partido em 1991; coordenador nacional da União de Negros pela Igualdade (Unegro); membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen).



## **Eduardo Bonfim Gomes Ribeiro – AL**

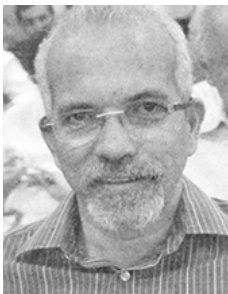
59 anos, militante desde 1972; secretário de Cultura de Maceió; membro do Comitê Estadual/AL.

356



## **Edvaldo Magalhães – AC**

Professor, 44 anos, ingressou no Partido em 1985; deputado estadual; presidente do Comitê Estadual/AC; eleito membro do Comitê Central no 10º Congresso (2001).



## **Edvaldo Nogueira – SE**

48 anos, ingressou no Partido em 1981; prefeito de Aracaju; membro do Comitê Estadual/SE; membro do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).





### **Eron Bezerra – AM**

Agrônomo e professor universitário, 56 anos, ingressou no Partido em 1977; deputado estadual licenciado, ocupando cargo em secretaria de estado do AM; membro do Comitê Estadual/AM; componente do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



### **Evandro Costa Milhomem – AP**

47 anos, militante há 4; deputado federal; vice-presidente do PCdoB/AP.

357



### **Fabiana de Souza Costa**

Assistente social, 35 anos, militante desde 1991; atuou na Comissão Nacional de Juventude e no Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ); responsável pelo Departamento de Quadros da Comissão Nacional de Organização.



### **Flávio Dino de Castro e Costa – MA**

Advogado e professor universitário, 41 anos, militante do PCdoB desde 2006; presidente do PCdoB/MA; deputado federal, foi também juiz federal.





### **Gerson Pinheiro de Souza – MA**

Geógrafo, 48 anos, militante desde 1983; membro do Comitê Estadual/MA.



### **Gustavo Petta – SP**

29 anos, ingressou no Partido em 1997; secretário municipal de Esportes de Campinas; membro do Comitê Estadual/SP; integrante do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).

358



### **Haroldo Lima – BA**

Engenheiro eletricitista, 70 anos, ingressou no Partido em 1972; diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo; incorporado ao Comitê Central em 1972 e eleito membro desde o 6º Congresso (1983).

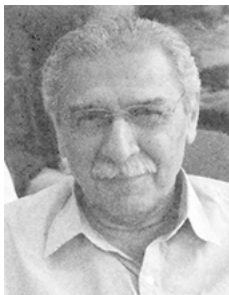


### **Inácio Arruda – CE**

Eletrotécnico, 52 anos, ingressou no Partido em 1981; senador da República; membro do Comitê Estadual/CE; membro do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).







### **Jamil Murad – SP**

Médico, 66 anos, ingressou no Partido em 1968; vereador em São Paulo; membro do Comitê Estadual/SP; integrante do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



### **Jandira Feghali – RJ**

Médica, 52 anos, ingressou no Partido em 1981; secretária municipal de Cultura do Rio; integrante do Comitê Estadual/RJ e do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).

359



### **Javier Alfaya – BA**

Arquiteto, 53 anos, ingressou no Partido em 1978; deputado estadual; membro do Comitê Estadual/BA e do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



### **Jô Moraes – MG**

Assistente social, 63 anos, ingressou no Partido em 1972; deputada federal; presidente do Comitê Estadual/MG e integrante do Fórum Nacional Permanente do PCdoB sobre a Questão da Mulher; incorporada ao Comitê Central em 1981, eleita membro desde o 6º Congresso (1983).





### **João Batista Lemos**

Operário metalúrgico, 56 anos, ingressou no Partido em 1975; secretário sindical nacional, eleito membro do Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).



### **José Reinaldo Carvalho**

Jornalista, 54 anos, ingressou no Partido em 1972; ex-secretário nacional de Relações Internacionais do PCdoB, atualmente secretário de Comunicação; membro do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).

360



### **Julia Roland – SP**

Médica, 59 anos, ingressou no Partido em 1979; integrante do Comitê Estadual/SP; eleita membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



### **Julieta Palmeira – BA**

Médica geriatra, 54 anos, militante há 32; secretária de Comunicação e da Mulher do Comitê Estadual/BA; integrante do Fórum Nacional Permanente do PCdoB sobre a Questão da Mulher.





### **Julio Vellozo – SP**

Historiador, 33 anos, ingressou no Partido em 1996; membro do Comitê Estadual/SP e do Comitê Municipal Paulistano; eleito membro do Comitê Central no 11º Congresso (2005).



### **Leila Márcia – PA**

39 anos, filiada há 25; membro do Comitê Estadual/PA; ex-presidente da Ubes e ex-coordenadora nacional da União da Juventude Socialista.



### **Liège Rocha**

Bibliotecária, 65 anos, ingressou no Partido em 1972; secretária nacional da Questão da Mulher; integrante do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).



### **Lúcia Klück Stumpf – SP**

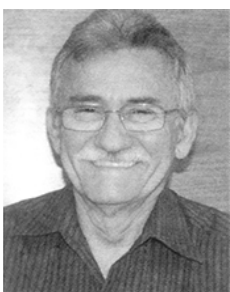
Jornalista, 27 anos, militante desde 1998; presidenta da União Nacional dos Estudantes no biênio 2007-2009.





### **Luciana Santos – PE**

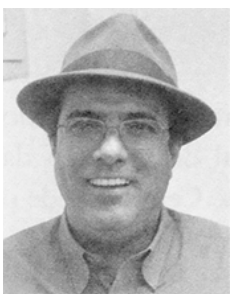
Engenheira eletricista, 43 anos, ingressou no Partido em 1987; vice-presidente nacional do PCdoB; secretária de Estado de Pernambuco; membro do Comitê Estadual/PE; eleita membro do Comitê Central no 10º Congresso (2001).



### **Luciano Siqueira – PE**

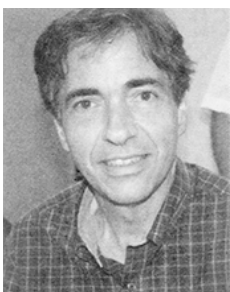
Médico, 63 anos, ingressou no Partido em 1972; vereador da cidade do Recife; membro do Comitê Estadual/PE; membro do Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).

362



### **Luis Carlos Orro – GO**

Advogado, 51 anos, ingressou no Partido em 1979; secretário municipal de Esportes de Goiânia; membro do Comitê Estadual/GO; membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



### **Luiz Fernandes – RJ**

Cientista político e professor universitário, 51 anos, ingressou no Partido em 1979; presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep/MCT); membro do Comitê Estadual/RJ; membro do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).





### **Madalena Guasco**

Assistente social e professora universitária, 53 anos, ingressou no Partido em 1977; presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee); membro do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).



### **Manoel Carlos Neri da Silva – RO**

Enfermeiro, 51 anos, militante há 20; presidente do Comitê Estadual/RO; presidente do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

363



### **Manoel Rangel**

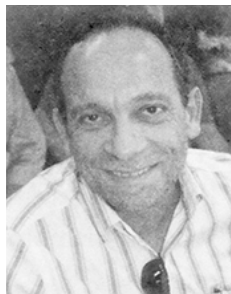
Cineasta, 38 anos, ingressou no Partido em 1982; diretor-geral da Agência Nacional do Cinema (Ancine); membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



### **Manuela D'Ávila – RS**

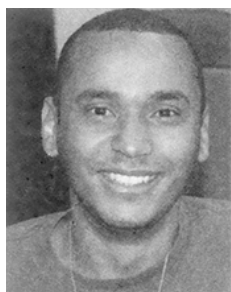
Jornalista, 28 anos, ingressou no Partido em 2000; deputada federal; membro do Comitê Estadual/RS; integrante do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).





### **Marcelino Granja – PE**

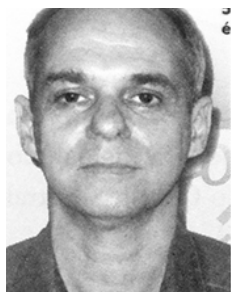
Engenheiro civil, 49 anos, ingressou no Partido em 1982; membro do Comitê Estadual/PE desde 1982; membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



### **Marcelo Brito (Gavião)**

29 anos, ingressou no Partido em 1996; presidente nacional da União da Juventude Socialista (UJS); membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).

364



### **Marcelo Cláudio César Cardia – SP**

Engenheiro agrônomo, 50 anos, ingressou no Partido em 1983; secretário sindical do Comitê Estadual/SP.



### **Marcelo Toledo – SP**

Operário ferramenteiro, 46 anos, ingressou no Partido em 1981; funcionário da GM, membro do Comitê Estadual/SP; eleito membro do Comitê Central no 10º Congresso (2001).





### **Maria de Lourdes Carvalho Rufino – PI**

Economista, 54 anos, militante desde 1989; secretária de Comunicação do Comitê Estadual/PI.



### **Marta Brandão da Silva – CE**

Trabalhadora do setor da saúde, 39 anos, militante há 17; membro do Comitê Estadual/CE; ex-operária do setor de alimentação.

365



### **Maurício Ramos – RJ**

Operário oficial encanador, 49 anos, ingressou no Partido em 1981; membro do Comitê Estadual/RJ; eleito membro do Comitê Central no 7º Congresso (1988) e, novamente, no 10º Congresso (2001).



### **Milton Alves – PR**

46 anos, ingressou no Partido em 1994; presidente do Comitê Estadual/PR; eleito membro do Comitê Central no 10º Congresso(2001).





### **Nádía Campeão – SP**

Engenheira agrônoma, 51 anos, ingressou no Partido em 1979; presidente do Comitê Estadual/SP; membro do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



### **Nereide Saviani**

Mestre e doutora em Educação, 61 anos, ingressou no partido em 1986; integrante da Comissão Nacional de Formação e Propaganda; eleita membro do Comitê Central no 11º Congresso (2005).

366



### **Neuton Miranda Sobrinho – PA**

61 anos, militante há 37; presidente do PC-doB/PA; atualmente ocupa cargo da Administração Federal.



### **Nivaldo Santana – SP**

Técnico em administração, 56 anos, ingressou no Partido em 1980; membro do Comitê Estadual/SP; membro do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).







### **Olival Freire Jr. – BA**

Cientista e professor universitário, 58 anos, militante desde 1986.



### **Olívia Santana – BA**

Pedagoga, 43 anos, ingressou no Partido em 1988; vereadora em Salvador/BA; integrante do Comitê Estadual/BA e do Fórum Nacional Permanente do PCdoB sobre a Questão da Mulher; componente do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).

367



### **Orlando Silva Júnior – SP**

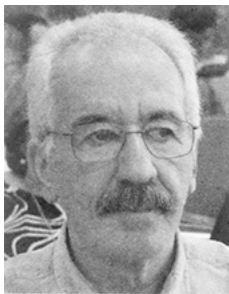
38 anos, ingressou no Partido em 1989; ministro do Esporte; membro do Comitê Estadual/SP; membro do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



### **Osmar Júnior – PI**

Advogado, 49 anos, ingressou no Partido em 1981; deputado federal; membro do Comitê Estadual/PI; membro do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).





### **Péricles de Souza – BA**

66 anos, ingressou no Partido em 1972; membro do Comitê Estadual/BA; eleito membro do Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).



### **Perpétua Almeida – AC**

Professora e bancária, 44 anos, ingressou no Partido em 1987; deputada federal; integrante do Comitê Estadual/AC; eleita membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).

368



### **Raimunda Leone de Jesus – RJ**

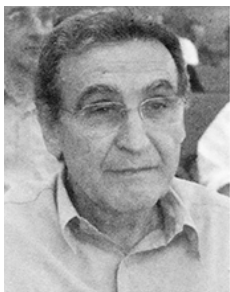
Metalúrgica, 43 anos, militante há 7; integrante do Fórum Nacional sobre a Questão da Mulher; tesoureira do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro; membro da Comissão Política Estadual do PCdoB/RJ.



### **Renata Lemos Petta – SP**

27 anos, entrou no partido em 2002; integrante da Executiva Nacional da União da Juventude Socialista e presidenta da entidade no estado de São Paulo; membro do Comitê Estadual/SP.





## **Renato Rabelo**

67 anos, presidente nacional do Partido; incorporado ao Comitê Central em 1972, eleito membro do Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).



## **Renildo Calheiros – PE**

Geólogo, 50 anos, ingressou no Partido em 1979; prefeito de Olinda (PE); membro do Comitê Estadual/PE; eleito membro do Comitê Central no 10º Congresso (2001).

369



## **Renildo de Souza – BA**

Economista e professor universitário, 52 anos, ingressou no Partido em 1979; membro do Comitê Estadual/BA; membro do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



## **Ricardo Abreu (Alemão)**

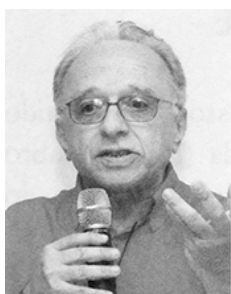
Economista, 41 anos, ingressou no Partido em 1986; ex-secretário nacional de Juventude e de Movimentos Sociais e Populares, atualmente secretário nacional de Relações Internacionais do PCdoB; eleito membro do Comitê Central no 9º Congresso (1997).





### **Romário Galvão Maia – RJ**

44 anos, militante desde 1985; secretário de Ação Institucional e Políticas Públicas do Comitê Estadual/RJ.



### **Ronald Freitas**

Advogado, 68 anos, incorporado para o Comitê Central em 1972; eleito membro do Comitê Central desde o 6º Congresso (1983).

370



### **Sérgio Barroso**

Médico, 54 anos, ingressou no Partido em 1979; membro da Comissão Nacional de Formação e Propaganda; eleito membro do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



### **Socorro Gomes**

Professora, 57 anos, ingressou no Partido em 1972; presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz) e do Conselho Mundial da Paz; integrante do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).





### **Tânia Soares de Souza – SE**

Jornalista e funcionária pública, 46 anos, militante desde 1983; membro do Comitê Estadual/SE, presidente do Comitê Municipal de Aracaju.



### **Thiago de Andrade Pinto – PR**

Economista e líder de equipe de produção, 27 anos; membro do Comitê Estadual/PR e vice-presidente do Comitê Municipal de Curitiba.

371



### **Valéria Conceição da Silva – PE**

Professora, 41 anos, militante desde 1995; secretária sindical do Comitê Estadual/PE; diretora nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).



### **Vanessa Grazziotin – AM**

Farmacêutica, 48 anos, ingressou no Partido em 1980; deputada federal; membro do Comitê Estadual/AM; integrante do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).





### **Vanja Andrea Reis dos Santos – AM**

41 anos, militante desde 1988; integrante do Comitê Estadual/AM; coordenadora estadual da União Brasileira de Mulheres (UBM) e membro da Coordenação Nacional da entidade.



### **Vital Nolasco**

Operário metalúrgico, 62 anos, ingressou no Partido em 1972; secretário nacional de Finanças; membro do Comitê Central desde o 8º Congresso (1992).

372



### **Wadson Ribeiro – MG**

33 anos, ingressou no Partido em 1993; secretário executivo do Ministério do Esporte; membro do Comitê Central desde o 10º Congresso (2001).



### **Wagner Gomes**

Metroviário, 52 anos, ingressou no Partido em 1977; presidente nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); membro do Comitê Estadual/SP, membro do Comitê Central desde o 9º Congresso (1997).





## **Walter Sorrentino**

Médico, 54 anos, ingressou no Partido em 1973; secretário nacional de Organização; membro do Comitê Central desde o 7º Congresso (1988).



## **Wander Geraldo**

43 anos; presidente do PCdoB na capital de São Paulo, membro da direção estadual; ex-presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam).



## **Zito Vieira – MG**

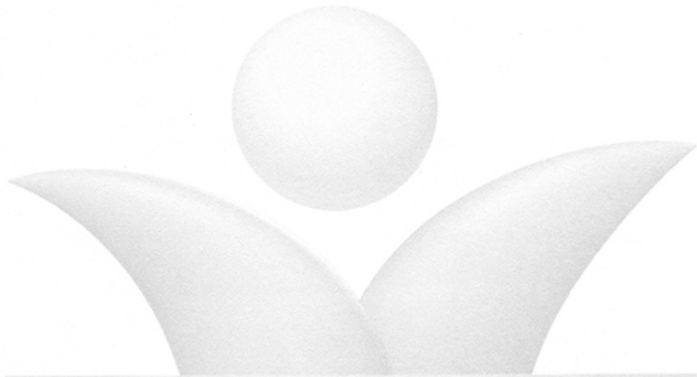
Sociólogo, 44 anos, ingressou no Partido em 1984; membro do Comitê Estadual/MG; membro do Comitê Central desde o 11º Congresso (2005).



374







# Estatísticas do 12º congresso



Clima festivo no encerramento do 12º Congresso



376



## NÚMERO DE DELEGADOS E DE MILITANTES MOBILIZADOS AO 12º CONGRESSO DO PCdoB



Delegação do Ceará tira foto na mesa do 12º Congresso

377

## NÚMERO DE DELEGADOS E DE MILITANTES MOBILIZADOS AO 12º CONGRESSO DO PCdoB

UF	Nº Filiados na Rede Vermelha Em 2/out/2009	Mobilização*	DELEGADOS (pelo critério da RV)	DELEGADOS (pelo critério de mobilizados))	Total Delegados que têm direito	Suplentes eleitos	Nº DIRIGENTES			
							TOTAL	HOMENS	MULHERES	% DE MULHERES
AC	6.833	3.453	17	17	34	16	59	42	17	28,81
AL	1.629	557	4	3	7	4	39	-	-	0,00
AM	11.310	10.651	29	53	82	72	75	49	26	34,67
AP	2.384	1.648	6	8	14	3	35	26	11	31,43
BA	16.632	13.090	42	65	107	30	63	43	20	31,75
CE	11.495	5.331	29	27	56	12	63	42	21	33,33



UF	Nº Filiações na Rede Vermelha Em 2/out/2009	Mobilização*	DELEGADOS (pelo critério da RV)	DELEGADOS (pelo critério de mobilizados)	Total Delegados que têm direito	Suplentes eleitos	Nº DIRIGENTES			
							TOTAL	HOMENS	MULHERES	% DE MULHERES
DF	1.860	520	5	3	8	3	39	27	12	30,77
ES	1.341	760	3	4	7	0	39	26	13	33,33
GO	3.733	1.478	9	7	16	4	46	32	14	30,43
MA	8.955	5.476	23	27	50	18	63	44	19	30,16
MG	16.670	3.706	42	19	61	13	59	41	18	30,51
MS	1.051	450	3	2	5	1	27	15	12	44,44
MT	793	359	2	2	5**	3	27	16	9	33,33
PA	6.090	4.579	15	23	38	15	59	40	20	33,90
PB	4.130	2.246	10	11	21	6	41	27	14	34,15
PE	12.220	7.868	31	39	70	24	63	44	19	30,16
PI	5.341	3.417	14	17	31	6	63	43	20	31,75
PR	3.447	2.560	9	13	22	5	59	45	14	23,73
RJ	26.478	6.611	67	33	100	21	63	44	19	30,16
RN	4.424	2.188	11	11	22	5	41	27	14	34,15
RO	301	950	1	5	6	3	31			0,00
RR	145	89	0	0	5**	-	11		4	36,36
RS	7.573	3.706	19	19	38	8	63	45	18	28,57
SC	2.255	987	6	5	11	5	37	25	12	32,43
SE	2.380	2.182	6	11	17	6	37	27	10	27,03
SP	37.253	17.201	95	86	180	-	63	42	21	33,33
TO	42	269	0	1	5**	1	23	16	7	30,43
Total	196.765	102.332	498	512	1.018	284	1.288			
	394	200			58					
					1.076					

\* Em **negrito-italico** os nºs aproximados informados pelos CE em 22/9/2009

\*\* 5 é o nº mínimo de delegados por estado



## DELEGADOS PRESENTES



Jorge Mautner faz apresentação musical no 12º Congresso



Delegados participam de atividade festiva no 12º Congresso

## DELEGADOS(AS) PRESENTES

UF	Nº DELEGADOS(AS) ELEITOS(AS)	Nº DELEGADOS(AS) PRESENTES	DELEGADOS(AS) ESTATUTÁRIOS(AS) PRESENTES
AC	34	30	2
AL	7	7	
AM	82	67	4
AP	14	7	
BA	107	95	
CE	56	56	2
DF	8	7	
ES	7	5	
GO	16	18	2
MA	50	43	
MG	61	48	4
MS	5	4	
MT	5	5	
PA	38	31	
PB	21	20	
PE	70	52	5
PI	31	29	0



## DELEGADOS(AS) PRESENTES

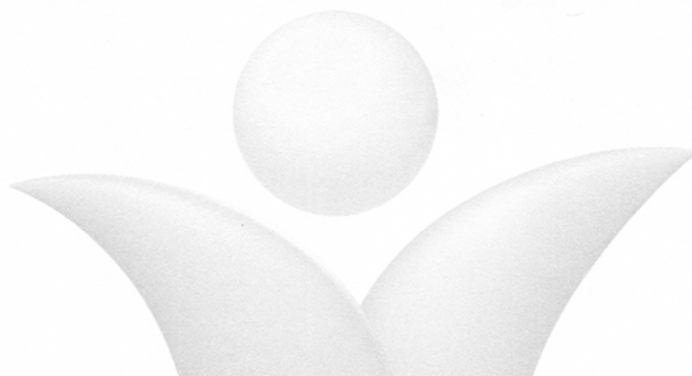
UF	Nº DELEGADOS(AS) ELEITOS (AS)	Nº DELEGADOS(AS) PRESENTES	DELEGADOS(AS) ESTATUTÁRIOS(AS) PRESENTES
PR	22	22	1
RJ	100	98	7
RN	22	20	1
RO	6	4	
RR	5	1	
RS	38	31	4
SC	11	10	
SE	17	14	1
SP	180	170	25
TO	5	3	
CC*	59		
Total	1.077	897	58

Nº TOTAL DE DELEGADOS CREDENCIADOS = 955

380

\*21 membros do CC foram eleitos delegados no seu estado





# Balanco do trabalho de direção



Mesa do 12° Congresso



382





## BALANÇO DO TRABALHO DE DIREÇÃO DO PCdoB – 2005-2009

O período entre o 11º e 12º Congresso exigiu do PCdoB a formulação de orientações políticas avançadas, atuando no curso real da agenda política do país; a organização de uma vontade coletiva, coesa e estruturada, capaz de mover a luta por sua implementação; a elaboração teórica e a criação dos instrumentos necessários à difusão dessas orientações para o conjunto da sociedade.

A direção nacional deu a essas três dimensões grande impulso e levou o PCdoB a expressivos êxitos. O Partido demonstrou vigor na ação política e edificação partidária em todos os terrenos. Vive hoje fase de grande dinamismo político e inserção nas lutas sociais. Ampliou sua estruturação em todo o país. Particularmente, maturou o pensamento programático-estratégico e de partido.

383

A marca essencial do trabalho de direção nacional foi o aprofundamento do método democrático e participativo na elaboração do pensamento e da ação partidários.

O balanço indica os êxitos alcançados, as insuficiências verificadas e as lições a extrair. Desvela ainda as exigências de fazer frente aos desafios, porquanto é todavia pequena a força eleitoral do PCdoB. É necessário falar efetivamente a todos os trabalhadores e todo o povo, desenvolver em nova escala os instrumentos para a luta de ideias e alcançar uma militância mais estável e com maior organicidade. São indicações para possibilitar efetivamente ao PCdoB liderar a luta pelo novo programa socialista na sociedade.

### **Quadra política mais favorável**

As condições para esses êxitos foram dadas pela conjuntura política favorável em que a atividade partidária se desenvolveu; as opor-



tunidades e os desafios que ela apresentou encontraram na direção nacional a capacidade de aproveitá-los bem.

A eleição de Lula, em 2002, abriu uma etapa inédita na história republicana, que se aprofundou com a reeleição em 2006. O PCdoB foi o único partido, além do PT, que apoiou Lula em todas as campanhas presidenciais desde 1989. No primeiro mandato, foi decidido protagonista para enfrentar a crise midiática golpista de 2005-2006, colocando-se na pronta defesa do presidente e do governo e mobilizando a capacidade de intervir na luta política e social para denunciar os ataques da direita.

O segundo mandato vem sendo desempenhado em condições mais favoráveis, malgrado a crise capitalista que atingiu também o Brasil. O governo pôs em marcha um ambicioso plano de aceleração do crescimento, manteve orientação democrática e aprofundou conquistas dos trabalhadores e do povo. Lula e o governo obtêm os mais altos índices de popularidade de toda a série histórica de pesquisas.

384

O PCdoB é partícipe desse esforço e se beneficia dele. Buscou manter o núcleo de esquerda como eixo principal para nortear a base de sustentação da governabilidade, e preservou sua postura independente, particularmente quanto a apontar contradições da orientação econômica de matriz ortodoxa prevalecente na macroeconomia.

Nessas condições e com as vitórias alcançadas pelas forças populares e progressistas na América do Sul, o PCdoB tirou conclusões consequentes, apontando para a maior audácia da atuação do Partido. Elas foram aprofundadas, ainda, na luta ideológica, com a crise capitalista irrompida em 2008.

Outro fator absolutamente essencial para os êxitos alcançados foi, no ambiente democrático do país, termos alcançado a declaração de inconstitucionalidade da cláusula de barreira eleitoral, luta conduzida essencialmente pelo PCdoB, com denodo e determinação, reunindo forças e argumentos para tanto. O conteúdo do acór-



ção do STF será importante baliza para a própria reforma política democrática pela qual, todavia, se luta.

## **Dinamismo político, inserção nas lutas e estruturação**

O PCdoB alcançou maior protagonismo em todas as dimensões da luta política, social e ideológica, aliado à abertura para o crescimento e à maior estruturação das fileiras comunistas. Ampliou decididamente suas atividades, do ponto de vista das inúmeras áreas de atuação, do crescimento numérico de suas fileiras ou da abrangência geográfica de sua presença. Aprofundou sobremaneira e dinamizou as relações internacionalistas com governos e partidos comunistas, operários e progressistas de todo o mundo.

A amplitude desse crescimento veio requerer a conformação do Partido aos desafios que se apresentaram, exigindo um conjunto de medidas para torná-lo capaz de enfrentá-los. A ação da direção nacional situa-se aí.

385

Pode-se dizer que entre o 10º e o 11º Congressos tratou-se de assentar as bases do pensamento político para as novas condições inéditas no país e de certo modo em todo o mundo – integrar um bloco político governante, com base de sustentação heterogênea, alcançado por via eleitoral, sem que os comunistas constituíssem a força principal.

No período 2005-2009, desde o 11º Congresso, de outra parte, o esforço foi o de desenvolver tal orientação e fazê-la frutificar. Isso exigiu da direção nacional intensa elaboração e ação política.

## **Audácia política**

A palavra *audácia* foi empregada, desde fevereiro de 2007, para designar a orientação adequada aos novos tempos. Ela traduziu-se, particularmente, na transição da tática eleitoral para a disputa de cargos majoritários, e na consolidação da identidade partidária



perante o eleitorado. O resultado foi o fortalecimento da atuação do Partido no campo institucional. Ocorreram não só conquistas eleitorais importantes nas várias instâncias parlamentares em 2006 e 2008, como também a reconquista da cadeira comunista no Senado, a obtenção da 5ª maior votação para a Câmara Alta em 2006 e da 7ª votação nacional a prefeitos de capitais, a eleição de 13 deputados federais, 1 senador, 12 estaduais, 41 prefeitos e 600 vereadores, além da participação em outras 400 administrações municipais e 13 governos de estado.

Audaz foi ainda a conquista, no bojo de uma crise política da Câmara dos Deputados, da Presidência da Casa por parte de um membro da Comissão Política Nacional, situação inédita que possibilitou a um comunista, pela primeira vez, ocupar interinamente a Presidência da República.

386

Um grande passo foi dado também com o apoio dos comunistas à fundação de uma nova central sindical no país, capaz de possibilitar ao sindicalismo classista a luta com maior poder de fogo pela unidade de todas as centrais na luta dos trabalhadores.

Igualmente, o PCdoB atuou pela constituição e consolidação de um Bloco de Esquerda na Câmara dos Deputados, em processo destinado a fortalecer o núcleo de esquerda como centro do governo, de modo que lhe possibilitasse ampliar para outras forças de sustentação sem se descaracterizar.

## Luta política

Sob a liderança da Presidência alcançou-se grande renovação e atualização dinâmica do pensamento político. A orientação que fluiu desde a Presidência para os demais órgãos da direção nacional foi a de elaboração e tomada de iniciativas concretas na luta política, na frente institucional, no movimento social, na esfera das relações internacionais e em relação aos complexos problemas da construção partidária, na luta de ideias e na difusão delas junto à sociedade.



A Presidência participou ativamente das reuniões do Conselho Político da República, cenário para expor os pontos de vista dos comunistas sobre os rumos do governo. Manteve frequentes contatos com o presidente Lula, o vice-presidente José Alencar e inúmeros ministros, como forma de atuar por uma definição programática avançada da base aliada, de desenvolvimento soberano, democrático, de inclusão social e de integração regional.

A bancada parlamentar e a Presidência atuaram por uma reforma política democrática, com manutenção do sistema de representação proporcional, voto em listas e financiamento público, contra a cláusula de barreira.

O PCdoB ocupou posições no governo federal, como o Ministério do Esporte, a Agência Nacional do Petróleo, a Agência Nacional do Cinema, o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além de funções governamentais relacionadas a cultura, juventude, mulheres, discriminação racial e outras. Com isso, adentrou o terreno das ações estratégicas de Estado. Vincou forte marca política nacional em torno da questão do esporte e lazer, de larga influência na sociedade. Teve papel destacado no debate da estratégia do país frente à questão da matriz energética, particularmente no que tange ao petróleo e às opções do país com o pré-sal, contribuindo decisivamente para um novo marco regulatório, para a criação de uma nova estatal, para o fortalecimento público da Petrobras e para a formação do fundo soberano; jogou também papel na luta em defesa do etanol e do biodiesel como fontes alternativas de energia limpa a serem apoiadas e desenvolvidas no país. O Partido elevou seu papel na igualmente estratégica questão da cultura, fator marcante da identidade nacional. O mesmo foi feito quanto ao projeto de ciência e tecnologia do país, a partir do Ministério e da Finep. O esforço exigido foi o de ligar devidamente essa atuação ao projeto político partidário, definido em ligação com as responsabilidades assumidas perante o governo e a nação.

Destaca-se ainda o acompanhamento da direção nacional sobre



a questão da Guerrilha do Araguaia, integrando a comissão constituída pelo governo para prestar contas à nação e aos familiares dos desaparecidos nesse episódio da luta democrática em nosso país.

Um dos eixos permanentes de todo esse trabalho de direção foi esforço para avançar na formulação de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. O maior domínio da realidade política levou o PCdoB a formular nesse sentido a proposta apresentada à sociedade de seis reformas estruturais democráticas, como parte da luta no rumo de transformações mais profundas. Tais questões foram incorporadas ao Programa em debate no 12º Congresso. Foi levada a novo patamar a difusão desse pensamento junto aos grandes órgãos de comunicação, bem como às entidades e lideranças representativas da sociedade civil e da intelectualidade.

## Luta social

388

No campo da luta social, a marca maior foi o apoio dos comunistas à fundação da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, sem desconsiderar, entretanto, os avanços obtidos em todos os demais movimentos sociais.

Os fóruns sociais mundiais, realizados no país ou na África, na Índia e na Venezuela, tiveram os movimentos sociais nos quais atuam os comunistas como ativos promotores de eventos, ligados às perspectivas de uma nova luta pelo socialismo.

Teve lugar um novo projeto estratégico para a juventude, cuja organização política, a UJS, atingiu patamares inéditos em seu Congresso, com mais de 100 mil aderentes. Foram realizados seus 13º e 14º congressos nacionais, adentrando-se a fase nova de uma UJS de massas. Ela seguiu como força mais atuante no movimento estudantil, mas também elevou sua atuação entre a juventude trabalhadora, da periferia e do movimento hip-hop, entre os jovens cientistas e pós-graduandos, entre a juventude cultural etc. Foi consolidado também o Centro de Estudos e Memória da Juventude e



sua revista. Quadros do Partido ocuparam a Secretaria Adjunta da Secretaria Nacional de Juventude do governo Lula, a Presidência do Conselho Nacional e a coordenação da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude.

Destaca-se também o grande impulso dado à luta das mulheres a partir da Conferência Nacional realizada em 2007, aumentando seu protagonismo na sociedade e na própria vida do PCdoB.

A luta contra a discriminação racial também teve forte incremento, tendo realizado seu 3º Congresso a UNEGRO, que conseguiu se organizar em 21 estados. Quadros do Partido ocuparam postos na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e também na Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais, além de representar a luta contra a discriminação racial no âmbito do Conselho Nacional de Juventude.

A Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), constituída em 2003 com forte apoio dos comunistas, elaborou o Projeto Brasil apontando a luta por reformas estruturais e pela unidade política dos movimentos.

O Partido foi ainda um ativo participante das mais de 40 conferências temáticas de políticas públicas promovidas pelo governo federal, um grande passo democrático que permitiu politizar as lutas sociais.

Promoveu, ainda, dois encontros nacionais sobre a atuação do PCdoB nos movimentos sociais. Priorizou sua atuação nos movimentos sindical, estudantil, comunitário, antirracista e de mulheres. Ao mesmo tempo, avançou a direção do trabalho em novas e dinâmicas frentes como os movimentos em torno de paz e solidariedade internacional entre os povos, saúde pública, cultura, esportes, defesa ambiental, indígenas, direitos humanos, portadores de deficiência, crianças e adolescentes, livre orientação sexual e democratização dos meios de comunicação, entre outros.



## Luta internacionalista

Na esfera internacional, o crescimento do prestígio do Partido pode ser medido pela inédita realização, fora da Europa, do 10º Encontro de Partidos Comunistas e Operários, ocorrido em São Paulo, do qual o PCdoB foi anfitrião. Foi a primeira vez que um encontro dessa envergadura ocorreu abaixo do Equador, com a presença de 65 partidos e organizações de todos os continentes, que aprovaram a *Proclamação de São Paulo* e a *Declaração de solidariedade aos povos da América Latina e Caribe*.

Outra medida desse prestígio é expressa pela direção inédita alcançada pelos comunistas brasileiros na Presidência do Conselho Mundial da Paz, colhendo resultados do impulso à luta pela paz e do fortalecimento do CEBRAPAZ.

Na área sindical, houve a filiação da CTB à Federação Sindical Mundial, com papel de destaque na organização do movimento sindical *Nuestra America*; na frente da luta das mulheres, temos participado ativamente da Federação Democrática Internacional das Mulheres; na área da juventude a UJS segue na Vice-Presidência para a América Latina e Caribe da Federação Mundial das Juventudes Democráticas.

No período, multiplicaram-se os contatos internacionais. Grande conquista foi a incorporação do PCdoB como membro pleno do grupo de trabalho do Fórum de São Paulo, a mais ampla rede das forças progressistas e anti-imperialistas da América Latina. Igualmente, nosso Partido é membro do grupo de trabalho dos encontros de partidos comunistas e operários e também do Seminário Comunista Internacional de Bruxelas. Atualmente, participa do Parlamento do Mercosul com o senador Inácio Arruda.

No plano das relações bilaterais mantêm-se relações, em níveis distintos, com 182 partidos e organizações de todos os continentes. Aprofundaram-se relações, incluindo a troca de delegações e dirigentes de partidos irmãos, com China, Vietnã, Cuba, Coreia do Norte, Portugal, Síria e Palestina, entre outros.





## Luta no plano das ideias, no partido e na sociedade

A luta de ideias foi marcada pelo esforço de reformulação programática e estratégica, dando corpo a uma nova luta pelo socialismo e por um novo projeto nacional de desenvolvimento para o país. O desafio foi o de atualizar a compreensão do capitalismo contemporâneo e da crise capitalista, por um lado; por outro, o de desvendar o Brasil, suas contradições e potencialidades. Isso se expressou na fórmula Marxismo + Brasil, que procura fundamentar o caminho brasileiro ao socialismo.

Foram realizados inúmeros seminários, congressos, debates etc. em torno dessas questões, além de crescente intercâmbio com o pensamento avançado do país. Alcançou-se o reforço da Fundação Maurício Grabois, que já se inscreve como instituição respeitada na luta de ideias, tendo efetuado, sozinha ou em parceria com instituições coirmãs, o exame em profundidade de temas de relevância política e teórica.

391

No início de 2007, o PCdoB elegeu a comunicação e a formação como prioridades, o que se materializou no maior aporte de recursos para ambas.

Com isso, avançou o trabalho da Escola Nacional, que consolidou seu papel de formação política regular para quadros de todos os níveis, dirigentes municipais e estaduais, militantes em geral e recém-filiados, contando com sucursais em 12 estados.

A revista *Princípios* tornou-se bimestral, e foi meio de articulação do pensamento avançado e de elaboração cultural e ideológica. O periódico chegou aos 30 anos e publicou seu número 100, expressiva vitória como revista marxista das mais longevas da história do país.

O tema da comunicação foi incorporado à agenda de prioridades do PCdoB como elemento da disputa pela hegemonia. O PCdoB ocupa papel protagonista na luta pela democratização dos meios



de comunicação; participou da criação do Fórum de Mídia Livre, e estreitou seus laços com forças políticas e intelectuais que denunciavam a manipulação midiática. Essa bandeira foi incorporada entre as reformas estruturais defendidas para o país.

O portal da internet, *Vermelho*, firmou-se como principal instrumento de difusão das ideias do Partido e de unificação das fileiras comunistas. Em 2008, a página venceu novamente o prêmio Ibest de melhor sítio de política da Internet brasileira. Apesar dessa consolidação, *Vermelho* enfrenta novas exigências de editoria política e de conteúdo; apresentou atraso na implantação da nova ferramenta de navegação num setor que se moderniza de forma acelerada, o que afetou sua capacidade competitiva; está defasado também no tocante aos recursos de multimídia e é pouco interativo com os internautas. Seu mais elevado papel foi contingenciado pelo descompasso dos investimentos sistêmicos nos vários estados.

392

O jornal *A Classe Operária*, redefinido, ganhou uma mudança qualitativa no quadriênio – um formato de “jornal militante, de panfletagem nas áreas prioritárias de estruturação partidária», subsidiado pela direção nacional. Garantiu edições mensais e o significativo aumento de sua tiragem – média de 400 mil exemplares.

Manteve-se o terreno da comunicação de massa com os programas de TV no horário público. Adentrou-se a comunicação via rádio digital, mas ainda não teve início a transmissão de TV via Internet, objetivo que havia sido traçado.

## **Estruturação partidária**

Como suporte a tais impulsos buscou-se estruturar um partido comunista de massas, atualizando o pensamento leninista em matéria de organização sem abrir mão das vigas do centralismo democrático. A ênfase do esforço foi fundamental e impulsionar uma linha de estruturação, renovando a cultura político-organizativa com o objetivo de alcançar uma organização arejada e aberta, ao mesmo tempo unida e disciplinada.



Um dos marcos, nesse sentido, foi a aprovação, pelo 11º Congresso, do novo estatuto; o outro passo foi o desenvolvimento da proposta de uma política de quadros, que está submetida à deliberação do 12º Congresso, respondendo à questão de como formar as futuras gerações políticas dirigentes do PCdoB nas condições contemporâneas.

As fileiras passaram de 190 mil filiados e 69 mil militantes em 2005 para 240 mil filiados registrados no TSE e 90 mil militantes em 2007. Hoje, o Partido tem constituídos 27 comitês estaduais e cerca de 2 mil comitês municipais, e possui em torno de 20 mil quadros em todos os níveis, com destaque para os mil quadros de nível superior. O fortalecimento do espírito militante, neste último período, vem sendo perseguido com prioridade ao trabalho de formação e de comunicação, como forma de educar e unificar as fileiras partidárias. A Rede Vermelha de cadastros de filiados teve grande impulso, alcançando mais de 192 mil registros atualizados. Vem sendo implantada progressivamente a Carteira Militante.

393

Na organização, o foco central foi a formação de grande contingente de quadros intermediários como modo de fortalecer as direções intermediárias e possibilitar maior organicidade militante desde a base, constituindo um corpo mais estável e avançado de secretários de organização em todo o país.

A disciplina do Partido e a unidade de suas fileiras foram mantidas. Um membro do Comitê Central pediu desligamento das fileiras partidárias no período, em função de interesses pessoais. Em meio a pressões de toda ordem, sobretudo de interesses eleitorais, algumas poucas defecções foram registradas em poucos estados. Entretanto, a Comissão de Controle praticamente não foi requerida em matérias disciplinares, o que demonstra maturidade coletiva e espírito construtivo para lidar com discrepâncias existentes.

Alcançou-se notável progresso na sustentação material da atividade partidária, dada em bases políticas e de trabalho militante. O PCdoB conquistou sede nacional própria, alcançada por esses



meios. O PCdoB não tem dívidas; a legalidade das contas partidárias é integral perante a Justiça Eleitoral, e o respeito à coisa pública pode ser medido pela ausência de qualquer condenação dos membros do Partido atuando nas instituições, malgrado a disputa político-midiática que condena inapelavelmente em manchetes; o Partido financiou suas campanhas a partir das relações políticas alcançadas. Entretanto, são enormes os descompassos de condições materiais na maioria dos comitês partidários; aprovou-se em 2008 a instituição de um Fundo Nacional de Apoio aos Estados, baseado nos recursos do Fundo partidário.

Em termos do trabalho de direção, nas frentes de massa está para ser constituído o Fórum dos Movimentos Sociais, para coordenar e unificar a ação partidária, estendendo-a para novos movimentos como o indígena, o de direitos humanos, o LGBT, o de pessoas com deficiência, o de direitos das crianças e adolescentes, o de direitos dos idosos, o de defesa do consumidor e o das entidades religiosas. O saldo organizativo é expressivo, alcançando constituir secretarias de movimentos sociais em 21 estados, e permitindo a unificação política dos comunistas na ação.

394

Na frente sindical, além de consolidar as comissões sindicais nos estados, constituíram-se frações nos principais ramos de atividade. Outro fator importante está sendo a filiação massiva de lideranças de sindicatos integrantes da CTB e mesmo de outras centrais sindicais, crescendo assim nossa influência entre trabalhadores urbanos e acentuadamente entre os rurais. Importantes estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além do Nordeste em geral, têm novas condições de falar diretamente aos trabalhadores.

Na frente de juventude, consolidaram-se melhor as secretarias estaduais. Manteve-se e aprimorou-se a influência dos comunistas por intermédio da UJS. Realizou-se novo Encontro Nacional Partido e Juventude.

Foi criada a Secretaria da Mulher, ao lado do Fórum Nacional Permanente do PCdoB sobre a Questão da Mulher, integrante da



Comissão Política e do Secretariado Nacional. Alcançou-se constituir 23 secretarias estaduais e a UBM está organizada em 24 estados. As deliberações da Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher permitiram elevar a participação das mulheres a um mínimo de 30% nos órgãos diretivos partidários.

Foi criada ainda a Secretaria do Meio Ambiente, que realizou um seminário nacional e definiu uma linha política partidária para essa área, possibilitando nossa participação na Conferência Nacional do Meio Ambiente em 2008. A realização do Seminário Amazônia Sustentável, em colaboração com a Secretaria da Amazônia, preparou o Partido para a participação no Fórum Social Mundial de Belém e referenciou a posição oficial adotada pelo Partido em resolução do Comitê Central.

Na área institucional, vai se formando uma nova geração de quadros políticos que passa a acumular rica experiência, indo além do ativismo político-social. Avançaram a formação e a elaboração política das secretarias de Relações Institucionais e de Políticas Públicas, em interação com as demais frentes de direção. Diversos seminários foram realizados com esse fim, além de um trabalho de controle regular e sistemático. O esforço foi voltado a ligar a atuação em cada âmbito ao projeto político partidário, a partir das especificidades dessa frente de atuação.

395

## **Maturidade política e uma visão realista dos desafios**

O PCdoB alcançou, assim, um protagonismo inédito em sua história, em todos os terrenos de ação. Tais avanços são encarados como uma tarefa democrática de ordem geral na sociedade brasileira, contribuição ao fortalecimento indispensável dos partidos políticos para organizar os trabalhadores e o povo brasileiro.

Entretanto, eleva-se o nível da luta política no país e no mundo, num cenário de incertezas e de conflitos crescentes da luta de classes. Outros avanços se fazem necessários. Para persegui-los há que



saber aquilatar os motivos dos êxitos e as insuficiências manifestadas. O balanço em debate busca situá-los e indicar perspectivas para o Comitê Central do 12º Congresso.

O promotor – ao mesmo tempo a resultante – mais expressivo de todo o movimento realizado é a maturidade do pensamento político, expresso no atual Congresso com a apresentação de um novo Programa Socialista, a ser alcançado no seio de amplo movimento por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento. E a lição mais concentrada dos êxitos reside nos métodos coletivos, democráticos e participativos utilizados na elaboração das orientações partidárias.

Por outro lado, o PCdoB tem, perante os desafios postos no nível da luta atual, uma força política ainda reduzida; particularmente, sua força eleitoral é muito pequena, conferindo-lhe patamar de representação restrito. Igualmente, ainda não alcança falar efetivamente para toda a sociedade; tem ideias claras, mas são escassos os recursos e instrumentos para constituir uma liderança intelectual maior entre as camadas avançadas. No plano da estrutura, são ainda pequenos seus efetivos para a magnitude da população, e, principalmente, é baixa a organicidade de suas fileiras, o que lhe confere um corpo militante estável reduzido. São todos fatores que limitam o papel político do PCdoB.

396

## Os órgãos de direção

### O Comitê Central

O Comitê Central eleito no 11º Congresso contava com 81 membros, entre os quais houve o desligamento de Agnelo Queiroz em 2008. Seu perfil foi de 21% de mulheres e de apenas 12% de jovens com até 29 anos e quadros na faixa de 30 a 39 anos, malgrado o impulso de promoção verificado na ocasião. Muitos trabalhadores também foram indicados para o Comitê Central. A renovação foi razoável, de modo que 31% (25 em 80) dos seus membros estão em primeiro mandato – entre os quais 8 sindicalistas, 6 jovens e 6 mulheres (embora com duplo cômputo); outros 10% (8 membros)



estão em sexto mandato. O Comitê Central conta com membros de 15 estados, dos quais mais de 50% atuantes nas regiões Sudeste e Nordeste do país.

Ao início de seus trabalhos, tinha-se a perspectiva “da existência de uma nova fase do trabalho da direção nacional”, implicando a necessidade de “elevar o trabalho da direção nacional a novo patamar”, com o “aprofundamento do trabalho coletivo, da democracia interna e da orientação e direção únicas», aperfeiçoando «os planos e controles, as prestações de contas regulares ao coletivo partidário”. Propôs-se firmar um funcionamento “mais regular e permanente, mais colegiado e normatizado”, com “profissionalismo, transparência e eficiência na sua execução”, alcançando o Comitê Central e seus órgãos. E ainda: “o Comitê Central deverá ampliar seu papel dirigente, a partir de maior capacidade formuladora de políticas”.

O Comitê Central alcançou esses resultados. Demonstrou maturidade e confiança em seu trabalho. Efetivamente elaborou, deliberou e se responsabilizou pelo controle da orientação política e da estruturação partidária. Suas pautas, eminentemente políticas, motivaram a participação com alto nível de intervenção, trazendo experiências a partir de inserção política e social ampliadas, e permitiram coesionar orientação unitária. Vigia a mais completa democracia e respeito às opiniões no seio do Comitê Central, com métodos persuasivos e integradores. Ponto alto desse período foi a preparação do 12º Congresso, pela elevação dos temas envolvidos. A experiência de pauta extraordinária, com temas candentes como Amazônia, meio ambiente, petróleo e questão indígena – necessidades sentidas da intervenção partidária –, foi muito positiva e precisa ser estendida.

Realizaram-se no período 16 reuniões. Foi cumprido rigorosamente um calendário anual de reuniões, além de duas convocações extraordinárias. As pautas compreenderam invariavelmente a orientação política nacional, a luta social, as relações internacionais e temas de partido ou do trabalho de direção. A frequência média às reuniões foi de 85% de seus membros, ficando o quórum do



último dia de reunião em torno de 80%. Houve 82 faltas justificadas (totais ou parciais), na grande maioria devido a atividades políticas desempenhadas, embora as reuniões sejam programadas anualmente. Houve 28 faltas injustificadas; um de seus membros tem cinco faltas justificadas e dois têm quatro, nesse último caso consecutivas, numa situação irregular.

Quanto a estar em dia com as obrigações financeiras, verificam-se pendências de tipos variados por parte de cinco membros da bancada, de três integrantes de cargos executivos de governo e de um outro membro do Comitê Central.

Não foram implementadas as diretivas de constituir fóruns de macrorregião nacional – sem prejuízo ao papel do Comitê Central – e a proposição originada no Secretariado Nacional de instituir, a cada novo Comitê Central, uma comissão responsável por eventos nas datas magnas do Partido, visando a um trabalho educativo, de propaganda, de relações públicas e de arrecadação de finanças. Essa última diretiva é uma necessidade sentida e deve ser promovida pelo novo Comitê Central.

398

## **A Comissão Política Nacional**

Quanto à Comissão Política Nacional, foram 23 integrantes eleitos, acrescidos posteriormente da titular da Secretaria de Mulheres e do novo líder da bancada.

A Comissão Política realizou ordinariamente 33 reuniões mensais e duas extraordinárias, excetuados os meses em que se convocou o Comitê Central. Nela foram pautados temas eminentemente políticos e de partido, sobretudo atinentes ao trabalho de direção. Foram ao todo 70 temas em pauta. Dois deles merecem menção, devido à metodologia nova e positiva: o do petróleo e o da Amazônia / questão indígena: produziram dois relatórios de debates posteriormente pautados no Comitê Central. Trata-se de aquisição a ser mais utilizada, para enfrentar questões palpitantes ou controversas da orientação política. Por tudo isso, a atividade da Comissão Política teve





enorme impacto em “posicionar o Partido no cenário político em tempo real, e indispensável à unidade partidária construída em todo o país”, que era a proposta por ocasião de sua indicação.

As presenças às reuniões são mais regulares. Em média, faltaram a elas de forma justificada dois de seus membros. As faltas se concentram particularmente em um de seus membros – faltante a mais de 20% do total de sessões – e a quatro com cerca de 15% de faltas, todas devido a atividades político-institucionais sob suas responsabilidades.

Independentemente da justificativa, julga-se excessivo esse número, haja vista o papel central da Comissão Política Nacional na definição do rumo político do Partido, e o fato de que suas reuniões são marcadas em calendário anual. A grande questão remanescente é que os membros da Comissão Política, excetuados os responsáveis por secretarias e os que exercem cargos políticos de Estado, não assumiram tarefas de direção geral *executiva* ou representação política da atividade partidária fora de seu estado.

399

## A Presidência

Sob liderança da Presidência, teve lugar o aprofundamento do “processo de democratização do trabalho de elaboração da linha de ação partidária” proposto no último Congresso, fortalecendo o caráter coletivo da tomada de decisões políticas.

Esse movimento foi coroado com a elaboração dos temas do 12º Congresso, que contou com a participação de dezenas de colaboradores ao longo destes anos, nos quais se realizaram vários seminários e intercâmbios. Coordenados pela Presidência, esses movimentos criaram um clima de estímulo à reflexão, onde a atitude madura para com as discrepâncias pudesse produzir um resultado superior. Os órgãos de direção foram o centro dos métodos coletivos, democráticos e participativos.

O presidente nacional atuou intensivamente nas eleições de 2006



e 2008; integrou o Conselho da República; dirigiu o trabalho da bancada parlamentar juntamente com seu líder; esteve presente junto ao Partido nos estados; realizou viagens internacionais a China, Cuba, Vietnã e Coreia; apoiou ativamente a direção organizativa e das frentes de ação de massas.

Liderou ainda o esforço de elaboração teórica, num crescente intercâmbio com esfera mais larga de quadros partidários, como também com intelectuais avançados do país. Atualizou o pensamento político sobre as questões do curso real da agenda do país, e foi o mais importante difusor dessa orientação pelos meios de comunicação disponíveis.

Implementou métodos de relações internas não apenas participativos como também persuasivos, à base de ideias, e respeitando as opiniões do coletivo.

## O Secretariado Nacional

400

O Secretariado Nacional é a instância que necessita de maior reformulação em seu papel. Ele exerce muita centralização sobre a vida da direção nacional, e isso não é necessário nem positivo, acaba por restringir o papel das comissões políticas. Eram dez secretarias com nove responsáveis, posteriormente sendo acrescentada a secretaria de Mulheres. Acumulou imenso volume de trabalho, em todas e em cada uma das frentes. Em regra as reuniões foram semanais, muito disciplinadas. Atuou como uma espécie de núcleo permanente da Comissão Política Nacional, mas muitas vezes acumulou decisões políticas que precisariam ser levadas àquela Comissão.

Foram cerca de 150 reuniões, onde foram pautados mais de 500 tópicos. Nesse caso houve maior equilíbrio entre os temas propriamente políticos (97) e os relacionados a luta social (47), relações internacionais (25), atividades institucionais (12), trabalho de direção (150), situações de partido (30), balanços e preparações de debates (30). Esse *equilíbrio* é o que se pretende, progressivamente, levar à Comissão Política Nacional.



Um anexo com a composição do Comitê Central, da Comissão Política Nacional e do Secretariado Nacional, seu funcionamento, bem como o conjunto de suas pautas, está disponível abaixo.

## **O trabalho da Bancada parlamentar na Câmara e no Senado**

Na Câmara dos Deputados, a Bancada realizou seu trabalho em ambiente de grande unidade e cooperação entre seus membros. As reuniões, regulares, foram acompanhadas direta ou indiretamente pelo presidente nacional. Os líderes desse período (Inácio Arruda, Jô Moraes, Daniel Almeida) contribuíram sobremaneira para esse ambiente, e se projetaram politicamente no exercício da função. Desde 2005, a liderança da Bancada foi assumida por três diferentes deputados, Renildo Calheiros, Jô Moraes e Daniel Almeida. A assunção de Jô Moraes à liderança representou a força das mulheres na Bancada, que possui a maior proporção de participação feminina nas duas casas do Congresso Nacional.

401

No primeiro governo Lula, a eleição de Aldo Rebelo para a Presidência da Câmara dos Deputados, em 2005, representou o maior destaque da Bancada comunista em todos os tempos, mas o momento de intensa crise e instabilidade interna limitava a ação do nosso presidente.

No segundo governo Lula, em um momento mais propício no qual se registraram significativos avanços econômicos e sociais, constituímos o Bloco de Esquerda ao lado de PSB, PDT, PMN e PRB. Além de integrar a maioria, passamos a fazer parte da terceira maior bancada da Casa.

Apesar do esforço por unidade e coesão, o bloco enfrentou dificuldades que refletem problemas próprios do parlamento, dada a forte dispersão das atividades dos deputados, as pressões decorrentes da antecipação do arranjo das forças políticas para as eleições majoritárias à Presidência da República e o afastamento de grandes lideranças individuais do comando de sua ação cotidiana. Essas di-



ficuldades vêm se refletindo na frouxa ação da Liderança do Bloco, na fraca ação conjunta das bancadas que o formam e na defecção do PDT.

Nessa legislatura, o Partido assumiu a presidência de duas comissões permanentes da Casa: em 2007, Vanessa Grazziotin presidiu a Comissão da Amazônia, onde realizou o I Simpósio Internacional sobre a Amazônia; em 2009 Edmilson Valentim assumiu a Presidência da Comissão de Desenvolvimento Econômico. Membros da bancada exercem, atualmente, mandatos em três vice-presidências nas comissões de Educação (Alice Portugal) e do Trabalho (Manuela D'Ávila), bem como na Comissão Permanente Mista de Mudanças Climáticas (Vanessa Grazziotin). Alice Portugal passou a ocupar também a coordenação da Bancada Feminina na Câmara, cargo que foi transformado, desde maio deste ano, em Liderança da Bancada Feminina, passando a ter algumas prerrogativas de liderança de bancada.

402

Quanto às relatorias mais importantes realizadas em Plenário, destacamos a de Flávio Dino, que teve destacado papel como negociador da reforma política, em 2007, desenvolvendo destacado protagonismo. A votação dessa matéria, infelizmente, permanece inconclusa. Em 2009 Flávio Dino voltaria a desempenhar a destacada função de coordenador da reforma eleitoral para as eleições gerais de 2010. Outras importantes relatorias de Plenário foram a do Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN) (Edmilson Valentim); a dos estágios de trabalho (Manuela D'Ávila); e a dos direitos econômicos e sociais dos jovens (Alice Portugal).

Não tivemos na sessão legislativa de 2008 nenhuma presidência de comissão permanente, detendo apenas a direção de uma comissão temporária, a Comissão Especial da Lei da Anistia, que concede anistia a trabalhadores e a líderes sindicais punidos por participação em movimentos reivindicatórios, presidida por Daniel Almeida. Evandro Milhomem ocupou a Vice-Presidência da Comissão Especial da Pesca e Aquicultura. Em grupos parlamentares Vanessa Gra-



zziotin assumiu a Presidência do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba, e Aldo Rebelo se manteve na presidência do Grupo Brasil-China.

Presidimos quatro frentes parlamentares: em Defesa da Empresa Brasileira de Correios (Daniel Almeida, em 2007); do Esporte (Manuela D'Ávila, em 2007); em Defesa do Serviço Público (Alice Portugal, em 2007), e em Defesa da Indústria Marítima Brasileira (Edmilson Valentim, em 2008).

A Bancada é conhecida na Câmara por duas características: a ação destacada coletiva e individual de seus membros e a unidade de suas opiniões e seus votos. Apesar do denodo coletivo e individual de seus membros, a Bancada ainda não logrou destacar sua participação no parlamento com uma face ou uma marca própria.

Dois fatores vêm contribuindo para essa falta de diferenciação: primeiro é a ausência de maior integração das diversas iniciativas individuais e coletivas em torno dos eixos principais que devem orientar a ação; o segundo fator decorre da institucionalidade própria da Câmara, que faz com que a participação no Bloco de Esquerda – cuja liderança absorve as prerrogativas de Plenário dos líderes de partidos que o compõem – termine por apagar a presença das bancadas de cada partido-membro no Plenário, a principal arena da Casa.

403

Por último, cumpre registrar que não foi cumprido o objetivo de elaborar um Regimento das Bancadas Parlamentares do PCdoB, tarefa que a direção nacional havia pautado. Segue sendo um objetivo a cumprir para o próximo período, a partir da Comissão Política Nacional.

No Senado Federal, após longos 62 anos sem qualquer representação comunista na Câmara Alta – desde que, em 1946, foi eleito o senador Luiz Carlos Prestes –, o PCdoB retomou o seu lugar.

O Senado é um ambiente político extremamente conservador, onde a oposição ao governo Lula encontrou guarida para se contrapor às propostas e aos projetos do governo federal. Isso favorece



ainda a articulação de setores conservadores com o apoio da grande mídia, com o objetivo de desestruturar a base de apoio do governo na Casa. Exemplo disso foi a campanha para a destituição de dois de seus presidentes – primeiramente o senador Renan Calheiros e, em seguida, o senador José Sarney.

Essa mesma articulação tentou interferir nos trabalhos de comissões parlamentares de inquérito, criadas com o intuito de desgastar a imagem do governo: a CPI dos Cartões Corporativos, a CPI da Petrobras e a CPI das ONG's, que tentava criminalizar os movimentos sociais e na qual, em meio a duros embates, ficamos na condição de relator. Agora ocorre nova investida com a criação da CPI mista para investigar o MST.

Logo no começo do mandato, ainda em 2007, ganhou corpo no Senado a questão da cláusula de barreira, que, mesmo tendo sido derrubada no Supremo Tribunal Federal por iniciativa do PCdoB, ressuscitou por meio de uma proposta de emenda constitucional apresentada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

404

Ali lutamos com outros partidos menores e, hoje, essa proposta encontra-se parada na Secretaria Geral da Mesa do Senado, graças a uma articulação que conduzimos junto à Presidência da Casa.

Também participamos dos debates, em plenário, sobre o acordo de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do tempo para a propaganda partidária na televisão. No âmbito desses debates, pedimos vistas na Comissão e apresentamos recurso. Como o TSE tinha urgência nessa questão, nosso trabalho de adiamento fez com que o Tribunal não pudesse fazer as alterações almejadas a tempo. Nesta eleição, os tempos serão os mesmos da eleição anterior. Esse projeto também está parado, na Mesa do Plenário.

Em relação à chamada minirreforma partidária, recém-promulgada, protagonizamos a resistência à propaganda paga na internet, buscando conservar esse espaço democrático, evitando também a restrição dos blogs.

Uma vitória importante dos trabalhadores e de grande relevân-



cia é a PEC que garante a redução da jornada de trabalho para 40 horas, já aprovada em comissão especial. Procuramos agilizar sua tramitação; ela deve ser aprovada ainda este ano pelo plenário da Câmara e remetida ao Senado.

Conseguimos aprimorar várias políticas públicas do governo federal por meio de emendas às medidas provisórias enviadas para o Legislativo. Entre as mais importantes, podem ser destacadas as garantias das cláusulas sociais nos contratos de financiamento. Lutamos também pela manutenção da meia-entrada para estudantes em cinemas, teatros e espetáculos, na condição de relator de projeto de lei que procurava limitar esse direito.

Cabe destacar ainda que representamos o Senado no Conselho Nacional de Cultura, órgão colegiado do Ministério da Cultura.

Na condição de senador da República, representamos o Brasil no Parlamento do Mercosul, que realiza reuniões mensais, com dois dias de duração, em sua sede na cidade de Montevidéu, no Uruguai. Ali, nossa atuação procura ressaltar o potencial gigantesco da região e defender maior integração econômica e política entre os países do Mercosul.

405

Em sintonia com as preocupações em relação às questões urbanas e ambientais no Brasil, apresentamos no Mercosul um anteprojeto de norma para harmonizar as legislações nacionais que tratam da política urbana, do uso social da propriedade e do combate e prevenção à desertificação.

Ocupamos a Vice-Presidência da Representação Brasileira, apresentamos proposições reprovando o golpe de Estado em Honduras, a reativação da 4ª Frota Naval dos Estados Unidos e a instalação de bases militares norte-americanas na Colômbia.

No campo internacional, é relevante o debate que a adesão da Venezuela ao Mercosul vem suscitando no Senado, onde procuramos demonstrar, principalmente no âmbito da Comissão de Relações Exteriores, a importância política e econômica da entrada desse país no bloco.



Articulamos ainda a visita da senadora colombiana Piedad Córdoba, que veio ao Brasil divulgar seu trabalho de luta pela paz e pelo processo da democratização da América Latina.

O PCdoB marcou presença em eventos relevantes para a construção de uma nova conjuntura internacional, voltada para a soberania e a cooperação entre os povos. Na condição de delegado da Representação Brasileira do Mercosul, estivemos na Missão de Observação Eleitoral da Nova Constituição da Bolívia, em La Paz. Representamos o Senado Federal e o PCdoB na Colômbia, onde participamos do Encontro Regional de Representantes de Autoridades Nacionais e Parlamentares da América Latina e Caribe, assim como do 2º Congresso Nacional do Polo Democrático. Nessa mesma condição estivemos no 42º Congresso do Partido Comunista da Ucrânia, na cidade de Kiev; na Conferência Mundial da Paz, em Caracas, na Venezuela, e no Fórum Social Mundial, em Belém.

406

Promovemos sessões solenes para marcar os aniversários de 85 e de 87 anos do PCdoB, os 70 anos da União Nacional dos Estudantes e os centenários da Associação Brasileira de Imprensa, da rede federal de educação profissional e tecnológica e de Oscar Niemeyer, Dom Helder Câmara e o poeta popular Patativa do Assaré, figuras que representam em suas vidas o compromisso com nossa arte, nossa cultura e nosso povo.

Nossa expectativa é de que na próxima legislatura consigamos ampliar nossa representação política no Senado, garantindo assim melhor estrutura para funcionamento da Liderança.

## **A Comissão de Controle**

Completam-se duas gestões de atuação da Comissão de Controle como órgão auxiliar da direção nacional. Após o 11º Congresso, o novo estatuto fixou as prerrogativas e as responsabilidades dela no âmbito nacional e nos estados. A experiência confirma o seu necessário papel: o Partido, em expansão, vai se confrontando com processos internos cada vez mais complexos e, ao mesmo tempo,





precisa responder rigorosamente às elevadas exigências institucionais e às provindas da Justiça Eleitoral.

A Comissão nacional realizou em média de duas a três reuniões por ano, com a pauta predominante de acompanhamento e fiscalização das finanças partidárias e de aprovação das contas anuais do PCdoB. Apenas duas questões de caráter disciplinar foram remetidas à Comissão, integralmente tratadas. Apesar disso, seu trabalho ainda se encontra no nível básico, sendo pouco sistemática, com um funcionamento praticamente resumido às reuniões, em limitadas condições de dedicação de seus membros às funções específicas e sem definição de tarefas permanentes dos integrantes. A (desejável) relação ou acompanhamento junto às comissões de controle estaduais inexistem e provavelmente estas enfrentem as mesmas, ou até maiores, insuficiências.

Isso em parte se explica pelo pequeno número de processos para exame da Comissão. O que se observa é que os casos em que estão em jogo a disciplina ou a ética partidária têm sido enfrentados no nível dos comitês estaduais ou municipais, com base sobretudo no esforço político para a superação dos problemas, e na maioria das vezes sem recurso aos procedimentos estatutários formais – portanto, também sem recorrer às comissões de controle. Quando se necessita da intervenção das comissões, elas praticamente partem de pouca experiência e memória acumuladas até mesmo em procedimentos-padrão. De sua parte, a Comissão deveria ser mais pró-ativa, chamando para si a eventual responsabilidade de zelar pela imagem, pela unidade e pelos compromissos para com o Partido, pelo cumprimento das normas estatutárias.

Com a diversificação e elevação das receitas do Partido (Fundo Partidário, contribuições regulares e extraordinárias, eventos), a participação crescente nas campanhas eleitorais a cada dois anos, as múltiplas frentes de atuação com despesas e investimentos variados, torna-se bastante complexa a estrutura do trabalho de finanças do Partido. De outra parte, é imensa, super-rigorosa e inescapável a exigência de prestação de contas legal dos recursos partidários.



Além dos modelos e prazos que devem ser rigidamente seguidos, diligências, questionamentos e novas exigências são constantemente adotados pela Justiça Eleitoral.

Aqui, portanto, aparece uma clara certeza da Comissão de Controle: é preciso investir na adoção de práticas profissionais modernas no trabalho de tesouraria e contabilidade, contar com uma equipe política e tecnicamente preparada, adotar procedimentos de segurança e confiabilidade, ter capacidade de prestar contas com objetividade e cumprimento de prazos.

Em relação a esses parâmetros, ainda há muito que fazer. Nestes quatro anos de atividade da Comissão, foi precário o processo de análise e aprovação das contas partidárias. Não existe um padrão consolidado de orçamento anual, a prestação de contas não era apresentada na mesma base (o que permitiria comparação), o atraso para remeter a apreciação da Comissão ao Comitê Central ultrapassa mais de um ano em relação ao ano-base. Os avanços têm sido pequenos e lentos, ainda predomina a informalidade como método.

408

## **O trabalho das secretarias e comissões**

Os resultados apontados levam em conta todas e cada uma das secretarias de direção envolvidas. Excetuada a Secretaria da Questão Indígena, todas tiveram protagonismo e dinamismo em sua autonomia relativa. Elaboraram, aplicaram e controlaram a execução de linhas determinadas e planos de trabalho, em conjunto com as correspondentes secretarias estaduais. Formou-se um sistema mais coeso nesse rumo. A imprensa partidária publica o relatório de balanço circunstanciado que cada uma delas elaborou, indicando êxitos e lições a extrair para o próximo período.

Vige também método coletivo nas funções das diversas comissões do Comitê Central. Em que pese a ausência de condições materiais mais avançadas para o trabalho, contam atualmente com cerca de 40 quadros e, em todos os casos, a colaboração deles foi indispensável aos avanços obtidos. Profissionalizou-se mais o tra-



balho e procurou-se assegurar condições salariais mais condizentes com a situação. Trata-se de quadros com crescente qualificação e especialização, que representam um patrimônio importante para a continuidade da trajetória partidária.

## Perspectivas

Os caminhos essenciais para assegurar o contínuo desenvolvimento do PCdoB a partir do 12º Congresso consistem em assegurar a governança democrática e unitária de uma organização política de maior porte, mais forte eleitoralmente, capaz de falar a todos os trabalhadores e alcançar toda a sociedade com suas propostas.

No plano da estruturação deve-se perseguir a construção de um Partido combativo, unido, imerso na luta política, social e de ideias, apto a lutar pela hegemonia no rumo de seu projeto programático; combinar de forma justa a atuação dos quadros na esfera político-institucional no seio do Estado com a perspectiva estratégica de acumulação de forças para mudanças profundas na sociedade; alcançar uma estável e extensa militância, mais estruturada em organizações partidárias definidas.

409

Todos os meios devem se voltar a esses objetivos políticos, ideológicos e organizativos.

O Partido precisa:

- Liderar, efetivamente, o debate por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento como caminho brasileiro para o socialismo;

- ser cada vez mais dirigido à base de ideias, de linhas políticas, ideológicas e organizativas desenvolvidas e ajustadas em cada frente, em interação com a orientação geral;

- consolidar a abertura de suas portas para um contingente maior de gente que possa militar pela grande causa do fortalecimento da Nação, com desenvolvimento soberano, democrático e popular, possibilitando-lhes uma militância de ideias, de luta política e de ativismo social;



- assegurar crescentemente sua governabilidade por intermédio da política de quadros atualizada, instituindo em todas as secretarias de organização um departamento de quadros voltado para isso;

- assegurar a crescente qualificação e especialização do trabalho de direção em todos os níveis;

- consolidar um sistema de direção nacional, integrado pelo Comitê Central e por suas secretarias, pelos principais comitês estaduais e respectivas secretarias, pelos diversos fóruns de variados tipos e dimensões, visando a integrar um número crescente de quadros ao trabalho de direção;

- dotar as secretarias de direção de papel ainda mais pró-ativo em sua autonomia relativa; as comissões auxiliares precisam ser ainda mais valorizadas em seu trabalho, descentralizando e promovendo as responsabilidades e superando a noção de que, na esfera nacional, seus membros devam sediar-se em São Paulo;

410

- dar novo salto na capacidade de comunicação em tempo real com todo o coletivo e com a sociedade, a partir das ferramentas da rede mundial de computadores;

- reforçar mais o trabalho de organização, voltado precipuamente para alcançar maior organicidade desde a base como forma de garantir um corpo militante mais estável;

- envidar esforços para ampliar sua influência política e presença militante nos movimentos sociais;

- investir mais na Escola Nacional, ampliando sobremaneira o corpo de professores e descentralizando suas atividades; impõe-se adentrar o terreno do ensino à distância, das redes de ensino via rede mundial de computadores, das conferências via satélite; persistir na consolidação da Fundação Maurício Grabois enquanto instrumento de diálogo com o pensamento marxista e progressista e centro de elaboração-disseminação de ideias.

Em termos de prioridades para o próximo período, os esforços devem ser concentrados em:



1) Organização, visando a fortalecer secretarias com quadros experientes, maduros, com liderança real no Partido e representatividade social também, com vistas a assegurar que um Partido extenso equacione, mediante vida coletiva regular, sua atividade interna e assegure um efetivo militante mais estável e estruturado desde a base; reforçar a Comissão Nacional de Organização para dar conta de implantar integralmente a gestão da política de quadros.

2) Comunicação, visando a unificar o Partido na ação política em tempo real, fazendo chegar as orientações à base e ao povo, adentrando o terreno da comunicação de massa por rádio e TV e buscando uma publicidade que permita falar a toda a sociedade.

3) Formação, visando a educar e elevar o nível teórico e cultural geral dos quadros e militantes.

4) Finanças, visando a assegurar as bases materiais do impulso, com meios profissionais e como extensão irrecusável da atividade política do Partido, e para planejar, com antecedência, o orçamento anual do trabalho de direção nacional. Além disso, precisa se voltar à superação dos descompassos existentes na maioria dos estados e garantir o esforço eleitoral do PCdoB em 2010 e 2012.

411

## **Papel do Comitê Central**

Para a consecução desse rumo, deve-se sobrelevar o papel do Comitê Central, a mais alta instância de condução da vida e da intervenção partidárias. Isso indica a necessidade de maior disciplina de seus membros em participar das reuniões integralmente, de estar em dia exemplarmente com as obrigações partidárias, de ser zeloso com a construção e unidade partidárias.

O Comitê Central deve ser mais extenso. Propomos o número de **101** vagas. Deve-se perseguir que sua composição conte, o máximo possível, com membros dos estados, assegurados critérios essenciais de representatividade, acúmulo de experiência partidária e compromisso dos quadros.

Os métodos de seu trabalho precisam ser modificados. Cada vez



mais será exigida a discussão de temas candentes, pautas singulares, que exigem especialização e, portanto, trabalho de preparação e maturação mais densa. O Comitê Central deve enfrentar isso, com métodos mais empreendedores e ágeis. Serão mais temas em pauta a cada reunião, devidamente preparados com análises e propostas de resoluções, de modo a focar com clareza o que está em deliberação. Seus membros devem se preparar com antecedência, já sabendo de antemão sobre o que intervirão e se intervirão. Tempo determinado deve ser fixado para cada ponto de pauta e uma lista de pré-inscrições deve ser aberta. Visa-se com isso a evitar reuniões com intervenções repetitivas por parte de seus membros.

Devem-se consolidar reuniões periódicas a cada quatro meses, com um mínimo de dois dias integrais de sessões, malgrado a pressão representada pelos custos e pelas inúmeras atribuições de seus membros. O calendário nacional deve subsumir toda a agenda pessoal de cada um, visando à participação integral. Essa é uma sentida necessidade política. Os membros do Comitê Central precisam assumir, sempre e acima de tudo, a condição de direção nacional.

412

No 12º Congresso foram aprimorados os métodos democráticos, participativos e transparentes que fazem parte da fisionomia do PCdoB nos últimos anos. Indicações de candidaturas foram realizadas amplamente, autoavaliação do trabalho de cada um e entrevistas pessoais. Tudo isso concorre para que o futuro Comitê Central tenha um papel ainda mais elevado como referência confiável de todo o Partido. Para tanto, seu efetivo deve ser ampliado para 100 membros, contando tanto quanto possível com integrantes de núcleos de direção dos estados, visando a constituir um sistema integrado de direção, que possibilite levar suas deliberações rapidamente a todo o país.

Deve-se ter em vista, em sua composição, seguir avançando na permanência e renovação de membros que lhe possibilite ser referência segura a todo o Partido em termos de representatividade, capacidade e unidade. As prioridades na renovação seguem sendo para trabalhadores, jovens e mulheres. Tanto quanto possível, um maior número de quadros mais diretamente atuantes na luta de ideias é



necessário no Comitê Central – quadros influentes na academia, na universidade, no mundo da cultura e da arte, das carreiras de Estado.

Os membros do Comitê Central devem ser incorporados, tanto quanto possível, ao trabalho das diversas comissões da direção nacional, como forma de conferir-lhes responsabilidades definidas quando não são responsáveis diretos pelo Partido nos estados.

Deve-se sublinhar que a responsabilidade de custear a participação nas reuniões não deve e não pode ser da tesouraria nacional. Casos extraordinários podem e foram admitidos, mas em regra isso precisa ser equacionado no âmbito do coletivo partidário em que atuam seus membros.

## **Papel da Comissão Política Nacional**

O vértice central de formação de opinião política e das deliberações da direção nacional deve ser composto pela Comissão Política Nacional e pelo Comitê Central. A condição precípua de direção nacional geral perante todo o Partido é dos membros da Comissão Política.

413

Ela deve ter de 23 a 25 membros. Não necessariamente todas as secretarias a integrarão. Será composta por presidente e vice-presidente; pelos titulares das secretarias de Organização, Comunicação, Sindical, Internacional, Propaganda, Juventude, Finanças e Mulheres; pelos líderes da Bancada na Câmara e no Senado; pelo líder da CTB; e pelos líderes partidários titulares hoje da Agência Nacional do Petróleo e do Ministério do Esporte. Terá também em sua composição os presidentes de partido em São Paulo, Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Amazonas, acrescentando-se os do Maranhão e Rio Grande do Sul. Conterá ainda com a experiência de dois outros líderes políticos partidários e, se possível, com a Secretaria de Movimentos Sociais.

O que se propõe é elevar ainda mais o papel da Comissão Política Nacional, centrando aí verdadeiramente a direção política e geral, inclusive executiva, de modo que o Secretariado se responsabilize apenas pela coordenação dos encaminhamentos aí deliberados. Será



necessário manter um calendário de reuniões a cada três semanas, com dinâmica mais condensada de debate e deliberação, possibilitando várias pautas por reunião, com preparação prévia e resoluções, com os mesmos métodos propostos para o Comitê Central. Será necessário buscar melhor equilíbrio em suas pautas, levando à sua apreciação temas mais variados da edificação partidária.

A Comissão Política Nacional deve ter acesso sistemático às informações sobre a construção partidária em todo o país, à base de um sistema de gestão integrada pela rede Internet, alimentada em tempo real.

Os membros da Comissão Política Nacional precisam assumir mais diretamente a função de direção nacional perante o coletivo partidário – seja no sentido de papéis executivos, seja no de representação política. Isso implica conceber o papel dos membros da Comissão Política não apenas na esfera ou estado em que atuam, descentralizando mais o controle da atividade partidária hoje exercido pelo Secretariado.

414

## **Papel do Secretariado**

O Secretariado será concebido apenas como coordenação executiva da Comissão Política Nacional, sob coordenação da Presidência. Nem todas as secretarias o integram: algumas delas estarão no âmbito do Comitê Central, algumas no da Comissão Política. Tampouco é necessário que prepare com antecedência todos os temas a serem levados à Comissão Política ou que se responsabilize por outras definições políticas que não se deem no âmbito da Comissão Política. As reuniões do Secretariado poderão ser semanais, sempre que necessário convocando outras secretarias para encaminhar medidas partidárias.

O Secretariado regular contará com a Presidência, as secretarias de Organização, Comunicação, Sindical, Finanças, Internacional e responsável por projetos especiais.

A Presidência articulará o trabalho executivo do Secretariado, de uma parte, e, de outra, a Secretaria e o Fórum dos Movimentos So-





ciais, as bancadas parlamentares, o Grupo Permanente de Trabalho Eleitoral, o trabalho institucional e o trabalho especial de financiamento partidário.

Deve-se introduzir o critério de alternância nas funções desempenhadas, com base no documento da política de quadros atualizada.

Para o bom trabalho executivo, devem ser aprimorados as comissões e os fóruns, contando com membros do Comitê Central sempre que possível

## **Papel da Comissão de Controle**

a) Elevar substancialmente o profissionalismo no trabalho de finanças do Partido dotando-o de capacidade de planejamento e execução orçamentária, de administração sólida, de prestação de contas interna e perante a Justiça Eleitoral nos prazos fixados, através de métodos padronizados e formais.

b) Compor a Comissão de Finanças com mais quadros de elevado compromisso político e com o Partido, capazes de ajudar na elaboração e execução da política de finanças à altura das atuais necessidades.

c) Definir prazo para a prestação de contas ao Comitê Central, que deveria ser feita no máximo até a segunda reunião ordinária do ano em exercício para a aprovação do ano anterior.

d) Acompanhar, em conjunto com a Comissão Nacional de Organização, a formação das comissões de controle nos estados.

e) Estabelecer que o secretário da Comissão de Controle compartilhe com o presidente e o secretário de Finanças todas as informações fundamentais e estratégicas sobre a atividade financeira do Partido.

f) Compor a Comissão de Controle com membros do Comitê Central que tenham condições de se dedicar mais à função, a começar pelo próprio secretário, que aprovelem desde o início um plano de



trabalho consistente com as necessidades apontadas na avaliação, com responsabilidades claras para cada um de seus membros.

g) Colaborar na formulação de um regimento das bancadas parlamentares do PCdoB.

A Comissão de Controle será constituída por três membros do Comitê Central e por uma equipe permanente de outros três membros integrada aos seus trabalhos.

## Direção nacional do 11º Congresso

### 1. Perfil do Comitê Central eleito

#### POR FAIXA ETÁRIA

de 20 a 30 anos	3	3,8%
de 31 a 40	7	8,8%
de 41 a 50	27	33,8%
de 51 a 60	28	35,0%
mais de 60	15	18,8%

416

#### POR SEXO

Masculino	63	78,8%
Feminino	17	21,3%

#### POR ATIVIDADE

##### MANDATO PÚBLICO

Atuação no Executivo	17	21%
Parlamentar	16	20%
Sindical	15	19%
Outra Entidade	2	3%
Atividade na profissão	3	4%
Mandato somente de Partido	27	34%
TOTAL	80	100,0%



## TRABALHO DE DIREÇÃO

SCR Nacional	10	12,5%
CPN	13	16,3%
Membro de CE	4	5,0%
CPE	23	28,8%
Membro de SCR estadual	15	18,8%
Membros de Comissão Nacional	9	11,3%
Não têm tarefa específica de direção	6	7,5%
TOTAL	80	100,0%

## POR REGIÃO E ESTADO

### REGIÃO SUDESTE

MG	5	6,3%
RJ	7	8,8%
SP	11	13,8%
subtotal	23	28,8%

### REGIÃO NORTE

AC	2	2,5%
AM	4	5,0%
PA	1	1,3%
subtotal	7	8,8%

### REGIÃO NORDESTE

BA	9	11,3%
CE	2	2,5%
PE	6	7,5%
PI	1	1,3%
RN	1	1,3%
SE	1	1,3%
subtotal	20	25,0%

### REGIÃO SUL

PR	1	1,3%
RS	4	5,0%
subtotal	5	6,3%

### REGIÃO CENTRO OESTE

DF	0	0,0%
GO	2	2,5%
subtotal	2	2,5%

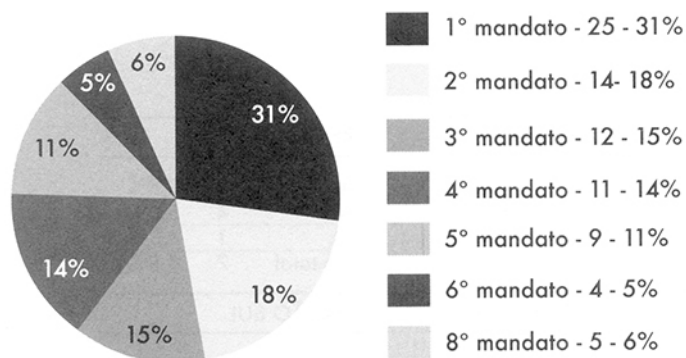
## QUADROS DA DIREÇÃO NACIONAL

Quadros do SCR Nacional e Com. Auxiliares do CC residentes em SP	18
Quadro de Com. Auxiliar do CC residente em Brasília	1
Outros quadros sem tarefa de direção que residem em SP	4



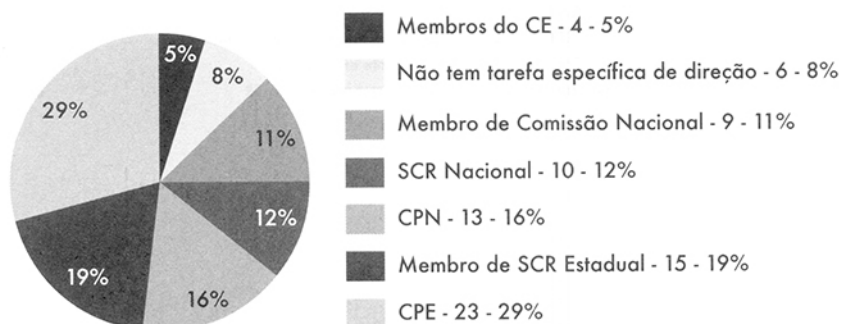
## 2. Gráficos com perfil da composição do Comitê Central

TEMPO DE MANDATO DOS MEMBROS DO COMITÊ CENTRAL

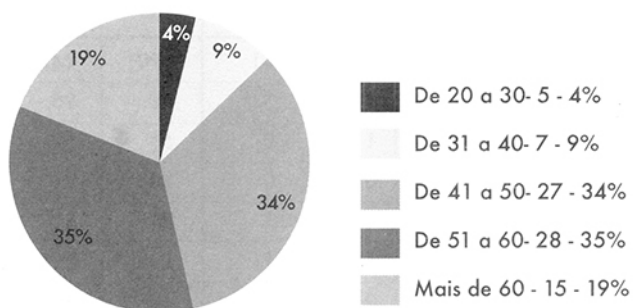


418

ATUAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ CENTRAL

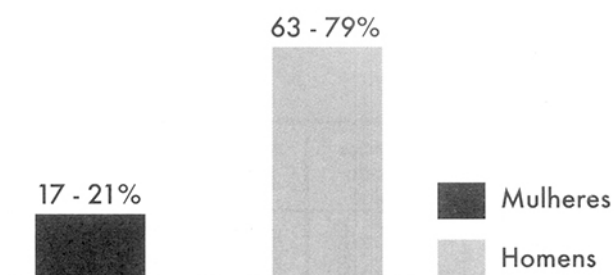


### FAIXA ETÁRIA DOS MEMBROS DO COMITÊ CENTRAL



419

### MEMBROS DO COMITÊ CENTRAL POR SEXO



### 3. Balanço consolidado de pautas das reuniões da direção nacional

De reuniões realizadas até 15 de junho de 2009

PAUTA	CC	CPN	SCR	TOTAL
	13 reuniões	31 reuniões	137 reuniões	
1. Pauta política – quadro político	12	41	190	243
2. Pauta política – luta social	2	3	90	95
3. Pauta política – relações internacionais	1	0	51	52
4. Atividades institucionais	0	0	24	24
5. Pauta partido – balanços e preparações	4	3	74	81
6. Pauta partido – trabalho de direção nacional	17	17	292	326
7. Pauta partido – situações de partido	0	0	60	60
8. Agenda e informações	6	5	68	79

420

### 4. Resumo das presenças e ausências nas reuniões do Comitê Central

Da 1ª à 12ª reunião

Reuniões	Nº de dias	Quórum do 1º dia	Ausências em toda reunião		Ausências parciais		Quórum do último dia
			Justificadas	Não justificadas	Justificadas	Não justificadas	
1ª	1	78	2	0	0	0	78
2ª	3	70	6	0	7	3	69
3ª	3	73	4	0	14	3	64
1ª Extra	2	66	12	6	3	0	67



Reuniões	Nº de dias	Quórum do 1º dia	Ausências em toda reunião		Ausências parciais		Quórum do último dia
			Justificadas	Não justificadas	Justificadas	Não justificadas	
4ª	1	55	7	18	0	0	55
5ª	3	70	4	0	15	1	64
6ª	3	68	5	2	7	13	56
7ª	3	63	7	0	17	10	51
8ª	2	66	11	2	0	2	66
9ª	2	75	1	0	6	7	70
10ª	2	66	12	0	13	1	54
11ª	3	67	7	0	12	7	60
12ª	2	75	4	0	4	0	73
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>Média = 68</b>	<b>82</b>	<b>28</b>	<b>98</b>	<b>47</b>	<b>Média = 64</b>

421

## 5. Resumo das presenças e ausências nas reuniões da Comissão Política Nacional

Da 1ª à 29ª reunião de 11 de maio de 2009

Reuniões	n. de dias	Ausências em toda reunião		Ausências parciais	
		Justificadas	Não justificadas	Justificadas	Não justificadas
1ª	2	0	0	3	0
2ª	1	3	0	0	0
3ª	1	3	0	0	0
1ª Extra.	1	0	0	0	0
4ª	1	0	0	0	0
5ª	1	7	0	0	0
6ª	1	0	0	0	0
7ª	1	3	0	0	0
8ª	1	4	0	0	0



422

Reuniões	n. de dias	Ausências em toda reunião		Ausências parciais	
		Justificadas	Não justificadas	Justificadas	Não justificadas
2ª extra	1	2	0	0	0
9ª	1	2	0	0	0
10ª	1	4	0	0	0
11ª	1	6	0	0	0
12ª	1	1	0	0	0
13ª	1	2	0	0	0
14ª	2	1	0	0	0
15ª	2	6	0	0	0
16ª	1	3	0	0	0
17ª	1	3	0	0	0
18ª	1	2	0	0	0
19ª	1	1	0	0	0
20ª	1	5	0	0	0
21ª	1	2	1	0	0
22ª	1	0	1	0	0
23ª	1	2	1	0	0
24ª	1	5	0	0	0
25ª	1	4	0	0	0
26ª	1	6	2	0	0
27ª	2	0	0	5	0
28ª	1	1	1	0	0
29ª	1	3	2	0	0
TOTAL	35	81	8	8	0







